



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

CUIABÁ
2014



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

João Carlos Vicente Ferreira

Editor *Publisher*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa
(UNIVAG/IHGMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva

Diretoria 2012-2014

Presidente: João Carlos Vicente Ferreira

1º Vice-Presidente: Osmar de Carvalho

2ª Vice-Presidente: Weller Marcos da Silva

Secretária Geral: Nileide Souza Dourado

2ª Secretária: Suíse Monteiro Leon Bordest

1º Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2º Tesoureiro: Alex de Matos

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Benedito Pedro Dorileo

Nilza Queiroz Freire

Vinicius de Carvalho Araújo

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Scientific Council

História *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Seções da RIHGMT, 74

Dossiê: Cartografias

Artigos (temáticas variadas)

Discurso

Notícias

Avaliação *Capes*: Qualis B3



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

CUIABÁ
2014

© Copyright @ 2014 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 74. Cuiabá, 2014
292 p.: 15,5 cm.
Anual
Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:
Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert

Fotos:
Capa: Centros de Pesquisa de Mato Grosso
Miolo: Imagens da arquitetura de Cuiabá

IHGMT
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro)
Cuiabá-MT – 78050-500
ihgmt@org.br

ÍNDICE

EDITORIAL	7
DOSSIÊ CARTOGRAFIAS	11
CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTOGRAFIA COLONIAL DO BRASIL: CATEGORIAS TIPOLÓGICAS	13
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa Leny Caselli Anzai	
UMA DINÂMICA DA CARTOGRAFIA NAMBIQUARA: RECENTE REORDENAMENTO TERRITORIAL	31
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa	
CARTOGRAFANDO PERCEPÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO OCIDENTALIZADA DE PARTE DA OBRA DE JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO.....	61
Adriane Pesovento	
DESLOCANDO O OLHAR PARA UMA CARTOGRAFIA DAS MARGENS DO RIO CUIABÁ.....	79
Suíse Monteiro Leon Bordest	
DEFININDO ÁREAS E ESCOLHENDO ESCALAS: ESBOÇO DE UMA CARTOGRAFIA DA ARQUITETURA DE QUASE 300 ANOS DE CUIABÁ	103
Gabriel Francisco de Mattos	
A CARTOGRAFIA ESPACIAL DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO: ATUALIDADES E TENDÊNCIAS	125
Gislaene Moreno	
CARTOGRAFIAS DA DESCUIABANIZAÇÃO DA POLÍTICA MATO-GROSSENSE NO FINAL DO SÉCULO XX.....	135
Vinicius de Carvalho Araújo	
CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO.....	153
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
CARTOGRAFIAS DA MEMÓRIA: ACERVOS DE MATO GROSSO.....	163
Elizabeth Madureira Siqueira	
ARTIGOS	195
IDENTIDADES DE MATO GROSSO: OLHARES GEOGRÁFICOS.....	197
Sônia Regina Romancini	
ESCOLAS E MESTRES EM CAMPO GRANDE NA HISTORIOGRAFIA MEMORIALÍSTICA DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES	217
Daniela Felisberto da Silva Jacira Helena do Valle Pereira	
CARTOGRAFIAS DE FAZERES HISTÓRICOS: AS REVISTAS O ARCHIVO (1904-1906) E DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO (1919-2010).....	237
João Antonio Botelho Lucídio	
O QUINTAL DO BARÃO	261
Benedito Pedro Dorileo	
DISCURSO	265
DISCURSO DE FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES NO LANÇAMENTO DO LIVRO TEMPOS IDOS, TEMPOS VIVIDOS, DE AUTORIA DO CORONEL OCTAYDE JORGE DA SILVA (CUIABÁ / SESC-ARSENAL 11/10/2013).....	267
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
NOTÍCIAS	275
RUBENS DE MENDONÇA - UMA JUSTA HOMENAGEM EM SEU CENTENÁRIO.....	277
VISITA AO MUSEU CASA MARECHAL DEODORO.....	281
MEMBROS DO IHGMT PARTICIPAM DO V NEER	283
DIGITALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AUTORES MATO-GROSSENSES	287
NOTA DE PÉSAR.....	289
NORMAS DA REVISTA DO IHGMT	291

CONTENTS

EDITORIAL	7
DOSSIER CARTOGRAPHIES	11
CONSIDERACIONES SOBRE LA CARTOGRAFIA COLONIAL DE BRASIL: CATEGORIAS TIPOLOGICAS	13
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa Leny Caselli Anzai	
A DYNAMIC CARTOGRAPHY NAMBIQUARA: RECENT REORDERING TERRITORIAL	31
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa	
MAPPING PERCEPTIONS ABOUT INDIGENOUS EDUCATION AND WESTERNIZED PART OF THE WORK JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO	61
Adriane Pesovento	
SHIFTING HIS GAZE TO A CARTOGRAPHY OF MARGINS AND RIO CUIABÁ.....	79
Suíse Monteiro Leon Bordest	
DEFINING AREAS AND CHOOSING SCALES: SKETCH OF A CARTOGRAPHY OF THE ARCHITECTURE OF ALMOST 300 YEARS OF	103
Gabriel Francisco de Mattos	
THE SPATIAL MAPPING OF AGRIBUSINESS IN MATO GROSSO: NEWS AND TRENDS	125
Gislaene Moreno	
CARTOGRAPHIES OF DESCUIABANIZAÇÃO OF MATO GROSSO POLITICS IN THE LATE TWENTIETH CENTURY	135
Vinicius de Carvalho Araújo	
CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO.....	153
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
CARTOGRAFÍAS DE LA MEMORIA: COLECCIONES DE MATO GROSSO	163
Elizabeth Madureira Siqueira	
ARTIGOS	195
IDENTITIES OF MATO GROSSO: GEOGRAPHICAL LOOKS	197
Sônia Regina Romancini	
SCHOOLS AND TEACHERS IN THE LARGE FIELD MAPPING OF HISTORIOGRAPHY MEMOIRS OF JOSÉ BARBOSA RODRIGUES.....	217
Daniela Felisberto da Silva Jacira Helena do Valle Pereira	
MAGAZINES HISTORY IN MATO GROSSO: THE ARCHIVE AND THE JOURNAL OF THE HISTORICAL INSTITUTE OF MATO GROSSO.....	237
João Antonio Botelho Lucidio	
THE HOUSE OF BARON.....	261
Benedito Pedro Dorileo	
ADDRESS	265
SPEECH BY FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES BOOK LAUNCH TIMES GONE, TIME EXPERIENCED . AUTHORIZING DO OCTAYDE COLONEL JORGE DA SILVA (CUIABÁ / SESC-ARSENAL 10/11/2013).....	267
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
NEWS	275
RUBENS DE MENDONÇA - A JUST TRIBUTE IN HIS CENTENARY.....	277
VISIT PEDRO ROCHA JUCÁ MUSEUM MARSHAL DIODORUS (AL).....	281
MEMBERS PARTICIPATE IN IHGMT V NEER.....	283
SCAN OF PRODUCING AUTHORS MATO GROSSO.....	287
NOTE OF CONDOLENCE	289
STANDARDS MAGAZINE IHGMT	291

EDITORIAL

Tendo como DOSSIÊ *CARTOGRAFIAS*, concebidas enquanto mapeamentos, circunscções e contornos, a presente Revista n. 74 apresenta uma série de abordagens diferenciadas no seu Dossiê, a saber: **Considerações sobre a Cartografia Colonial do Brasil: Categorias Tipológicas**, de autoria de *Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa* e *Leny Caselli Anzai*, oferecem uma abordagem inovadora no campo da cartografia histórica, tomando como mote os mapas históricos do Brasil colonial e trazendo a lume relevantes discussões sobre como nosso país foi cartografado e delineado por cientistas coloniais. **Uma dinâmica da cartografia Nambiquara: recente reordenamento territorial**, é o contributo de *Anna Maria Ribeiro F. M. Costa*, que apresenta os primeiros resultados da pesquisa de campo realizada entre os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, grupos Nambiquara da Serra do Norte que atualmente habitam o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, localizada a Oeste de Mato Grosso. Apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo realizada entre os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, grupos Nambiquara da Serra do Norte que atualmente habitam o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, localizada a Oeste de Mato Grosso, revelando a dinâmica da cartografia Nambiquara está intimamente ligado à cultura desse grupo indígena ao longo de sua trajetória. Em **Cartografando percepções sobre os indígenas e a educação ocidentalizada de parte da obra de Joaquim Ferreira Moutinho**, *Adriane Pesovento* toma a obra do português Moutinho enquanto exemplar para se analisar os múltiplos olhares europocêntricos no delineamento da cartografia indígena brasileira, com especial enfoque para os índios Guairucu. *Suíse Monteiro Leon Bordest*, em **Deslocando o olhar para uma cartografia das margens e do Rio Cuiabá**, tem Michel Foucault como base teórica de análise, uma vez que ele considera necessário o deslocamento do olhar, de um determinado espaço físico, de sua superfície para as margens. Suíse inicia com a abordagem vista de cima, da Ponte Júlio Müller e de outras edificadas sobre o Rio Cuiabá, porém desfoca esse olhar para a parte inferior do mesmo recurso hídrico, desvelando uma riquíssima cartografia cultural. **Definindo áreas e escolhendo escalas: esboço de uma cartografia da arquitetura de quase 300 anos de Cuiabá**, *Gabriel Francisco de Mattos*, tomando como base as tipologias arquitetônicas, discorre sobre o cenário evolutivo da arquitetura cuiabana

ao longo de quase três séculos, privilegiando momentos de ruptura na transformação da paisagem urbana da Capital. *Gislaene Moreno* nos brinda com **A cartografia espacial do agronegócio em Mato Grosso: atualidades e tendências**, centrando a análise nos contornos cartográficos do agronegócio no cenário de Mato Grosso, oferece reflexões importantes para se pensar a produção de monoculturas, principalmente da soja, responsáveis por uma nova cartografia de Mato Grosso. **Cartografias da descuiabanização da política mato-grossense no final do século XX**, de autoria de *Vinicius de Carvalho Araújo*, oferece interessantíssima reflexão sobre a configuração, no final do século XX, de uma nova cartografia política de Mato Grosso, cujos contornos extrapolam as forças antes concentradas na Capital. *Fernando Tadeu de Miranda Borges*, em **Cartografias Identitárias de Cuiabá e Mato Grosso**, mapeia os contornos identitários de Cuiabá e de Mato Grosso das décadas de 60, 70 e 80, trabalhando os conceitos de lugar e não-lugar. Encerrando os textos do Dossiê, **Cartografias da memória: acervos de Mato Grosso**, de *Elizabeth Madureira Siqueira*, esquadrinha os principais espaços onde a memória de Mato Grosso se encontra depositada, descrevendo as potencialidades de cada instituição no desenvolvimento de pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais.

Em ARTIGOS, diversos textos emolduram essa seção: **Identidades de Mato Grosso: olhares geográficos**, de autoria de *Sônia Regina Romancini*, nos brinda com um caminhar sobre o cenário mato-grossense, trazendo a lume temas urbanos e as relações entre espaço e cultura a partir das novas territorialidades em Mato Grosso, faz um percurso através das pesquisas realizadas em Diamantino, Rondonópolis, Sorriso, Sinop e sobre as cidades da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC). **Escolas e mestres em campo grande na cartografia da historiografia memorialística de José Barbosa Rodrigues**, de *Daniela Felisberto da Silva* e *Jacira Helena do Valle Pereira* (ambas da UFMS), tendo por base a trajetória do memorialista, sobleva a relevância da contribuição de autores similares na reconstituição da história da educação regional e nacional. Em **Revistas de História em Mato Grosso: O Arquivo e a Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, *João Antonio Botelho Lucidio* analisa criticamente a produção do conhecimento histórico de Mato Grosso tendo por base os dois periódicos. O quintal do Barão, texto produzido por *Benedito Pedro Dorileo*, reconstitui os principais momentos por que passou o imóvel originalmente pertencente a Augusto Leverger e sua doação, pelo governo estadual, para as duas

instituições culturais mas antigas de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e à Academia Mato-Grossense de Letras.

Um único texto compõe a seção DISCURSO. Trata-se daquele proferido por *Fernando Tadeu de Miranda Borges* por ocasião do lançamento do livro *Tempos Idos, Tempos Vividos*, de autoria do Coronel Octayde Jorge da Silva (Cuiabá/Sesc-Arsenal, 11.10.2013)

A seção NOTÍCIAS anuncia: Rubens de Mendonça - uma justa homenagem em seu Centenário; Visita de Pedro Rocha Jucá ao Museu Casa Marechal Deodoro (AL); Digitalização da produção de autores mato-grossenses; Membros do IHGMT participam do V NEER, finalizando com a Nota de Pesar manifesta pelo IHGMT por ocasião do assassinato de Cláudio Q. Comte, em 2014.

Esperamos que os leitores possam apreciar os esforços despendidos pelo IHGMT na constituição dessa Revista, editada no ano em que a Instituição comemora 95 anos de profícua e ininterrupta existência, tema do n. 75.

A Comissão Editorial

DOSSIÊ
CARTOGRAFIAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTOGRAFIA COLONIAL DO BRASIL: CATEGORIAS TIPOLÓGICAS

CONSIDERACIONES SOBRE LA CARTOGRAFIA COLONIAL DE BRASIL: CATEGORIAS TIPOLOGICAS

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa¹

Leny Caselli Anzai²

RESUMO: A produção cartográfica do período colonial do Brasil foi de suma importância para condensar e informar o conhecimento geográfico sobre as possessões portuguesas na América, o que subsidiou o direcionamento e a sustentação das políticas da Coroa Portuguesa voltadas para a exploração econômica, efetiva ocupação da terra e expansão dos limites territoriais coloniais. A diversidade dos documentos cartográficos produzidos nesse período, decorrente dos diferentes objetivos de elaboração desses mapas, do nível de detalhamento das informações mapeadas e da própria forma de apresentação, permitiu a identificação de quatro categorias tipológicas, que são caracterizadas e discutidas neste artigo: mapas exploratórios de reconhecimento; mapas exploratórios para ocupação e defesa; mapas de afirmação da posse da terra; e mapas de expansão das fronteiras.

Palavras-chave: Cartografia Colonial. Brasil Colônia. Mapas.

1 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Geografia. e-mail: tccardoso1@gmail.com

2 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em História. e-mail: l.caselli.anzai@terra.com.br

RESUMEN: La producción cartográfica del período colonial de Brasil fue de gran importancia para concentrar y informar el conocimiento geográfico sobre las posesiones portuguesas en América, dando subsidios para la sustentación de las políticas del Reino de Portugal para hacer la explotación económica, la efectiva ocupación de la tierra y la expansión de los límites de la colonia. La diversidad de los documentos cartográficos producidos en este periodo, resultante de los distintos objetivos de elaboración de estos mapas, del nivel de especificación de las informaciones y de la propia forma de presentación de los mapas, he permitido la identificación de cuatro categorías tipológicas, que son caracterizadas y analizadas en este artículo: Mapas exploratorios de reconocimiento; Mapas exploratorios para la ocupación y la defensa; Mapas de afirmación de la posesión de la tierra y mapas de expansión de las fronteras.

Palabras clave: Cartografía Colonial. Brasil Colonia. Mapas.

*Todos reconhecem a grande facilidade que dão as cartas geográficas para a inteligência das histórias, e todos sabem que juntas às cartas, a narração compõe o seu mais nobre ornato; mas nem todos reconhecem o grande trabalho e o largo tempo de que se necessita para a fábrica delas.*³

Manoel de Azevedo Fortes, 1722

Representar o espaço terrestre, evidenciando características de áreas de vivência, de territórios conquistados ou almejados, constituiu uma forma de expressão e comunicação presente na humanidade em diferentes fases de sua trajetória. Assim, as representações de caráter espacial presentes nos paredões rochosos das trilhas ou dos abrigos das populações primitivas, classificadas como pinturas rupestres, conformam os primeiros traços cartográficos, riscos que resumem informações, reais ou imaginárias, sobre ambientes e seu entorno. Esses esboços cartográficos encontrados em sítios arqueológicos evidenciam também detalhes do cotidiano de povos primitivos que habitaram ou passaram por esses locais, em movimento nômade; indicam rotas de deslocamentos, cenas de caças, rituais, crenças e temores, detalhes que, como nos mapas modernos, apresentam também a função de comunicar graficamente dados e informações julgadas importantes, em dimensões reduzidas dos objetos representados.

Em temporalidades diversas, frente aos interesses e necessidades de diferentes sociedades, a cartografia assumiu características e desenvolveu facetas específicas. Conquistas territoriais, guerras, comércio, planejamento ocupacional e outras atividades sempre contaram com o auxílio norteador dos mapas. Mapas, pois, serviram de ferramentas objetivas para a projeção de ações; a partir de sua leitura e interpretação em diferentes contextos históricos, foram relatórios visuais poderosos, e as dimensões e escalas utilizadas serviram aos interesses do momento. Por essa dinamicidade, para a análise cartográfica de mapas históricos exige-se o conhecimento das fontes utilizadas em sua constituição, os contextos e os discursos que levaram à sua produção, os códigos e representações que compõem o seu desenho. (BUENO, 2011)

Na Antiguidade, a cartografia, então designada de cosmografia, tinha como principal preocupação os estudos astronômicos e as medidas gerais da terra, ao mesmo tempo em que procurava evidenciar aspectos que fossem ao encontro dos interesses da época, como a indicação, ainda que pouco precisa, da abrangência territorial dos poderes instituídos.

3 FORTES, Manoel de Azevedo. Proêmio. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1722.

Na Idade Média, praticamente não houve avanços no campo cartográfico, e quase todos os mapas produzidos seguiram a concepção religiosa vigente, obedecendo ao mesmo padrão conferido à arte, especialmente a pintura. Assim, para Machado e Ruchkys (2011, p. 2), “durante a Idade Média praticamente não havia distinção entre cartógrafo e artista, pintar paisagens e fazer mapas eram atividades correlatas e artísticas”. O mundo, representado em mapas, obedecia a rigorosos princípios adotados pela Igreja, cuja forma idealizada inspirava-se na perfeição divina. Interessava mostrar, sobretudo, a distribuição e a ocorrência dos eventos símbolos da fé cristã.

Mudanças significativas na produção cartográfica são observadas com o advento dos tempos modernos. O mundo, ainda em parte desconhecido, precisava ser integrado ao circuito das grandes navegações, ao comércio que, cada vez mais, alcançava pontos longínquos, pouco conhecidos, como o Oriente. Enfim, havia interesse marcante por novas conquistas territoriais.

Portugal, em especial, ao utilizar instrumentos mais precisos de navegação impulsionou o expansionismo ultramarino, viabilizando o avanço comercial e o domínio de terras além-mar. Neste processo, foi de grande importância a construção das caravelas e naus, assim como a utilização de instrumentos de navegação, a exemplo do astrolábio e do quadrante.

O reino português, apesar de compartilhar das mesmas limitações teóricas e metodológicas com os demais grupos científicos contemporâneos, quanto à concepção de um modelo matemático consistente para projeção cartográfica, dedicou-se à produção de mapas, tendo obtido notoriedade nesse mister. Dessa forma, Portugal se instrumentalizava para viabilizar, a partir de cartas geográficas, suas estratégias de conquista e poder ultramarinos.

Os avanços da ciência, próprios da modernidade, particularmente no campo cartográfico embasaram saltos tecnológicos que acabaram por conferir aos mapas rigor matemático nas representações do espaço terrestre e maior exatidão nas localizações. No transcorrer desse processo, os mapas, com os recursos técnicos, com os quais contavam os cartógrafos, cumpriram seu papel no jogo político das potências colonizadoras, ao transportarem simbolicamente diferentes territórios para os salões das potências coloniais.

Debruçados sobre cartas geográficas, representantes das maiores potências coloniais podiam definir estratégias de ocupação e exploração econômica de terras longínquas, muito distantes dos locais nos quais se encontravam. Como afirma Andrade (2013, p. 3), ao

discorrer sobre a cartografia colonial do Brasil, “os mapas, especificamente, eram além de instrumentos de comunicação, preciosos artefatos para o deslocamento, localização e tomada de posse de um dado território. Cartografar significava conhecer e, normalmente, ter a possibilidade de povoar/usar”. Andrade também confirma o papel essencial representado pelos mapas no processo de colonização, em tempos de comunicações tão difíceis (Ibidem).

Portanto, os mapas, juntamente com os relatos, produzidos em formatos de cartas, diários de viagens, documentos oficiais e outras formas de registros, foram essenciais para as tomadas de decisões de caráter político-administrativo colonial. Muitas vezes, essas decisões eram determinadas por pessoas que nunca estiveram na colônia; ocupavam altos cargos na corte, mas contavam com informações privilegiadas dos governadores, que, por sua vez, contavam com desenhos de rotas que haviam sido trilhadas e registradas por experientes sertanistas, além de seu próprio conhecimento do território que governava.

CARACTERÍSTICAS E ENFOQUES DA CARTOGRAFIA COLONIAL BRASILEIRA

Os primeiros mapas sobre o Brasil no período colonial foram produzidos no século XVI. De inegável valor documental, esses mapas trazem em seu bojo as fragilidades de uma cartografia que não contava ainda com uma projeção adequada. Além disso, o conhecimento sobre as terras “descobertas” era mínimo, o que cerceava a possibilidade de apresentação de um mapeamento com informações que permitissem avaliar e planejar a ocupação da “nova terra” americana. Assim, os primeiros mapas produzidos sobre o período colonial limitaram a oferecer um quadro genérico sobre a terras da costa do Brasil.

É oportuno salientar que muitos dos mapas produzidos sobre o Brasil, no século XVI, compunham mapas *mundi*, nos quais a representação enfatizava mais o continente sul-americano, do que propriamente o Brasil. Nesses mapas chama atenção a distorção do contorno continental quando comparados aos dos mapas atuais. Importante salientar que os espanhóis, desde a primeira metade do século XVI, já ocupavam e exploravam metais preciosos em diferentes pontos da América. É notória, também, nos mapas do período, a ausência de informações sobre o interior do continente, coerente com as incursões restritas às áreas litorâneas, nas quais se explorava o pau brasil e a plantação de canaviais para os engenhos de açúcar do Nordeste.

É importante destacar que, no século XVI, a cartografia portuguesa possuía excelente reputação, motivada pelo empenho de seus cartó-

grafos e pela qualidade de seus mapas, o que atraía novos aprendizes para a profissão, expandia suas áreas de atuação, e favorecia a venda de seus serviços e de suas produções cartográficas

Em relação à importância da cartografia portuguesa no século XVI, o pesquisador Luis de Albuquerque, membro do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga de Lisboa, escreveu que:

[...] a partir do início desse século, (século XVI), proliferaram as oficinas de Cartografia em Portugal. Por vezes numa família sucediam-se os cartógrafos de mérito, pois os filhos e os netos iam aprendendo dos ascendentes a arte de desenhar cartas; podem apontar-se como exemplos as “dinastias” dos Reinei, dos Homem e dos Teixeira (esta entrando pelo século XVII) de que conhecemos belíssimos exemplares de atlas ou de mapas, na sua quase totalidade ricamente iluminados.

(REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL, n. 3. Lisboa. 1985. p. 8-9).

Na mesma perspectiva, confirmando o pensamento de Albuquerque, as pesquisadoras Maria Elena Dias e Maria Fernanda Alegria escreveram:

Desde o início da expansão, tradicionalmente marcada pela conquista de Ceuta em 1415, até à primeira metade do século XVII, Lisboa foi um importante centro cartográfico, cuja produção era referência para cartógrafos de outros países. É de Lisboa que vêm novidades da configuração de continentes e ilhas desconhecidas, cuidadosamente registradas em mapas manuscritos, uma parte dos quais era copiados, e depois impressos em outros países. (DIAS; ALEGRIA, 1994. p. 55)

No transcorrer do extenso período de dominação portuguesa no Brasil, que abrangeu aproximadamente três séculos, mudanças significativas tiveram lugar no campo político, ocupacional e econômico. Essas mudanças constituíam-se em respostas às decisões tomadas na corte, cujos reflexos conduziram seletivamente a marcha de ocupação e exploração da colônia, a expansão territorial e a redefinição dos limites do Brasil.

Nesse processo, mapas cumpriram importante papel, ao possibilitar aos governantes conhecer e avaliar algumas características das terras luso-americanas, como a ocorrência de rios navegáveis, distribuição de vilas, povoações e ranchos, áreas mineradoras, grupos indígenas e outras referências de interesse estratégico para o planejamento do

avanço e consolidação do domínio luso. Para os administradores coloniais, em especial os de sua fronteira ocidental, os mapas permitiram também o conhecimento sobre a distribuição das populações dos territórios vizinhos, assim como a localização de seus pontos de guarda e vigilância na defesa de seus interesses, no caso os da coroa espanhola.

Ressalte-se que os mapas sobre o Brasil, produzidos ao longo dos três séculos de domínio colonial, quando comparados entre si, especialmente os do início do século XVI com aqueles da segunda metade do século XVIII, apresentam expressivas diferenças em termos de acuidade técnica e especificidade dos objetos mapeados. As diferenças ocorreram como resposta a contextos específicos: o desenvolvimento de técnicas e métodos de mapeamento, aliado ao conhecimento crescente do espaço colonial; e os próprios ajustes e redirecionamento das políticas lusitanas para a ocupação da colônia.

Essas diferenças constatadas no processo de mapeamento e nos mapas produzidos sobre o Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, permitem, de forma ainda genérica, identificar distintas fases dessa produção cartográfica, que apresentamos no formato de uma classificação tipológica, com ênfase nos mapas manuscritos produzidos por cartógrafos portugueses. Apenas para o século XVI foram incluídos na análise três mapas *mundi* cujos autores não eram portugueses.

Selecionamos, para a presente análise, dez mapas, produzidos na segunda metade do século XVI, e no transcorrer dos séculos XVII e XVIII. Como a colonização do Brasil só foi iniciada, efetivamente, por volta de 1550, optou-se por não incluir mapas anteriores a essa data. O conjunto de mapas analisados está listado no Quadro 1. Para a escolha dos dez mapas da amostragem foi elaborada análise prévia em cerca de 50 cartas geográficas do período colonial.

Em relação ao século XVI, foram selecionados os seguintes documentos cartográficos: *Mapa das Capitãncias Hereditárias* de 1574, elaborado por Luis Teixeira; o mapa *mundi Americae Sive Orbis Nova Descriptio, de 1579* de Abraham Ortelius; o mapa *mundi Orbis Terrarum Compendiosa*, de 1596, elaborado por Arnoldus Florentinus van Langren e o mapa *mundi Typus Orbis Terrarum* de 1598, de autoria de Abraham Ortelius.

Para o século XVII, a escolha recaiu sobre os mapas: *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, de João Teixeira Albernaz, e o mapa *Atlas do Brasil*, de João Teixeira Albernaz II.

Para o século XVIII foram selecionados os seguintes mapas: *Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da*

fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas, elaborado por Miguel Blanco Crespo em 1767; Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas, elaborado em 1778, com a colaboração de José Joaquim da Rocha; Mapa dos Campos de Guarapuava, século XVIII, da coleção Morgado de Mateus, de autoria desconhecida e a Carta Geográfica das viagens feitas nas capitanias do Rio Negro e Mato Grosso, 1789, elaborada por José Joaquim Vitório da Costa.

A análise comparativa dos dez documentos selecionados permitiu a identificação das características de cada mapa, as afinidades e as diferenças entre os mesmos, o objetivo de sua elaboração e o papel que desempenharam no contexto em que foram elaborados. A identificação dos mapas analisados, tais como denominação, ano de elaboração, área de abrangência e os endereços de acesso digital se encontram no Quadro 1, designado “Mapas representativos do Brasil – período colonial - séculos XVI, XVII e XVIII”.

Quadro 1 - Mapas representativos do Brasil – período colonial - séculos XVI, XVII e XVIII

Nº	Título / Autoria	Ano	Abrangência	Acervo / referência
1	Mapa das Capitánias hereditárias. Luis Teixeira	1574	Litoral do Brasil até a linha do Tratado de Tordesilhas	http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Teixeira#mediaviewer/Ficheiro:Capitanias.jpg Último acesso em: 16/06/2014
2	Americae Sive Orbis, Nova Descriptio Abraham Ortelius	1579	Mapa Mundi	http://dc.lib.unc.edu/cdm/ref/collection/ncmaps/id/1105 Último acesso em: 16/06/2014
3	Orbis Terrae Compendiosa Arnoldus Florentinus van Langren	1596	Mapa Mundi	http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS-1-1-1765-103940003:Orbis-terrae-compendiosa-descriptio Último acesso em: 16/06/2014
4	Typus Orbis Terrarum Abraham Ortelius	1598	Mapa Mundi	http://en.wikipedia.org/wiki/Abraham_Ortelius#mediaviewer/File:OrteliusWorldMap1570.jpg Último acesso em: 19/06/2014
5	Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará João Teixeira Albarnaz I	1626	Atlas. Litoral norte e adjacências	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart555828.pdf Último acesso em: 20/06/2014
6	Atlas do Brasil João Teixeira Albarnaz II	1666	Atlas. Litoral brasileiro até a linha do Tratado de Tordesilhas	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075.pdf Último acesso em: 20/06/2014

7	Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, dos portugueses, e a situação do destacamento de forças espanholas. Miguel Blanco Crespo	1767	Fronteira Oeste do Brasil – Rio Guaporé	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.jpg Último acesso em: 18/06/2014
8	Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas. Colaboração de José Joaquim da Rocha	1778*	Área do atual estado de Minas Gerais	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.jpg Último acesso em: 18/06/2014
9	Mapa dos campos de Guarapuava. Autor não identificado. Coleção Morgado de Mateus	17...	Sul do Brasil	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033419.jpg Último acesso em: 18/06/2014
10	Carta Geográfica das viagens feitas nas capitânicas do Rio Negro e Mato Grosso. José Joaquim Vitório da Costa	1789	Parte da Fronteira Norte e ocidental do Brasil	http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525845/cart525845.jpg Último acesso em: 18/06/2014

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil e Barry Lawrence Ruderman, 2014. Acesso feito em 16 de junho de 2014.

CATEGORIAS TIPOLOGICAS DOS MAPAS DO BRASIL – PERÍODO COLONIAL

A análise realizada sobre os dez mapas selecionados para este artigo permitiu a identificação de quatro categorias tipológicas: mapas exploratórios de reconhecimento; mapas exploratórios para ocupação e defesa; mapas de afirmação da posse da terra; mapas da expansão de fronteiras. Estas categorias não são excludentes e não apresentam uma temporalidade rígida; desse modo, um mapa pode ter características de duas ou mais categorias tipológicas, como também poderá haver, em um mesmo momento, mapas de categorias diferentes.

MAPAS EXPLORATÓRIOS DE RECONHECIMENTO

Esta categoria abrange mapas ou croquis, independente da escala adotada, elaborados com o objetivo de fornecer informações preliminares sobre determinada área, propiciando ao usuário condições de ter uma ideia aproximada sobre a localização e características mínimas e importantes da área mapeada. A modalidade de mapeamento é comumente utilizada até os dias atuais, como procedimento preliminar que antecede a elaboração de mapas completos e detalhados de uma área de interesse.

Os primeiros documentos cartográficos produzidos sobre as americanas tiveram caráter exploratório, apoiados na percepção inicial colhida sobre a área. O desconhecimento dos espaços mapeados, a carência de recursos técnicos e a urgência em prestar informações sobre as terras para as autoridades do reino levou a que muitos dos cartógrafos do século XVI inserissem em seus mapas informações e feições geográficas não observadas diretamente, o que era comum. Os cartógrafos recebiam informações de terceiros, muitas vezes confusas e fantasiosas, ou apoiadas em deduções, interesses e temores, o que deixava grande espaço também à imaginação.

Dentre os mapas constantes no Quadro 1, são incluídos na categoria de “Mapas exploratórios de reconhecimento” os mapas *mundi* elaborados no século XVI: *Americae Sive Orbis, Nova Descriptio*, produzido em 1579 pelo cartógrafo e geógrafo flamengo Abraham Ortelius; o mapa *mundi Orbis Terrae Compendiosa*, produzido pelo cartógrafo holandês Arnoldus Florentinus van Langren, em 1596, e o também mapa *mundi Typus Orbis Terrarum*, elaborado em 1598, por Abraham Ortelius.

A generalidade e as imprecisões constantes nesses mapas ultrapassam os limites impostos pelas pequenas escalas utilizadas, indicando o grande desconhecimento sobre as terras do “Novo Mundo”, além de dificuldades próprias da representação cartográfica no que se refere à adoção de um sistema de projeção eficiente. Assim, constata-se que, apesar dos avanços técnicos e metodológicos terem atribuído novo status à cartografia, grandes dificuldades ainda persistiam.

Os três mapas analisados apresentam em comum acentuadas deformações no que se refere à área do continente, posição e direção dos rios mapeados, inserção de ilhas inexistentes e o próprio contorno continental, apesar deste apresentar alguma similitude quando comparado ao contorno dos mapas atuais. Em relação a esses aspectos, Machado e Ruchkys (2001, p. 7) afirmam que:

[...] a matematização da representação do espaço que caracterizou a cartografia renascentista não impediu que grandes distorções fossem imputadas aos territórios das colônias ultramar. A falta de conhecimento da realidade geográfica e o imaginário alimentado por narrativas sobre esses territórios foram, por vezes, responsáveis por deformações.

Ressalte-se que, apesar dos problemas cartográficos apontados, esses mapas cumpriram um papel de suma importância para o período em que foram elaborados, informando a existência e a posição das terras americanas, as quais, por designação papal expressa no Tratado de Tordesilhas, pertenceriam à Espanha e a Portugal.

MAPAS EXPLORATÓRIOS PARA OCUPAÇÃO E DEFESA DA TERRA

A categoria “Mapas exploratórios para ocupação e defesa” refere-se aos mapas que trazem informações preliminares sobre determinada área, para atender a uma política ocupacional ou de defesa, portanto, não se notabilizam pelo rigor das informações representadas, que possuem o caráter exploratório e preliminar, mas por respaldar um propósito definido para a área.

Dentre os dez mapas selecionados para análise, três foram identificados como integrantes do rol de “mapas exploratórios para ocupação e defesa da terra”: o *Mapa das capitánias hereditárias*, de 1574; o *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, de autoria de João Teixeira Albernaz I, elaborado em 1626, e o *Atlas do Brasil*, elaborado por João Teixeira de Albernaz II, em 1666.

O Mapa das Capitánias Hereditárias, embora não apresente detalhes e rigor na localização dos elementos geográficos, como rios, desembocadura dos rios, baías, ilhas e mesmo o contorno fidedigno da costa, ele tem por objetivo e apresenta o plano de ocupação das terras brasileiras compreendidas entre a linha de Tordesilhas e o Oceano Atlântico, para torná-las produtivas e menos suscetíveis a ataques estrangeiros.

O *Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará*, elaborado por João Teixeira Albernaz I, em 1626, foi inserido também na categoria dos “Mapas exploratórios para ocupação e defesa”, pois o mapeamento apresentado já possuía condições de oferecer algum subsídio para o processo de ocupação inicial do litoral da área mapeada, além de permitir ações estratégicas de defesa da costa. Entre outros aspectos, o mapa aponta a existência de grupos indígenas e apresenta alguns detalhes, nem

sempre precisos, sobre as feições costeiras, como ilhas, a foz de alguns rios, baías e enseadas. O diferencial desse mapa em relação aos mapas *mundi* anteriormente referidos está no detalhamento e maior precisão das informações registradas, decorrência do melhor conhecimento adquirido sobre as terras da colônia e dos próprios interesses da coroa que, naquele momento, prendiam-se à ocupação efetiva da terra e sua defesa.

Por outro lado, há também, neste mapa algumas características típicas dos *mapas exploratórios de reconhecimento*, particularmente no que tange à indicação imprecisa do percurso e extensão dos rios em direção ao interior, bem como a representação, que não condiz com a realidade, de uma extensa e contínua morraria, que se estende da faixa litorânea para o interior da colônia, até a linha do horizonte.

O *Atlas do Brasil*, elaborado por João Teixeira de Albernaz II, em 1666, abrange a área do território que se estende desde o litoral Atlântico até a linha de Tordesilhas, envolvendo, no sul, o estuário do Rio da Prata. Os mapas que compõem este Atlas trazem em sua estrutura características dos “mapas exploratórios de reconhecimento”, com maior número de informações junto ao litoral, que diminuem desaparecendo totalmente em algumas áreas; essa diminuição na quantidade de informações se dá à medida que avança para o interior, exceção feita, estrategicamente, ao longo do corredor do rio Paraná, onde as informações se adensam, com destaque para a presença de vilas e povoados.

Embora os Atlas apresentem muitas características próprias de “mapas exploratórios de reconhecimento”, definimos por sua classificação na categoria “mapas exploratórios para ocupação e defesa”, em razão dos propósitos que levaram à sua elaboração e pela presença de elementos cartográficos de subsídio às políticas da época, de defesa e efetivação da ocupação do território. Tais condições podem ser constatadas nos diversos mapas que compõem o referido Atlas, especificamente no detalhamento das paisagens litorâneas, tanto físicas como ocupacionais.

MAPAS DE AFIRMAÇÃO DA POSSE DA TERRA

Os “mapas de afirmação da posse da terra” possuem como principal característica a presença de marcas identitárias de caráter ocupacional e de poder deixadas na paisagem pelo colonizador. São símbolos que identificam o poder sobre a terra, atestando as relações até então mantidas. Entre as muitas marcas de afirmação da posse da terra, as mais comuns são: nomeações na língua do colonizador aos diferentes elementos da paisagem, tais como rios, lagos, baías, cidades, vilas, fortes, símbolos religiosos, divisão política, administrativa e eclesiástica nos moldes do colonizador e muitas outras convenções.

No conjunto dos mapas trabalhados, foram selecionados como integrantes da categoria “mapas de afirmação da posse da terra”, os seguintes documentos: *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas*, elaborado provavelmente, em 1778, com a colaboração de José Joaquim da Rocha, e o *Mapa dos Campos de Guarapuava*, elaborado também no século XVIII, por autor não identificado. O mapa integra a Coleção Morgado de Mateus.

Estes dois mapas representam adequadamente a categoria em apreço, particularmente no que se refere à toponímia adotada, rica em nomeações em língua portuguesa. A nomeação dos elementos paisagísticos na língua do colonizador representa um sinal de sua posse e de seu poder sobre a terra ocupada, apagando os nomes até então conferidos pelas populações nativas; por vezes, alguns nomes indígenas foram mantidos, porém, não com o sentido de respeito a uma toponímia já estabelecida, mas como forma de demonstrar que o novo poder recém-chegado envolvia plenamente tudo e todos os que ali se encontravam. Jorn Seemann afirmou: “os nomes nos mapas estruturam a consciência e chegam a construir ou destruir identidades” (JORN, 2005, p. 220).

Por intermédio da língua utilizada para nomear os elementos paisagísticos, valores do colonizador, relacionados às suas práticas culturais de origem, são introduzidos em suas possessões coloniais. Dessa forma, dentre as novas denominações são comuns nomes de santos, nomes e sobrenomes de determinadas pessoas ou famílias, nomes de cidades existentes no país de origem e outros. Observa-se nos mapas a valorização da religião católica, não só pela adoção dos nomes de santos, mas também pelos próprios símbolos nominados nos mapas, como figuras de igrejas, capelas ou simplesmente uma cruz para indicar cidades, vilas e povoados. Nessa mesma linha de interpretação, assim se manifesta Adriano Bittencourt Andrade:

O batismo do território, registrado na cartografia, além do papel simbólico de apropriação do espaço por quem lhe dava novo nome, legitimado pela colonização cristã, representava posse e domínio sobre o que se nomeava. Batizar o espaço desbravado significava impor sua cultura/língua ao gentio ou, em outros casos, a diferentes povos colonizadores. A cartografia assumia esse papel de revelar o espaço desbravado, mas também de identificar rios, serras, vales, iguapés, vilas, aldeias, povoados diversos com toponímias portuguesas que representassem e guardassem símbolos do poder de quem colonizava. (ANDRADE, 2013, p. 5)

MAPAS DA EXPANSÃO TERRITORIAL E DEFESA DAS FRONTEIRAS

A categoria “mapas da expansão e defesa das fronteiras”, no âmbito do período colonial no Brasil, abrange a produção cartográfica elaborada com o intuito de oferecer subsídios à política portuguesa de expansão territorial ou de efetivar a ocupação das terras para garantir a defesa das fronteiras. Em geral, esses mapas não possuem um modelo definido de apresentação ou de detalhamento, variando conforme os objetivos e estratégias empregadas para fins de defesa ou expansão territorial.

Nessa categoria, dentre os mapas selecionados para esta análise, foram incluídos os seguintes documentos: *O Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas*, elaborado em 1767 por Miguel Blanco Crespo e a *Carta Geográfica das viagens feitas nas capitânicas do Rio Negro e Mato Grosso*, elaborado em 1789 por José Joaquim Vitorino da Costa.

Esses dois mapas têm em comum o fato de representarem a fronteira ocidental da colônia com os espanhóis, com a indicação de pontos em que haveria a presença e efetiva ocupação portuguesa nas áreas defendida como limites coloniais. A diferença principal entre eles está na escala de apresentação do mapa e, conseqüentemente, no nível de detalhamento apresentado. Nesse sentido, valem as observações dos especialistas do período, muitas vezes engenheiros cartógrafos, como Manoel de Azevedo Fortes, que em seu “*Tratado do modo o mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos e sem instrumentos*”, publicado em 1722, orientava os que fossem produzir um mapa ou uma planta, de carregar consigo

[...] petipé gravado em uma régua de latão ou madeira de buxo, e nela o petipé posto em três ou quatro linhas paralelas, para que quando se gastarem os pontos de uma se possam servir de outra. O mesmo petipé se pode fazer em pergaminho, e será bom levar dois destes petipés, porque pode suceder perder-se na campanha e em parte onde não seja fácil fazer outro. Devem também levar consigo um instrumento de medir distâncias. (FORTES, 1722, p. 9-16)

O mapa relativo ao *Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, dos portugueses, e a situação do destacamento de forças espanholas* foi elabo-

rado em escala de maior detalhe, e sugeria tratar-se de uma situação tensa, que requeria atenção. O mapa evidencia, do lado português, a posição do Forte *de Nossa Senhora da Conceição*, bem como as construções ao seu redor; destaca, também, aspectos do ambiente, como a vegetação, animais de ocorrência, além do próprio rio Guaporé. Da mesma forma, ele apresenta alguns detalhes do lado espanhol, mostrando rios, aspectos da vegetação e a posição do destacamento do outro lado da fronteira. Quanto à *Carta Geográfica das viagens feitas nas capitânicas do Rio Negro e Mato Grosso*, trata-se de documento em escala mais abrangente, no qual se encontra posicionada a linha de limite da colônia, e ao longo dela indicados pontos de ocupação portuguesa, demonstrando a posse efetiva da terra.

Os mapas confeccionados na segunda metade do século XVIII provocam, muitas vezes, reações de surpresa e encantamento, por sua beleza visual, pela observação arguta dos espaços, precisão das medidas, quantidade de detalhes artísticos e cores. Isso tudo, devido às grandes dimensões do território que desenhavam e os instrumentos de aferição da época, quando comparados aos de hoje. Seguiam padrões estéticos próprios de seu tempo, mas constituíam-se em ferramentas objetivas e práticas, que deviam permitir a projeção de ações a partir de sua leitura e interpretação. Eram relatórios visuais poderosos, e as dimensões e escalas utilizadas serviam aos interesses de cada momento.

Por esse motivo, quando utilizados como fonte histórica, é preciso ultrapassar a sua beleza gráfica, pois as cartas geográficas não são neutras. Necessário se faz perseguir as fontes que foram utilizadas em sua constituição, os contextos e os discursos que levaram à sua produção, os códigos e representações que compõem o seu desenho (BUENO, 2011). Somente dessa maneira conseguiremos desvelá-los, mesmo que apenas em alguns contextos.

No caso dos mapas que apresentamos no artigo, eles formavam imagens mentais de territórios ocupados, ou não, pelos portugueses. As notícias de sertanejos, viajantes e aventureiros ofereciam informações que acabavam por se configurar em trajetos, que quando transferidos para o desenho cartográfico e incorporados a relatórios enviados a corte, se constituíam em instrumentos de domínio territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção cartográfica relativa ao período colonial do Brasil é grande, diversificada e rica em informações. Essa constatação aponta para a complexidade e dificuldades para classificá-los dentro de determinados padrões conceituais ou temporais, pois as características intrínsecas de cada mapa, muitas vezes se mesclam ou se repetem entre outros de períodos distintos, mesmo que elaborados com propósitos específicos.

Assim, a classificação que apresentamos não deve ser interpretada como rígida ou conclusiva, mas sim como um recurso metodológico auxiliar para melhor compreender a cartografia utilizada na condução das políticas de caráter ocupacional e de exploração econômica adotadas pelo reino português para sua colônia na América do Sul.

Os mapas produzidos no período colonial, inquestionavelmente, constituíram-se em primorosas fontes de informações sobre as características físicas, biogeográficas e étnicas ocupacionais das terras da América meridional, propiciando à corte portuguesa vislumbrar oportunidades de ampliar seu poder político e econômico a partir da consolidação da posse efetiva de seu território além mar. Os mapas, complementados por relatórios produzidos à época, significaram o elo de aproximação da corte e sua colônia, permitindo a definição das estratégias de domínio político e posse efetiva da terra.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luis de. A Comissão de Cartografia e a Cartografia Portuguesa Antiga. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral* – nº 3, Série Separata, nº 166. Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical

<http://www.iict.pt/imagens/166.pdf> Acesso em: 06/06/2014

ANDRADE, Adriano Bittencourt. A cartografia histórica como instrumento para análises de configurações espaciais pretéritas. O uso de mapas conjecturais. *Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis – RJ. 2013. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>. Acesso em: 02/06/2014

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (séculos. XVI-XIX). *Anaisdo. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado e presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Parati, 10 a 13 de maio de 2011.

DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda. Lisboa na produção cartográfica Portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio. *Penélope – Fazer de Desfazer a História*, Nº 13. Lisboa. 1994. Disponível em:

http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_13/13_08_DiasAlegria.pdf Acesso em: 02/06/214

FORTES, Manoel de Azevedo. Tratado do modo o mais fácil e mais exato de fazer as cartas geográficas assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edifícios com instrumentos e sem instrumentos. Proêmio. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1722.

JORN, Seemann. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Revista Vivência*, v. 29. Natal, RN. 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/647642/A_TOPONIMIA_COMO_CONSTRUCAO_HISTORICO-CULTURAL_o_exemplo_dos_municipios_do_estado_do_Ceara Acesso em: 16/06/2014

MACHADO, Maria Márcia Magela; RUCHKYS, Úrsula. A América do Sul na Cartografia Renascentista. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, RJ, 2011. Disponível em:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MACHADO_MARIA_MARCIA_E_RUCHKYS_URSULA.pdf Acesso em: 14/06/2014

UMA DINÂMICA DA CARTOGRAFIA NAMBIQUARA: RECENTE REORDENAMENTO TERRITORIAL¹

A DYNAMIC CARTOGRAPHY NAMBIQUARA:
RECENT REORDERING TERRITORIAL

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa²

RESUMO: Este estudo pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo realizada entre os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, grupos Nambiquara da Serra do Norte que atualmente habitam o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, localizada a Oeste de Mato Grosso, próxima à divisa com a Bolívia, em plena Amazônia Legal. Com o objetivo de discorrer sobre a dinâmica social dos referidos grupos que deixaram suas casas, roças e locais de caça, pesca e coleta existentes na Terra Indígena Pirineus de Souza para edificarem novas aldeias na Terra Indígena Parque do Aripuanã, aqui denominada Parque do Aripuanã, localizada em Mato Grosso e Rondônia, intensiona-se o entendimento dos indígenas diante à recente cartografia, conceito adotado em seu sentido lato. A pesquisa etnográfica, portanto, tem como base as narrativas indígenas que possibilitam experimentar um tratamento inédito à problemática estabelecida neste estudo. Narrativas, teias instigantes dessa forma discursiva que se caracterizam por serem fluxos de memória que revivem sentimentos, informam, esclarecem e até inventam para compor um novo desenho textual. Espera-se dar visibilidade àquilo que parece estar oculto e, assim, captar os possíveis significados de descrições

1 Este estudo traz as investigações iniciais do Estágio de Pós-doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Etnologia Indígena, sob a supervisão da Profa. Dra. Carmen Junqueira.

2 Centro Cultural Ikuipá/Museu do Índio/Funai; Univag Centro Universitário de Várzea Grande. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: anna-edu@hotmail.com

minuciosas e propiciar um entendimento relativo ao processo de desapropriação do território Nambiquara e, conseqüentemente, como se configurou o retorno de uma parcela dos grupos indígenas Nambiquara da Serra do Norte para o Parque do Aripuanã. Na esteira teórica de Quijano (2005 e 2010), a fim de entender a dinâmica de ocupação do território de ocupação tradicional dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, os não indígenas são entendidos como elementos que interagem com os índios e que exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”.

Palavras-chave: Cartografia Nambiquara. Terra Indígena Pirineus de Souza. Parque do Aripuanã.

ABSTRACT: This study aims to present the first results of field research conducted between Sabanê, Tawandê and Idamarê, Nambiquara groups of Serra do Norte currently inhabiting southern Parque Indígena Aripuanã, located west of Mato Grosso, near the border with Bolivia, in full Amazon. Aiming to discuss the social dynamics of those groups who have left their homes, gardens and places of hunting, fishing and gathering existing Terra Indígena Pirineus de Souza, to build new villages in Parque Indígena Aripuanã, here called Parque Aripuanã located in Mato Grosso and Rondônia, intension is the understanding of indigenous before the recent mapping concept adopted in its broadest sense. Ethnographic research, therefore, is based on indigenous narratives that provide an unprecedented experience to the problematic treatment established in this study. Narratives, this discursive form intriguing webs that are characterized as flows of memory that revives feelings, inform, clarify and even invent to compose a new text drawing. It is expected to give visibility to what seems to be hidden and thus capture the possible meanings of detailed descriptions and provide an understanding concerning the expropriation of the territory Nambiquara process and, consequently, how to set up the return of a portion of the indigenous groups of Nambiquara Serra do Norte to Parque Aripuanã. In the theoretical mat Quijano (2005 and 2010) in order to understand the dynamics of occupation of the territory of traditional occupation of Nambiquara groups of Sierra Northern, non-indigenous are understood as elements that interact with the Indians, and that impacting their sociocultural order, a relation of “colonialism”.

Keywords: Cartography Nambiquara. Terra Indígena Pirineus de Souza. Parque do Aripuanã.

INTRODUÇÃO

Em meu percurso escolar, então denominado de Primário, Ginásio e Científico, os mapas sempre estiveram presentes nas aulas, não somente de Geografia, mas de História. À época, era considerado impossível estudar os quatro cantos do mundo sem ter à mão um atlas, precioso complemento didático para o entendimento dos conhecimentos geográficos e históricos. O tempo passou e o hábito persistiu. Na universidade, o *Atlas Histórico Escolar*, organizado por Manoel Maurício de Albuquerque, Arthur César Ferreira Reis e Carlos Delgado de Carvalho (BRASIL, 1980), consistiu em um manual cartográfico imprescindível, especialmente ao entendimento da formação dos Estados Nacionais. E lá está estampado o primeiro mapa: *Distribuição dos grupos indígenas*. Nele, a preocupação de Albuquerque (BRASIL, 1980, p. 10) foi a de cartografar os índios, por ele designados de “grupos remanescentes”, através de seus troncos linguísticos: Tupi-guarani, Jê, Aruaque, Caribe, Cariri, Pano, Tucano, Charrua e outros.

Nesse mesmo tempo, foi Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever sobre as ações expansionistas dos paulistas do século XVI, quem me chamou atenção para o conhecimento dos indígenas em relação à vasta área percorrida do território brasileiro. Para o historiador,

[...] os indígenas eram capazes de desenhar mapas. Nos quais os principais acidentes eram registrados com perfeição, tais como os cursos dos rios, seus afluentes, cachoeiras, saltos, varadouros, enfim, utilizavam-se de sua prodigiosa memória cartográfica para riscar, na areia, o retrato de sua vivência próxima com a natureza. Os desenhos feitos pelos índios podiam ser comparados aos similares elaborados pelos cartógrafos medievais. (HOLANDA, 1975, p. 20-21).

Em relação aos Nambiquara³, sua memória cartográfica é mapeada no chão. Aprendi que os mapas são dessa forma construídos, tendo por base o percurso dos rios, a partir de suas nascentes, para representar uma reterritorialização baseada em sua vivência, tecida com o entrelaçamento dos fios das histórias que eles mesmos escolhem para captar sua lógica espacial. Neste sentido,

3 A Fundação Nacional do Índio registra Nambikwára. Contudo, neste estudo, emprego a grafia Nambiquara, por ser a encontrada nos registros dos indígenas.

[...] torna-se possível analisar as memórias que se entrelaçam aos espaços habitados, demarcados num intenso processo de reterritorialização; e, ainda, compor uma cartografia da experiência social que se delinea num desenho vivo e se expande na linguagem daqueles que se transformam nos atores sociais mais importantes da Amazônia. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 54).

De fato, as narrativas sobre o saber cartográfico dos grupos Nambiquara, as quais brotam como nascentes d'águas, vão além das informações toponímicas e refletem uma “cartografia da experiência” referente ao espaço atualmente vivenciado pelos grupos indígenas. No caso dos Nambiquara, um fragmento do estado de Mato Grosso que inclui, até mesmo, áreas que não foram contempladas pela demarcação territorial efetuada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). As histórias delineiam uma cartografia viva, reconfigurada com as práticas cotidianas dos índios, entendidos como atores sociais, quando reinventam sua própria “pátria” e ressignificam essa produção do espaço, escrita na memória e reescrita a cada instante.

Anteriormente aos trabalhos de Cândido Mariano da Silva Rondon à frente da construção das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon), raros são os documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX que embasaram representações do espaço Nambiquara⁴. Entretanto, tal “silêncio”, identificado nesse período, espelha, muitas vezes, uma omissão intencional ou do cartógrafo, ou mesmo daquele que solicita seus serviços. Essa forma de interpretar territórios, domínios, “desde o seu início, parece ter sido aquela de estarem sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou por estimular o incessante aperfeiçoamento deles” (MARTINELLI, 2003, p. 8).

Em Mato Grosso, a cartografia que referenda as terras indígenas ainda se caracteriza por ser dinâmica. Isso porque a Fundação Nacional do Índio e o Governo Federal buscam corrigir erros cometidos em anos anteriores durante as ações de demarcação e reservar terras aos indígenas em processo de reelaboração cultural, em estado de

4 Na mapoteca do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 1999, foram consultados os seguintes mapas que indicam, com certa precisão, o território dos Nambiquara: Mappa ofrecido a soberana presença da Rainha Nossa Senhora [...] Catálogo cartográfico, v. II (427-846), Códice MG-A 39/62 7, 1780. Carta da província de Matto Grosso e partes das confrontantes e estados limítrofes [...]. OG/MAP 13; MG-A 13/5 1, 1788/1789. Mappa geografico da Capitania de Matto Grosso [...]. OG/MAP 39/63 2 e MG-A 39/62 7, 1802. Carta topographica & Administrativa da Provincia de Matto Grosso [...]. F2/MAP 178/9 10; PD-178, 1850. Mapa Geográfico da Capitania de Matto Grosso [...]. Códice LJGIZ, 1853. Carta da Provincia de Matto Grosso [...]. Catálogo cartográfico, v. IV, Códice PD 240, 1880. Carta da Provincia de Matto Grosso [...] Códice F2/MAP 240/10 4 e PD-240, 1880.

“emergência de novas identidades” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 12). Citam-se, em ambos os casos, as demarcações dos territórios destinados aos Tapirapé, Panará, Terena, Chiquitano, Guató, dentre outras etnias.⁵

Contudo, esta abordagem não se enquadra em nenhuma das prerrogativas citadas. Pretende apresentar o recente ordenamento territorial e suas consequências aos grupos indígenas Nambiquara da área cultural Serra do Norte, que se identificaram como Sabanê, Tawandê e Idamarê. Assim, o que se quer é mostrar a dinâmica cultural desses grupos que há mais de uma década decidiram retornar ao seu antigo território de ocupação tradicional. Com base especialmente na pesquisa etnográfica, se propõe a lançar luz ao retorno de alguns membros dos grupos indígenas localizados na Terra Indígena Pirineus de Souza, município de Comodoro, Mato Grosso, com uma superfície de 28.212,2716 hectares, para seu território de ocupação tradicional, à margem direita do rio Roosevelt, em suas cabeceiras, no sul do Parque do Aripuanã, um território entendido como domínio dos índios da etnia Cinta Larga, autodenominados *Matetamãe*, pertencentes à família Tupi Mondé, tronco linguístico Tupi.

A invasão aos territórios indígenas pelos não índios desencadeou uma série de estratégias de ataques aos agrupamentos não indígenas e de refúgios, para se tornarem invisíveis e fora do alcance das represálias, o que ocasionou em reconfigurações espaciais. Entretanto, o advento da República e a criação do SPI deram sustentação à rápida ocupação e ao controle da fronteira Oeste do Brasil, o que imprimiu outra lógica de ordenação do espaço. Diferentemente dos pequenos núcleos colonizadores e das missões religiosas que visavam a catequese e a geração de riquezas, o SPI arbitrou a implantação de reservas destinadas a minimizar os impactos socioeconômicos e tutelar as relações dos indígenas com a sociedade nacional.

Uma pesquisa não se sustenta somente com a escolha do tema. Sob essa ótica, busco compreender a construção do objeto atenta às suas bifurcações, estagnações, avanços, brechas e paradoxos, não no sentido de investigar as “origens mesmo perdidas ou rasuradas [...], mas, no meio, de onde as coisas emergem” (DELEUZE, 1992, p. 109). A escrita precisa ser organizada por meio do estabelecimento de bases calcadas em um conjunto de questões que surgem no decorrer da leitura de todo o conjunto documental encontrado.

5 Encontra-se em contundentes debates – de um lado indígenas e indigenistas, do outro os agricultores – a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) que retira do poder Executivo e transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar as demarcações de Terras Indígenas.

Ao seguir o percurso teórico-metodológico apontado, pretendo investigar outras lógicas de produção de conhecimento e ideias, com padrões próprios de expressão intelectual, plástica e visual indígenas. Na territorialidade percebida pelos Nambiquara, estes entendidos como sujeitos e não como objetos a serem interrogados, o que se busca é a compreensão da existência social do outro, o intercâmbio de conhecimento como forma de abordagem etnológica das relações sujeito-objeto. Deste modo, possibilitar emergir o caráter diverso do cotidiano, da cosmovisão, da perspectiva de diferentes conhecimentos e significações.

Nessa ótica metodológica, para compreender a dinâmica de ocupação do território imemorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, os não indígenas são entendidos como elementos que interagem com os índios e que exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”. Assim sendo, numa dimensão micro, “isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (QUIJANO, 2005, p. 228). Os grupos Nambiquara da Serra do Norte, em contato com a sociedade envolvente, tratados como “povos conquistados e dominados, foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”, uma das medidas básicas “para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”. (QUIJANO, 2005, p. 228).

Dessa forma, as relações entre índios e não índios tomam como empréstimo o termo colonialidade, integrado ao colonialismo. Tal empréstimo tem por sustentação a “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, 2010, p. 84).

O que se deu com a repressão cultural relativa às crenças, ideias e visão do mundo Nambiquara, inicialmente com a presença de agentes do Estado e missionários, recaiu em seguida nos modos de produzir conhecimento, subordinando os saberes locais aos ocidentais, introduzindo novos sistemas de imagens e significações como meios de controle social e cultural. A sedução pelos novos bens materiais para o acesso aos benefícios da natureza, como ferramentas e medicamentos no combate às doenças introduzidas pelos não indígenas, livrou-os do completo extermínio e pavimentou a consolidação de categorias

externas, tais como tribos e seringueiros, ambas sujeitas à exploração. As relações de poder procuraram transformar ou mesmo destruir e subordinar suas práticas culturais, apropriando-se intencionalmente dos conhecimentos que poderiam ser utilizados para a produção da borracha, com a exploração da mão de obra indígena para localização e extração do látex e o provimento dos seringais implantados em seus territórios.

O processo de europeização atingiu densidades destrutivas alarmantes com a imposição da convivência forçada dos sobreviventes dos diferentes grupos Nambiquara da Serra do Norte num mesmo espaço territorial, estabelecendo o multiculturalismo. A criação da então denominada Reserva Indígena Pirineus de Souza seguiu dificultando os Sabanê, Tawandê, Idamalarê em adotarem práticas culturais próprias, em especial, o uso da língua materna, obrigando-os a se comunicarem com a língua portuguesa, como forma de entendimento mútuo e de controle.

A existência social do cotidiano faz-se das relações de força que engendram novas geoculturas e novas identidades societárias de colonialidade, dentre elas, os índios. Entendidos como inferiores, irracionais, primitivos, tradicionais acham-se em oposição à ideia eurocêntrica que reflete metaforicamente ao “que se estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um caráter distintivo da identidade não submetida à colonidade do poder” (QUIJANO, 2010, p. 86). O argumento da superioridade civilizatória coloca o homem ocidental como representante do conhecimento verdadeiro e universal, em detrimento aos saberes locais, por serem particulares e incapazes de produzir teorias científicas.

No caso dos Nambiquara, as linhas que contornam o espaço apreendido e ocupado pelos grupos da Serra Norte tecem-se nas urdiduras das suas representações culturais e resultam de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil. A mentalidade da supremacia civilizatória dos não índios irrompe e passa a identificá-los como atrasados, passíveis de serem conquistados, legitimando toda e qualquer usurpação, em especial, de suas terras e de seus recursos naturais. O território Nambiquara, configurado por uma região não contígua, é caracterizado por linhas demarcatórias em movimento que se deslocam por interesses temporários e que, muitas vezes, coincidiram e coincidem com as políticas de exploração dos recursos vegetais, minerais e hídricos da Amazônia Legal.

Membros dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, dentro de sua dinâmica cultural, reordenam as linhas de sua cartografia ao perceberem o aumento das tensões internas, o esgotamento do solo e a diminuição das matas ciliares onde são abertas suas roças, bem como dos recursos naturais destinados à sua sobrevivência. Retornam às aldeias antigas, localizadas ao sul do Parque do Aripuanã, território vizinho aos dos Cinta-Larga, seus antigos inimigos.

TERRA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA

Criado em 1910, na presidência de Nilo Peçanha, o SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais) ancorou-se nos propósitos positivistas de Auguste Comte, refletidos no início da Primeira República. Nos termos de Lima (1995, p. 11), um “poder tutelar”, indicativo de um poder estatizado direcionado às sociedades indígenas, com o firme propósito de garantir o direito exclusivo da atuação e controle sobre as mesmas. Alicerçado em “relações que se estabeleceram entre variadas formas de administração, instituídas desde a chegada dos portugueses ao território do que hoje chamamos República Federativa do Brasil, e os povos nativos a esta parte do continente americano”. Em 1918, o SPI apartou-se da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei n. 3.454), mas ainda pretendeu integrar, de modo pacífico, os índios à sociedade brasileira e intermediar relações.

Nesta abordagem, os agentes de contato são entendidos como fatores básicos que interagem aos índios e como elementos influenciáveis na ordem social. A análise das relações intersocietárias apoia-se principalmente nas abordagens teóricas de Quijano (2005), em que as frentes de expansão que chegaram às terras Nambiquara são percebidas como fatores externos à vida tribal, decorrentes de medidas violentas de invasão ao território imemorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte. Os agentes de contato são entendidos no presente estudo como elementos que interagem com os índios e exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”.

A Comissão Rondon adentrou o território dos índios Nambiquara em 1907, por ocasião da implantação da Linha de Telégrafo, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, e estabeleceu as estações telegráficas de Juruena e Nambikwara, em Mato Grosso, Vilhena, José Bonifácio e Barão de Melgaço, em Rondônia. Em 1925, o SPI criou o Posto de Atração Urutau, com 120 índios localizados onde a linha telegráfica cruza o rio Juína, desativado em 1931, em consequência da tentativa de confiná-los em aldeamentos, não obtendo o êxito esperado.

Desde os últimos anos do século XIX, seringueiros percorriam os territórios dos Paresi e os limites dos Nambiquara. As trilhas utilizadas pelos Paresi eram as mesmas dos seringueiros, depois aproveitadas pela Comissão Rondon. São as linhas sobrepostas, em que o espaço é percorrido e vivido por cada transeunte que carrega em suas bagagens as sementes de suas histórias constituídas de elementos identitários e que delinham cartografias.

A exploração da borracha também envolveu a presença dos Paresi, já em contato permanente com os não índios, que, além de trabalharem nos seringais, desempenharam um importante papel na equipe, pois conheciam a localização dos seringais. A região apresentava um grande potencial, a exemplo, do barracão Três Jacus, com 24 feitorias e que produzia anualmente cerca de 25.000 quilos de borracha. Cândido Mariano da Silva Rondon (1947) notificou que esse trabalho empregava, inclusive, a mão de obra dos Uaimaré, Caxiniti e Cozarine, grupos Paresi. Seringueiros e Paresi, armados com espingardas, ao avançarem cada vez mais o território de exploração da borracha, adentravam em terras Nambiquara. Por várias vezes, nos vales e nas proximidades do rio Juruena, ambos atacavam os Nambiquara, tentando expulsá-los de suas terras. Contrariamente aos Paresi, seus inimigos tradicionais, os Nambiquara, nessa época, ainda não possuíam armas de fogo. Diversos grupos Nambiquara estavam em guerra com os seringueiros, que pretendiam explorar as árvores nativas do Juruena, quando saqueavam seus barracões. Os índios hostilizaram e evitaram, ao máximo, o contato com os integrantes da Linha Telegráfica, confundindo-os com os seringueiros, estes, aliados dos Pareci.

Os anos foram passando e muitos homens, “igual formigas”, chegaram. No início da década de 1940, experimentaram vários momentos de contatos com os não indígenas. Os Postos Telegráficos integravam o cenário monótono, registrado por Lévi-Strauss (1979) por ocasião de sua expedição, em 1938, nos territórios dos grupos da Chapada dos Parecis e Serra do Norte.

Nambiquara e integrantes da Linha Telegráfica travavam constantes conflitos. O pessoal da Linha constituía-se de regionais e índios Paresi que, mais tarde, foram recrutados como guarda-fios e/ou telegrafistas, usando armas de fogo. O Posto Telegráfico de Juruena, inaugurado em 1908 e que a partir de 1920 passou a ser Major Amarante, constituía-se no único elo entre Utiariti, Vilhena e Cuiabá.

Em outras partes do território Nambiquara também foram instalados Postos Indígenas do SPI. Em Pontes e Lacerda, a sudoeste, próximo a Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, foi

criado, no ano de 1919 um Posto Indígena, Sararé, com o propósito de atrair os índios e “pacificá-los”. Na “biografia oficial” rondoniana, a percepção de Rondon, que visitou o estabelecimento, em 1930, foi: “visitei o Posto Indígena Sararé. Má impressão: o encarregado só cuidava da política, aliás ferrenha, da localidade” (VIVEIROS, 1969, p. 549).

No início da década de 1940, pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A., Mato Grosso, a região recebeu um novo contingente de seringalistas que adquiriu seringais próprios ou arrendados para explorar a borracha bruta. O Banco de Crédito da Amazônia S.A., anteriormente denominado Banco da Borracha, recebia a produção, pois, além de oferecer financiamento aos produtores, monopolizava a compra, o transporte e a venda. Além de comprar a produção dos seringalistas em Mato Grosso, esse banco, que se responsabilizava pelo transporte da borracha até São Paulo, era proprietário de uma usina de beneficiamento, localizada no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Nesse momento, estava proibida a comercialização direta entre seringalistas e a indústria. Os seringalistas se interessavam em conseguir uma cota para transportar a borracha de Cuiabá até São Paulo e, algumas vezes, para Porto Velho, pois na época praticamente não havia produção em Mato Grosso. Os caminhões saíam do Estado carregados de borracha e retornavam com outras mercadorias destinadas ao funcionamento dos seringais.

Grande parte das matas ciliares do território Nambiquara foi definitivamente aberta à extração do látex. Com a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a atividade extrativista na Amazônia, trazendo um expressivo número de trabalhadores, os “soldados da borracha”, vindos de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste, instalando-se naquelas matas. Segundo informação de Álvaro Duarte Monteiro, Delegado Regional do Trabalho, no ano de 1944 chegaram ao estado de Mato Grosso “mais de dois milhares de homens” que foram trabalhar na extração da borracha e nem sequer receberam meios necessários ao estabelecimento e sustento nos seringais. Viviam uma situação de miséria, em que a fome e a doença foram responsáveis por muitas mortes. Uma parcela deste contingente de trabalhadores utilizou-se de trechos da Linha Telegráfica, atravessou a Chapada dos Parecis e ocupou as matas dos grupos Nambiquara.

Os seringalistas responsabilizavam-se por trazer a borracha dos barracões a Várzea Grande, Mato Grosso, local da usina de beneficiamento do banco. Transpor esse percurso consistia em uma tarefa difícil, pois as estradas se apresentavam muitas vezes intransitáveis.

Nesse caso, a carga seguia nos lombos de burros ou de cavalos até as margens dos rios, de onde prosseguiam em barcos ou caminhões. Conforme o depoimento de Luiz Nambiquara, do grupo Kithaulhu, que na época era um menino, o transporte da borracha do seringalista Marcos da Luz para Cuiabá era feito por bois e por burros até o rio Mutum, e daí em diante de barco. A produção de borracha do seringalista Antonio Junqueira empregava também burros e bois e, a partir do Juruena, em caminhão. Tanto os índios como os seringalistas e seringueiros entrevistados calcularam que Marcos da Luz chegou às terras Nambiquara no início da década de 1942; Antônio Cezário Miguel Áskar, Antônio Junqueira e Propício Loureiro, em 1944; Sérgio Canongia, em 1950-1951 (COSTA, 2002).

O SPI, na figura do encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza, Afonso Mansur de França, também participou do esforço de guerra para abastecer de látex a indústria norte-americana, ao explorar a mão de obra dos Nambiquara para a sua produção. Price (1972a, p. 10) relatou sobre França e suas expedições, que visavam a captura de índios para o trabalho nos seringais: “não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado a fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram”.

No ano de 1943, a Rubber Development Corporation, através da Inspetoria Regional do SPI, em Cuiabá, notificou que a Reserva Pirineus de Souza era um dos postos atingidos com uma cota mensal de produção de borracha nativa. A extração da borracha tornou-se suficientemente lucrativa e várias empresas privadas entraram na região Nambiquara da Serra do Norte e Chapada dos Parecis. Os grupos Nambiquara de Pirineus de Souza foram obrigados a se tornar seringueiros, de uma forma ou de outra. Trabalhavam na extração do látex, na abertura de trilhas e de roças. O contato com os seringueiros causou, principalmente, graves danos à saúde desses índios. Muitos morreram de sarampo e gripe. Nilson da Luz, filho do seringalista Marcos da Luz, contou que morriam muitos índios em decorrência da gripe e não “através da ação direta dos seringueiros”:

O povo falava que seringueiro matava índio. Isso é mentira! A gente passava perto deles, com gripe, com tosse e pegava as doenças de branco e morria tudo. Eles não acreditavam em remédio nisso. Tinha muito seringalista que queria oferecer remédio e eles não aceitavam. Eles morriam de morte morrida. É a malária que dá

frio doído. E gripe, doença do branco. Às vezes, os índios matabam seringueiro, gado, cavalo, burro, tacava fogo no barracão do seringueiro, tudo isso. (*apud* COSTA, 2002, p. 87).

No fim dos anos de 1950, os lucros começaram a diminuir pela concorrência da borracha sintética, mas o fluxo de seringueiros continuou intenso na região dos Nambiquara da Chapada dos Parecis e da Serra do Norte. Os índios trabalhavam principalmente na abertura das estradas e na edificação das benfeitorias. Silas Kithaulhu (Entrevista, aldeia Camararé, 14.06.2000) informou que a remuneração do trabalho não era feita em moeda corrente, mas com mercadorias, principalmente armas de fogo e munição, objetos que mais cobizavam dos seringueiros. Em referência aos grupos indígenas da Serra do Norte, encontravam-se dispersos, fora de suas aldeias, morando em cidades e vilarejos. Os que ainda permaneceram em suas terras tradicionais, sofreram com os desmandos de Afonso Mansur até o final da década de 1960.

Somente em 1942 foi reservada, pelo Serviço de Proteção ao Índio, uma área de terras, Pirineus de Souza, jurisdicionada à 6ª Inspeção Regional, para atender o Mato Grosso e o Território do Guaporé. Localizava-se no então município do Alto Madeira, à margem do ribeirão Espirito, nas cabeceiras do rio Doze de Outubro, território tradicionalmente ocupado pelos índios Nambiquara da Serra do Norte, conforme Price (1972a), formado pelos grupos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txáutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalakalorê e Latundê (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1958, p. 54-55).

No período compreendido entre 1943 e 1969, o encarregado do Posto, Afonso Mansur de França, empregou a mão de obra indígena na extração do látex, primeiro pelo convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation e, após o seu término, por iniciativa própria. O relatório antropológico e linguístico de Reesink e Antunes (2010, p. 4-5), apresentado à Fundação Nacional do Índio informa que:

[...] Alguns grupos Sabanê foram atraídos pelo funcionário do Serviço de Proteção aos Índios que se instalou em Mato Grosso na aldeia chamada Espirito, dentro da atual Terra Indígena Pyreneus de Souza. Outros grupos de outros povos tais como os inimigos dos Sabanê, os Manduca e os Mamaindê, e ainda os Tawaindê e outros possíveis pequenos contingentes de outros grupos, também foram atraídos para essa aldeia em função das promessas de

ajuda, presentes e uma vida sem pressões de ataques de índios ou regionais.

França “administrou todos estes índios com mão de ferro: sob o lema de ensiná-los a ‘trabalhar’ impôs uma disciplina férrea que se estendia a punições corporais de chicote, inclusive para mulheres e crianças”. No referido relatório, os autores informam ainda que:

[...] grupos liderados por dois grandes líderes que já moravam no Espirito decidiram fugir e se instalar na aldeia no rio Roosevelt e se juntar aos outros índios. Contrariado, o funcionário montou uma expedição com os seringueiros brancos que trabalhavam para ele, alcançou os fugitivos e matou os dois capitães. Alguns índios chegaram à aldeia, mas aqueles que não conseguiram escapar foram devolvidos ao SPI na pessoa de França e punidos. Quando Afonso França se retirou para um seringal de sua propriedade, conhecido como “seringal do Faustino”, seu genro, ou Cachoeirinha, entre Vilhena e Pimenta Bueno, ele levou consigo uma parte dos índios, principalmente Tawantê, para continuar a trabalhar como trabalhadores braçais para a sua família. (REESINK; ANTUNES, 2010, p. 5)

A ação de França obrigou também a dispersão dos grupos indígenas da Serra do Norte. Aqueles que conseguiram fugir das expedições punitivas, da exploração de mão de obra e dos castigos do funcionário se transferiram para outras partes de Mato Grosso e de Rondônia. Os que permaneceram em suas aldeias sofreram ataques dos índios inimigos e das epidemias, e acabaram se mudando para a Estação Telegráfica de Vilhena e, posteriormente, alguns se mudaram para Marco Rondon e Abunã, em Rondônia.

No início da década de 1940 foram registrados contatos mais frequentes do SPI com o grupo Nambiquara Mamaindê, do Vale do Guaporé, que aprendeu a visitar o Posto Indígena Pirineus de Souza, localizado a Noroeste de seu território. Procuravam agradar os índios com presentes, como ferramentas e outros produtos industrializados.

A ação de França obrigou também a dispersão dos índios Sabanê. Aqueles que conseguiram fugir das expedições punitivas, da exploração de mão de obra e dos castigos do funcionário se transferiram para outras partes de Mato Grosso e de Rondônia. Os que permaneceram em suas aldeias sofreram ataques de índios inimigos e das epidemias e acabaram se mudando para a Estação Telegráfica de Vilhena e posteriormente alguns se mudaram para Marco Rondon e Abunã, em

Rondônia.

No início dos anos de 1940 foram registrados contatos mais frequentes do SPI com o grupo Nambiquara Mamaindê, no Vale do Guaporé, que aprendeu a visitar o Posto Indígena Pirineus de Souza, localizado a Noroeste de seu território. Procuravam os índios presentes como ferramentas e outros produtos industrializados. Por intermédio do Banco de Crédito da Amazônia S.A., na mesma década, a região recebeu um novo contingente de seringalistas que adquiriu seringais próprios ou arrendados para explorar a borracha bruta. O Banco de Crédito da Amazônia S.A., anteriormente denominado Banco da Borracha, recebia a produção, pois, além de oferecer financiamento aos produtores, monopolizava a compra, o transporte e a venda. Além de comprar a produção dos seringalistas em Mato Grosso, o banco era proprietário de uma usina de beneficiamento localizada no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Estava proibida a comercialização direta entre seringalistas e a indústria. O banco também se responsabilizava pelo transporte da borracha até São Paulo. Os seringalistas se interessavam em conseguir uma cota para transportar a borracha de Cuiabá até São Paulo e, algumas vezes, de Porto Velho, pois na época praticamente não havia produção em Mato Grosso. Os caminhões saíam do Estado carregados de borracha e retornavam com outras mercadorias destinadas ao funcionamento dos seringais.

No final dos anos de 1960, os grupos Nambiquara da Serra do Norte encontravam-se dispersos em cidades de Rondônia e Acre, quando em resistência aos maus tratos e ao regime violento de trabalho nos seringais, optaram por recomeçar suas vidas fora de seus territórios tradicionais. Como afirmaram recentemente os índios da Terra Indígena Pirineus de Souza, “o que sobrou, coube no Aroeira”. Isso significa que houve uma grande dispersão por parte dos indígenas que moravam na Serra do Norte e o número populacional que permaneceu em suas terras tradicionais, em menor número (minoritário), coube no Posto Indígena Aroeira, no interior da Terra Indígena Pirineus de Souza, de pequenas dimensões.

Os grupos da Serra do Norte, neste caso, os da Terra Indígena Pirineus de Souza, atualmente somam 311 indígenas percententes aos grupos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txáutesu, Tãwxantesu, Yalakuntê, Yalakalorê e Latundê, distribuídos nas aldeias Central, a mais numerosa, Cururu, Iquê, Cerradinho, Oncinha, São João e Sarizal (COSTA, 2013). Não aceitam a denominação Nambiquara e fazem questão de serem identificados com suas autodenominações, assim registradas em seus documentos. Padecem com o esgotamento do solo,

diminuição das matas ciliares e dos recursos naturais imprescindíveis à sua sobrevivência.

PARQUE DO ARIPUANÃ: ALDEIA SOWANTE

Em 2002, parte população indígena deixou a Terra Indígena Pirineus de Souza e retornou ao seu antigo território, de ocupação tradicional, localizado ao Sul do Parque do Aripuanã⁶. Esse recente ordenamento territorial e suas consequências aos grupos indígenas Nambiquara da área cultural Serra do Norte – Sabanê, Tawandê, Idamalarê –, ainda é merecedor de pesquisas antropológicas elucidatórias, a fim de se compreender as razões pelas quais conduziram os indígenas a deixar suas aldeias e roças para viver em um território entendido pelos Cinta Larga como de sua propriedade, numa reelaboração cultural mútua, interpretada como:

[...] maneiras de negociar o cotidiano, as espertezas, os subterfúgios, incertezas, as defesas, as necessidades e não somente as estratégias de sucesso encorajadas pelas possibilidades oferecidas por um mundo em movimento, onde os códigos se embaralham, referências e valores se intercomunicam ou desaparecem. (BALANDIER, 1997, p. 191).

Entendem os Sabanê, Tawandê e Idamalarê que a edificação de sua aldeia está protegida pelo Decreto n. 64.860, de 23 de julho de 1969, que criou o então denominado Parque Indígena do Aripuanã, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, à frente da presidência do Brasil. O referido Decreto, no seu Art. 1º, determina que “Fica criado, na região limítrofe do Estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque Indígena do Aripuanã, com a característica principal de área reservada aos índios ‘Cintas-Largas’ e ‘Nambikuára’, para efeitos do artigo 186 da Constituição”. Esse documento, de acordo com informações dos indigenistas da Funai, foi consubstancial para convencer lideranças Cinta Larga a “permitir” o retorno dos grupos Nambiquara da Serra do Norte às terras localizadas ao sul do Parque do Aripuanã para edificar sua aldeia, um território que, após a saída os índios, passou a ser entendido como exclusivamente dos Cinta Larga.

Em maio de 2002, uma clareira foi aberta nas matas ciliares do rio

6 A Funai não registra em sua página oficial da *Internet* a existência dos grupos Nambiquara da Serra do Norte no interior da Terra Indígena Parque do Aripuanã. Lê-se somente Cinta Larga. Verificar em Fundação Nacional do Índio. Índios no Brasil. Terras Indígenas. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 22.04.2014.

Roosevelt para a implantação da aldeia Sowaintê. A família de Lino Sabanê, que liderou o processo de retorno ao território tradicional, conduziu inicialmente 40 indígenas. De início, viveram de cestas-básicas adquiridas com recursos provenientes da aposentadoria dos mais velhos, da pesca, da caça, da coleta de insetos, tubérculos e caules de palmeiras (palmito), até que a roça pudesse abastecê-los. Entretanto, mesmo que o documento de comprovação de posse imemorial de uma parcela dos grupos Nambiquara da Serra do Norte tenha sido entregue às lideranças Cinta Larga, a situação de insegurança ainda permeia o imaginário dos indígenas. Esse fato vem impedindo o retorno de outras famílias que moram na Terra Indígena Pirineus de Souza e que têm intenção de se transferirem para a aldeia Sowaintê.

Hoje, a aldeia Sowaintê conta com 58 indivíduos que estão distribuídos em três núcleos populacionais: às margens do rio Roosevelt, acha-se a família de Raimundo e Ivone, onde também se pode encontrar o cemitério; a poucos metros, Arildo e Janaína e Graciele, suas esposas e, mais distante do rio, situa-se a família de Lino e Vanilda. A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Sowaintê foi criada para atender a comunidade e conta com quatro professoras não índias. Junto às propostas educacionais encontram-se em andamento pesquisas de cunho linguístico, que objetivam a revitalização do falar Sabanê. Na estrutura da Funai, a aldeia é assistida pela Coordenação Técnica Local, situada em Vilhena, Rondônia, a 72 quilômetros de distância. Isso significa que tanto o atendimento da Funai quanto o da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) sofre também pela distância da aldeia até o município, ligado por uma estrada de terra utilizada pelo fluxo das fazendas de criação de gado e plantação de soja, com vários trechos precários, especialmente durante o período das chuvas.

Os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, habitantes da aldeia Sowaintê, também têm esperanças de reunir seus parentes que moram em Marco Rondon, Quatro Pontes e Vilhena que se dispersaram em virtude dos ataques dos Cinta Larga, da presença dos agentes do SPI e dos seringueiros que invadiram suas terras. Também aguardam a chegada de seus familiares que moram em aldeias na Terra Indígena Pirineus de Souza. Nas aldeias da Terra Indígena Pirineus de Souza, os índios se queixam que as terras não são mais suficientes para atender suas necessidades, em virtude do aumento populacional, escassez de animais destinados à caça e pela devastação ambiental causada pela ação antrópica no entorno de seu território. Os Sabanê e demais grupos habitantes da Terra Indígena Pirineus de Souza procuram caminhos alternativos para dirimir as dificuldades relativas ao uso e

ocupação da terra. A exemplo, um grupo Tawandê e Idalamarê, da aldeia Sarizal, liderado por Leonel Tawandê, edificou uma aldeia na área denominada Patuazal, considerada de uso tradicional, localizada nas margens do rio Doze de Outubro, no extremo Oeste da Terra Indígena Enawenê-Nawê.

A dinâmica social e política dos grupos Nambiquara da Serra do Norte encontra-se constantemente em processo de reelaboração cultural. Precisam criar

[...] maneiras de negociar o cotidiano, as espertezas, os subterfúgios, incertezas, as defesas, as necessidades e não somente as estratégias de sucesso encorajadas pelas possibilidades oferecidas por um mundo em movimento, onde os códigos se embaralham, referências e valores se intercomunicam ou desaparecem. (BALANDIER, 1997, p. 191).

Essas “maneiras de negociar o cotidiano” delineiam-se na trajetória histórica de contato dos índios Nambiquara com a população não indígena. Entre os eventos de grande impacto acha-se a demarcação das Terras Indígenas pelo SPI e Funai. Tal fato rompeu o caráter ininterrupto de seu território tradicionalmente ocupado, transformando-o em ilhas entremeadas por fazendas agropastoris, vilarejos e cidades, cortadas por estradas. A partir dessa ação, os Nambiquara passaram a ter a obrigação de viver numa territorialidade definida por critérios alheios ao seu universo referencial. Completamente apartados desse processo, permaneceram por algum tempo em aldeias localizadas além das linhas limítrofes estabelecidas pelos órgãos governamentais, até que fossem notificados do que havia ocorrido, em completo desconhecimento da nova cartografia a eles concedida.

Entendem os Nambiquara que a edificação de suas aldeias é constituída por uma parcela dos grupos da Serra do Norte está protegida pelo Decreto n. 64.860, de 23 de julho de 1969, que criou o Parque do Aripuanã, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, à frente da presidência do Brasil. O referido Decreto, no Art. 1º, determina que “Fica criado, na região limítrofe do estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque do Aripuanã, com a característica principal de área reservada aos índios ‘Cintas-Largas’ e ‘Nambikuára’, para efeitos do artigo 186 da Constituição”. Este documento, de acordo com informações dos indigenistas da Funai, foi consubstancial para convencer lideranças Cinta Larga a “permitir” o retorno dos grupos Nambiquara da Serra do Norte às terras localizadas ao sul do Parque do Aripuanã, para edificar suas aldeias,

território que, após a saída os índios, passou a ser entendido como exclusivamente dos Cinta Larga. Índios Sabanê, Tawandê e Idamalarê Tawentê, Txáutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalalaloré e Latundê da Serra do Norte que solicitaram o documento de criação do Parque do Aripuanã (à época PQARI – Parque Indígena do Aripuanã), Decreto n. 64.860 que, para eles, torna-se suficiente para comprovar aos Cinta Larga da veracidade da ocupação tradicional Nambiquara de terras incrustadas ao sul do referido Parque.

O nome Sowaintê foi escolhido por Ivone Sabanê, mãe de Lino Sabanê. Significa “sangue escorrendo pela folha seca”, em referência às mortes dos índios Sabanê, ocasionadas pelos ataques Cinta Larga. Em outubro de 2012, um Sabanê informou que, por três vezes, um grupo de homens Cinta Larga visitou a aldeia Sowaintê com o propósito de impedir a permanência das famílias em “suas terras”. Mas, as tentativas têm sido infrutíferas, pois os indígenas apresentam justificativas, dentre elas, a que estariam impedindo a entrada ilegal de não indígenas na região e, assim, protegeriam aquela parte do parque, nunca utilizada por eles, já que sempre pertenceu aos Nambiquara. Este fato foi anteriormente alertado por Junqueira (1981, p. 58), ao indicar que o “ponto particularmente vulnerável é o sul do parque, perto da rodovia AR-1 [Juina-Aripuanã]. Não há recursos disponíveis para monitorar as incursões dos estranhos em terras indígenas”.

Da área de 25.000 hectares destinadas aos grupos da etnia Nambiquara, em 1918, próxima às estações telegráficas Nhambiquaras, Vilhena e José Bonifácio, para a então denominada Reserva Nambikwara, em 1942. A atuação do SPI se fez presente entre os anos de 1943 e 1969, na pessoa de Afonso Mansur de França. O encarregado do Posto passou a empregar a mão de obra indígena na extração do látex, inicialmente pelo convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation e, após o seu término, por iniciativa própria.

Os índios, durante a constituição histórica desse período, foram condicionados à qualidade de adscritícios à servidão não remunerada, explicado pelo modelo da colonialidade que desencadeou práticas de supressão cultural dos indígenas. Sob formas de dominação e de exploração do trabalho, estiveram os índios inseridos nas relações estabelecidas pelo mercado mundial, a fim de alimentar sua produção, apropriação e distribuição de produtos que, conseqüentemente, conduziu seus saberes a uma condição de subalteridade. O relatório antropológico e linguístico de Reesink e Antunes (2010, p. 4-5) apresentado à Fundação Nacional do Índio informa que:

[...] alguns grupos Sabanê foram atraídos pelo funcionário do Serviço de Proteção aos Índios que se instalou em Mato Grosso na aldeia chamada Espirro, dentro da atual Terra Indígena Pirineus de Souza. Outros grupos de outros povos tais como os inimigos dos Sabanê, os Manduca e os Mamaindê, e ainda os Tawaindê e outros possíveis pequenos contingentes de outros grupos, também foram atraídos para essa aldeia em função das promessas de ajuda, presentes e uma vida sem pressões de ataques de índios ou regionais.

França, conforme Reesink e Antunes (2010, p. 5), “administrou todos estes índios com mão de ferro: sob o lema de ensiná-los a ‘trabalhar’ impôs uma disciplina férrea que se estendia a punições corporais de chicote, inclusive para mulheres e crianças”. No referido relatório, os autores informam ainda que:

[...] grupos liderados por dois grandes líderes que já moravam no Espirro decidiram fugir e se instalar na aldeia no rio Roosevelt e se juntar aos outros índios. Contrariado, o funcionário montou uma expedição com os seringueiros brancos que trabalhavam para ele, alcançou os fugitivos e matou os dois capitães. Alguns índios chegaram à aldeia, mas aqueles que não conseguiram escapar foram devolvidos ao SPI na pessoa de França e punidos. Quando Afonso França se retirou para um seringal de sua propriedade, conhecido como “seringal do Faustino”, seu genro, ou Cachoeirinha, entre Vilhena e Pimenta Bueno, ele levou consigo uma parte dos índios, principalmente Tawantê, para continuar a trabalhar como trabalhadores braçais para a sua família. (REE-SINK; ANTUNES, 2010, p. 5)

O SPI, representado pelo encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza, Afonso Mansur de França, também participou do esforço de guerra para abastecer de látex a indústria norte-americana, ao explorar a mão de obra dos Nambiquara para a sua produção. Paul David Price (1972a, p. 10) relatou sobre França e suas expedições, que visavam a captura de índios para o trabalho nos seringais: “não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado a fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram”. O tratamento violento adotado pelo funcionário do SPI para manter os índios sob suas ordens ainda se encontra bastante presente nas narrativas dos indígenas quando o

assunto trata da participação dos Sabanê e demais grupos na produção de borracha:

Os indígenas da A.I. Pirineus de Souza tem um longo e trágico histórico de contato contínuo. Em 1943, o S.P.I. fundava o local chamado Espirro um posto que existiu até 1968 sob a chefia de um mesmo funcionário – Afonso França. Durante este período foi enorme a depopulação dos vários sub-grupos Nambiquara ali reunidos causada por epidemias, maus tratos. Para este posto foram transferidos os Sabanê, cujo dialeto é o que mais se diferencia dos outros dialetos Nambiquara. (TORRES, 1986, p. 3).

No ano de 1943, a Rubber Development Corporation, pela Inspetoria Regional do SPI, em Cuiabá, notificava que a então denominada Reserva Pirineus de Souza era um dos postos atingidos com uma cota mensal de produção de borracha nativa. A extração da borracha tornou-se suficientemente lucrativa e várias empresas privadas entraram na região Nambiquara da Serra do Norte e Chapada dos Parecis. Os homens dos grupos Nambiquara em Pirineus de Souza foram obrigados a se tornar seringueiros, de uma forma ou de outra. Trabalhavam na extração do látex, na abertura de trilhas e nas roças. O contato com os seringueiros causou principalmente graves danos à saúde desses índios. Muitos morreram de sarampo e gripe (COSTA, 2002).

A década de 1960 foi o momento de preparação para a chegada, em massa, de homens e investimentos em virtude da intensificação do tráfego da BR 029, hoje denominada BR 364. Em 1966 a rodovia atraiu um fluxo migratório fora do comum, diante da facilidade dos incentivos fiscais da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dentre outros.

A presença de diversos agentes no período do SPI e que, ao fazerem uso das picadas abertas para a instauração das Linhas Telegráficas, se apoderaram de forma violenta de partes significativas do território Nambiquara, especialmente dos grupos do Cerrado e da Serra do Norte. Neste sentido, indubitavelmente, ao ser examinada a influência da gestão levada a cabo pelo SPI, percebe-se a desastrosa atuação do órgão indigenista junto às terras dos índios Nambiquara:

Analisa-se, portanto, a atuação do SPI entre os Nambiquara como inexpressiva e com esparsas ações que basicamente se resumiram na criação de alguns postos, com um contingente humano completamente despreparado para a missão. Em Rondônia, onde

se acham os grupos da Serra do Norte, o SPI, representado por Afonso Mansur de França, utilizou intensamente a mão de obra dos índios para a extração do látex, quando empregou um forte esquema de dominação que incluía, até mesmo, maus tratos, violências e expedições punitivas. (COSTA, 2011, p. 380-381).

O SPI, com um histórico decrescente de orçamento e de perda de sustentação política, em especial, a partir do Estado Novo, viu-se afundar em denúncias de corrupção e maus tratos aos índios. A missão civilizatória e de integração de um Estado Nacional chegou ao fim, desvinculada das diretrizes iniciadas por Rondon. Não sem antes, em seus estertores, contribuir para mudar o paradigma fundiário para os territórios indígenas, de pequenas porções de subsistências, para áreas imprescindíveis à sua reprodução física e cultural.

Conhecer a trajetória histórica dos grupos Nambiquara da Serra do Norte é primordial para entender a dispersão dos indígenas em virtude da multiplicidade de acontecimentos que interferiram em seus modos de viver, em consequência dos deslocamentos e das pressões exercidas por não indígenas oriundos de diversas partes do Brasil. Pode-se afirmar que ainda é considerada modesta a produção de estudos em diversos campos do conhecimento que se dedicam à análise da ocupação do território imemorial Nambiquara. No caso de Mato Grosso, estudos dessa natureza são oportunos, uma vez que a região ocupada por múltiplas etnias e diferentes culturas enfrenta uma migração desenfreada e que não levam em consideração as formas distintas de ocupação do espaço.

Somente no início do século XX é que começaram a circular as primeiras notícias trazidas pelos integrantes da “Comissão Rondon”, como passou a ser denominada a Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. No Palácio Monröe, no Rio de Janeiro, em 1910, e em São Paulo, no mesmo ano, foram proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon três conferências e, mais tarde, em 1919, em Mato Grosso (RONDON, 1922).

No que diz respeito aos indígenas habitantes da área cultural Serra do Norte, são considerados ainda raros os estudos que versam sobre os grupos que compõem a etnia Nambiquara. Essa situação se torna mais difícil quando se trata dos grupos da área cultural Serra do Norte, designados por Roquette-Pinto de “grupo Nordeste” e “grupo Setentrional”:

O grande grupo Nordeste mora já na vizinhança das águas do Madeira, nas margens de tributários do Gi-Paraná. Parece-me formado por diferentes núcleos secundários, cujas relações ainda não foram bem caracterizadas; pertencem-lhe os índios que encontrei na invernada de Três Buritis, nos Campos 14 de Abril, em José Bonifácio, Campos de Maria de Molina. Seu núcleo principal habita entre os rios 12 de Outubro e Roosevelt (rio da Dúvida). Do grupo septentrional só encontrei os Tagnanis, Tauitês, Salumás, Tarutês, Taschuitês; mesmo assim, apenas sobre Tagnanis e Tauitês consegui diversas notas. (ROQUETTE-PINTO, 1938, p. 216).

Nota-se a diversidade de grupos Nambiquara, designados pelo etnógrafo de “núcleos secundários”, alguns encontrados nas nominações atuais da população da Terra Indígena Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Posteriormente aos estudos de Roquette-Pinto, o antropólogo David Price (1972b) apresentou uma cartografia que localizou um número expressivo de grupos Nambiquara, das três áreas culturais: Vale do Guaporé, Chapada dos Parecis e Serra do Norte. Na espacialidade de interesse deste estudo, identificou, em um de seus estudos, os grupos Nambiquara Txáwanté, Txáwenté, Yalunté, Tayaté, Alapmunte, Yalakaloré e Sabanê.

Mesmo que existam importantes estudos abordados especialmente pela antropologia e história, percebe-se ainda uma carência quanto àqueles direcionados à etnografia dos diversos grupos Nambiquara, o que dificulta uma apreensão mais apurada sobre a sua organização social. Dessa forma, pretende-se com este estudo, apresentar a composição dos grupos Nambiquara da Serra do Norte para, então, entender os motivos que levaram uma parcela dos grupos da Terra Indígena Pirineus de Souza, área cultural Serra do Norte, a efetuar o retorno para terras de ocupação tradicional, localizadas ao Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, já que há indícios de que ainda temem ataques dos Cinta Larga, de conformidade com algumas narrativas coletadas durante os trabalhos de campo.



A preocupação da Funai em reconhecer um território a ser destinado aos Nambikwara e instaurar os procedimentos demarcatórios necessários deu-se na segunda metade do século XX, em consequência da instalação das empresas agropecuárias no Vale do Guaporé, terras de ocupação indígena e, conseqüentemente, do contato dos índios

com os trabalhadores que chegavam ao estado de Mato Grosso. O procedimento de homologação da então denominada Área Indígena Pirineus de Souza, com uma área de 28.212 hectares, Mato Grosso, ocorreu no ano de 1984.

A presença maciça desse contingente teve como resultado a diminuição das terras ancestrais dos índios e acelerou uma desarticulação profunda nessa sociedade que provocou uma depopulação paulatina, causada, principalmente, pela devastação ambiental, doenças infecto-contagiosas, emprego de desfolhantes químicos aspergidos de avião e uso abusivo de fogo. Levar em consideração o espaço de ocupação imemorial Nambiquara é, portanto, entender como a história ordena-se culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a problemática de pesquisa eleita neste estudo, conhecer fragmentos da trajetória histórica dos grupos Nambiquara da Serra do Norte torna-se primordial. Isso porque historicamente os Nambiquara da Chapada dos Parecis, Vale do Guaporé e Serra do Norte vêm passando por uma intensa dinâmica social ocasionada por uma dispersão dos indígenas em virtude dos acontecimentos que interferiram em seus modos de viver, em consequência dos deslocamentos e das pressões exercidas por não indígenas oriundos de diversas partes do Brasil.

As fontes orais são caracterizadas nesta abordagem como de relevância para identificar quais os grupos que atualmente ocupam as Terras Indígenas Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Até a presente data, as últimas informações indicam a presença de três grupos Nambiquara ocupando a Terra Indígena Pirineus de Souza, a saber: Sabanê, Tawandê e Idalamarê. Os demais grupos existentes neste território são oriundos de outras áreas culturais Nambiquara. É importante ressaltar que pesquisas bibliográficas e cartográficas, especialmente àquelas de autoria de Roquette-Pinto (1938), Rondon (1922, 1947), Price (1972a, 1972b) e mais recentemente de Reesink e Antunes (2010), apresentam de forma bastante diferenciada a composição dos grupos Nambiquara da Serra do Norte. No caso de Price, por exemplo, a composição dos grupos não se apresenta de forma uniforme. Diante às circunstâncias, pretende-se elaborar um levantamento das fontes bibliográficas e cartográficas, de diferentes autores, que indiquem os grupos da Serra do Norte para, então, comparar com os dados colhidos em campo.

Com idêntica relevância, as fontes orais também são fundamentais para o entendimento da atual reconfiguração territorial de uma parte da população indígena da Serra do Norte, pois ainda é considerada modesta a produção de estudos em diversos campos do conhecimento que se dedicam à análise da ocupação do território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara. No caso de Mato Grosso, estudos dessa natureza são oportunos, uma vez que a região habitada por múltiplas etnias com diferentes culturas enfrenta uma migração desenfreada e que não leva em consideração as formas distintas de ocupação indígena.

Somente no início do século XX é que começaram a circular as primeiras notícias sobre os os grupos Nambiquara, trazidas pelos integrantes da “Comissão Rondon”, como passou a ser denominada a Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. No Palácio Monröe, no Rio de Janeiro, em 1910, e em São Paulo, no mesmo ano, foram proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon três conferências e, mais tarde, em 1919, em Mato Grosso (RONDON, 1922).

A problemática da pesquisa arrolou alguns dados pertinentes à etno-história dos grupos que atualmente vivem na Terra Indígena Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Principalmente em face ao redimensionamento das políticas econômicas após 1964, o território dos índios Nambiquara passou a ser de interesse das ações estatais e particulares, em especial, as terras férteis ocupadas pelos grupos Nambiquara da área cultural Vale do Guaporé e da exploração do látex por representantes do Serviço de Proteção aos Índios junto aos grupos da Serra do Norte.

O discurso oficial, em seus aspectos linguísticos e doutrinários, criou uma desigualdade proveniente do colonialismo europeu vigente desde o século XVI. A exterioridade dessa representação rege-se pelo truísmo, como se essa entidade geográfica possa descrever a si mesma, como imagens refletidas no jogo de espelhos, a induzir um complexo aparato de reproduções mentais daquilo que se pensava, numa relação contínua de poder, de dominação, de variação hegemônica das ideias. Esta hegemonia reiterou o sentido etnocêntrico da superioridade do homem “civilizado” sobre o “atraso” dos povos indígenas, assim como a obrigatoriedade da sociedade ocidental levar-lhes o “desenvolvimento”, seja material ou espiritual. Esses discursos estão materializados em ações que consignaram um intercâmbio desigual, com variada tipologia de poder e como um fato sociocultural.

A preocupação da Fundação Nacional do Índio em reconhecer um território a ser destinado aos Nambiquara e instaurar os procedimentos

demarcatórios necessários deu-se na segunda metade do século XX, em consequência da instalação das empresas agropecuárias no Vale do Guaporé, terras de ocupação indígena e, conseqüentemente, do contato dos índios com os trabalhadores que chegavam ao estado de Mato Grosso. O procedimento de homologação da então denominada Área Indígena Pirineus de Souza, com uma superfície de 28.212 hectares, Mato Grosso, ocorreu no ano de 1984.

No contexto de exploração do trabalho indígena pelos agentes do Serviço de Proteção aos Índios e da desapropriação de seus territórios de ocupação tradicional, tanto pelos Cinta Larga como pelos não índios, grande parte dos membros dos grupos da Serra do Norte deixaram suas aldeias e, num movimento de dispersão, procuraram formas alternativas de sobrevivência. Uns seguiram para o Acre; outros procuraram trabalho em seringais próximos a Vilhena e outras localidades em Rondônia; outros permaneceram na Terra Indígena Pirineus de Souza.

Somente no ano de 2002, um pequeno grupo da Terra Indígena Pirineus de Souza, por conta própria, decidiu retornar ao antigo território: Terra Indígena Parque do Aripuanã. A cartografia, especialmente em seus aspectos culturais, adquire outra forma a partir do momento em que deixa de apresentar uma ocupação exclusivamente dos índios Cinta Larga, como entendem os Tupi Monde, autodenominados *Matetamãe*.

Até a presente data, as pesquisas de campo realizadas junto aos grupos Sabanê, Tawandê, e Idamalarê indicam que os motivos que os levaram de volta às terras localizadas ao Sul do Parque do Aripuanã deu-se pela maior disponibilidade de alimentos. Portanto, ainda que os Cinta Larga rondem suas aldeias e os pressionem a deixar suas casas edificadas em uma clareira aberta na mata ciliar do rio Roosevelt, decidiram permanecer na aldeia Sawantê, onde há maior incidência de terras férteis necessárias ao plantio de tubérculos, de animais e de peixes destinados à caça e à pesca, respectivamente, e, ainda, de coleta de uma diversidade de frutos e insetos bastante presentes em sua dieta alimentar. Contudo, as pesquisas de campo trilham também pelo caminho esboçado pelas narrativas orais, ainda que fundamentadas em hipótese, de que o posicionamento das mulheres no cotidiano aldeão foi de grande importância na decisão de retornar aos locais das antigas aldeias ao Sul do Parque do Aripuanã.

O avanço da civilização Ocidental conduz as sociedades indígenas, em proporções violentas, a uma resignificação imbuída de uma leitura simbólico-cultural e que, conseqüentemente, é internalizada

aos novos padrões de relacionamento que os levam à manutenção de uma determinada unidade social, compatível às suas necessidades. Em referência aos Nambiquara, as transformações impingidas às suas terras e aos seus limítrofes são analisadas como elementos de violência à vida indígena, como fatores que tomam parte de encontros e desencontros nas teias das relações de dominação. Portanto, o que se estabelece durante o contato é entendido neste estudo como fator desintegrador de elementos sociais, políticos e culturais da sociedade Nambiquara. Índios e não indígenas são conduzidos ao confronto, a constantes desajustamentos que levam os primeiros a uma condição de subordinação.

A cartografia Nambiquara ganha outro traçado em consequência do retorno dos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txãutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalakalorê e Latundê às margens do legendário rio Roosevelt, outrora denominado rio da Dúvida, até os resultados da expedição de Rondon, na companhia do ex-presidente Theodor Roosevelt, em busca de suas cabeceiras. Se Jeremy Black (2005) afirma que a linha da história vem demonstrando que incontáveis documentos cartográficos são contrários à realidade com fins de assegurar supremacias geopolíticas, os grupos Nambiquara da Serra do Norte, à sua maneira, se reorganizam dentro de uma dinâmica social e, na condição de protagonistas de suas próprias histórias, redesenham uma nova cartografia de ocupação territorial, em oposição à oficial.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **A desordem**: elogio do movimento. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. **Atlas histórico escolar**. 7ª ed. rev. e atual. Ministério da Educação e Cultural. Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 22.04.2014.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Senhores da memória**: uma história do Nambiquara do cerrado. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002 (Coleção Tibanaré, v. 3).

_____. “Como formigas”: os Nambiquara na gestão do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: textos imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011, p. 373-381.

- _____. Os grupos Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza. In: **Plano de gestão Terra Indígena Pirineus de Souza**. Cuiabá: OPAN, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Rachar as coisas, rachar as palavras**. Conversações 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (Coleção Trans).
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). In: **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 9, n. 1, jan.-jun. de 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed. Departamento de Cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- JUNQUEIRA, Carmen. Cinta Larga. **Cultural Survival**. In the path of Polonoroeste: endangered peoples of western Brazil. Occasional Paper 6, october 1981, p. 55-58.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979 (Perspectivas do Homem).
- MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Serviço de Proteção aos Índios**, 1958.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1999 (Territórios Sociais, 2).
- PRICE, Paul David. **Nambiquara society**. Thesis (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972a.
- _____. **Região Nambiquara**. Baseado nos foto-índices do Brazil Project. AF-63-32A, Flown by Aerospace Cartographic and Geodetic Service (1966-1969), 1972b.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso, set. 2005, p. 227-278 (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>
- REESINK, Edwin; ANTUNES, Gabriel. **A ocupação dos Sabanê na área**

dos rios Roosevelt e Tenente Marques. Parecer antropológico e linguístico. Fundação Nacional do Índio, 2010, 8 p.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo.** Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1922 (Publicação n. 68).

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **História Natural. Etnografia.** 2. ed. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Comissão de Linhas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 (Publicação n. 2, anexo n. 5).

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia.** 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Brasiliiana, Série 5, v. 39, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

TORRES, Maria Cristina N. **Avaliação Antropológica do grupo Nambikwara.** São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

VIVEIROS, Ester de. **Rondon conta a sua vida.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.

CARTOGRAFANDO PERCEPÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO OCIDENTALIZADA DE PARTE DA OBRA DE JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

MAPPING PERCEPTIONS ABOUT INDIGENOUS
EDUCATION AND WESTERNIZED PART OF THE
WORK JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

Adriane Pesovento¹

RESUMO: Cartografar percepções aparece nesse artigo como um objeto de investigação que prioriza o olhar de Joaquim Ferreira Moutinho e a circularidade de suas percepções em relação aos indígenas. O pressuposto analítico é de que o autor, como homem de seu tempo, que transitou entre a identidade local e a moral europeia, em alguns momentos se viu em situações de contradição na exposição de suas impressões e, ainda, no que tange à educação e ao processo civilizatório que havia de ser instalado na província de Mato Grosso, para que o local deixasse de lado certa inércia por ele constatada e em vários momentos reforçada. Na contramão, em vários momentos, dedicava a enaltecer o regional, deixando claro a dubiedade

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduação e mestrado em História (UFMT). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Campus Rolim de Moura. E-mail: pesovento@hotmail.com

de suas percepções evidenciadas em suas narrativas. No que concerne à educação indígena, não foram muito distintas suas observações. Em alguns momentos enaltecia determinadas etnias e em outros apelava para a catequese como instrumento para sua “civilização”. Assim, esse artigo visa destacar os elementos contraditórios presentes em alguns escritos de Joaquim Ferreira Moutinho, cartografando sua experiência de homem que viveu em Mato Grosso, no século XIX, e deixou marcas por meio das suas impressões dúbias. Para esse estudo, foram consultados registros documentais e bibliográficos que oferecessem respostas para a compreensão de um homem que escreveu tatuado com as marcas de seu tempo. O artigo se insere na perspectiva da colonialidade do saber e na teoria do sistema-mundo, que tem como um dos expoentes Immanuel Wallerstein.

Palavras-Chave: História da Educação. Joaquim Ferreira Moutinho. Educação Indígena.

ABSTRACT: Mapping perceptions in this study appears as an object of research that prioritizes the look of Joaquim Ferreira Moutinho and the circularity of their perceptions regarding indigenous. The analytical assumption is that the author as a man of his time who moved between local identity and European morals, at times found himself in situations of conflict in the exhibition of his prints, and also in the spheres of education and the civilizing process had to be installed in the province of Mato Grosso to the local toss aside some inertia experienced by him and strengthened in several moments. Against, at various times devoted to extolling the regional, making clear the dubiousness of their perceptions through their narratives are highlighted. Regarding indigenous education were not very distinct observations. In a few moments praised certain ethnicities and other called for catechesis as a tool to “civilization” of the Indians. Thus, this article aims to highlight the contradictory elements present in some writings of Joaquim Ferreira Moutinho, charting his experience as a man who lived in Mato Grosso in the nineteenth century and left their marks through dubious impressions he experienced. For this study documentary and bibliographic records which offered answers to the understanding of a man who wrote tattooed with the marks of his time were consulted. The study is part of the perspective of the coloniality of knowledge and theory of the world system that has as one of the exponents Immanuel Wallerstein.

Keywords: History of Education. Joaquim Ferreira Moutinho. Indigenous Education.

1 O HOMEM EM SEU TEMPO: JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

Em “*Notícia Sobre a Província de Mato Grosso*”, obra publicada no ano de 1869 e já bem conhecida dos historiadores regionais, Joaquim Ferreira Moutinho apresenta suas percepções sobre a Província. Enfatiza Cuiabá e a cuiabania², porém não deixa de mencionar características de outras espacialidades mais distantes da capital. O autor viveu por quase duas décadas em Mato Grosso e seu olhar agrega os aspectos políticos locais e apresenta elementos do cotidiano, dos usos e costumes em sua narrativa. Não escapa aos seus olhos o seguimento indígena, apresentado pelas suas experiências de um homem que viveu no século XIX.

Nas narrativas, é perceptível seu trânsito entre “dois” mundos, o regional e o de viés europeu, tanto reunido na experiência da espacialidade em que viveu, quanto nas observações descritas na obra acima mencionada, nos limites e contradições de ser-estar-viver naquele contexto. De família portuguesa carregava em seu modo de ver o mundo aspectos compreensivos desse universo. Na corda bamba entre o local e a tradição histórica que o atravessava, deixou suas impressões. Em alguns momentos deslizava e traía suas concepções acerca da região, oscilando entre o belo e bom, e o ruim e “selvagem”, presente nos hábitos locais.

Assim, as impressões que deixou são as de um homem que carregou essa experiência dubla de vivência, não de modo dicotômico e binário, por assim dizer, mas que convivia com as diferenças de universos culturais distintos e tentava situar-se e encontrar o seu próprio lugar enquanto homem das letras que também era.

Em seu trânsito de existência, cabe destacar que Moutinho de certo modo antecipava o debate republicano que se iniciava (ROBERTO, 2002, p. 37), especialmente no que concerne à necessidade da constituição de uma ideia de nação brasileira:

[...] A memória de Moutinho registrou a selvageria da população do sertão mato-grossense, à espera do estrangeiro civilizador. Com sua observação minuciosa, penetrou no mais íntimo dos seus costumes, descrevendo suas casas, vestes, danças, vida econômica, até mesmo seus hábitos mais secretos e o cheiro de seus corpos. Nos seus relatos aflora a identidade portuguesa, em contraste com uma identidade nativa, estigmatizada construída através de uma visão, de uma concepção de mundo essencialmente colonizadora.

2 Expressão que designa tanto vilarejos como povoados no entorno da atual capital de Mato Grosso.

É possível também refletir sobre as percepções de Ferreira Moutinho acerca do lugar, a partir de uma compreensão de sistema-mundo que se desenhava em termos de capitalismo histórico³. Em sua circularidade pessoal de experiências e em termos intelectuais, agitava-se, por vezes, entre dois universos, o local e o geral. Agregou interpretações latentes de um mundo comumente intitulado “moderno”, que nascia na província de Mato Grosso, no século XIX (SIQUEIRA, 1999), em detrimento do que se convencionou, no período, chamar de tradicional ou nos adjetivos negativos de “atrasado”. Então, não é de se estranhar que Moutinho tenha também se tornado um expoente do movimento que emergia no período, mostrando-se, até certo ponto, ambivalente:

[...] mesmo gerentes que estavam sendo cooptados pelo privilégio fossem ambivalentes diante da mensagem do universalismo, vacilando entre adesão e entusiástica e uma rejeição cultural causada por aversão e presunções racistas. Essa ambivalência se expressou em múltiplos movimentos de ‘renascimento’ cultural. A própria palavra renascimento, amplamente utilizada em muitas áreas, encarnava essa ambivalência. Ao usá-la, afirma-se a glória de uma era cultural anterior, mas também se reconhece a inferioridade cultural do momento presente. (WALLERSTEIN, 2004, p. 75).

Em sua análise da realidade, apresentou a educação como um dos elementos-chave para a modernização e concretização dos ideais liberais que adentravam até nos lugares mais distantes da Corte, como o caso da província de Mato Grosso.

Naquele período, a educação mantinha braços com algo que, no século XIX, costumeiramente era chamado de “processo civilizador”. Não era apenas a sociedade local, as pessoas de menos ou mais posses que precisavam “civilizar-se”, mas também e especialmente os indígenas. É em parte em razão disso que o autor dedicou atenção aos

3 A teoria de sistema-mundo é discutida por Immanuel Wallerstein, cientista político que procurou avançar na compreensão do capitalismo como sendo histórico, sua análise o apresenta como anterior ao que vem sendo defendido como seu nascimento, comumente os séculos XIV, XV e XVI. Para o sociólogo muito antes as relações sociais e históricas que objetivavam as trocas mercantis ou ainda o lucro já existiam e mesmo as trocas desiguais. O que ocorreu ao longo dos últimos cinco séculos foi para ele a objetivação e a transformação da acumulação cada vez mais latente. A diferença estaria também no modo como o capitalismo enquanto sistema histórico foi capaz de esconder essas trocas desiguais. Concorreram para isso alguns aspectos centrais: o espaço da economia e o espaço da política compreendidos como colaborativos em certa medida, mas especialmente quando um não fere o interesse do outro. Desse modo, sua intenção é demonstrar que o objetivo principal do capitalismo é sua auto-expansão, ou seja, acumular mais da mesma coisa. Para o autor em todo momento em que o capital tenha sido objetivo central e tenha tido prioridade em relação a objetivos alternativos ao longo do tempo, pode-se dizer que esteve um sistema capitalista em operação. Então como sistema-mundo compreende-se também todo esse processo interligado com questões de fronteiras e soberania, proletarização e o que ele chama de sub-proletarização (esta última em seu modo de ver é maior que a primeira), o Estado como acumulador também. Ocorre ainda um processo de racialização, etnicidade e o sexismo agregados às relações de classe, não havendo necessariamente a sobreposição de um fator sobre outro, mas em concomitância compondo o sistema-mundo-capitalista.

chamados por ele de “nativos”.

Entre o próximo e o distante, cabe também mencionar o lugar que ele ocupava no cenário político e econômico de Mato Grosso: era detentor de condição privilegiada frente a outros segmentos sociais, ou seja, era homem de certos recursos e pertencente a uma elite cultural do período. E foi a partir dos trilhos de seu lugar que construiu um discurso próprio, era ele um “[...] comerciante, genro de um major e coletor de impostos – que ele construiu sua suposta objetividade”. (ROBERTO, 2002, p. 36).

Não raras vezes, reeditava versões precedentes a ele sobre a população local nas quais se tornariam evidentes certas contradições, especialmente no alinhavo de uma costura textual sobre a população local. Em alguns momentos elogiava a hospitalidade, os modos e em outros ressaltando a “falta de iniciativa” do povo, a “carestia” de tudo, as dificuldades com a agricultura, entre outras. Esse “entre-lugar” em que se situava Joaquim Moutinho diz muito sobre a cartografia da população que ele apresentou em seus registros.

Para tratar das populações indígenas, constroi em sua obra um capítulo específico (IX), em que apresenta olhar próprio em relação aos indígenas. Dos meandros de sua narrativa, localizada temporal, cultural e socialmente, e ressaltadas as singularidades próprias da sua construção textual, aponta informações sobre tais populações, problematizando-as e triangulando-a com os conceitos de educação dos anos oitocentos e das matrizes e educação tradicional indígena, raras vezes e quando possível.

Moutinho apresentou em sua obra as etnias que então ele denominava de Cayuas e Guaranis, Terenas e Laianas, Quinquinaós, Guanás, Guachis, Guarayos, Muras e Mundrucus⁴.

4 Manteve-se aqui a grafia utilizada pelo autor, assim como em outras fontes optou-se por manter a grafia da época. Cabe ressaltar que a Associação Brasileira de Antropologia no ano de 1953 estabeleceu normas para grafar palavras indígenas, resumidamente sendo este o modelo de acordo com Julio Cezar Mellati (1999): Utilizar todas as letras do alfabeto e sinais diacríticos da ortografia oficial brasileira, e ainda as letras k, ñ, w e y, mas descartar o c e o q (substituindo-os pelo k), o til (substituindo-o pelo n posposto à vogal) e o acento grave. Fazer uso de dígrafos, como dj, lh, ng, tx (a “Convenção” não explícita, mas deixa subentendido, que estão descartados o gu, o ss, o rr). Representar a aspiração com o h, isolado ou combinado com consoantes oclusivas (o nh é substituído pelo ñ). Representar com o r qualquer modalidade de consoante líquida. Representar com o hífen a oclusão glotal. Substituir o i e o u por y e por w, respectivamente, quando se tratar de semiconsoante. Usar o ã, o õ e o ü para representar respectivamente as vogais baixas, médias e altas que sejam mistas. A “Convenção” chama de mistas as vogais anteriores arredondadas e as posteriores não-arredondadas, sem considerar as centrais. Usar, em todos os nomes, os acentos agudo ou circunflexo para indicar a sílaba tônica, a não ser que a vogal dessa sílaba seja tremada. Escrever os nomes tribais com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando tomados como adjetivos. Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados. Além disso, muitos nomes de grupos indígenas foram escritos por não índios o que gerou uma série de diferenças ortográficas ao se mencionar determinado grupo. Destaca-se também que muitos nomes de nações indígenas (entendidas como nações não por significar um país, mas por representar um coletivo com singularidades próprias) também receberam denominações tanto de outros grupos étnicos, quanto de membros da sociedade envolvente, que muitas vezes não correspondiam ou correspondem a auto-denominação do grupo. Um exemplo disso é a etnia Panará que vive ao norte do estado de Mato Grosso e que é chamada de Kreakarore, existindo no município de Guarantã do Norte até escola com essa denominação que não é a tradicional do povo Panará.

Não havia, no século XIX, consenso sobre a densidade demográfica das populações indígenas, apenas especulações frente ao que era conhecido pela sociedade envolvente, nos limites geográficos conhecidos e explorados até então. Desse modo, Moutinho vale-se do cálculo do Barão de Melgaço e destacou a presença de vinte e quatro mil almas apenas:

[...] Quanto á população aborígene, faltão os precisos dados para avalial-a; mas alguma rasão há de suppôr que não excede de 24,000 almas. [...] Cumpre-me dizer que muitas pessoas autorizadas julgão que a dita população é mais numerosa, mas os argumentos que ouvi não destrõem a minha convicção a este respeito. (MOUTINHO, 1869, p. 12).

Um breve levantamento a partir das fontes documentais na contemporaneidade, desconstrói essa versão de vinte e quatro mil indígenas. Mesmo para o período existe uma estimativa de que só entre os Apiaká, no final do século XVIII, ela era de mil e quinhentas pessoas. Vê-se que o autor escreve a partir das informações que possuía no período, o que de longe corresponde à possível densidade demográfica indígena existente naquele contexto. Obviamente, o autor não possuía informações mais precisas, só possíveis no século seguinte.

Pelas limitações do tempo e da coleta de informações, essa baixa densidade demográfica será continuamente reeditada ou repetida por outros registros documentais do período, o que encontra correspondência em indícios em período anterior: “[...] em 1862, o ‘Relatório de Transmissão’ do Vice Presidente da Província, Sr. Leverger, apresentou um mapa populacional com uma divisão da população digna de nota: ‘Civilizada livre = 35.000; Escrava = 6.000; Indígena = 24.000, perfazendo um total de 65.000 habitantes’” (VASCONCELOS, 1999, p. 76).

Sem dúvida, os números não respondem à densidade populacional do período e mesmo os Censos de 1872 e 1890 não eram precisos e pouco ou nada mencionavam a presença indígena. O último indicava uma população total de 92.827, distribuída em um território de 1.379.651 Km², informação facilmente refutada ao se considerar a população indígena atual, presente nos três estados que compunham a Província; para além de projeções é mais fácil informar a quase impossível tarefa de mensurar a densidade demográfica indígena à época.

Frente às dificuldades, mais comum era repetir números já conhecidos, ou ainda informações mencionadas por outras autoridades, cronistas ou memorialistas do período.

Um dado, porém, indica elementos que podem ser questionados, ou seja, a população livre era numericamente superior aos indígenas mencionados, no caso de Augusto Leverger. É possível conjecturar que não fosse apenas o desconhecimento que operasse e que números inferiores apresentados no censo e nos registros conjugassem para a percepção de um contingente populacional mais “civilizado” do que “selvagem”, isso tanto aos olhos locais quanto aos do governo central.

2. QUANDO O “BARBARISMO” É A RESPOSTA PARA A FELICIDADE OU INFELICIDADE DE UM POVO

Como já foi mencionado, em seu trânsito entre o mundo local e o geral, o autor é traído por suas palavras, pois, em muitos momentos vale-se de expressões pejorativas para se referir aos indígenas. Na sua incongruência, coloca em cheque o próprio modelo ocidental de existência, do qual era defensor. Operam, nesse breve instante que lhe escapa, revelações sobre si mesmo, a partir do “outro”. Logo no início de sua narrativa destaca que “[...] Não sabemos dizer se esse estado de ignorância (dos índios) e barbarismo é para eles uma felicidade ou infelicidade” (MOUTINHO, 1869, p. 133) e assim continua:

[...] A vida do homem civilizado é tão cheia de amarguras, que às vezes chegamos a ter inveja d’esses entes que nascem, vivem e morrem sem conhecerem os milhares de necessidades que nós procuramos aumentar para tormento nosso, nos poucos instantes que vão do nascimento ao berço, pela escabrosa vereda da vida”. (ibidem).

Assim, nesse pequeno “deslize” ou na “soltura” de suas palavras, constata-se que existia nele uma tentativa de definição das fronteiras não apenas de territorialidade, mas especialmente culturais e de modelos de vida, nos modos de ser-estar no mundo. Ou seja, é como se Joaquim Ferreira Moutinho estivesse num “entre-lugar” em que o “outro”, não poucas vezes, reflete uma imagem da sociedade dita “civilizada” em seus contrassensos, mundo ao qual ele também pertencia.

No antagonismo “bárbaro e civilizado”, o modo de ser ocidental e não índio gerava um fosso, colocando-o, de certa maneira, na berlinda. O anúncio das angústias promovidas pelo modo de existência da sociedade envolvente é indicativo de questionamentos sobre qual modelo de sociedade seria o ideal. E isso, vez por outra, reacende em sua narrativa. Ao inquietar-se com o local, sendo ele “estrangeiro”, mas também pertencente àquela localidade, apresenta suas singularidades, pois, “[...] Um estrangeiro, ao naturalizar a selvageria do outro, opera uma revelação sobre si”. (ROBERTO, 2002, p. 36).

Nesse transitar, não aprofundou alguns pontos, como por exemplo, a educação “formal” que se praticava em Aldeamentos, ao contrário, resignou-se a mencionar e destacar, como algo positivo, todos os elementos percebidos por ele e que aproximavam os indígenas do modelo desejado pela sociedade provincial.

Essa contradição, como um autor do século XIX, seu questionamento e dúvida são reveladores da fragilidade do homem ocidental que questiona seus fazeres e sua existência por longa data, pois o “outro” quase sempre figurou como estranho. E mais, demonstra também o momento vivido pelo autor que deve ser lido pelos filtros do seu tempo. Nesse jogo compreensivo e interpretativo, é necessário tentar pensar em Joaquim Moutinho ou outros informantes já não mais presentes, de modo a:

[...] captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência-próxima, e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permite estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa que colocar-se ‘embaixo da pele do outro’ [...]. (GEERTEZ, 2012, p. 62).

Se certa crise o tomava em sua construção narrativa inicial, há então uma compreensão de que, mesmo aqueles que desejavam e defendiam a “civilização” dos indígenas, em dado momento questionavam-se sobre o assunto, colocando, com isso, uma interrogação sobre o modelo ocidental do sistema-mundo, isso lá no século XIX.

Como outros políticos, diretores dos índios, cronistas e memorialistas, Moutinho destacava a catequese como alternativa para a aproximação indígena e mesmo para sua educação em sentido amplo, aos propósitos da sociedade provinciana.

Evocar a presença de religiosos continuou, durante o século XIX, uma constante tanto nas vozes tanto de memorialistas quanto nos documentos oficiais de um Estado que pretendia assumir o controle e civilização dos indígenas. Na prática, a propositura era esfacelada, frente às dificuldades em instalar religiosos em espacialidades mais distantes e ainda em virtude da ascensão de modelos que preconizavam a instalação de colônias militares para os indígenas, no final do século XIX.

Pode-se, então, perceber que, concomitante ao discurso civilizatório, tem-se o religioso e o militar emergente, operando juntos em boa parte daquele período, sem a exclusão de um para a afirmação

do outro. Moutinho não deixou de lembrar o tema e assim como em outros registros da Presidência da Província, da Diretoria dos Índios ou dos Jornais locais, lamentava constantemente a falta de investimentos na “civilização” dos índios.

A escassez de recursos não só para a “civilização” dos indígenas como para outras carências do período aparece em vários relatos; tais lamentos e justificativas utilizados para definir um “atraso” no progresso da Província eram também, de certo modo, estratégias para o convencimento das autoridades da Corte quanto à necessidade de enviar recursos e mesmo assumir questões que outrora haviam sido destinadas às diversas províncias do país.

Esses discursos eram, então, parte do jogo para tentar sensibilizar as autoridades e ao mesmo tempo justificar o não cumprimento de ordens; paralelo a isso, existem também os argumentos da distância dos sertões, já questionada pela historiografia regional.

Entre os argumentos adotados por Moutinho, são comuns aqueles que reforçam a ideia de outros cronistas do período que pensavam os indígenas como possíveis trabalhadores em benefício da Província, e para isso recorriam, em suas palavras, à necessidade de se criar Aldeamentos e mesmo de manter a catequese, em que a finalidade última era a inserção dos índios no mundo do trabalho, na perspectiva ocidentalcêntrica.

Ao recomendar isso, informava que as ações empregadas quase sempre eram com o uso da força o que, ao seu modo de ver, não contribuía para o alcance dos interesses que se desejavam para o período:

Até hoje o único systema empregado n'este importantíssimo ramo de serviço público tem sido precisamente aquelle de que nunca se podia colher bom resultado, qual seja a força, levando a morte ao centro de suas – tabas, - e aprisionando mulheres e creanças, que são conduzidas ás povoações. (MOUTINHO, 1869, p. 134).

As resistências indígenas eram tidas como “contínuas depredações”, e a violência destacada como a forma mais usual, eficaz e contínua, ou seja, o emprego da força como estratégia para o controle das etnias mais resistentes fazia-se necessária em algumas situações, de acordo com o autor. Na mesma medida em que a violência era denunciada, também passou a defendida, não deixando de mencionar que as consequências nefastas para a sociedade provincial, pois:

Estes meios recrudescem o ódio que os gentis votão ás classes civilizadas desde o descobrimento da província pelos sertanejos,

que só tinham em mira o interesse do outro, sem cuidarem absolutamente dos donos da terra, que forão a chumbo e a balla expulsos de suas possessões. (MOUTINHO, 1869, p. 134).

3. ALDEAMENTOS E COLÔNIAS: POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PARA OS INDÍGENAS

Entre os traços que aproximam e diferenciam os Aldeamentos das Colônias, pode ser destacado que ambos eram espaços criados para reunir indígenas de etnias diversas em uma territorialidade única, organizada e planejada para exercer o controle sobre esses povos. Como diferença, destaca-se o fato de que nas Colônias havia uma presença mais significativa dos preceitos militares, o que desencadeou outras formas de trato com os indígenas que não as aplicadas nos Aldeamentos. Esses, por sua vez, contavam com o auxílio de particulares na administração e mesmo religiosos e estavam mais propensos a aceitar as conveniências de seus diretores, muitos deles fazendeiros e comerciantes que tinham interesse na mão de obra indígena.

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente com o advento da Guerra do Paraguai, os militares passaram a ocupar lugar de destaque no cenário político no Império do Brasil. De acordo com Souza (1999), antes da Guerra do Paraguai e mesmo com a abdicação de D. Pedro I, o que se assistia era a certo desprezo pelos militares, que quase sempre realizavam atividades pouco prestigiadas ou concorridas, em sua maioria relacionadas a repressão e fraudes do fisco e ao contrabando. A origem portuguesa dos generais levou também a criação da Guarda Nacional e a um sentimento de aversão aos militares, durante certo tempo, algo que mudou apenas alguns anos depois:

Somente a Guerra do Paraguai desequilibraria, anos mais tarde, essa relação e, ainda assim, as alterações ocorreriam devido à pressão imposta por determinados setores do Exército. A recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos pampas paraguaios, produziu grandes descontentamentos entre a oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do país que culminaria no golpe de 1889. (SOUZA, 1999, p. 17).

Não havia, ao certo, consenso e mesmo uma coesão em termos do que era o exército ou os militares nos anos de 1870. Aos poucos, essa construção foi se desenhando e os militares ganhando maior importância no cenário da política nacional.

Na medida em que ocupavam mais espaço e passavam a ter papel significativo em decisões políticas, também ocorreu uma maior presença de modelos militares nas ações e na política indígena do período. O que se constatava, então, era cada vez mais a presença desses na organização em espacialidades, previamente definidas, a serem ocupadas por indígenas e com isso tentar impor de certo modo o processo de “civilização” e ocidentalização.

Tanto foi que, paralelo aos Aldeamentos, surgiram Colônias com características próprias de espaços militares e, assim, o objetivo caminhava na direção de que os militares assumissem pouco a pouco a responsabilidade, tanto das Colônias quanto dos Aldeamentos, substituindo os religiosos.

Na ânsia de manter, organizar e fazer as Colônias e Aldeamentos funcionarem, não abriram mão de civis, comerciantes, empresários ou grandes agricultores para exercer atividades de Diretores ou Administradores, como já foi mencionado, e sendo poucas as denúncias de abusos por parte destes últimos: “[...] algumas pessoas que ali aspirão o lugar de Director só tem em mira o proveito, nem sempre lícitos, que podem tirar da simplicidade dos índios [...]” (CORRESPONDÊNCIA DA DGI, 1873.).

Do mesmo modo que havia objeções, também, contraditoriamente, desejava-se a criação de Aldeamentos para dos indígenas tirar proveito; esse foi o caso do ocorrido em 1873, ao referir-se aos Guató, que para: “[...] se tornar uteis aos Fazendeiros d’aquella localidade entendido meo dever levar o expedido ao conhecimento de V. Exa proponda para inspector dos ditos índios o cidadão Manoel Gomes da Silva, residente também nas margens do São Lourenço”. (CORRESPONDÊNCIA DA DGI, 1873).

O censo de 1872, ainda que não totalmente confiável, devido aos desvios mencionados por alguns autores (ALENCASTRO, 1997), pode representar uma proximidade do número de indígenas aldeados, que era de 6.574; esse número não diz muita coisa a se considerar que só em maio de 1889 a Colônia Thereza Cristina recebeu 4.072 indígenas.

Quase sempre, os Aldeamentos e as Colônias mostravam-se como alternativas frente à resistência dos indígenas, conforme o que destacava José de Azevedo Silva, no ano de 1886:

[...] Julgo conveniente a criação de colônias nas proximidades dos lugares onde vagueão os selvagens de modo que se tornem aldeamentos, onde sob a direção de missionários catequistas,

os selvícolas, pouco a pouco se transformem de nômades, em lavradores da terra; de inimigos irreconciliáveis, em amigos agradecidos da raça civilizadora que do mesmo tempo que lhes ensina o trabalho incutindo-lhes no espírito o amor a sua e o respeito a propriedade alheia, proporcionando-lhes os gozos e confortos da civilização. (SILVA, 1886).

Já os Aldeamentos eram espaços dedicados à reunião de indígenas de uma etnia ou mais, sob o controle de membros da sociedade abrangente, geralmente pessoas da elite local, detentora de terras, comerciantes ou funcionários públicos.

O mapa a seguir (expressão utilizada na época) oferece uma dimensão das dificuldades em estabelecer e fixar também os Diretores, pois das sete vagas existentes, quatro delas, no ano de 1879, encontravam-se em aberto:

**Mapa das Aldeias de Índios actualmente existentes na Província de
Matto Grosso, organizado pela Directoria Geral para servir de
supplemento a sinopses da nações aborígenes**

Denominação das Aldeias	Empregos	Nomes dos Empregados	Título dos Serventuários	Observações
Dos Parecis	Director	Vago		1ª Comarca – Estabelecido em terreno devoluto na Freguesia de N. Senhora da Conceição de Alto Paraguay, Diamantino, pertencentes a 1ª Comarca não tem Edifício algum de valor
De Pequery	Director	Vago		Estabelecida recentemente em terreno devoluto no Desatacamento Militar do Piquiry, nos limites da Freguesia de Stª Anna da Chapada Município desta Cidade do Cuiabá, cabeça da 1ª Comarca
De Santa Ignês	Director	Vago	Por officio da Directoria Geral de 20 de Dezembro de 1854 são os comandantes militares da cidade de Matto Grosso incumbidos da direção destes Índios	2ª Comarca – Estabelecida no anno de 1852 na margem direita do rio Guaporé, em terreno devoluto perto do sítio - Cubatão pertencente a Freguesia da Santíssima Trindade de Matto Grosso Município da Cidade deste nome - Não tem edificio algum de valor

Do Jaurú	Director	Capitão João Carlos Pereira Leite	Nomeação interina da Directoria Geral de 05 de agosto de 1859	Estabelecida em 1842 em terreno devoluto na margem direita do rio Jaurú, pertencente a Freguesia da Santíssima Trindade de Mato Grosso, mas hoje por estarem os Índios na Caeté, pertencente o seo alojamento á Freguesia de São Luiz de Villa Maria município da mesma Villa
De Nossa Senhora do Bom Conselho	Director	Vago		3ª Comarca – Estabelecida no Mato Grosso em terreno devoluto próximo a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque Esta aldeia foi extinta com a invasão do Paraguay
De Miranda	Director	Major Pedro José Rofino	Proposta da Directoria Geral de 05 de agosto de 1872 e aprovação da Pres.	Idem em terreno devoluto na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, Município da Villa deste mesmo nome - Não tem edificio algum de valor
De Sant'Anna do Paranyba	Director	Manoel Pereira Dias	Idem de 25 de julho de 1871 e aprovação da Presidência de 26 do dito mez	Idem na Freguesia de Sant'Anna do Paranyba, Município da Villa deste nome pertencentes a 3ª Comarca - Não tem edificio algum - Metade do número destes Índios está aldeada no Pequery
Por cópia ao Ministério da Agricultura 25.01.79				Antonio Luiz Brandão Director Geral dos Índios

Quadro 1 – Mapa das aldeias de Índios Actualmente Existentes na Província de Matto Grosso, organizado pela Directoria Geral para servir de supplemento a sinopses das nações aborígenes.

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, Lata 1879/A – 25.01.1879.

Nesses espaços, que não eram tradicionais da cultura indígena, mas sim refeitos em conformidade com os padrões ocidentais e em acordo com as regras e parâmetros estabelecidos pela legislação e política indigenista do período, estabeleciam-se também Colônia que, em alguns casos, até assim fora denominada, como por exemplo, o caso da Thereza Cristina⁵.

5 No estudo de Sandra Jorge da Silva encontram-se maiores informações sobre essa espacialidade. Cf. *Colônia Thereza Cristina e educação ocidental*. 2011.

Em situações tidas como “bem sucedidas”, havia produção agrícola aos moldes não indígena e uma educação quase sempre relacionada à doutrina religiosa cristã e para o trabalho.

Dois religiosos que tiveram bastante evidência no período foram os frades Angelo Caramanico e Mariano de Bagnaia que administraram os Aldeamentos dos Cayuás e Guaranis, o Aldeamento dos Terena e Laiana (MOUTINHO, 1869), e que não raras vezes circularam pela Província com o propósito catequético e mesmo educativo dos indígenas.

Nesses espaços era comum a aprendizagem de ofícios, como, por exemplo, a olaria, mas as atividades relacionadas ao trabalho não se restringiam a isso, eram remadores, trabalhavam com o comércio, na criação de gado, no transporte de gêneros na construção de capelas e moradias. As mulheres aprendiam os serviços domésticos e também a costura.

No Aldeamento de Bom Conselho, em Albuquerque, de acordo com Moutinho, havia uma educação formal, em que ganhava relevo a aprendizagem da música (prática antiga entre os religiosos católicos, entre os inacianos em especial no caso do Brasil Colônia); Frei Angelo Caramanico, além de se ocupar em ensiná-la, também dedicava-se a instruir nas primeiras letras, pois há notícia de uma escola “[...] onde estudavão com muito aproveitamento” (MOUTINHO, 1869, p. 137), porém o autor não apresenta detalhes sobre os métodos de ensino adotados, conteúdos ou outras informações que descrevam como era a educação praticada nessa escola.

Como se sabe, a criação das escolas de primeiras letras ocorreu por força de uma Lei de 15 de outubro de 1827. Após longo debate, em seu artigo primeiro, ficou assim definido o texto:

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. (BRASIL, 1827/2013).

Na sua redação, não havia muitas menção aos aspectos pedagógicos, figuravam nos artigos, em sua maioria, questões relacionadas aos professores, salários e suas cadeiras, aspectos estruturais da organização física, assim como os recursos necessários e as competências de cada órgão a respeito do assunto, e muito menos informações ou indicação a respeito dessas escolas nas aldeias ou Aldeamentos. Ainda que não

tenha tratado didática ou fundamentação pedagógica, destacou o método, que Saviani (2006) incorpora à compreensão de pedagogia:

[...] é obvio que, em se tratando de uma lei que aborda a educação, a questão pedagógica não poderia estar ausente. Essa questão manifesta-se no artigo 4º, quando se prescreve ‘as escolas serão de ensino mútuo’, e no artigo 15, ao determinar que os castigos serão os praticados pelo método de Lancaster [...] o método de ensino mútuo, que já vinha sendo divulgado no Brasil desde 1808, tornou-se oficial em 1827 com a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, ensaiando-se a sua generalização em todo o país. (SAVIANI et al. 2006, p. 15).

Essas escolas tinham como base pedagógica o método mútuo ou monitorial, em que o estudante mais aplicado, ou avançado, ensinava os demais, tornando-se auxiliares dos professores e com a posição de monitores acabavam desempenhando a função de professores, ou seja, ensinar o maior número de pessoas em menor tempo. Como preleciona Siqueira (1999, p. 204) em Mato Grosso essas escolas não foram instaladas:

[...] preferindo adotar um outro método, o simultâneo que, mesmo similar ao mutuo, deste diferia, especialmente no tocante à dinâmica da sala de aula e à participação do mestre [...] Mesmo não tendo introduzido o ensino mútuo, a província de Mato Grosso não estava alheia às ideias modernas, pois recebia frequentemente notícias da Corte onde eram testados novos métodos de ensino rápido de leitura e escrita.

É possível que na escola de primeiras letras do Aldeamento de Bom Conselho fosse utilizado o método mútuo ou monitorial. Ainda que não existam registros específicos a respeito, não é improvável que esse modelo educativo, remodelado aos anseios dos Aldeamentos ou Colônias, fosse ressignificado e incorporado às práticas educativas.

Assim, como as ideias circulavam pela Província, é possível que a prática de um aluno ensinando outro tenha ocorrido em Bom Conselho, pois naquela espacialidade:

Havião escolhas de primeiras letras e musica, onde estudavão com muito aproveitamento [...] Quando estivemos n’esse aldeamento, notamos a regularidade da educação dada por frei Angelo, que não os poupava ao trabalho, mas tratava-os com amor paternal. (MOUTINHO, 1869, p. 137).

Outra percepção que reforça essa interpretação era a escassez de professores na Província e mesmo em localidades mais distantes do Império, e ainda, o número exíguo de pessoas alfabetizadas que não chegava a 10%. É exemplar nessa direção a afirmação de Tavares Bastos (1870) que situava no contexto global da época a péssima colocação do país em termos educacionais.

A respeito da Escola de Primeiras Letras existente no Aldeamento, Augusto Leverger (1853) oferecia informações sobre como ela se encontrava. Isso demonstra a existência de educação escolar sistematizada, dedicada especialmente às crianças. Havia no período a compreensão de que, por meio das crianças, poderia se chegar aos adultos, ou promover mudanças no comportamento indígena em médio prazo, seguindo uma máxima que vigorava no período: para um índio, outro índio. A respeito da escola de primeiras letras esse registro é significativo:

Continua a ser mui satisfatório o estado da Aldêa dos Kinikináo na Missão Bom Conselho, sob a desvelada direção do Religioso Capuchinho Frei Mariano de Bagnara (sic). Oitenta e três meninos frequentão com notável proveito a aula de 1^{as} letras; e vinte a de música, oito aprendem os officios de ferreiro e de ourives, e dous já estão prontos no de sapateiro. (LEVERGER, 1853, p. 27).

Nesse modo de conceber a educação, especialmente aquela compreendida como instrução, existia uma nítida compreensão de que seria no momento da infância que se construiria “outro índio”, ou outra pessoa, que não aquelas que tanto incomodavam a sociedade local pelos modos de agir, pensar e se relacionar com o meio, com a terra, com seus pares, enfim com o mundo.

Diante disso, percebe-se a incompreensão dos elementos histórico-sociais presentes em qualquer processo de aprendizagem, pois, o tradicional, concebido como a perspectiva indígena, também atravessava as crianças, que promoviam valores e percepções de mundo, muitos advindos do universo dos adultos e mesmo dos idosos.

Não se pode perceber aquelas crianças desvencilhadas de suas matrizes históricos- culturais, ainda que aos olhos dos narradores isso não fosse visível.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: império, corte e modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 10.12.2012.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Joscelyne. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícia sobre a província de Mato Grosso*. São Paulo: Typographia Shoereder, 1869.
- LEVERGER, Augusto. *Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso*. Livro 127. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT. Cuiabá, 1853.
- _____. *Notícias sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 02.12.1848 ao Ministro Secretario d'Estado dos Negócios do Império, pelo Director Geral dos Índios*. Joaquim Alves Ferreira. APMT.
- MACHADO, Fátima Roberto. Que história é essa? Que barulho é esse? Uma introdução ao debate sobre Antropologia Histórica e a História Cultural. In: MACHADO, Fátima Roberto. (Org.). *Mato Grosso Português: ensaios de antropologia histórica*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2002. (Série Ensaios Antropológicos. n. 6).
- MATO GROSSO. *Correspondência da Diretoria Geral dos Índios enviada a Presidência da Província de Mato Grosso*. 04/02/1873. Lata 1873 – A, APMT, 1873.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869.
- MELATTI, Julio César. *Convenção para a grafia dos nomes tribais*. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2012.
- SILVA, José de Azevedo. *Relatório apresentado ao Dr. Joaquim Galdino Pimentel Presidente da Província de Mato Grosso pelo Chefe de Polícia em 1886*. Doc. 71. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT. Cuiabá (MT), 1886.
- _____. *Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia, Dr. José de Azevedo Silva ao Dr. Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província de Mato Grosso*. Doc. 71. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT. Cuiabá (MT), 1886..
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1890)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1990.

SAVIANI, Demerval. et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea).

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VASCONCELOS, Claudio Alves. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Os limites dos paradigmas do século XIX*. Trad. Adail Sobral, Maria Estela Gonçalves. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

DESLOCANDO O OLHAR PARA UMA CARTOGRAFIA DAS MARGENS DO RIO CUIABÁ

CAMBIANDO SU MIRADA HACIA UNA CARTOGRAFÍA DE LOS MÁRGENES DEL RÍO CUIABÁ

Suíse Monteiro Leon Bordest¹

RESUMO: Buscando inspiração em contribuições trazidas pela concepção de Michel Foucault sobre o deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central e nuclear, para aquilo descrito como periférico, marginal, menor e fronteiro, procuramos neste texto sobre Cartografias, visualizar as margens do rio Cuiabá-MT, por meio dos eventos, edificações e mitologia da população local.

Palavras-chave: Cartografias. Percepções. Lugares. Ponte Júlio Müller. Várzea Grande-MT

RESUMEN: En busca de la inspiración a través de las contribuciones de la concepción de Michel Foucault sobre el cambio en la perspectiva de lo que siempre fue considerado como el centro y el núcleo de lo que se describe como periférica, marginal, y el borde inferior, vemos este texto en Cartografías, ver las riberas de los ríos Cuiabá-MT, a través de los acontecimientos, los edificios y la mitología de la población local.

Palabras-clave: Cartografías. Percepciones. Lugares. Puente Júlio Müller. Várzea Grande-MT

¹ Suíse Monteiro Leon Bordest - Geógrafa. Profa. Dra. do PPG em Geografia da UFMT. Membro Titular do IHGMT. E-mail: bordest@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A temática, *Cartografias*, sugerida e aceita em reunião mensal pelos sócios efetivos do IHGMT, para ser abordada como tema central na edição 74 da Revista do IHGMT apresenta-se, neste artigo, com o propósito de propiciar reflexões sobre diferentes maneiras de se ler a espacialidade geográfica. Buscamos inspiração em diversos autores e autoras, dentre os quais, *Albuquerque Júnior*, *Veiga-Netto* e *Souza Filho*, organizadores do livro *Cartografias de Foucault: uma cartografia das margens* (2008), que chama a atenção para uma das contribuições trazidas pelas obras de Michel Foucault, sobre o deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central e nuclear, para aquilo concebido como periférico, marginal, menor, fronteiriço:

Como cartógrafo de nosso tempo e de nosso mundo, Foucault teria deslocado seu olhar para as bordas constitutivas da racionalidade ocidental ao se dedicar a estudar a desrazão, a loucura, a anormalidade, a monstruosidade, a sexualidade, o corpo, a literatura, os ilegalismos, os infames, tudo aquilo que a racionalidade moderna excluiu, desconheceu, definiu como passível de punição, de normalização e de medicalização. Sua obra fez aparecer uma nova geografia de nosso pensamento e de nossas práticas ao ir buscar naquilo que foi considerado minoritário, desviante, criminoso, invisível, ameaçador, as próprias operações fundamentais de constituição do que somos e daquilo que fizemos e fazemos com nós mesmos. Para Foucault, aquilo que uma sociedade exclui, joga para as margens é o que constitui seus limites, as suas fronteiras e é justamente o que a define, o que dá seus contornos e o seu desenho. As experiências do fora, das margens, dos limites, das fronteiras, seriam as experiências que permitiam cartografar novos desenhos, novas configurações para o acontecer de uma dada sociedade. Como o saber é perspectivo, esse olhar das margens permite constituir outras visibilidades e outras divisibilidades sobre qualquer tema ou problema que se queira colocar para o conhecimento. Conhecer é, portanto, também uma questão de localização, de colocação em um dado lugar, da abertura de um dado espaço para o pensamento. (ALBUQUERQUE JÚNIOR; VEIGA-NETTO; SOUZA FILHO, 2008, p. 9).

Comentam ainda os autores citados que Michel Foucault sempre colocou a ética e a política como temas nucleares de sua reflexão. De fato, podem sempre ser encontradas proposta de abertura de novos

espaços de reflexão e de prática de procedimentos éticos e políticos em seus livros, textos e entrevistas.

Lívia de Oliveira, em *Percepção e representação do espaço geográfico* (1996, p. 187), trata o mapa como representação do espaço geográfico. Nessa obra, afirma a autora ser o mapa uma forma de linguagem mais antiga que a própria escrita:

Povos pré-históricos, que não foram capazes de registrar os acontecimentos em expressões escritas, o fizeram em expressões gráficas, recorrendo ao mapa como modo de comunicação. O mesmo acontece na atualidade com povos primitivos que não contam com um sistema de escrita, mas possuem mapas de suas aldeias e vizinhanças.

Lembra, ainda, ser o mapa também usado pelas crianças antes de aprender a ler e escrever, quando traça linhas, áreas e pontos em seus jogos, mapeando brincadeiras. Como os seres humanos sempre desenvolveram uma atividade exploratória do espaço que os circunda e procurando representar esse espaço para as mais diversas finalidades, o mapa aparece como uma forma de expressão e comunicação entre os homens.

Ainda no campo da percepção, nos estudos voltados para a interpretação da realidade, entende-se que cada um possui sua visão de mundo, que não pode ser apenas objetiva, mas compõe-se de um conjunto de realidades subjetivas. Significados, sistema de valores e interpretações dependem de uma série de fatores, sejam sociais ou inerentes ao próprio indivíduo. Para Murta e Goodey (2002), interpretar é um ato de comunicação. Pode-se dizer que interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural.

No quadro teórico de Yi-Fu-Tuan (1980; 1983), espaço e lugar são elementos do meio ambiente, profundamente relacionados e indicadores de experiências comuns. Os trabalhos desse autor, na área da geografia humanística, são exemplares nos estudos do significado da qualidade do lugar enquanto concorrência de fenômenos ambientais no cotidiano da sociedade. Entende Tuan (1980, p. 56) que o lugar é o local percebido como único e repleto de valores e significados, afirmando também que “a literatura, mais do que os levantamentos das ciências sociais, nos fornece informação detalhada e minuciosa de como os seres humanos percebem seus mundos”.

Com essas leituras vislumbra-se no tema *Cartografias* uma oportunidade de relacionar *percepções e lugares* para se refletir sobre onde estamos, onde nos situamos, não apenas graficamente, mas como parte da espacialidade que contém uma sociedade, onde a ética não pode ser negligenciada na perspectiva de mudanças.

OUTRAS CARTOGRAFIAS

No *Dicionário Cartográfico*, Cêurio de Oliveira (1980, p. 62) define Cartografia como o “conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, visando à elaboração e preparação de cartas, projetos e outras formas de expressão, bem como a sua utilização”. Em *Disputas territoriais e disputas cartográficas* (2008, p. 13), Henri Acselrad e Luis Régis Coli (2008, p. 13) comentam:

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista”. [...] Na história das representações espaciais, os mapas começaram não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências com o conseqüente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais “objetivos”. O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo.

Fundamentação de novos trabalhos sobre temas relacionados aos *mapas mentais*, com ampla difusão no meio acadêmico brasileiro, encontra-se veiculado em obras de Yi-Fu-Tuan, Merleau Ponty, Livia de Oliveira, com diferentes olhares.

No presente texto queremos falar de leituras cartográficas não convencionais, que possam ser lidas com diferentes olhares, incluindo o olhar *das margens, do periférico*, como alerta Foucault. Para exemplificar, deixamos recair o olhar no subespaço que envolve as margens do rio Cuiabá, seus significados, eventos e imaginário. Para tanto, iniciamos com um olhar *de cima*, através de uma das cinco pontes edificadas sobre o rio Cuiabá, no espaço urbano, e em seguida focamos o olhar pelas *margens* desse mesmo rio.

O AMBIENTE EXPERIENCIADO

Quando se adentra no campo das cartografias, percebe-se que os geógrafos têm sido os profissionais que habitualmente trabalham, produzem e interpretam os mapas. Para Livia de Oliveira (1996, p. 187), o mapa sempre ocupou um lugar de destaque na geografia, onde é ao mesmo tempo instrumento de trabalho, registro e armazenamento de informação, e um modo de expressão e comunicação, uma linguagem gráfica.

No Brasil, como em outras partes do mundo, cartografias são temas reconhecidos nos programas econômicos governamentais e privados, entretanto, é preciso saber preparar-se para essa técnica que, além de benefícios econômicos, pode valorizar e promover nosso patrimônio cultural. O artigo em pauta focaliza diversos aspectos, a exemplo de uma das mais significativas edificações, a Ponte Júlio Müller sobre o rio Cuiabá, ressaltando fatos marginais compreendidos entre a sua construção, em meados século XX, até o início do século XXI, passando por sucessivas transformações, tendo por base sua adaptação aos diversos momentos históricos (Fig. 1)

Fig. 1 - Ponte Júlio Müller décadas 1940-60



Foto: Pierre. APMT



Foto acervo Família Rodrigues - ACBM
Rio Cuiabá, lado do Porto e embarcações para travessia



Foto Chau – Pontes e rios, foto 1

Antes da edificação dessa ponte, a travessia de Cuiabá para Várzea Grande se fazia de forma bastante rudimentar, através de uma embarcação conhecida por Barca Pêndulo. Vejamos o que conta D. Neusa Ribeiro Monteiro da Silva, uma das primeiras funcionárias dos Correios de Mato Grosso:

Para ir para os Correios e voltar, dependia da Barca Pêndulo, ela foi um sucesso. Atravessei por essa barca desde pequena. Vinham umas 20 pessoas sentadas, depois, na parte dos fundos, pessoas em pé e também alguns animais e mercadorias. O Didito – Benedito Leite – era o responsável pela travessia e movimentava a barca durante todo dia. Ia e voltava diversas vezes, o dia inteiro. A saída era do Mercado do Porto, do lado de Cuiabá, chegando até Várzea Grande e parando no lugar onde está a atual ponte. O Didito zelava muito pelas crianças para não cair, pois muitas delas, as de Várzea Grande, estudavam do lado de Cuiabá, no Grupo Escolar Senador Azeredo. Outras, de Cuiabá, estudavam em Várzea Grande, na Escola Barca Pêndulo. A Barca Pêndulo contava com o auxílio de um senhor chamado José Félix, que ajudava em tudo, dava mão para as pessoas idosas e crianças ao descenderem. A barca funcionou até a construção da Ponte Júlio Müller, em 1942. Tinha um arame que passava de um lado para outro, dando equilíbrio. Que eu saiba, nunca ocorreu qualquer desastre. Quando eu chegava atrasada no ponto de embarque e perdia a barca, meu pai tinha um batelão e me levava para o outro lado, pois não podia perder o horário do trabalho. A balsa tinha um horário certo para partir, era pontual. Para isso, eu almoçava bem cedo, mais ou menos 10h00, para conseguir chegar aos Correios às 12h00. Depois da construção da Ponte Júlio Müller, atravessávamos para Cuiabá a pé; quem tinha carro atravessava de carro, quem não tinha atravessava a pé. Eu fui uma das primeiras mulheres a ter carro e guiar em Cuiabá. (SILVA, Neusa Ribeiro Monteiro da. Entrevista, 16/02/2013, Várzea Grande).



Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso, p. 146

A construção da ponte Júlio Müller teve início no ano de 1940, tendo sido inaugurada em 1942, no governo de Júlio Strübing Müller, fase em que Várzea Grande integrava o 3º Distrito de Cuiabá. Essa construção foi revestida de inegável importância, seja enquanto meio de deslocamento viário, mas também pelas mudanças ocorridas ao longo de mais de meio século. Entretanto, questiona-se: por que a repercussão da mudança, tão positiva para os investidores econômicos, não ecoou da mesma maneira para todos os setores da sociedade, inclusive aos moradores tradicionais ribeirinhos, que não se beneficiaram da mesma mudança de maneira mais solidária?

A ponte Júlio Müller se insere, portanto, no antigo território portuário entre as cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Consta-se, nos dias atuais, que a mesma vem sendo submetida a uma grandiosa intervenção, que aproveita os atributos da área de entorno para as obras da instalação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, que exigiu a revitalização desse espaço deteriorado, fomentando a mobilidade urbana e reforçando a importância inferida das pontes sobre o rio Cuiabá.

Tanto no passado quanto contemporaneamente, essa ponte descortina uma paisagem do amplo vale que encerra o rio Cuiabá, o qual ainda manteve nas suas margens não só uma vegetação ciliar, com espécies de mata, cerrado e saradizal, hoje, ameaçadas pela erosão e assoreamento; mas também construções de diferentes modalidades, incluindo habi-

tações marginais ao rio Cuiabá em áreas de preservação ambiental, que atestam uma urbanização descontrolada do entorno da ponte.

Na *margem esquerda* do rio vislumbram-se fragmentos da área portuária de Cuiabá, local de referência e tradições, como a descida para o antigo porto que abrigava embarcações, o coreto do Jardim do Porto, o antigo prédio do Mercado do Porto, o Gasômetro etc. Na *margem direita*, além das barrancas do rio, avista-se a Alameda Júlio Müller, que, por muitas décadas, abrigou um Matadouro, conhecido como Saladeiro, posteriormente encampado pela Sadia Oeste. No bairro Porto Velho vê-se escombros de casario e do antigo Clube Náutico, além de novas construções comerciais e residenciais na Avenida da FEB, que atualmente passa por reconstrução, dando-lhe nova forma.

A partir de sua inauguração, em 22/01/1942, a ponte Júlio Müller, além de possibilitar a travessia de pedestres, carros, carroças, charretes, tropas e boiadas para o abate no Saladeiro, era também local de onde se apreciava a chegada das lanchas trazendo viajantes, mercadorias, encomendas etc., e se contemplava lavadeiras, pescadores e banhistas.

Décadas mais tarde, no governo Pedro Pedrossian (1966-1970), que coincide com uma fase de modernização da capital, demandando demolições de bens patrimoniais na cidade, a Ponte Júlio Müller foi demolida e uma outra foi erguida, ganhando nova estrutura, tendo sua inauguração datada de 1969 (Fig. 6).

Ponte Júlio Müller – remodelada em 1969



Foto Chau – Pontes e rios, foito 6

Posteriormente, na década de 1980, no governo Júlio Campos, 83

ponte foi duplicada em mãos para quem segue ou volta do município de Cuiabá para Várzea Grande.

Fig. 2 - Ponte Júlio Müller em fase inicial de ampliação



Fonte: G1.globo.com/Matogrosso/noticia/1980

Atualmente, em 2014, como parte das obras para mobilidade urbana no contexto da Copa, a ponte passou por nova reforma e ampliação das pistas, visando abrigar um corredor capaz de acomodar o moderno sistema de transporte - o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (Fig. 7).

Foto 7 - Ponte Júlio Müller em final de construção no ano de 2014



Fonte: Foto Bordest, 9/6/2014

Considerando que a maioria das pessoas, atualmente usuárias dessa

ponte, nela trafegando de carro, moto, bicicleta, ou a pé, pouco ou nada sabem sobre sua história e utilidade, embora, recorrente, o assunto pode contribuir para uma melhor compreensão desse espaço. O processo de deslocamento e mobilidade urbana sobre a ponte ressalta uma das características do poder político moderno, por vezes ignora a herança cultural que esses logradouros guardam, além da falta de apoio às comunidades afetadas pelas alterações.

Tendo sido a primeira ponte de concreto edificada nesse perímetro urbano, na sequência foram construídas outras quatro pontes atravessando o rio Cuiabá, em diferentes pontos, a saber:

Maria Elisa Bocaiuva Corrêa da Costa, ou Ponte Nova, inaugurada em 1964, no governo Fernando Corrêa da Costa. A ponte *Juscelino Kubitschek*, na Rodovia dos Imigrantes, inaugurada em 1986, no governo Júlio Campos; sendo que a ponte *Mario Andreazza* foi inaugurada na década de 1990, no governo Jayme Campos, e duplicada em 2013. Já a ponte *Sérgio Motta*, hoje em quatro vias, teve sua inauguração datada de 2002, no governo Dante de Oliveira. Essas pontes passaram por diversas reformas, mas, de modo especial nos últimos três anos, visando atender a Copa de 2014, pois Cuiabá foi uma das suas sub-sedes. Todas elas foram construídas por governadores mato-grossenses e num intervalo aproximado de duas décadas, separando as datas de inauguração (Fig. 2, 3, 4, 5, 6).

Fig. 3 - Ponte Maria Elisa Bocaiuva



Fonte: Foto Suíse Bordest, 2014

Fig. 4 - Ponte Juscelino Kubitschek



Fonte: Foto Suíse Bordest, 2014

Fig. 5 - Ponte Mário Andreazza



Fonte: G1.globo.com/Matogrosso/noticia/2013

Figura 6 - Ponte Sérgio Motta



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte-S%C3%94SergioMotta>

O OLHAR PERIFÉRICO DA PONTE JÚLIO MÜLLER

Inspirados nas contribuições de Foucault, deslocamos nosso olhar para o “periférico, marginal, menor ou fronteiro”, recordando que as mudanças ocorridas na Ponte Júlio Müller nem sempre foram tranquilas, especialmente para os moradores do seu entorno.

Assim, com sentimentos saudosistas, os moradores mais antigos recordam que, a partir da década de 1960, desapareceram, das duas extremidades da ponte, ocasião em que foram derrubadas as frondosas árvores de tarumã, que possibilitavam paradas para o descanso de caminhantes. Perdeu-se no tempo o apito das lanchas na chegada e partida das embarcações, mas também os portos de banho, os canteiros floridos do Jardim do Porto, os becos e as antigas casas de comércio e residenciais, dando lugar a uma nova paisagem urbana. No lugar do único ponto de ônibus ou lotação de outra surgiram novas paradas de ônibus, táxis; comércio ambulante, e avolumou-se a presença de seres humanos havidos como indesejáveis: alcoólatras, drogados, prostitutas etc., embora se reconheça que o lugar “porto” sempre abrigou uma minoria marginalizada da sociedade, como lembra Marreto (2014), em dissertação de mestrado que versou sobre o Mercado do Porto, ao referir-se ao bairro. Enfim, para Foucault, olhar as margens significa enxergar tudo que a racionalidade moderna excluiu, desconheceu, definiu como passível de punição, de normalização e de medicalização.

Deslocando ainda mais o olhar para a ponte Júlio Müller e refletindo com Foucault (cartógrafo de nosso tempo), timidamente trazemos à baila um fato que ocorreu há mais de 40 anos no contexto da reconstrução da referida ponte, e que se refere à queda acidental de parte dela na fase final de sua edificação. O lamentável episódio aconteceu no final da tarde do ano de 1968, deixando três pessoas aleijadas e outras tantas traumatizadas, porque, infelizmente, por ali passavam no momento do acidente.

Vale recuperar a tragédia ocorrida com esse desabamento, porque a voz dos acidentados, moradores de uma comunidade das proximidades da ponte, não encontrou eco no meio político, social e econômico e, portanto, foram silenciadas pela imprensa. Começava a imperar o ideal de modernização na capital mato-grossense, contemplada com o desaparecimento de boa parte do patrimônio público e privado de Cuiabá, a exemplo da demolição da Igreja Matriz Bom Jesus, da remodelação da antiga Praça Alencastro, e da derrubada de casarões coloniais, dentre outros. Sequer nesses novos espaços constam informações sobre sua utilização no passado, como se o moderno enterrasse de vez o pretérito.

Pergunta-se: Como seria visto o referido desabamento da ponte Júlio Müller (1968) em meio à grandiosidade das obras que acontecem hoje na mesma ponte? Como seriam tratadas as muitas pessoas acidentadas nos dias atuais? Haveria respeito aos direitos humanos do cidadão? Haveria maior presença do governo? Ocorreria sua repercussão na mídia?

PERCEPÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DESLOCAMENTO

Para Livia de Oliveira (1996, p. 193), representar lugares em um espaço de dimensões relativas e não absolutas pode parecer, à primeira vista, uma distorção da realidade, porque pensamos que o espaço absoluto é o normal, e os demais, distorções:

Os mapas modernos têm apresentado uma mudança sensível em sua problemática. Eles têm deixado de se preocupar tanto com os aspectos físicos do espaço para dar maior ênfase às dimensões sociais; têm procurado cartografar os elementos espaciais que estão ocorrendo no presente, muito mais do que aqueles que já ocorreram no passado, revelando um espaço com componentes dinâmicos em lugar de estáticos. Todas essas mudanças vêm tornando os mapas, em vez de mera forma interessante de comu-

nicação, uma forma relevante e eficaz de comunicar informações necessárias para a vida moderna e que exigem um novo conjunto de convenções para atender os interesses e as necessidades de todos.

Considerando o espaço/tempo entre meados do século XX, e a primeira década do século XXI, em um mundo que mudou e continua mudando, agravando a distância entre ricos e pobres, também Cuiabá mudou no contexto regional e mundial. Entretanto, o exemplo das pontes sobre o rio Cuiabá, que quintuplicaram nesse período, e da ponte Júlio Müller, que se remodelou em quatro momentos, merece reflexão.

Construir, reconstruir pontes e avenidas ao longo de décadas, onde sobressai infraestrutura de concreto/cimento/ferro, é de incontestável importância mediante aos avanços tecnológicos e a necessidade de mobilização, mas, de outro lado, indaga-se: o que mudou na situação social e ambiental dos moradores ribeirinhos e imediações?

O quadro teórico de Tuan (1980; 1983) contribui para a percepção e reflexão do lugar. Para ele, *espaço* e *lugar* são elementos do meio ambiente, profundamente relacionados, indicando experiências comuns, conforme afirmações de Vernaide Wanderley e Eugênia Menêzes (1996, p. 174):

Os seres humanos necessitam de ambos porque suas vidas se processam num movimento dialético de refúgio e aventura, dependência e liberdade. Assim podemos pensar no espaço como algo que permite deslocamentos e cada pausa no movimento faz com que a localização se transforme em lugar. O que se inicia como espaço indiferenciado vai adquirindo estatuto de lugar, à medida que o conhecemos mais intimamente, isto é, quando o dotamos de valor ou lhe conferimos significado.

Dois significados levaram Tuan a classificar o espaço, que pode ser de *topofilia* (amor ao lugar) ou *topofobia* (repulsa a mendicância, prostituição, drogas etc.).

As Cartografias também podem contemplar questões sobre os sentimentos de indiferença, de afeição ou aversão do homem pelos lugares com os quais têm alguma forma de contato. Sentimentos e valores na formação de juízos de valor, de atitudes de ações sobre lugares.

No presente texto, ressalta-se o olhar de Foucault, ao considerar que “as experiências do fora, das margens, dos limites, das fronteiras seriam as que permitiriam cartografar novos desenhos, novas configurações para o ‘acontecer’ de uma dada sociedade”.

DILATANDO O OLHAR SOBRE AS MARGENS DO RIO CUIABÁ

O rio Cuiabá visto pelas margens encontra eco nos dizeres de Tuan (1983, p. 206): “O que pode representar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. Eu sou mais do que aquilo definido pelo presente fugaz”.

O que poderia ser visto nas margens do rio Cuiabá ao longo dos tempos?

1. A POPULAÇÃO RIBEIRINHA – PESCADORES

Como referencia Siqueira (2002), desde os primórdios da fundação de Cuiabá, 1719, já se registrava a presença de um volume expressivo de população às margens dos rios. Inicialmente, ela se localizou a beira do rio Coxipó-Mirim, afluente do Cuiabá. Já em 1722, com as descobertas das Lavras do Sutil, em pleno rio Cuiabá, parte desse contingente se deslocou para o novo veio aurífero, tendo sido avolumada com a migração crescente para a região.

Assim, foi o rio Cuiabá o grande e maior atrativo do processo migratório para o arraial minerador, em cujas margens a população se estabeleceu na esperança de enriquecimento. Para se atingir o rio Cuiabá era utilizado o sistema monçoeiro, que do rio Tietê, atingia o rio Cuiabá (Fig. 8). Esse caminho fluvial, aberto pelos bandeirantes, foi muito utilizado durante todo o século XVIII, a exemplo do trajeto feito pelo primeiro capitão-general de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, conforme relata Siqueira (2002).

Fig. 8 - Caminho fluvial das monções, aberto pelos Bandeirantes



Foto: Album Graphico do Estado de Mato Grosso.

Foi também, no século XVIII, que nas margens do mesmo rio foram estabelecidas as agências de cobrança de impostos, tanto de entrada quanto de saída de mercadorias, ouro e escravos.

Já no século XIX, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai, o rio Cuiabá, o último porto dessa hidrovia – Estuário do Rio da Prata, rio Paraguai e rio Cuiabá – viu seu porto dinamizado, uma vez que Mato Grosso ingressara no movimento do capital, recebendo, dos portos europeus e sul-americanos, não somente mercadorias, mas, sobretudo, nacionais e estrangeiros interessados na exploração das riquezas da época – extração da erva-mate, da poaia, do látex. Foram eles que trouxeram capital para Mato Grosso, aplicado no setor do grande comércio importador e exportador, mas também uma nova cultura e modos de ser e fazer. Foi nesse período que estrangeiros de diversas nacionalidades, mas também brasileiros, abriram, nos portos de Corumbá, Cáceres e Cuiabá, as famosas Casas Comerciais, fazendo florescer e dinamizar o grande comércio, importador de mercadorias estrangeiras, e exportador de matérias-primas de Mato Grosso (Fig. 9):

Fig. 9 - Casas Comerciais em Cuiabá

Foto: Album Graphico do Estado de Mato Grosso.

2. A DEFESA DA CAPITAL DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Durante o conflito armado, desencadeado entre a Tríplice Aliança contra o Paraguai, a capital de Mato Grosso, Cuiabá, ficou ameaçada. Assim, Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, se prontificou para defender a localidade, mediante o iminente perigo paraguaio. Essa operação contou com a colaboração voluntária dos cuiabanos. A defesa de Melgaço foi estabelecida nos contrafortes do rio Cuiabá, mais precisamente no local onde hoje está situada a cidade de Barão de Melgaço. Ali, para rememorar semelhante façanha, foi edificado um Memorial da Guerra do Paraguai, no ano de 2012 (Fig. 10).

Fig. 10 - Memorial da Guerra do Paraguai

Foto: Bordest , 2012

Pelo rio Cuiabá chegavam e partiam pessoas, mercadorias e correspondência. A população, nas chegadas e partidas dos vapores, se reunia no Porto Geral para proceder à recepção ou despedir-se de seus entes queridos. Em algumas ocasiões havia banda de música para recepcionar a chegada ou partida das embarcações (Fig. 11).

Fig. 11 - Vapores no Porto Geral



Foto: Album Graphico de Matto Grosso

3- O PORTO E A DINÂMICA DO COMÉRCIO

Era à margem do rio Cuiabá, na primeira metade do século XX, que oferecia emprego a um grande número de trabalhadores responsáveis pelo pequeno comércio local. Eram eles que transportavam, em carroças e lombo de animais, as mercadorias que chegavam a Cuiabá por via fluvial (Fig. 12). Após carregar as mercadorias, saíam distribuindo entre as Casas Comerciais, quase todas, naquele período, localizadas na zona portuária.

Fig. 12 – Chegada de Mercadoria no Porto Geral

Foto: Album Graphico do Estado de Matto Grosso

Enquanto uma cidade ribeirinha, Cuiabá assistiu e assiste contemporânea e anualmente a uma procissão fluvial, organizada pelas comunidades ribeirinhas. Em geral, elas saem em comitiva de embarcações enfeitadas e carregam, em andor, o santo homenageado. Dessa demonstração religiosa e cultural “[...] barcos, canoas e chalanas que participam das festividades, enfeitados e iluminados, quando essas procissões acontecem”. (LOUREIRO, 2006, p. 128).

A procissão fluvial do rio Cuiabá, em Bom Sucesso, é uma das mais tradicionais, ocasião em que os devotos de São Pedro, geralmente pescadores, sob o som do cururu, saem do Porto de Cuiabá e se dirigem para Bom Sucesso, onde a imagem é depositada em altar e uma missa é rezada em homenagem ao santo padroeiro (Fig.13).

Fig.13 - Procissão fluvial no rio Cuiabá

Foto: In: LOUREIRO, 2006, p. 129.

5. USINAS DE AÇÚCAR RIO CUIABÁ ABAIXO

A plantação de cana-de-açúcar, às margens do rio Cuiabá, existiu desde o período colonial, ganhando maior impulso no final dos oitocentos, quando o movimento migratório demandou uma maior produção. Assim, os antigos alambiques se transformaram em usinas de açúcar, graças à importação de maquinários modernos.

Usina do Itaici



A Usina do Itaici



Atividade na Usina



Atividade na Usina

Foto: Album Graphico do Estado de Mato Grosso, p. 279

Uma das pioneiras nessa direção modernizadora foi a Usina do Itaici, de propriedade do empresário e político mato-grossense Antônio Paes de Barros (Totó Paes). Ali, ele implantou um complexo industrial moderno, suficiente para produção de açúcar e aguardente de qualidade, além de rapaduras, tão apreciadas em Mato Grosso. Foi também na Usina do Itaici que floresceu uma das mais antigas escolas rurais, onde foi instalada a primeira banda musical e local onde foi cunhada moeda própria, intitulada *Tarefa*, utilizada nas transações comerciais efetivadas no interior do estabelecimento industrial. Foi também local de muita festa popular, batizados, casamentos e enterramentos, mas também repleta de ideário místico, muitos deles relacionados diretamente ao rio Cuiabá.

6. A LENDA DO MINHOCÃO DO PARI

Nas margens do rio Cuiabá também a mitologia tem seu lugar, com base na mais significativa lenda regional do Minhocão do Pari, um monstro em forma de serpente que habita esse rio e que aparece aos moradores, surgindo de dentro das águas e provocando ondas que emborcam as embarcações. Sua aparição, segundo relato dos moradores, se dá sempre à noite. Transmitida de pai para filho, a lenda do Minhocão do Pari é mais contada nessa localidade, onde muitos moradores já viram essa cobra grande que aparece no rio Cuiabá, assustando a população (LOUREIRO, 2006, p. 136). (Fig. 15).

Fig. 15 - Minhocão do Pari

Minhocão do Pari. Ilustração: Marcelo Velasco

Ao dilatarmos o olhar sobre as margens do rio Cuiabá, emprestamos de Tuan (1983, p. 224): “Temos o hábito de negar ou esquecer a verdadeira natureza de nossas experiências em favor dos chavões dos discursos públicos”. E como esse autor, reconhecemos ser essa atitude, a nossa última ambição, pois, as margens do rio Cuiabá nos faz recordar que somos mais do que aquilo definido pelo presente fugaz, mas herdeiros de um passado imorredouro.

Do ponto de vista do cotidiano, uma rápida digressão sobre a espacialidade de um setor das margens do rio Cuiabá, componente mais fortemente percebido na paisagem, provavelmente devido a sua função geo-histórica, chamou atenção para o significado social e político que assumem as vias de comunicação, a exemplo da ponte Júlio Muller, que se delinea com amplos contornos como forma de

deslocamento desde o seu surgimento na fase colonial até a atual (dita pós-modernidade). No âmbito dessa Ponte, sentidos (topofílicos e/ou topofílicos) mereceram nossa atenção, para refletir, como Foucault, que a sociedade tida como periférica, marginal, menor, fronteira, ainda precisa ser cartografada com mais ênfase para o “acontecer” de uma nova sociedade. Ao encerrar, no aprofundamento da reflexão de autores que traçam cartografias intelectuais significativas, reproduzimos um trecho de Albuquerque Júnior, Veiga-Netto e Souza Filho, em *Cartografias de Foucault* (2008, p. 10): “Michel Foucault foi um pensador que colocou como tarefa do pensamento fazer a arqueologia do tempo presente, que nos intimou a fazer do presente o nosso problema, que nos conclamou a sermos capazes de nos tornarmos diferentes de nós mesmos, que nos incitou a fazermos um diagnóstico do que estamos fazendo com nosso tempo”

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro. UERJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETTO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. *Cartografias de Foucault*: Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETTO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. *Apresentação: Uma cartografia das margens*. In: _____. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 9-12.
- COSTA, Marisa Vorraber. Cartografando a gurizada da fronteira. Novas subjetividades na escola. In: _____. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008, p. 269-294.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail Sobral e Maria Estela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARRETO, Anselmo Roberto. “*Vulnerabilidade à prática do turismo no Mercado do porto de Cuiabá-Mato Guosso*”.. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - PPGG, UFMT, Cuiabá, 2013
- MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: EdUFMG; Território Brasilis, 2002, p. 13-46.

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980

OLIVEIRA, Livia. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996. P. 187 – 212.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Entrevista concedida por D. Neusa Ribeiro Monteiro da Silva. Várzea Grande, em 16/02/2013.

WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. Do espaço ao lugar: Uma viagem ao sertão brasileiro. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. (São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 173-184.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valorização do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

DEFININDO ÁREAS E ESCOLHENDO ESCALAS: ESBOÇO DE UMA CARTOGRAFIA DA ARQUITETURA DE QUASE 300 ANOS DE CUIABÁ

DEFINING AREAS AND CHOOSING SCALES:
SKETCH OF A CARTOGRAPHY OF THE
ARCHITECTURE OF ALMOST 300 YEARS OF

Gabriel Francisco de Mattos¹

RESUMO: O presente artigo levanta considerações sobre tipologias arquitetônicas encontradas na cidade de Cuiabá, que recentemente completou 295 anos de fundação. Propõe-se também uma periodização da ocupação urbana do sítio, com destaque para o século XX, fazendo uso de uma revisão bibliográfica.

Palavras chave: Arquitetura. Cuiabá. Ocupação Urbana.

ABSTRACT: This article raises considerations on architectural styles found in the city of Cuiabá, who recently completed 295 years of Foundation. It also proposes a periodization of urban occupancy of the site, with emphasis on the 20th century, making use of book references.

Keywords: Architecture. Cuiabá. Urban Occupation.

¹ Arquiteto (UFRJ, 1994), professor universitário, Mestre em educação, escritor, Cuiabano preocupado (e mais: ocupado) de coração. E-mail: feuermat@terra.com.br

Aproximando-se dos 300 anos, Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, situada entre os ecossistemas do Pantanal, Amazônia e Cerrado, guarda características de extensa ocupação humana. Seu sítio pareceu beneficiar-se dessa localização intermediária, onde as populações indígenas desses três sistemas iam encontrar-se. As ocupações neobrasileiras (espanhóis e portugueses), que preferiam trafegar (e traficar) pelos caminhos fluviais, também acharam estratégico esse ponto de encontro entre o Rio Cuiabá, afluente do Rio Paraguai, e o Córrego da Praínha, este último caminho para o clima mais ameno da chapada alta.

Nascida oficialmente durante o Ciclo da Mineração, a Vila Real de Senhor Bom Jesus de Cuiabá teve sua fundação em 1719, já no ocaso da aventura bandeirista, após a decepção paulista com o desfecho da Guerra dos Emboabas. Originalmente na capitania de São Paulo, questões geopolíticas do Império Português transformaram a região em capitania independente meros 30 anos depois, procurando um ponto mais a oeste para sua capital, criando Vila Bela da Santíssima Trindade por decreto. Cuiabá começa então sua sina de “capital de fato” em contraposição àquela vila insalubre aos europeus à beira do Guaporé (SANTOS, 2001, p. 62).

Seguindo o exemplo do sudeste da colônia, a cidade aprende a sobreviver sozinha, já que qualquer norma ou atualização institucional chega atrasada à região; como no caso da Proclamação da República, informada oficialmente a 8 de dezembro de 1889, logo após evento na Assembléia Provincial em homenagem ao aniversário do Imperador já deposto. Esse vai ser um traço muito forte para a cidade, que durante o Império negociava com os países do Prata e, dependente da via fluvial, foi sendo esquecido pelo poder central do país, incapaz de sequer proporcionar comunicação informacional via telégrafo para a região, quanto mais estradas carroçáveis ou o inatingível trem de ferro (BORGES, 2005).

Mas a cidade foi em frente, aos trancos e barrancos, com surtos de estagnação e desenvolvimento, criando, reinventando-se... e construindo.

Uma cidade mostra o caminho que percorreu, traz cicatrizes, tatuagens, marcas de uso, feridas abertas. Uma história que é contada pelos seus edifícios, ruas e praças, e também pelos vestígios deles. É o que proponho a desvendar neste breve esboço de cartografia.

A história urbana de Cuiabá vem sendo contada desde há muito tempo, com tentativas mais recentes de periodização, sendo uma das primeiras tentada pelo arquiteto Júlio De Lamônica Freire (1992;

1997), que mostra uma história lenta até meados do século XX, quando começa um desenvolvimento acima da média nacional. Considero uma boa proposta, que pode ser detalhada e atualizada, principalmente porque novos estudos urbanos passaram a ser desenvolvidos.

Assim, definimos um primeiro período das origens até a década de 1940, quando a cidade se estrutura, recebe algumas melhorias urbanas, mas acaba caindo em nova situação de estagnação. Um segundo período se abre com o governo de Getúlio Vargas, que, até por necessidade, precisa ocupar, ou dar a impressão de ocupar, os grandes vazios populacionais do país. O terceiro período começa no final dos anos 1960, quando os símbolos do progresso e da modernidade passam a ter um papel quase messiânico na cidade, que se reforma a toque de caixa, construindo e destruindo histórias, até uma súbita tomada de consciência depois de vinte anos meio confusos. Um quarto período começa com os anos 1990, quando preocupações urbanísticas levam inclusive a abertura de cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo na cidade; é o momento da auto-reflexão e a hora das propostas. E possivelmente este ano de 2014, com toda a agitação de Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol, é o final desse período e o início de alguma outra coisa, que está por ser construída.

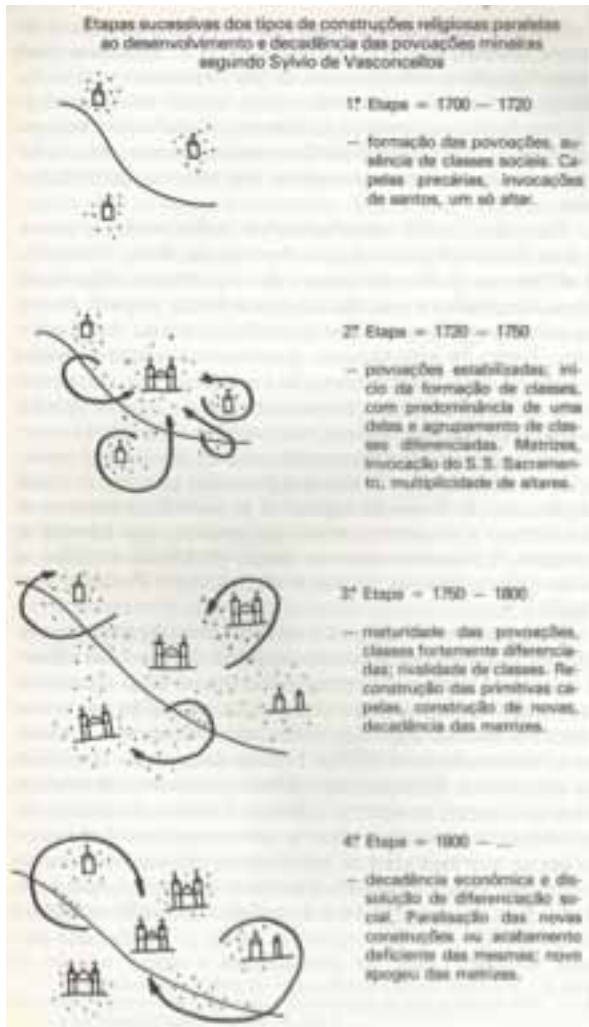
1º PERÍODO: ORIGENS À DÉCADA DE 1940

Os primeiros anos do século XVIII é o período de instalação da fronteira oeste da Coroa Portuguesa, um processo geopolítico que se baseou em fincar cidades nas bordas da colônia (Vila Bela, Cáceres, Corumbá etc.) com a direção definida mais a leste: **Cuiabá**, de clima e situação de acesso mais fácil. Dessa época pouca coisa sobrou: o traçado original ligando o Porto até o Centro do Poder (definido pelo conjunto Palácio do governo, Matriz e Cadeia pública); as casas senhoriais, como a **Casa de Bembém**, a **Casa Barão de Melgaço (IHGMT e Academia Mato-Grossense de Letras)** e a **Casa Cuibana** (entre o Pronto Socorro Municipal e a Santa Casa); e o que eu chamo de *Coroa de Igrejas*, pontuando o caminho do Córrego da Prainha (de leste para oeste: **Igreja do Rosário com a Capela de São Benedito, Igreja Senhor dos Passos, Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, Santuário Maria Auxiliadora e Igreja de São Gonçalo do Porto**).

Pode parecer um período longo, mas é um período em que Mato Grosso era praticamente independente da Capital (Rio de Janeiro) e comercializava com os colegas do Prata. Pena o Casario do Bairro do Porto não ter praticamente sobrevivido.

Cuiabá é uma cidade de origem mineradora, e por isso pode-se usar o esquema de evolução da arquitetura religiosa de Sylvio de Vasconcellos (1983), sendo que o terceiro período conseguiu se manter, não reduzindo a cidade à prevalência da Matriz (Fig. 1).

Figura 1: As quatro fases da arquitetura religiosa, segundo Sylvio de Vasconcellos (1983)



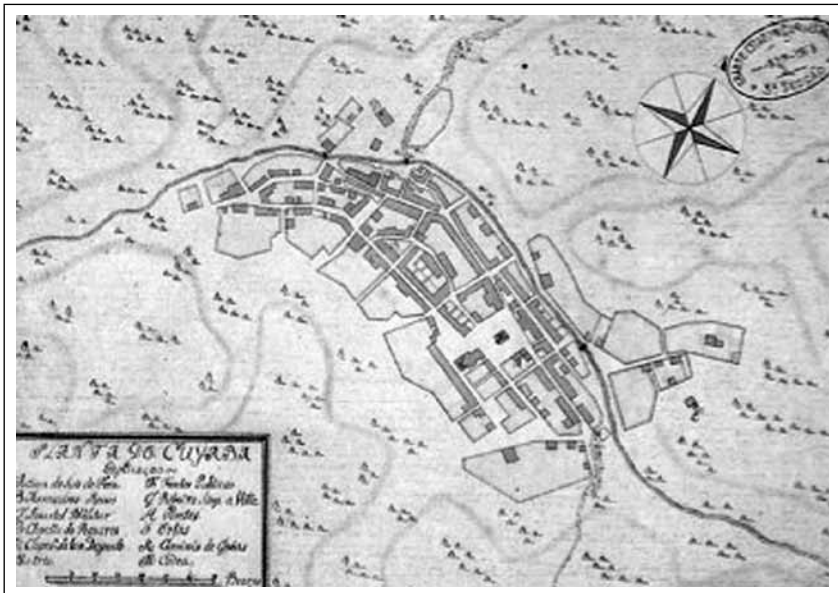
Fonte: MELLO, 1983, p. 144

Logo a cidade se estrutura:

Cuiabá é uma cidade linear (Tábua Vb [Fig. 2]) que se desenvolveu ao longo do rio, com todas as ruas dominantes correndo no mesmo sentido, e as transversais, aproximadamente normais à mesma linha sinuosa do curso de água. Como geralmente acontece em cidades desse tipo, tudo teria começado por uma extensa e magra fileira de casas à margem do rio, que com o tempo teria incorporado, exatamente como se deu em Espanha com Castrojeriz (Burgos), com a qual, de resto, a planta da cidade tem muita semelhança. (SANTOS, 2001, p. 62)

O autor citado elogia depois o traçado da praça central, que equilibra a planta da cidade, comparando-a com as de Vila Boa de Goiás, Vila Bela (MT), Mazagão e Buenos Aires.

Figura 2: Planta sem data de Cuiabá



Fonte: SANTOS, 2001, p. 148

O lote urbano é o definido por REIS FILHO (1978), com uma fachada estreita para a rua e longo comprimento para o interior, onde se localizavam pomares, poço e a “casinha” onde eram despejados os dejetos sanitários. Apelidado de *lote lingüiça*, ainda existe em várias regiões antigas da cidade.

Já em 1853 existe um Código de Posturas, que define “as ruas desta villa, que se houverem de abrir, terão 40 palmos de largura, e em linha reta, quando for possível, nas travessas 30 palmos” (CUIABÁ, 2002, p. 83-84). Também já se definem preocupações sanitárias:

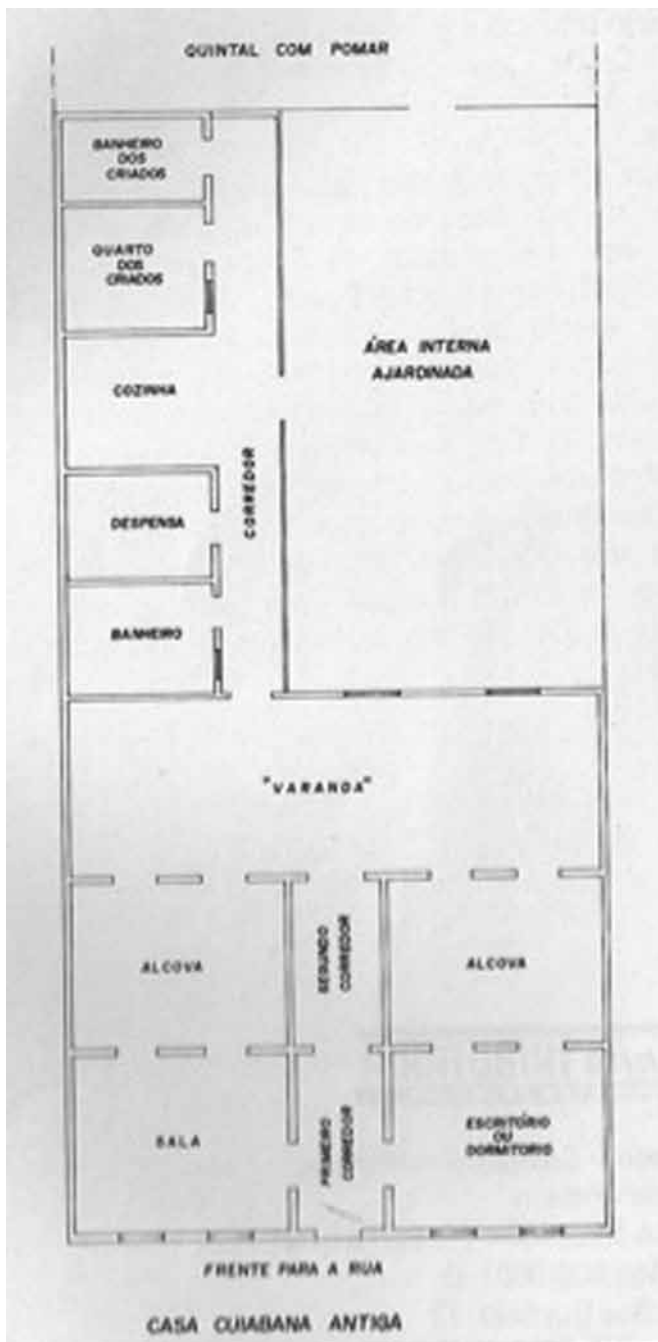
Art. 15 – He prohibido nas ruas e praças, & 1 lançar immundícias de cheiro desagradável, ainda que seja por encanamento que as despejam nellas. & 2 Conservar águas estragadas e fazer estremeiras [...] & 3 Lançar animais mortos ou moribundos. [...]

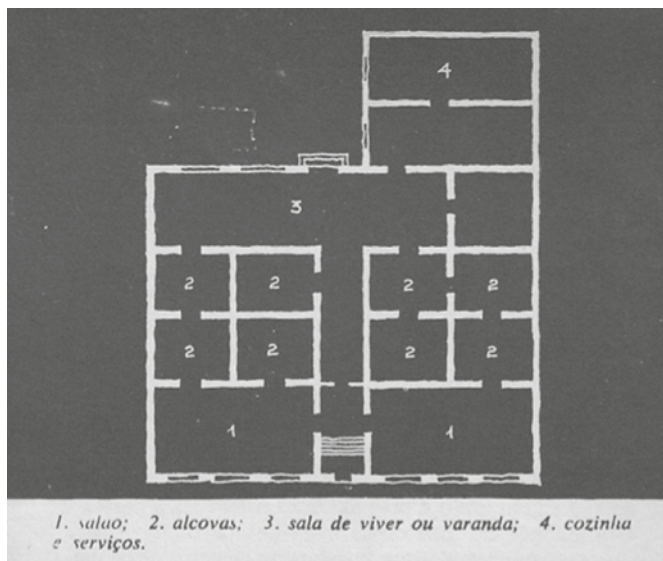
Art. 16 – Os moradores da villa serão obrigados a conservar limpos as testadas dos quintais e casas em que morarem ou forem de sua propriedade. A testada comprehende metade da rua e nas praças 20 palmos, o excedente, isto he o centro das praças, será de obrigação da Câmara. (CUIABÁ, 2002, p. 85)

A casa também é a casa tradicional estudada por Reis Filho (1978) e Verissimo; Bittar (1999), com fachada estreita e voltada para o quintal traseiro, onde se desenvolve a vida doméstica.

Essa situação se altera no final do século XIX com uma adaptação que lembra a *casa de porão alto* definida por Reis Filho (1978), mas que em Cuiabá vai se restringir a um arranjo de planta muito semelhante (Figs. 3 e 4). Isso porque a topografia da cidade, no declive para o Córrego da Prainha, faz aparecer um outro pavimento (ou meio pavimento) que acaba funcionando como um porão ou depósito.

Fig. 3: Casa de Porão Alto e Fig 4: Casa Cuiabana





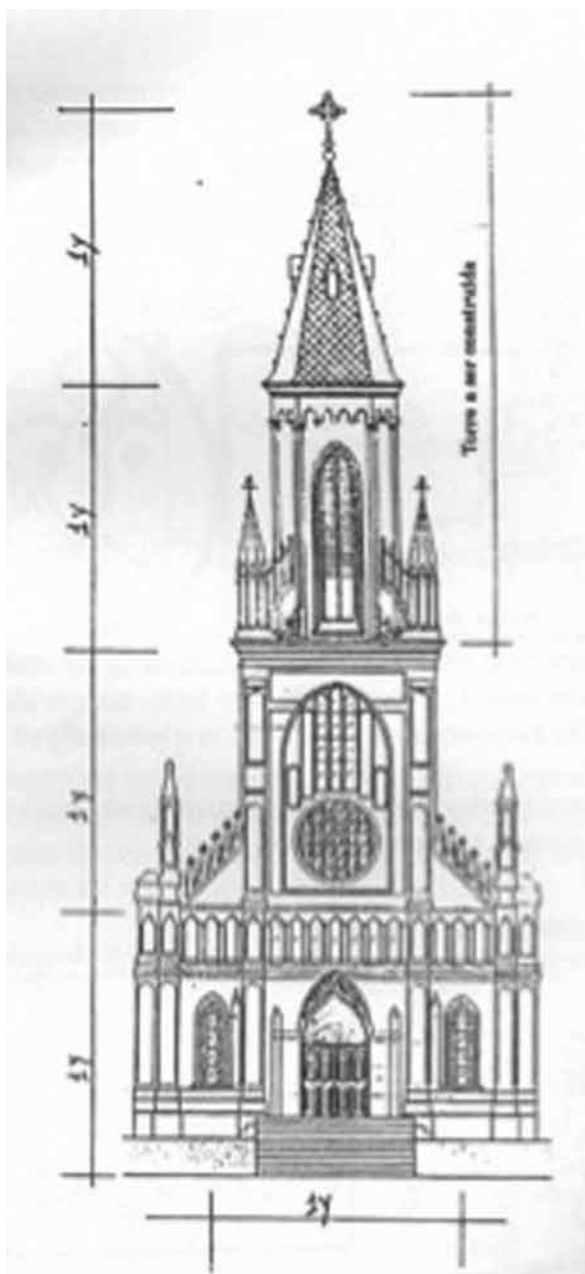
Fonte: REIS FILHO, 1978, p. 39; PÓVOAS, 1980, p. 55

De qualquer maneira é o sistema de limitação da área privada em relação aos espaços sociais masculino (escritório) e feminino (sala de visitas). Os quintais com suas mangueiras e os pés direitos altos mantinham um bom nível de conforto térmico. E é preciso lembrar que as construções alinhadas nos dois lados da via é que definiam a *rua* em contrapartida aos caminhos e largos.

Nesse período a estrutura da cidade é bastante simples, com o caminho ligando o Porto como entrada e acompanhando o Córrego da Prainha até a subida da (hoje) Avenida Getúlio Vargas, onde se estabelece o rocío, o sistema administrativo com o Palácio do Governo e a Matriz do Senhor Bom Jesus.

Esse caminho é abençoado pelo que chamo de *Coroa de Igrejas*, desde a Igreja de São Gonçalo do Porto, com sua esfera no coroamento da torre, passando pelo Santuário N. S. Auxiliadora, do Colégio dos Padres, a inacabada Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho (Fig. 5), a altaneira Matriz presidindo de longe, e o final da cidade oficial marcado pelo fundo da Igreja Senhor dos Passos e frente da Igreja do Rosário e Capela de São Benedito.

Fig. 5: Projeto original da Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, com a torre que *não foi* construída



Fonte: MATOS, 1998, p. 43

Os melhoramentos urbanos tardam, aparecendo no início do séc. XX, na administração estadual de Antonio Paes de Barros, que traz iluminação pública e outras melhorias.

Outra alteração interessante e com desdobramentos futuros é a reforma da Praça da República, que assume um estilo mais neoclássico no final da década de 1920, e que leva à reforma, para combinar com a praça, da fachada da Igreja Matriz.

Mas a cidade e a província (depois estado) continuam longe dos olhos do poder central. A vida se desenrola pacífica, e as atenções acabam se concentrando no sul da região, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O norte do estado perde um naco: o território de Guaporé, depois estado de Rondônia.

2º PERÍODO: DA DÉCADA DE 1940 AOS ANOS 1960

O período se inicia com as Obras Públicas do Governo Vargas, e a modernização dos edifícios de administração e apoio. Desde os de arquitetura mais *autoritária*, como o atual **Arquivo Público** e o **Juizado em frente**, até um gostoso *Neocolonial* da **Casa do Governador** (atual MT Fomento) e o **Grande Hotel** (atual Secretaria Estadual de Cultura) em conjunto com o **Cine Teatro Cuiabá**. Outro belíssimo exemplo em nível nacional é o **Colégio Estadual**, atual Liceu Cuiabano.

Parte dessa história é narrada por um de seus atores, o engenheiro Cássio Veiga de Sá, no seu *Memórias de um cuiabano honorário (1939-1945)*, curiosamente enfocando os anos onde se desenrolou a Segunda Guerra Mundial. “Nos anos 1930, conceitos como funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura – termos próprios de equações racionalistas – tiveram firme aplicação em obras públicas, boa parte delas projetos e obras de repartições oficiais de engenharia e arquitetura”. (SEGAWA, 1995, p. 80).

Começa um surto de modernização que é acentuado pela construção de Brasília, “a Capital mais próxima do Brasil”, e que tem seu grande marco local com o novo **Palácio Alencastro** (atual Prefeitura Municipal). Esse edifício é colocado por Segawa (1990, p. 52), como um dos “Três modernos nos anos 50” em seu *Dossiê Interior*: “O Palácio Alencastro, sede do executivo municipal de Cuiabá, foi obra efetuada entre 1959 e 1965 pela empreiteira carioca Monteiro Wignerowicz e Monteiro Arquitetos e Engenheiros. Introduziu no centro da capital mato-grossense um edifício de volumetria e pormenores de evidente filiação ao modernismo carioca”.

É a época do começo do trabalho de arquitetos locais, como o Edifício Asteca, originalmente, que é o **Edifício Maria Joaquina**, também na Praça Alencastro. Outros exemplos deste período são algumas **casas modernistas** da Av. Getúlio Vargas, sobretudo duas em frente ao CDL, com fachadas em “Asa de Borboleta”.

Na verdade esse momento é o da verticalização como símbolo do progresso, e o foco é realmente o centro da cidade. É o que se nota analisando certas fotos de família.

Exemplificando com um caso pessoal, depois aberto. Na história da cidade abundam panoramas de Cuiabá feitos a partir do Morro da Luz, bem antes de ter esse nome (SIQUEIRA et al., 2006, p. 190-205). Ladeando o Córrego da Prainha, de difícil acesso e ocupação a margem dele, o morro acabou sendo uma espécie de defesa vegetal, com o seu cume ocupado principalmente pelo Clube Esportivo Dom Bosco, o *Clube da Colina Iluminada*. Além dele, a Casinha da Luz acabou dando nome ao acidente geográfico.

No início dos anos 1960 temos a fotografia em preto e branco (Fig. 6), tirada da mureta do Clube Dom Bosco. Vê-se o Palácio Alencastro em construção, ultrapassando o nível definido pela Matriz e pelo Hotel Centro América. O novo palácio dá uma alterada no que crescia com certa harmonia.

Fig. 6: Do álbum de família, início da década de 1960



Fonte: Acervo do autor

Nos inícios dos anos 1970, temos a fotografia colorida (Fig. 7) tirada do mesmo ponto, e com três pessoas que apareceram na anterior, onde, meros dez anos depois, o nível de altura anterior foi extrapolado

pelo Edifício Maria Joaquina e simplesmente destruído pelo Palácio do Comércio em construção. O foco da foto anterior seria quebrado pela altura do novo prédio.

Fig. 7: Do álbum de família, início da década de 1970



Fonte: Acervo do autor

Para corroborar a situação vamos recorrer à família Ramos, que, na década de 1940, ali pertinho, na Casinha da Luz, foi registrada por Cláudio Ramos (Fig. 8). Para chamar alguma atenção, o foco da fotografia foi o conjunto mais à esquerda, presidido pela Matriz e pelo Palácio da Instrução; o Palácio Alencastro é até difícil de ser notado. De fato, a verticalidade da área da direita é a das palmeiras.

Fig.8: Na Casinha da Luz, de Claudio Ramos



Fonte: RAMOS, 2002; p. 172

Novas roupas, novas modas, mas o ponto de observação turística era o mesmo. Parafraseando João do Rio: Cuiabá civiliza-se. Para cima.

Também é o momento de trabalhar o zoneamento da cidade e organizar sua legislação, como mostra o depoimento de Moacyr Freitas, em meados da década de 1960:

Pela primeira vez tomou-se a iniciativa de preparar um “Código de Obras e Urbanismo” para nossa cidade. Havia eu estudado sozinho um plano diretor preliminar para Cuiabá, diante da urgência e necessidade dele. Desenhei o zoneamento da cidade numas cópias heliográficas da planta de Cuiabá e por ele disciplinava o uso do solo. Baseado em outros códigos de obras das cidades brasileiras em situação semelhante, escrevi um para Cuiabá. Aplicava aqueles estudos já antecipando às condições e normas que, certamente, viriam a ser regulamentadas no futuro. Nessa precariedade, aperfeiçoava-o constantemente, até que, por decisão superior, foram estabelecidas reuniões semanais com os técnicos de então, para o estudo definitivo do nosso código de obras. (FREITAS, 2003, p. 19)

Os esforços de Moacyr Freitas ainda vão esperar muito para serem correspondidos.

A cidade cresce e dá a volta no Morro da Luz. O caminho para o Coxipó começa a ser trilhado pela ocupação imobiliária. No sentido inverso, a construção, dentro das obras públicas de 1940, da Ponte Júlio Müller, vai iniciar um novo processo de junção com o município vizinho de Várzea Grande, gerando um aglomerado urbano com problemas quase comuns.

3º PERÍODO: DA DERRUBADA DA MATRIZ À DERRUBADA DO HOTEL CENTRO AMÉRICA (1968/1989)

Uma foto muito sintomática do caminho futuro da arquitetura cuiabana mostra, já nos inícios dos anos 1960, um tipo de síndrome que vai se acelerar nos vinte anos seguinte. Ela mostra (Fig. 9) a fachada do antigo Palácio Alencastro mantida como tapume para a construção do novo Palácio Alencastro. Essa intervenção quebra com todas as características de ocupação de até então na cidade, abrindo um espaço na frente do prédio, que ainda projeta uma cobertura sob um pé direito duplo com pilotis. Mas, sobretudo o domínio da praça fronteira deixa de ser apenas simbolizado pela fachada clássica do antigo palácio, esta deixa de ser inclusive respeitada (é mantida

para baratear o custo de fechamento do canteiro de obra), e agora é a verticalização que aparece como sinônimo de poder e sobretudo de uma inelutável modernidade. E é curioso que, analisando o projeto do novo palácio em relação a sua matriz corbusiana, CASTOR indica que “Como Macunaíma, a arquitetura moderna em Mato Grosso já nasceu velha, ultrapassada em sua ortodoxia” (2010, p. 5)

Fig. 9: A fachada do antigo Palácio Alencastro serve de tapume para a obra de construção do novo Palácio Alencastro



Fonte: Foto CHAU *apud* LUCIDIO, 2008, p. 244

Este é o período de modernização acelerada, destruição de patrimônio e consciência urbana. A cidade vive seu maior surto de crescimento e paga um preço: casarões são derrubados, prédios erguidos sem condições de infraestrutura e ruas estreitas acabam entupidas de carros.

O símbolo desse período é a derrubada da Igreja Matriz, na Praça da República. Basicamente uma decisão da cúpula católica, a construção de uma nova igreja é defendida como uma necessária modernização, com a mobilização de toda a comunidade no levantamento dos fundos e na escolha da nova fachada, através de um curioso concurso sobre qual “estilo” escolher. É novamente Castor (2010, p. 6), quem decreta:

À população coube decidir, num plebiscito, o estilo da nova igreja. Clássico ou moderno? A julgar pela obra do arquiteto Benedito Calixto, inaugurada em 1973, deu empate. Terminava sem vencedores a primeira fase de modernização da arquitetura regional, com um templo de formas duras, pesadas, pseudomodernas roubando o lugar do monumento que balizava a identidade histórica da cidade - sua pedra Muiraquitã.

Se perdemos a antiga Matriz, conseguimos preservar outros prédios. E começa uma consciência sobre os reais problemas da cidade. São criados novos bairros, com um certo planejamento, como a antiga **Vila do Ipase**, paralelo ao final da Rua Barão de Melgaço, o **Coophamil** e o **Novo Terceiro**, depois da Grande Cheia de 1974.

Os prédios públicos continuam a marcar, principalmente os ligados à Educação, como os exemplares da *Arquitetura Brutalista* (concreto e vidro): **Colégio Presidente Médici**, **Colégio Nilo Póvoas** e principalmente os prédios originais da UFMT. Mas o grande exemplo é o complexo do CPA: o **Palácio Paiaguás e o conjunto de secretarias anexas**.

No caso brasileiro fala-se do Brutalismo Paulista, cujos mentores, entre os quais J. B. Villanova Artigas, “Propunham a participação da arquitetura na construção de um país mais justo e com melhores condições de vida para seu povo. [...] Nessa posição idealista a arquitetura exercia um papel importante, já que a ela se atribuía a potencialidade de contribuir intensamente para a solução dos problemas do país” (SANVITO, 1997, p. 92)

O período fecha com o **Tombamento do Conjunto do Centro Histórico de Cuiabá**, em Nível Nacional, por conter não só exemplos de arquitetura antiga, mas por acompanhar mais de 250 anos de construção.

E é justamente o tombamento que define outro ponto de ruptura, analisado por Brandão (1997): a derrubada do Hotel Centro América.

Marco da Praça da República, ao lado da Matriz/Basilica, cartão postal da cidade (Fig. 10), o edifício de seis andares era a contribuição civil ao conjunto da praça, dialogando com a igreja e os prédios públicos mais antigos do Tesouro Público e Palácio da Instrução, e o moderno dos Correios e Telégrafos.

O embate entre a prefeitura municipal, favorável à demolição, e os órgãos de preservação terminou com a derrubada do prédio e o embargo da construção no terreno vago por alguns anos. Nesse período inclusive circulou timidamente a idéia de ocupar esse “lote vago central” com o também eternamente protelado Teatro Municipal de Cuiabá.

Fig. 10: O Hotel Centro América em postal da década de 1960

Fonte: Foto Pierre *apud* FREITAS, 2011, p. 147

4º PERÍODO: CONSOLIDAÇÃO E OS CURSOS DE ARQUITETURA

Das discussões do final dos anos 80 surgiram as preocupações com o planejamento urbano e Plano Diretor para Cuiabá, que acabava na **Avenida Miguel Sutil**, além dela, ainda se *cobrava ITR (Imposto Territorial Rural) e não IPTU*.

A década de 1990 vê surgir os primeiros cursos de Arquitetura e Urbanismo do estado (UFMT em 1995, UNIC em 1997) e a produção e discussão ganha novos contornos (MATTOS, 2000).

Desde meados dos anos 1980 também já existem associações profissionais de arquitetos cobrando e propondo soluções para a cidade.

[...] As reuniões em cidades onde os arquitetos se organizaram em torno de associações corporativas registraram um discurso sublinhando os problemas de atuação profissional e mercado de trabalho; nas cidades que possuem escolas de arquitetura e com a participação de docentes nas reuniões, a discussão equilibrou-se entre o lado pragmático da profissão, com visões conceituais da arquitetura. Numa síntese grosseira: onde não há escolas de arquitetura discute-se mercado; onde há, discute-se também arquitetura [...] (SEGAWA, 1990, p. 63)

Sim, surge uma nova *Arquitetura Cuiabana*, mas infelizmente confinada aos **Condomínios Fechados** ou grandes **conjuntos de Prédios** de dez ou mais pavimentos com todos os serviços anexos (BERNARDINO, 2008). Também aparecem os **Shoppings Centers** e suas comodidades de climatização (REIS, 2009).

São exemplos desse período também a reforma do Arsenal de Guerra, criando o **SESC Arsenal**, e a construção do **Centro de Eventos do Pantanal**.

Mais arquitetos, mais produção, mas até que ponto uma produção confinada, fechada por muros?

Também o início desse período é lembrado como o outro lado da atividade de projetar ou pensar a cidade, não mais a euforia dos anos 80:

[...] Os profissionais que nos anos 70 se estabeleceram em escritórios exclusivamente de projeto hoje estão se imiscuindo em incorporação, construção e administração de imóveis. Os arquitetos menos aquinhoados com a sorte ou os mais jovens sobrevivem (alguns otimamente bem) com arquitetura de interiores – o refluxo de um período de intensa construção de prédios e casas de alto luxo. Há vinte anos, num período de massacrante engajamento político e das grandes utopias planejadoras, trabalhar com decoração era pejorativo para os jovens. Hoje, o concorrente mais forte do arquiteto não é o engenheiro: é o decorador. (SEGAWA, 1990, p. 61)

Ainda é cedo para discutir os impactos de obras da Copa do Mundo, visto que a maioria delas, como publicado na imprensa local não foi concluída às vésperas do evento. O jornal *A Gazeta*, de 31 de maio de 2014, em sua primeira página, destaca: “Das 56 obras prometidas pelo governo do Estado para a Copa do Mundo em Cuiabá, 19 foram concluídas antes de 31 de maio, ou seja, 34% [...]” Um primeiro trabalho de levantamento desse momento foi registrado por Santos (2013) e continua a ser feito “no calor da batalha” em seu blog. É uma história de frustrações e euforias, com desdobramentos incertos.

A certeza é que a reflexão sobre o que está acontecendo agora vai levar à conclusão de um período, e o início de um novo momento. Que, esperamos (e trabalhamos para isso), será melhor para a cidade.

Cuiabá merece um feliz aniversário de 300 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito ainda há que se andar para definirmos os caminhos da arquitetura quase tricentenária de Cuiabá. Muito se está fazendo sobre o assunto, principalmente porque qualquer análise pontual precisa ser balizada por uma contextualização mais ampla. O percurso pode variar de passeios pelas ruas (MENDONÇA, 2012; ROMANCINI, 2005; SIQUEIRA et al., 2006), levantamento de acervos iconográficos (DURÃES, 2000; RAMOS, 2002; MIRANDA, 2002; LUCIDIO, 2008; FREITAS, 2011), reminiscências (FREITAS, 1995; ALENCASTRO, 2003; SÁ, s/d) e mesmo estudos mais técnicos (BRANDÃO, 2002; CASTOR, 2010; SILVA, 2010). A análise e mesmo a organização de um vasto material produzido pelos cursos de Arquitetura, de Geografia e de História, por si só demandariam um esforço concentrado para chegarmos a alguma conclusão.

Tentei aqui organizar um roteiro para inserção de certas análises pontuais, necessário em virtude do crescente interesse no passado da cidade, único suporte seguro para um planejamento eficaz. Entender cada um desses momentos, compreender as lutas e impasses de cada época, é a única forma de assimilar o presente, e organizar um caminho para o futuro, que sempre chega.

Esta é a contribuição deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Anibal. *Cuyabá - Histórias, Crônicas e lendas*; São Paulo: Yangraf, 2003.
- ARAUJO, Bernadete Durães. *Cuiabá: Uma janela para a história*. Cuiabá: B. D. Araújo, 2000.
- BERNARDINO, Ana de Cássia Moraes Abdalla. A cidade murada do século XXI. In ROMANCINI, Sonia Regina (Org.). *Novas Territorialidades Urbanas em Cuiabá*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2008, p. 65-81.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade: Uma abordagem da educação como prática social*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Casa Subjetiva*. São Paulo; Cuiabá: Perspectiva; Secr. Est. de Cultura, 2002.
- CASTOR, Ricardo Silveira. *Modernidade e primitivismo na arquitetura de Mato Grosso - Confrontos da segunda metade do século 20*. Arquitectos

- 126.05, ano 11, novembro, 2010. In <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3637> (acessado em 06/06/2014).
- CONTE, Claudio Quoos; DE LAMONICA FREIRE, Marcus Vinicius. *Centro Histórico de Cuiabá – Patrimônio do Brasil*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- CUIABÁ. *Cadernos da Memória do Legislativo Cuiabano – Vol. 1*. Cuiabá, Secretaria Especial de Apoio à Cultura e Resgate Histórico/ Câmara Municipal de Cuiabá, 2002.
- DE LAMONICA FREIRE, Júlio. *Cuiabá, Nosso Bem Coletivo*; EdUFMT, Cuiabá, 1992.
- DE LAMONICA FREIRE, Júlio. *Por uma poética popular da Arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá: Imagens da cidade – Dos Primeiros registros à década de 1960*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.
- FREITAS, Moacyr:... *e o tempo passou!* Cuiabá: s/ed., 1995.
- FREITAS, Moacyr: Capela de São Gonçalo do Porto. *Revista do IHGMT*, tomo CXLV, Ano LXIX, p. 107- 116; Cuiabá, IHGMT, 1997.
- FREITAS, Moacyr: Cuiabá precisava de ajuda. *Revista do IHGMT*, v. 61, pp. 07- 43; Cuiabá, IHGMT, 2003.
- FREITAS, Moacyr: *Uma casa dos tempos coloniais*. *Revista do IHGMT*, v. 64, p. 19-24; Cuiabá, IHGMT, 2006.
- FREITAS, Moacyr. *Primeiros tempos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*. História Ilustrada. Cuiabá: Tanta Tinta, 2006.
- GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzózimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930*. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2005.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Três sorocabanos no Arraial – Mato Grosso nos seus primórdios*. São Paulo: Resenha Tributária, s/d.
- LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e Arte: Fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2008.
- MATOS, Alex de. *A Igreja do Bom Despacho – Arquitetura e Simbolismo*. Cuiabá: Gráfica Grafite, 1998.
- MATOS, Alex de. *Templos Secretos – História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso*. Cuiabá: Editora do Autor, 2011.
- MATTOS, Gabriel (Francisco) de: Começa a Nova Arquitetura Mato-Grossense. *Revista do IHGMT*, v. 58, p. 85- 91; Cuiabá, IHGMT, 2000.
- MATTOS, Gabriel (Francisco) de: *Desmontando os Quadrinhos – Histórias em Quadrinhos, Educação e Regionalidade*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.

- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENDONÇA, Rubens de: *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*. Cuiabá: Igrejinha, 1975.
- MENDONÇA, Rubens de: *Igrejas e Sobrados da Cuiabá*. Cuiabá, 1978. (Cadernos Cuiabanos, 3)
- MENDONÇA, Rubens de: *Ruas de Cuiabá*. Cuiabá, SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.
- MIRANDA, Laércio. *Cuiabá: Um olhar sobre a cidade*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- MOURA, Carlos Francisco. *A Expedição Langsdorff em Mato Grosso – Desenhos e pinturas inéditos há mais de 150 anos*. Cuiabá; Rio de Janeiro: EdUFMT/Imprinta, 1984.
- MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. Alta Floresta: Uma história com muitas interpretações. *CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA*, n. 13: Desenho Urbano II; São Paulo, Projeto Ed. Assoc., 1984, p. 87-94.
- PINHO, Rachel Tegon de. *Cidade e Loucura*. Cuiabá: EdUFMT /Central de Texto, 2007.
- PORTOCARRERO, José Afonso Botura, *Tecnologia Indígena em Mato Grosso – Habitação*. Cuiabá: Entrelinhas, 2010.
- PÓVOAS, Lenine: *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980;
- RAMOS, Maria de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva. *Um olhar para a Cuiabá de Claudio e Raimundo Bastos (1920-1940)*. Cuiabá: M. L. F. B. da Silva, 2002.
- REIS, Chênia Castilho. O comércio varejista no Pantanal Shopping. In ROMANCINI, Sonia Regina (Org.). *Novas Territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 77-95.
- REIS FILHO, Nestor Goulart: *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- RIBEIRO FILHO, Carlos Antonio de Souza. Construção de cidades: Distância entre espaços propostos por urbanistas e ambientes feitos por gente (A experiência de Alta Floresta). in *CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA* n. 13: Desenho Urbano II; São Paulo: Projeto Ed. Assoc., 1984, p. 95-111.
- ROMANCINI, Sonia Regina. *Cuiabá: paisagens e espaços da memória*. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005 (Coleção Tibanaré, 6).

- ROMANCINI, Sonia Regina (Org.). *Novas Territorialidades Urbanas em Cuiabá*. Cuiabá, EdUFMT; FAPEMAT, 2008.
- ROMANCINI, Sonia Regina (Org.). *Novas Territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- SÁ, Cássio Veiga de: *Memórias de um Cuiabano Honorário (1939-1945)*. São Paulo: Resenha Tributária, s/d.
- SAIA, Luís: *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SANTOS, José Antonio Lemos dos. *Cuiabá e a Copa – A Preparação*. Cuiabá: Entrelinhas, 2013.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2001.
- SANVITO, Maria Luiza Adams. Brutalismo Paulista: o discurso e a obra. *Revista Projeto Design* n. 207, São Paulo, abril, 1997, p. 92-97.
- SEGAWA, H. Dossiê Interior – Arquiteturas realizadas fora dos grandes centros. In *Revista Projeto Design* n. 135, São Paulo: Arco Editorial, outubro, 1990, p. 49-78.
- SEGAWA, H. Modernidade Pragmática. *Revista Projeto Design* n. 191, São Paulo: Arco Editorial, novembro, 1995, p. 73-84.
- SEGAWA, H. *Arquiteturas Brasileiras*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SILVA, Geovany Jessé Alexandre. Projeto de Intervenção Urbana: uma ruptura de paradigmas. São Paulo: Edgar Blucher, 2010.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Brasília; Cuiabá: INEP/COMPED; EdUFMT, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. (Org.): *Cuiabá: De vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura – Dois Estudos*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Educação Superior, Primeg-Arq, 1983.
- VERISSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallman. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- VERISSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallman; ALVAREZ, José Mauricio Saldanha. *Vida Urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

A CARTOGRAFIA ESPACIAL DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO: ATUALIDADES E TENDÊNCIAS

THE SPATIAL MAPPING OF AGRIBUSINESS IN MATO GROSSO: NEWS AND TRENDS

Gislaene Moreno¹

RESUMO: Este texto tem como objetivo analisar a expansão territorial do agronegócio no estado de Mato Grosso e a reorganização do seu espaço geográfico em territórios especializados na produção de monoculturas, principalmente da soja, em função da racionalidade econômica do mercado agrícola mundial. Nesse contexto, mostra uma nova cartografia sendo desenhada em decorrência da junção espacial entre o campo e a cidade nos municípios produtores, configurando uma nova feição no espaço geográfico mato-grossense. Com base em estudos publicados sobre o assunto e em dados e informações oficiais, analisa e destaca o cenário atual da produção agropecuária e suas tendências no Estado.

Palavras-chave: Agronegócio. Produção agropecuária. Especialização espacial.

ABSTRACT: This text aims to analyze the territorial expansion of agribusiness in the estate of Mato Grosso and the reorganization of its geographical space in specialized areas in the production of monocultures, especially soy, due to the economic rationality of the world agricultural market. In this

¹ Professora Dra. Apos. do Dep. de Geografia da UFMT. E-mail: gislaene@uol.com.br

context, shows a new map being drawn due to the spatial join between town and country in producing municipalities, setting new feature in Mato Grosso geographic space. Based on published studies on the subject and on official data and information, analyzes and also highlights the present scenario of agricultural production and its trends in the state.

Keywords: Agribusiness. Agricultural production. Spatial specialization.

A base de sustentação econômica de Mato Grosso, historicamente está ancorada na produção agropecuária, a qual foi liderada, até meados da década de 1970, pela pecuária, desenvolvida de modo extensivo em grandes propriedades. A partir daquela data, mediante políticas e incentivos governamentais voltados à expansão e ocupação da fronteira agrícola, a produção de culturas agrícolas vem se destacando no setor, ganhando em produtividade e renda, inclusive avançando em áreas antes ocupadas por pastagens.

Isso pode ser observado pelo reordenamento do espaço geográfico no Estado, cuja fração do território antes ocupada pelos cerrados, apresenta-se atualmente quase que totalmente modificada com a acelerada expansão da produção de monoculturas cultivadas em grande escala e em moldes empresariais, ensejando cada vez mais uma tendência à verticalização da produção agrícola e a uma especialização desses lugares produtores.

Diversos municípios implantados no Estado, principalmente na região norte-mato-grossense, a partir de 1980, mostram que os espaços geográficos se adaptam e se atualizam conforme os lugares se tornam o *locus* das atividades de produção e de trocas, as quais se realizam fora deles, em escala planetária. “Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares”. (SANTOS, 1997, p. 32).

Essas forças, referidas pelo autor, são comandadas por grupos empresariais nacionais e multinacionais que comandam o mercado da produção agrícola de acordo com a racionalidade econômica do mundo globalizado. Dentro dessa lógica, Mato Grosso tornou-se o *locus* do agronegócio, que impôs seu domínio pela produção de *commodities* agrícolas e pela instalação de unidades agroindustriais, próximas aos lugares produtores de grãos, especializados em determinada cultura, principalmente na produção de soja, e no aproveitamento de seus subprodutos ou resíduos.

Uma nova feição geográfica foi conferida a esses lugares, onde campo e cidade se fundem no mesmo espaço, facilitando a fluidez

das ações ditadas pelos agentes do agronegócio, que contam com o apoio das forças políticas nas esferas local, estadual e nacional do Estado brasileiro². Silva (2007) ao estudar esse assunto no *front* agrícola mato-grossense mostra a formação de *uma família de municípios do agronegócio* no estado, constituída por um conjunto de municípios, estruturados em função da necessidade de uma moderna produção agrícola pelo mercado externo. São exemplos concretos dessa especialização territorial produtiva e da aproximação espacial campo-cidade, os municípios de Sorriso, maior produtor de soja do país, Nova Mutum, Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, dentre outros, novos ou antigos.

O espaço urbano nesses lugares se organiza em função das demandas do campo, como as transações comerciais ligadas à venda de maquinários, insumos, serviços em geral de assistência técnica, creditícia, planejamento, transporte, comunicação e mão de obra qualificada. A mão de obra pode estar empregada no campo, mas, em geral, reside na cidade e se desloca diariamente para o meio rural onde trabalham nas fazendas, estruturadas de forma empresarial e com produção diversificada.

Santos (1997, p. 50) afirma que uma das características do processo de globalização, que acarreta a mundialização do espaço geográfico é “*a exarcebção das especializações produtivas no nível do espaço*”. Essa exarcebção pode ser percebida na fragmentação do território que se estrutura de forma a corresponder com os anseios dos gestores hegemônicos do agronegócio. Assim, produtores locais lançam mão de estratégias para fazer frente à exigência de especialização territorial na produção de monoculturas de exportação e à competitividade do mercado internacional, como relatam Higa e Alves (2008, p.122), sobre a formação de um condomínio por produtores de Campo Novo dos Parecis:

O condomínio Marechal Rondon [composto por 12 fazendas] conta com um amplo escritório para negociações comerciais e encontra-se conectado, por intermédio de modernos meios de comunicação, com os principais mercados agrícolas do mundo, como a bolsa de Chicago, nos Estados Unidos.

[...].

2 Ver a dissertação de Silva, Silvana Cristina da. A família de municípios do agronegócio: expressão da especialização, produtiva no front agrícola. Dissertação de Mestrado. Campinas: SP: [s.n], 2007.

Nesse território estruturado pelo agronegócio globalizado, a zona rural consiste em um espaço empresarial altamente competitivo, absorvendo não só as tecnologias específicas a esse meio, mas também muitas daquelas de caráter mais urbano [...], diminuindo as diferenças práticas e conceituais entre ambos os espaços, ou seja, o campo e a cidade. [...].

Nesse contexto, segundo dados do IBGE (In: SEPLAN: Mato Grosso em Números 2013) Mato Grosso, em 2012, respondeu por 54,56% da produção do Centro-Oeste e por 25,56% do total da produção nacional, colocando-se em 1º lugar no *ranking* nacional com 41,5 milhões de toneladas de grãos, oleaginosas e fibras. No conjunto da participação do Estado na produção brasileira, destacaram-se as culturas da soja com 56,44%, do milho com 22,02% e do algodão com 33,17%.

No que concerne à produção agrícola estadual, relativa a safra de 2012, comparando-se as tabelas 1 e 2, dados da mesma fonte, observa-se que a soja ocupou 6,9 milhões de hectares, com 21,8 milhões de toneladas de grãos, correspondendo a 63,52% do total absoluto da área colhida no Estado, a qual alcançou um total de 10,9 milhões de hectares e atingiu 52,58% do total da produção obtida em todo o Estado, a qual somou 41,5 milhões de toneladas. Os dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária/IMEA, para a safra 2013/2014, mostram uma produção total dessa cultura no Estado acima de 26 milhões de toneladas, cobrindo uma área superior a 8 milhões de hectares, ou seja, mais terras estão sendo incorporadas e ocupadas com a lavoura de uma única cultura. O aumento constante no tamanho da área de cultivo da leguminosa, segundo esse órgão, tem sido resultado, sobretudo, da utilização de áreas já degradadas, antes ocupadas com pastagens, destacando que essa expansão tem evoluído na última década em direção a Amazônia e que existem cerca de 9 milhões de hectares aptos à conversão em novas áreas de produção (IMEA, 2010).

Portanto, a conversão de pastagens em agricultura é uma tendência que vem se confirmando a cada nova safra, nos últimos anos, indicando restrições na utilização de áreas ocupadas por matas e florestas, respondendo, portanto, a pressões internas e externas e, também, a mudanças técnicas na produção pecuária.

Tabela 1: Produção das principais culturas agrícolas de Mato Grosso – 2012

Culturas	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
soja	6.980,690	21.841,292	3.129
milho	2.740,553	15.646,716	5.709
algodão	728.645	2.804,712	3.849
Total	10.449.888	40.292.720	3.85
Total Estado	10.988,133	41.535,640	3.78

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. In: SEPLAN: Mato Grosso em Números 2013

Tabela 2: Percentual das principais culturas na área colhida e na Produção, em relação ao total da produção agrícola do Estado - 2012

Culturas	% da Área Colhida (ha)	% da Produção (t)
Total Estado	10.988,133	41.535,640
soja	63,52	52,58
milho	24,94	37,67
algodão	6,63	6,75

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. In: SEPLAN: Mato Grosso em Números 2013

Em segundo lugar, destaca-se a produção de milho, com 2,7 milhões de área colhida e 15,6 milhões de toneladas de grãos, respectivamente 24,94% de hectares e 37,67% de toneladas de grãos do total da área colhida e do total da produção estadual. O algodão se coloca em terceiro lugar, com 728 hectares ou 6,63% do total da área colhida e 2,8 milhões de toneladas ou 6,75% do total da produção obtida com todas as culturas no âmbito estadual. Observa-se um alto rendimento para as três culturas, a soja obtendo em média 3.129 kg por hectare, o milho 5.709 kg/ha e o algodão, 3.849 kg/ha, o que mostra a intensificação do uso do solo e a eficiência do alto padrão tecnológico empregado na produção agrícola.

A maior parte dos municípios produtores das três culturas predominantes no Estado situa-se na região norte, seguida da região sudeste mato-grossense. Os dez maiores produtores de soja contribuíram em 2012 com 45,79% da produção dessa cultura no Estado, destacando-se o município de Sorriso como o maior produtor do país, sendo também campeão na produção de milho. Os dez maiores produtores dessa cultura, contribuíram com mais de 50% da produção estadual, enquanto a participação na produção de algodão foi superior a 60%, com Sapezal em primeiro lugar. (Quadro 1).

Quadro 1: Os dez maiores municípios produtores de soja, milho e algodão em 2012

Municípios	Soja Produção (t)	Municípios	Milho Produção (t)	Municípios	Algodão Produção (t)
Sorriso	1.961.880	Sorriso	1.998.402	Sapezal	420.736
Sapezal	1.130.326	Lucas do Rio Verde	1.089.710	Campo Verde	300.690
Nova Mutum	1.107.481	Sapezal	817.004	Campo Novo do Parecis	214.645
Campo Novo do Parecis	1.063.800	Nova Mutum	775.720	Primavera do Leste	180.252
Nova Ubiratã	890.988	Nova Ubiratã	608.405	Diamantino	154.877
Querência	882.126	Campo Novo do Parecis	597.000	Campos de Júlio	114.294
Diamantino	873.600	Primavera do Leste	588.748	Pedra Preta	96.664
Primavera do Leste	744.000	Itiquira	558.780	Nova Mutum	94.740
Lucas do Rio Verde	716.550	Campos de Júlio	521.515	D. Aquino	86.712
Itiquira	629.640	Campo Verde	494.712	Alto Garças	80.310
Total	10.000.391		8.049.996		1.743.920
% total Estado	45,79		51,45		62,17

Fonte: SEPLAN: Mato Grosso em Números 2013

Este desempenho, impulsionado pela lógica do atual padrão de acumulação do capital é resultado, em boa parte, de uma constante transformação na base técnica da produção, a qual vem sendo sistematicamente alterada nos três últimos decênios pelos novos modelos tecnológicos de produção e de informação. Como observa Bernardes (2004), as grandes *traddings* e suas subsidiárias que atuam no Estado - ADM, Cargill, Coimbra (Dreyfus) e Bunge – são as que detêm o domínio desses modelos e, por consequência, o controle do mercado. Por sua vez, o desenvolvimento da ciência no campo biológico, trouxe elevados ganhos de produtividade com a descoberta de novas variedades de espécies e com o melhoramento genético de culturas adaptadas ao cerrado, onde instituições locais de pesquisa, como a Embrapa e a Fundação Mato Grosso, têm papel de destaque no Estado:

Um dos traços característicos da contemporaneidade é que a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da produção

do espaço e da sociedade, passando os lugares a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional. (BERNARDES, 2007, p. 6)

Além do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, uma das características da economia globalizada é a transformação dos territórios nacionais em espaços da economia em escala mundial, assumindo, cada um, uma função específica dentro da divisão internacional do trabalho, segundo Santos (1977). Nessa divisão, Mato Grosso, pela sua tradicional função de fornecedor de matérias primas, pelas condições naturais favoráveis e capacidade de responder rentavelmente aos investimentos em seu território, tornou-se, na atualidade, o maior produtor e exportador de *commodities* do país.

Assim, a maior parte dos grãos produzidos no Estado ainda é destinada à exportação, na forma de *commodities*, contudo, uma importante parcela dessa produção vem sendo beneficiada há alguns anos, aproveitando a matéria prima existente e a necessidade de diversificação da produção, mediante os riscos afetos a uma economia baseada no cultivo de monoculturas e o comportamento do mercado.

Nesse novo cenário desponta a cadeia de carnes e grãos e a integração entre lavoura e pecuária, prosperando a industrialização da agricultura dentro de um novo padrão de acumulação, no conjunto do sistema agropecuário. Segundo Bernardes (2010), esse movimento, que implica em mudanças na organização espacial e social das áreas onde se concentram os maiores produtores, como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, vem se intensificando, sobretudo a partir de 2006, com a transferência da concentração dessa atividade da Região Sul do país para o Mato Grosso, e sendo orientado, nas palavras da autora (2010, p.5), pela:

[...] implantação de cadeias agroindustriais, em sistemas muito organizados, como os de integrados de suínos e aves, aproveitando a grande produção de grãos da região, que passaria a ser industrializada, incluindo a Integração Lavoura Pecuária (ILP), atividade em ascensão no médio-norte da BR-163, favorecida pela crescente demanda mundial por proteína animal. Essas cadeias incorporaram as mais recentes tecnologias, com vistas a atender segmentos de consumo mais exigentes.

Esse sistema tem impulsionando a implantação do modelo pecuário intensivo, sem a incorporação de novas áreas, de modo a

promover sua integração no complexo agropecuário, com o uso de confinamento e semiconfinamento e suplementação a pasto, ou seja, com a intensificação do uso do solo e o emprego de técnicas atuais. Segundo dados do IMEA (2011), Mato Grosso, até 2010, contava com 28,72 milhões de cabeças, ocupando uma área de 25,80 milhões de hectares com pastagem, que vem se mantendo estável em razão da intensificação do uso de tecnologias mais atuais, restrições ambientais e implantação das cadeias agroindustriais, onde se inclui a integração entre lavoura e pecuária. Portanto, a tendência da produção pecuária aponta para o incremento da bovinocultura de corte e pela transformação da proteína vegetal em proteína animal, impulsionando o processo de industrialização dentro do Estado (IMEA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante Mato Grosso ainda apresentar formas tradicionais de produção, representadas por uma forte presença numérica da agricultura familiar e pela pecuária extensiva, verifica-se a consolidação da produção agrícola capitalizada e uma forte tendência à expansão da pecuária intensiva, num movimento de substituição das formas tradicionais de organização espacial e social da produção agropecuária. Esse sistema tem impulsionando a produção de *commodities* voltada à exportação, como também a implantação de atividades agroindustriais, com o aproveitamento das matérias primas - grãos e carnes (gado, aves e suínos) - existentes em grandes quantidades, como também, alterações nas relações espaciais e sociais imprimindo novas feições ao território mato-grossense. Nos municípios produtores, não raro, rural e urbano se apresentam organizados num mesmo espaço, de modo a responder com maior eficiência às exigências dos grupos hegemônicos que comandam e controlam o mercado em escala mundial, e que se localizam fora das sedes desses municípios. As grandes tendências para a produção agropecuária apontam para um contínuo incremento tanto na produção agrícola como na produção pecuária, com maior intensificação do uso do solo, recuperação de áreas degradadas para o cultivo agrícola, uso de tecnologias atuais e maior integração entre as atividades agrícola e pecuária, dando impulso à agroindústria regional e maior participação do setor na economia do Estado.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Júlia Adão. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense - Brasil. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación*. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010 <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica,2010/445.htm>

_____. Agricultura Moderna e Novos Espaços Urbanos no Cerrado Brasileiro. *Revista Tamoios* (Online), v. 3, 2007.

_____. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. *Terra Livre*, São Paulo, v. 21, p. 157-167, 2004.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE MATO GROSSO / INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. (IMEA). *Projeções para produção agropecuária em Mato Grosso*. 2010. Site http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2010_03_05_Projecoes_para__producao_agropecuaria.pdf

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE MATO GROSSO / INSTITUTO DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO. *Caracterização da bovinocultura no estado de Mato Grosso*. Site: <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/caracterizacaoBovinocultura.pdf>

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN) / GOVERNO DE MATO GROSSO. *Mato Grosso em Números: um diagnóstico da realidade de Mato Grosso*. Edição 2013. (Versão preliminar). Abutakka (Org). Cuiabá: Central de Texto. 2013.

SILVA, Silvana Cristina de. *A Família de Municípios do Agronegócio: expressão da especialização produtiva no front agrícola*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Campinas:SP: [s.n], 2007.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso; ALVES, Flávio Antonio Lucio. Análise comparativa entre sistemas produtivos rurais do Oeste mato-gossense e Leste boliviano. In: Souza Higa, Tereza Cristina C. de (Org). *Estudos Regionais Sul-americanos: sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente*. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 117-133.

CARTOGRAFIAS DA DESCUIABANIZAÇÃO DA POLÍTICA MATO-GROSSENSE NO FINAL DO SÉCULO XX

CARTOGRAPHIES OF DESCUIABANIZAÇÃO
OF MATO GROSSO POLITICS IN THE LATE
TWENTIETH CENTURY

Vinicius de Carvalho Araújo¹

RESUMO: Este artigo trata da perda do comando político mato-grossense pelas elites domiciliadas na sua capital, chamado de descuiabanização. Para tanto, em primeiro lugar busca-se compreender as principais mudanças sociais, econômicas, demográficas e eleitorais experimentadas por Mato Grosso após a divisão, em 1979. Num segundo momento é feita uma análise do modelo político mato-grossense vigente nas décadas de 1980 e 1990, com destaque para os principais grupos que protagonizavam as disputas. O artigo busca demonstrar que tais grupos eram os mesmos da política estadual, acrescidos de seus aliados no interior do Estado. Na sua terceira parte, o artigo concentra-se em compreender algumas especificidades do campo político cuiabano, como o caráter carismático de suas lideranças e o perfil populista apresentado por elas. Por fim, na quarta parte, é analisada a crise sucessória em Cuiabá no final do período e seus impactos na política estadual, bem como oferece-se uma tentativa de sistematização nas considerações finais.

Palavras-chave: Política. Partidos. Elites Políticas. Mato Grosso. Populismo.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Gestor Governamental do Governo do Estado. E-mail: vcaraujo@terra.com.br

ABSTRACT: This article is about the loss of Mato Grosso political comand by the elites localized in its capital, so called descuiabanization. For that purpose, it first aims to understand the main social, political and demographic changes lived by Mato Grosso after its division in 1979. Second, it does an analysis of the political model of Mato Grosso in the decades of 1980 and 1990, with emphasis to the main groups that polarized the struggle. The article tries to demonstrate that those groups were the same of the state politics, strengthened by its allies in the countryside. Third, it focuses in the comprehension of some political features of the Cuiabá political field, such as the charismatic character of its leaders and the populist profile shown by them. Fourth, it analyses the sucession crisis in Cuiabá at the end of the period and its impacts in state politics, as well as it offers an attempting of organization in the final observations.

Keywords: Politics. Parties. Political elites. Mato Grosso. Charismatic leaderships.

INTRODUÇÃO

O conceito de campo político, apresentado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002), deve ser detalhado para fins deste artigo. Para esse autor, as interações humanas são melhor compreendidas pelo conceito de campo. Espaços de convívio, como o social, o religioso, o intelectual, o burocrático e o político, podem ser visualizados não de forma topográfica ou geográfica, mas sim relacional. Seriam compostos por um conjunto de relações entre agentes e instituições, gerando a estrutura de um determinado setor da sociedade.

Os campos apresentam algumas características, como o monopólio dos profissionais, a acumulação de capital social ou cultural, o *habitus* e o poder simbólico. O capital social é definido como o conjunto de recursos ligados a uma rede durável de relações no interior do campo, influenciado pelo interconhecimento e a vinculação a grupos, com o cultural, representando as regras do jogo. Já o *habitus* significa o sistema de disposições que condicionam os modos de pensar, agir, fazer e perceber, promovendo a interiorização das sociedades nos indivíduos e a mediação entre estrutura e ação. Por fim, o poder simbólico determina a distinção social entre as pessoas envolvidas e as posições de cada agente e instituição.

No caso específico do campo político, Bourdieu (2002) aponta que devemos observar os determinantes econômicos e sociais da divisão de trabalho político. Quer dizer, para analisarmos a cartografia do campo político de qualquer sociedade, num momento da história,

será preciso identificar primeiro as suas estruturas econômicas e sociais. O campo tende também a se dividir em polos, como situação x oposição, direita x esquerda ou pelos partidos, adotando uma estrutura diádica ou triádica.

Portanto, para compreender o funcionamento de um campo específico é imperativo mapear as posições ocupadas por aqueles que produzem, utilizam e reproduzem um determinado *habitus*, e suas relações entre si. Vale lembrar ainda que a divisão do trabalho político varia em função do volume de capital acumulado e da forma de sua distribuição na sociedade em análise.

Baseado neste corpo teórico e metodológico foi possível organizar o artigo pelas diferentes partes do campo político mato-grossense. Na primeira, serão descritas as principais mudanças socioeconômicas e demográficas experimentadas por Mato Grosso nas últimas décadas do século XX e começo do XXI, em busca das determinantes da divisão do trabalho político, citadas por Bourdieu. Em seguida, passa-se, na segunda parte, para a análise do campo político mato-grossense, baseado em seus mais importantes partidos, grupos e nas suas relações. Na terceira, aborda-se o populismo em Cuiabá, como uma das mais importantes regras do jogo (capital cultural). Ao final, observa-se a dinâmica político-partidária em Cuiabá, com destaque a crise sucessória, que acabou vitimando a capital de Mato Grosso em âmbito local estadual.

MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS EM MATO GROSSO NO PÓS-DIVISÃO (1978-2010)

Mato Grosso foi uma das unidades da federação que mais mudou no Brasil desde 1979, quando ocorreu a sua mais recente divisão territorial. Em termos demográficos, foi o Estado que mais cresceu entre os censos de 1980 e 2010, saindo, de cerca de 1,138 milhões de habitantes, para pouco mais de 3 milhões atuais (aumento de 166,5%). Os únicos que superaram Mato Grosso nesse item foram Roraima, Amapá e Rondônia. Além de partirem de uma base populacional menor, todos eles eram territórios federais, em 1980, sendo convertidos em Estados ao longo daquela década.

Quando são observados os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB), Mato Grosso, mais uma vez, se destacou. Foi o Estado que apresentou maior crescimento, com quase 500% em termos reais, de 1980 a 2008². Vale salientar também a mudança no perfil

2 Dados disponíveis em www.ipeadata.gov.br.

da economia estadual, que ainda apresentava forte peso de atividades extrativistas no começo do período, como extração de madeira e garimpo, e agora avança no sentido da agroindustrialização e da integração na economia internacional.

Quando são analisados os dados de Cuiabá, também é possível observar grandes variações. A população saiu de 212.984, em 1980, para 556.298, em 2010, de acordo com o IBGE. É um crescimento de 161%, próximo daquele apresentado pelo Estado no mesmo período. No caso de Várzea Grande, a evolução fica ainda mais acentuada. O município vizinho saltou de cerca de 75.000 habitantes, em 1980, para em torno de 260.000, em 2010, numa variação de 235%. Este fenômeno acompanha uma tendência anterior, do crescimento de Cuiabá acontecer “via” Várzea Grande.

Os dados da participação do PIB de Cuiabá, no estadual, também demonstram uma oscilação significativa. Esta relação saiu de 35,79%, em 1996, para 17,13%, em 2009. Ainda que possam ser feitas observações sobre os aspectos qualitativos do PIB, é notório que Cuiabá apresenta relativa estagnação econômica em face do crescimento mais acelerado do interior. Entre 1996 e 2009, o PIB de Cuiabá, em termos reais (descontada a inflação), variou de 39,45%, enquanto que o estadual saltou para 169%; o de Várzea Grande 66,95%, o de Rondonópolis 184,88%, o de Sorriso 205,64%, o de Lucas do Rio Verde 255,66% e o de Sinop 111,94%, no mesmo intervalo. Portanto, fica claro que aconteceu uma descentralização econômica no Estado, com o crescimento sendo puxado pelo interior.

Um dado que impressiona e ajuda a compreender as mudanças desse período é o salto na produção de soja. Entre 1996 e 2010, a produção de soja aumentou 273,3%, quase quadruplicando, de cerca de 5 milhões, para em torno de 18 milhões de toneladas³. Na esteira desse crescimento, o Estado passou de apenas 4 cidades, com cerca de 50.000 ou mais, em 1980, para 10, segundo o Censo de 2010. O período da explosão de crescimento da soja coincide com a chegada ao poder estadual de sojicultores, como Blairo Maggi e Otaviano Pivetta, apresentando-se como representantes da nova elite econômica e política no Estado.

Na área social também houve avanços significativos, uma vez que o Índice de Desenvolvimento Humano, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU), oscilou de 0,396, em 1970, para 0,796, em 2010.

3 Idem.

A composição socioeconômica e demográfica de Mato Grosso logo após a sua divisão ajuda a explicar a mudança na dinâmica política. A maior parte do eleitorado residia em Cuiabá, em seus municípios vizinhos ou numa área ocupada pelo que muitos autores regionais já chamaram de “cuiabania”. Sem pretensão de discutir a fundo o conceito, lembro que a cuiabania é composta por aqueles municípios com forte influência social, econômica, humana e cultural dos habitantes mais antigos do Estado, baseados em Cuiabá. Para ilustrar, basta dizer que, em 1978, a distribuição do eleitorado pelas grandes regiões do Estado recém-dividido era a seguinte, em números arredondados: Cuiabá e entorno, com 42%, o sul, com 22%, a grande Cáceres e o Médio Norte, com 13% cada, o Araguaia, com 9%, e o norte com 1,5%. O peso de Cuiabá era, portanto, muito elevado⁴.

Dessa forma, foi mantido o modelo que já vinha do período do “velho Mato Grosso” inteiro, valendo naquela época apenas para a sua região norte. Cuiabá era a capital de todo o Estado, mas ficava com parte das funções administrativas, enquanto Campo Grande assumia o papel de principal centro econômico e, por conseguinte, político. A disputa entre norte e sul do Mato Grosso inteiro era fortemente polarizada pelas “duas capitais”, ao ponto dos sulistas se referirem a todos os habitantes, do que eles chamavam de centro ou norte, como “cuiabanos”⁵. Cuiabá exercia o papel de coordenação política entre os municípios do norte, por sua posição bem centralizada na região e a tradição política acumulada desde os primórdios da colonização. Uma prova disso é que grupos do interior viam a divisão com melhores olhos do que os cuiabanos⁶.

Após a criação de Mato Grosso do Sul, Cuiabá perdeu seu adversário na política estadual e manteve as funções exercidas no sistema político pré-divisão, só que desta vez voltada mais para dentro. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a capital deixou de ser seu centro quase exclusivo, já que a interiorização mudou a fisionomia social, econômica e política de Mato Grosso. A região norte do Estado remanescente, que em 1978 contava com apenas 2 municípios (Porto dos Gaúchos e Aripuanã), passou a contar com 34, em 2010. Para

4 Dados disponíveis em www.tse.gov.br.

5 ENTREVISTA com Ruben Figueiró. Campo Grande, 29/09/2006.

6 Vale lembrar a posição favorável à divisão de algumas lideranças políticas da Grande Cuiabá, como o deputado estadual Licínio Monteiro e seus “afilhados” Júlio e Jaime Campos, além de Sebastião Carlos Gomes de Carvalho que era de Barra do Garças. Para mais detalhes Araújo, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso*. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

se ter uma ideia da redistribuição do eleitorado, quero enfatizar os dados de algumas regiões, comparando 2010 com 1978.

O Araguaia, sem Barra do Garças, saiu de 2 municípios para 29, e de cerca de 2% para 7% do eleitorado; o Norte subiu, de 1,5%, para 18%, Cuiabá caiu, de 42%, para 34% e o Médio Norte estabilizou sua participação na faixa de 12/13%⁷. Nesse último caso, houve, porém, forte deslocamento para municípios novos, como Tangará da Serra, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, em detrimento dos mais antigos, como Alto Paraguai, Arenápolis, Diamantino, Nobres e Rosário Oeste. Quer dizer, regiões como o Norte e o Araguaia, que eram praticamente um vazio eleitoral em 1978, reúnem na atualidade em torno de 25% do eleitorado mato-grossense. Junto com o Médio Norte, que hoje tem mais identidade com o norte do que com o sul, chegam a quase 40%, superando o colégio eleitoral da região de Cuiabá.

Portanto, as mudanças experimentadas pelo Estado no período geraram uma diferenciação social, novos centros regionais e cidades-polo pelo interior, setores emergentes na economia e, portanto, uma fragmentação de poder com novas elites empresariais e políticas. Isso inverteu o eixo do Estado para a sua região norte e fortaleceu Rondonópolis como segundo PIB e arrecadação de Mato Grosso, tornando-o muito mais complexo e alterando a sua dinâmica política outrora comandada por Cuiabá.

CARTOGRAFIA DO CAMPO POLÍTICO MATO-GROSSENSE (1980-2010)

Primeiro, é importante reavaliar os principais eventos da política mato-grossense no período. Como Cuiabá tinha a liderança da política estadual, os grupos municipais eram também os principais grupos políticos de todo o Estado, acrescidos dos seus aliados no interior, que “desempataavam” o jogo. Numa situação semelhante ao Rio de Janeiro quando fora a capital federal, a política cuiabana era muito estadualizada, ou, dito de outra forma, a política mato-grossense era muito cuiabanizada⁸. Pode-se conceituar, portanto, que as disputas políticas na Grande Cuiabá tinham uma “dupla camada”, pois valiam para o Estado e o município ao mesmo tempo.

Alguns vetores importantes do campo político carioca eram:

7 MATO GROSSO. Gabinete de Planejamento e Coordenação. *Retrospectiva das eleições em Mato Grosso: de 1945 a 1985*. Cuiabá: Fundação Cândido Rondon, 1988.

8 FREIRE, Américo. O Governador do Estado do Rio de Janeiro. In: Sarmento, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1999.

1. Tensão entre matrizes locais e nacionais, como fator de continuidade na dinâmica político-partidária;
2. Marcado pela nacionalização, polarização e personalização, com dificuldade para rotinização de lideranças carismáticas, como Carlos Lacerda e Leonel Brizola;
3. Excessiva presença do Governo Federal impediu a organização política autônoma dos interesses regionais⁹.
4. Se aplicarmos tais vetores à dinâmica do campo político mato-grossense, chegamos aos seguintes eixos norteadores:
5. predominância do grupo originado no MDB/PMDB nas eleições para a Prefeitura, com mudança nas alianças;
6. oposição ao Governo do Estado;
7. forte dependência do setor público e baixo envolvimento da sociedade civil no processo político;
8. cuiabanaização da política mato-grossense, quando esta era quase uma transposição das disputas das elites da Grande Cuiabá, acrescidas dos seus respectivos aliados no interior;
9. populismo, com a presença de alguns de seus traços marcantes, como o personalismo e a despartidarização.

Araújo (2012) apontou que, com a emancipação de Mato Grosso do Sul, em 1979, uma nova elite, com quadros entre 30 e 40 anos, emergiu ao primeiro plano da cena política, graças ao espaço aberto pelas posições antes exercidas pelos sulistas. Personagens, como Dante de Oliveira, Gilson de Barros, Carlos Bezerra, Márcio Lacerda, Júlio Campos, Osvaldo Sobrinho, Bento Porto, Louremberg Nunes Rocha e outros, ocuparam os espaços abertos pela liberação das cadeiras pelos sulistas. Para se ter uma ideia, apenas três deputados estaduais foram reeleitos em 1978 e a toda a bancada federal foi renovada, já que os titulares que optaram por MT concorreram ao Senado Federal.

O autor identificou ainda que, ao longo de cinco, das sete eleições para a prefeitura de Cuiabá pós-redemocratização, foi possível ver três grupos com muita clareza no eleitorado cuiabano e nas próprias elites políticas, cada qual com cerca de 30% dos votos, repetindo-se em nível estadual: o grupo I, originado no MDB e que passou por PMDB, PDT e PSDB, liderado em Cuiabá por Gilson de Barros/Dante de Oliveira e no Estado por Carlos Bezerra/Márcio Lacerda; o grupo II, originado da Arena I, passando por PP, PMDB e PTB, liderado por Roberto França, Rodrigues Palma, Joaquim Sucena, Osvaldo Sobrinho

⁹ MOTTA, Marly. Autonomia carioca e o município do Rio de Janeiro: os novos termos de uma velha relação. In: MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: EdFGV 2004.

e outros; e o grupo III, originado na Arena II, reunido no PDS, PFL e hoje Democratas, encabeçado, em nível estadual, por Jonas Pinheiro, a família Campos e seus aliados, em Cuiabá.

O autor prosseguiu destacando que, em 1982, a eleição para Governador foi entre Padre Raimundo da Conceição Pombo (PMDB) e Júlio José de Campos (PDS). Àquela altura, o PMDB já tinha incorporado o Partido Popular (PP), após as mudanças na legislação eleitoral introduzidas pelo regime civil-militar, em 1981. Padre Pombo contava, portanto, com os grupos I e II no apoio à sua candidatura, com o então deputado federal Louremberg Nunes Rocha como seu candidato a vice-governador, representando o antigo PP. Apesar de toda a força do PMDB, Júlio Campos tinha o apoio do Governo Federal (Presidente João Figueiredo), do então Governador do Estado (Frederico Campos) e das principais prefeituras, já que o MDB elegeu apenas 3 prefeitos em 1976, e Wilmar Perez, de Barra do Garças, passou a ser vice na chapa do PDS.

Júlio Campos foi eleito com cerca de 15.000 votos de diferença no resultado oficial, mas o PMDB obteve uma grande vitória política com a votação do Padre Pombo, da chapa de candidatos ao Senado (José Garcia Neto e Vicente Bezerra Neto) e teve a eleição de Carlos Bezerra para a Prefeitura de Rondonópolis, e seu lançamento como pré-candidato a Governador, em 1986. Como suporte a essa candidatura, surgiu aquilo que Araújo (2012) chamou de “tríplice aliança” formada entre Carlos Bezerra, Márcio Lacerda e Dante de Oliveira, que abrangia a maior parte do eleitorado estadual e vigorou até as eleições de 1998.

Em 1985, na Prefeitura de Cuiabá, o grande embate se deu no interior do PMDB, entre os grupos I e II. Dante de Oliveira representou o grupo I e Rodrigues Palma o grupo II. Após a repercussão da emenda das *Diretas Já*, Dante nacionalizou seu nome e ultrapassou outros quadros com maior expressão em seu próprio grupo ou no PMDB, como Gilson de Barros, Milton Figueiredo ou o Padre Raimundo Pombo. A convenção do PMDB foi um dos marcos do processo político do período, com cerca de 12.000 participantes no Ginásio da UFMT. Para se ter uma ideia, isso representava cerca de 10% do eleitorado de Cuiabá, na época, ou algo em torno de 39.000 pessoas, considerando o eleitorado atual. Dante foi o vencedor e derrotou Gabriel Novis Neves (PDS) na eleição geral, por 62,51% contra 34,71%. Em 1986, Carlos Bezerra foi eleito Governador contra Frederico Campos, e Dante de Oliveira foi nomeado ministro da Reforma Agrária, pelo Presidente Sarney.

As tensões entre os dois grupos acabaram eclodindo durante o Governo Bezerra (1987-1990). Em 1988, o grupo I lançou, na corrida à Prefeitura de Cuiabá, o Coronel José Meirelles (PMDB; o grupo II, o então Presidente da Assembleia Legislativa, Roberto França (PTB); e o grupo III, o ex-prefeito e ex-Governador Frederico Campos. Devido ao racha e ao fato de ainda não vigorar o segundo turno, Frederico Campos acabou sendo eleito, com 38,6% dos votos contra 29,33% de França e 26,9% de Meirelles. Tornou-se, dessa forma, o único representante do grupo III a exercer a Prefeitura naquele período. Na eleição de 1990, o PMDB estava fragilizado em nível estadual e acabou lançando Agripino Bonilha para Governador, contra os ex-filiados Luiz Soares (PSDB) e Luiz Alberto Scaloppe (PT). Jayme Campos acabou sendo eleito com facilidade, contando com o apoio do Grupo III, que indicou o deputado federal Osvaldo Sobrinho para vice-governador.

Em 1992, Dante de Oliveira foi candidato, de novo, a Prefeito da capital, após ser o deputado federal mais bem votado na eleição de 1990. Os grupos I e II estavam novamente reunificados em Cuiabá e a sua candidatura acabou adiando pretensões de outros pré-candidatos, como os deputados estaduais Roberto França e Wilson Santos. Dante venceu a eleição contra Murilo Domingos (PTB), com 68,21% dos votos. Sua boa votação lhe projetou para a eleição a Governador, com o grupo III sem poder lançar o Senador Júlio Campos (inelegível por conta do irmão Governador) e Osvaldo Sobrinho como candidato de Jayme Campos, com parte do grupo II, apoiando Dante de Oliveira¹⁰.

As eleições de 1996 e 2000 mantiveram a aliança entre os grupos I e II em torno de Roberto França, que apoiou as eleições de Dante de Oliveira para Governador do Estado, em 1994 e 1998. As eleições de Wilson Santos (2004 e 2008) já expressaram a reconfiguração do campo político estadual e cuiabano, com o inédito acontecimento de segundo turno e o raro aparecimento de três candidaturas fortes.

Esses grupos alternavam-se na Prefeitura de Cuiabá e no Governo do Estado, com a Arena I servindo de “fiel da balança” nas contendas estaduais. A dinâmica era a seguinte: um grupo ganhava a Prefeitura de Cuiabá como oposição ao outro que exercia o Governo do Estado. Na eleição seguinte para Governador, o grupo que ganhou a Prefeitura estava fortalecido e ganhava também o Governo do Estado. Na próxima eleição municipal, o grupo que perdeu o Governo do

10 DADOS ELEITORAIS DO BRASIL 1982-2004. Disponível em <<http://jairicolau.iuperj.br>>. Acessado em 18/10/2006.

Estado tornava-se oposicionista na capital e ganhava a eleição para a Prefeitura, reiniciando o ciclo.

Esta “sistemática da alternância” funcionou bem por cerca de 25 anos. Nas eleições de 1998, uma mudança de regras, vinda do nível federal (reeleição), acabou “embaralhando” as cartas do jogo político e interferindo no cálculo de muitos atores, a exemplo do golpe militar, na eleição de 1965, e a divisão do Estado, em 1978. A reeleição de Dante de Oliveira acabou quebrando a dinâmica de alternância entre os grupos I e III que vinham, desde a redemocratização, com oscilação do grupo II para o lado vencedor. A elite política mato-grossense tradicional “saiu menor” desta eleição e suas tensões acumuladas plantaram as sementes para a virada de ciclo, em 2002.

O Estado teve neste período uma sequência de cinco Governadores “cuiabanos”, no sentido de serem nascidos na capital ou regiões próximas (Frederico Campos, Júlio Campos, Carlos Bezerra, Jayme Campos e Dante de Oliveira). Produziu também cinco eleições, nas quais os deputados estaduais mais votados tinham a mesma característica, quais sejam: Osvaldo Sobrinho (1978), Ary Leite de Campos (1982), Roberto França (1986/1990) e Wilson Santos (1994). O mesmo se deu na Câmara dos Deputados, com os seguintes nomes: Júlio Campos (1978/1986), Bento Porto (1982), Jonas Pinheiro/Dante de Oliveira (1990) e Roberto França (1994).

Entretanto, das eleições de 1998 em diante a realidade foi alterada, com candidatos domiciliados no interior assumindo a dianteira. Naquele ano, a reeleição de Dante de Oliveira quebrou o padrão de alternância entre os principais grupos políticos já mencionados em trabalhos anteriores. Surgiram várias tensões entre e no interior dos grupos. Disputas, como Roberto França x Antero Paes de Barros, no PSDB, Márcio Lacerda x Carlos Bezerra, no PMDB, Júlio x Jayme Campos, no então PFL, e outras, acabaram por enfraquecer em conjunto aqueles que protagonizaram a política estadual por uma geração. A reeleição de Dante de Oliveira adiou a renovação experimentada em outros Estados, em 1998, para as eleições de 2002. Em função da disputa interna do PSDB e da rejeição aos nomes tradicionais, Blairo Maggi despontou como um “*tertius*” mais leve, que acabou ganhando a eleição e encerrando o ciclo político no Estado¹¹.

Em razão deste e de outros fatores, Cuiabá perdeu o comando político de Mato Grosso. Vejamos os presidentes dos diretórios esta-

11 ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. “Desconstituição” do campo político cuiabano – Parte IV. Artigo publicado no site *RD News* em 18/06/2012. Disponível em <http://www.rdnews.com.br/blog/post/desconstituicao-do-campo-politico-cuiabano-parte-iv>. Acesso em 16/05/2013.

duais dos principais partidos em 2011, para confirmar tal hipótese. Carlos Bezerra (PMDB), Percival Muniz (PPS) e Wellington Fagundes (PR) têm sua base política em Rondonópolis. Da região norte vinham Nilson Leitão (PSDB) e Dilceu Dal Bosco (Dem), de Sinop, José Riva (PSD),¹² de Juara, e Ságuaes Moraes (PT), de Juína. Completavam o quadro Zeca Viana (PDT), de Primavera do Leste, e Pedro Henry (PP), de Cáceres. Sobravam apenas o PSB, com Valtenir Pereira, e o PTB com Chico Galindo, baseados em Cuiabá.

Para resumir, cabe dizer que a política cuiabana e mato-grossense eram profundamente imbricadas no início do período analisado. Quando Mato Grosso deixou de ser uma “Cuiabá ampliada” e mudou sua composição socioeconômica, o campo político cuiabano ficou esvaziado e desarticulado. Acrescente-se a isso a perda de participação de Cuiabá no PIB estadual.

POPULISMO EM CUIABÁ

O populismo pode ser entendido como a adoção de determinadas práticas demagógicas. Dentre elas estão a estratégia de obter poder político apelando aos sentimentos do público, usando temas regionalistas, populistas ou religiosos, além de fazer declarações que não podem ser postas em prática. A Cuiabá daquele período apresentou-se como um território fértil para o discurso populista, uma vez que teve um crescimento demográfico acelerado e desordenado, que forneceu as bases para as lideranças carismáticas que surgiram à época. Tais bases eram compostas por migrantes de outros Estados e do interior de Mato Grosso, em busca de maior participação política num contexto de redemocratização¹³.

O populismo pode ser entendido, também, como uma outra face das lideranças carismáticas que floresceram em Cuiabá, por conta das razões já apontadas. São personagens que priorizavam em seus discursos temas muito mais relativos à política estadual e até nacional, em alguns casos, do que as questões locais. Cito aqui Dante de Oliveira, Padre Raimundo Pombo, Milton Figueiredo, Roberto França, Wil-

12 Na verdade, o Presidente do Diretório Estadual era o vice-governador Chico Daltró. Mas a grande liderança do partido em Mato Grosso é o deputado estadual José Geraldo Riva.

13 Weffort (1980) disse que o populismo só pode ser bem compreendido aos olhos da correlação de forças em classes e suas frações numa determinada situação histórica. É um fenômeno recorrente nas décadas de 1930 e 1940, quando ocorreram mudanças sociais como a industrialização e a migração para os grandes centros urbanos, constituindo um operariado até então muito rarefeito. De outro lado, havia a crise das formas de dominação oligárquicas anteriores a 1930, com apoio de parte das camadas médias urbanas, o que criou o imperativo de incorporar as massas ao processo político de forma subalternizada.

son Santos e Gilson de Barros que encaixaram no perfil, com fortes discursos contra a ditadura militar, a divisão do Estado como um ato de força, as eleições diretas, o combate às chamadas oligarquias ou “forças do atraso”, dentre outros.

Portanto, a hipótese em relação ao populismo é que ele assumiu uma feição autodestrutiva para as lideranças políticas em Cuiabá. O mesmo mecanismo que formava os líderes e pautava a sua carreira política no Legislativo, acabou por vitimá-los, quando no exercício do Poder Executivo. Quer dizer, os líderes articulavam um discurso com traços populistas e faziam carreira no Legislativo municipal, estadual e federal, sempre como campeões de voto. Ao chegarem à Prefeitura, reforçavam a fama desta de “túmulos políticos”, e saíam menores do que entraram, do ponto de vista eleitoral.

Assim aconteceu com Roberto França e Wilson Santos, com o primeiro alinhando-se com um populismo mais conservador, e o segundo com tendências mais à esquerda, como o apoio aos movimentos sociais e às invasões de bairros. Ambos, uma vez na condição de prefeitos, tiveram dificuldades de tomar algumas decisões que confrontavam a cultura política e as bases que os elegeram. Cito como exemplo a regularização fundiária, o cumprimento de algumas leis mais rigorosas e o incremento da arrecadação de impostos, tarifas públicas e multas.

Portanto, Cuiabá se tornou, no período, uma cidade com muitos problemas e poucos recursos, favorecendo as lideranças com perfil para o Legislativo. A Prefeitura, ao invés de ser um passo importante na carreira política, como em outras capitais, acabou convertendo-se num ponto terminal. Este quadro teve um caráter nocivo em dobro, pois, de um lado, dificultou a formação de lideranças de Cuiabá para a política estadual. De outro, perpetuou este quadro disforme e inorgânico, proporcionando o surgimento de novos líderes com o mesmo perfil, ou então “neófitos”, vindo de fora do meio político, como empresários e agentes da mídia.

Um dos traços mais marcantes do populismo é o personalismo. Quer dizer, o líder tende a manter uma relação direta com a população, independente de organizações mediadoras, como os partidos políticos. No caso de Cuiabá, isso fica bem notório quando são analisados os resultados eleitorais para a Câmara Municipal, desde 1996, quando o partido mais bem votado foi o PDT, do então governador Dante de Oliveira, com 17,82%. Na eleição seguinte (2000), reeleição de Roberto França, o PDT caiu para 1,47% dos votos, e o PSDB assumiu a dianteira, com 18,69%. Em 2004, o PSDB perdeu a 1ª colocação para o PPS, que vinha de inexpressivos 0,74%, em 1996, mas era o

partido de Roberto França, Sérgio Ricardo e do então governador Blairo Maggi. Por fim, em 2008, o PSDB reassumiu a dianteira com a reeleição de Wilson Santos, reunindo 12,57% dos votos, contra 2,17% do PPS, campeão da eleição anterior¹⁴. Os partidos com eleitorado mais estável no período foram: PMDB e PT.

O personalismo acabou gerando alianças instáveis e voláteis. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, tal característica acabou enfraquecendo mais as forças políticas de Cuiabá. As alianças podem ser vistas como uma relação de “todos com todos”, mas, na verdade, é uma “guerra de todos contra todos”, quando uma aliança política é celebrada com o objetivo de se fortalecer e enfraquecer o adversário. Em outras capitais e mesmo no interior, os candidatos percorrem uma carreira política antes de postularem essa posição. A carreira costuma começar como vereador e depois avançar para deputado estadual e, por fim, deputado federal, para postular a prefeitura. Após uma boa passagem pela chefia do Poder Executivo municipal, o político está habilitado a pleitear cargos majoritários estaduais, como Governador ou Senador.

“Disfunções”, como as aconteceram porque o campo político cuiabano foi desconstituído, no início da década passada, e vem enfrentando dificuldade para se reconstituir da forma adequada. A formação de grupos políticos mais estáveis, seu agrupamento em partidos, sua liderança e hierarquia ajudam a organizar o processo político. Dessa maneira, é possível, para eleitor, criar vínculos mais estáveis com as forças políticas, eleger prefeitos com maior força e projetá-los para eleições de nível estadual, após o bom cumprimento de seus respectivos mandatos. Analisemos, portanto, o caso de Cuiabá, para compreender como o processo aconteceu no referido período.

CRISES DE LIDERANÇA EM CUIABÁ

Nessa parte, quero dar maior atenção aos principais grupos da política cuiabana, suas crises sucessórias e a renovação das elites políticas do município. O grupo político liderado por Roberto França, em Cuiabá, começou a se desarticular já nas eleições de 1990. A candidatura de Luiz Soares a Governador, pelo PSDB, e a de Osvaldo Sobrinho, como vice de Jayme Campos, já apontavam um “racha” no grupo naquele momento. A filiação de Roberto França ao PSDB e a disputa Osvaldo Sobrinho x Louremberg Nunes Rocha pela candidatura a Governador, em 1994, acabaram por miná-lo mais ainda.

¹⁴ Dados disponíveis em www.tse.gov.br.

No entanto, Roberto França ainda era uma liderança muito forte, sobretudo em Cuiabá e região, tendo seu nome sido trabalhado como candidato a Senador, em 1994. Entretanto, na sua longa passagem pela Prefeitura de Cuiabá, França acabou perdendo massa política e permitiu o esfacelamento do grupo que até então liderava. Os fatores que mais prejudicaram sua maior projeção estadual foram o racha do grupo original, a dificuldade de entrar no eleitorado do interior e também o seu personalismo. Vale lembrar que o fato de França apresentar várias filiações partidárias ao longo de sua trajetória também dificultou, sobremaneira, a criação de um grupo político mais estável. Vários políticos surgiram em Cuiabá com o seu perfil, como os campeões de voto Walter Rabelo, Sérgio Ricardo, Everton Pop ou Toninho de Souza. No entanto, eles acabaram se articulando a outros grupos, pela ausência de uma forte liderança em Cuiabá.

Dante de Oliveira também teve dificuldade para manter seu grupo político na Capital. No período em que foi Governador notabilizou-se por compor seu secretariado com quadros cuiabanos de pouca expressão política. A oposição chamava isso, na época, dos “amigos de infância” de Dante, que concentravam as principais decisões do Governo¹⁵. Desta forma, Dante de Oliveira não conseguiu formar sucessores à altura de sua liderança na política cuiabana. Na famosa eleição de 2002, foi derrotado, dentre outros aspectos, por ter “envelhecido” politicamente e adotado comportamento oligárquico, ao tentar eleger a si mesmo, sua esposa, irmã, amigos e aliados. Ademais, o crescimento do PT em nível estadual e também em Cuiabá lhe tomou o eleitorado mais progressista, ao demonstrar, com clareza, o atraso de suas práticas em face ao discurso de modernização política e condenação das oligarquias que pautou sua carreira.

Seus sucessores ficaram limitados à sua esposa, Telma de Oliveira, Antero Paes de Barros e Wilson Santos. Os dois primeiros demonstraram muita dependência do líder, não conseguindo vencer eleições após a morte de Dante, em 2006. Vale lembrar que Telma de Oliveira foi eleita ainda pela chapa montada por Dante de Oliveira. Já Wilson Santos conseguiu vencer duas eleições para a Prefeitura de Cuiabá, em grande medida administrando o espólio político deixado por Dante de Oliveira. O PT se apresentou como seu grande adversário em ambas as eleições, confirmando a renovação pela esquerda. Para vencê-lo, tanto em 2004, com Alexandre César, quanto em 2008, com

15 Blairo Maggi diz que interior exige aplicação justa do Fethab. *Jornal O Documento* de 26/07/2002. Disponível em <<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=27060>>. Acessado em 16/05/2013.

Mauro Mendes, cuja candidata a vice-prefeita era do PT (deputada Verinha), Wilson Santos mobilizou as forças políticas e o próprio eleitorado mais conservador. A derrota para Governador, em 2010, acabou deixando, esse grupo, órfão de uma liderança com projeção estadual. O nome que desponta como possível herdeiro do legado é o Senador Pedro Taques¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resumo os principais aspectos da reconfiguração do campo político estadual no período da seguinte forma:

1. As transformações socioeconômicas, demográficas e eleitorais em todo o Estado que, por si só, reconfigurariam o seu campo político;
2. Uma crise sucessória e de liderança em Cuiabá, que desorganizou os grupos até então dominantes na política local e estadual.
3. Com a emergência das forças do interior, a política mato-grossense deixou de ser um quase monopólio das forças políticas de Cuiabá e arredores. Em decorrência das mudanças socioeconômicas e demográficas no Estado, surgiu uma nova elite no interior, diferenciada e com poucos vínculos com o tradicionalismo. A eleição de 2002 foi o marco do aparecimento de tais forças na arena política estadual, com a eleição de Blairo Maggi.
4. Como era o padrão antigo, os cuiabanos se aliaram às forças do interior para derrotar o outro grupo. Roberto França e Jayme Campos apoiaram Blairo Maggi, em 2002, na expectativa de derrotar Dante de Oliveira e se fortalecer para futuras eleições estaduais.
5. Ocorre que, com o fortalecimento das forças políticas do interior, o processo mudou. Como tais elites têm maior peso político e econômico, elas acabaram se beneficiando da divisão dos “cuiabanos”, ao contrário do que acontecia antes. Roberto França saiu aparentemente vitorioso das eleições de 2002, após recuar de sua candidatura e “emplacar” sua esposa, Iraci França, como vice-governadora. Tudo sinalizava para novas candidaturas em nível estadual nas eleições seguintes. Entretanto, não foi o que aconteceu. França, que veio de uma eleição a deputado federal, em 1994, com grande votação (108.127

16 ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. “Desconstituição” do campo político cuiabano – Parte VI. Artigo publicado no site *RD News* em 09/07/2012. Disponível em <http://www.rdnews.com.br/blog/post/desconstituicao-do-campo-politico-cuiabano-parte-vi>. Acesso em 16/05/2013.

- votos), acabou perdendo massa política e recebendo cerca de 19.500 votos num eleitorado muito maior¹⁷.
6. Dessa forma, as forças políticas de Cuiabá acabaram encontrando dificuldades para ocupar os espaços em nível estadual. As disputas entre cuiabanos, que antes ficavam “impunes” pelas posições disponíveis para ocupação, passaram a ser letais e geraram uma implosão política na Capital e região.
 7. Foi inaugurado, portanto, o padrão em que os Governadores eleitos têm base política no interior e obtêm votações, em Cuiabá, inferiores aos resultados do Estado inteiro. Blairo Maggi teve cerca de 38% dos votos em Cuiabá, na eleição de 2002, contra 50,62% em todo o Estado; na sua reeleição em 2006 foram 55,35% contra 65,39%; e Silval, em 2010, obteve 34,23% dos votos na capital contra 51,21% no total do Estado¹⁸.
 8. Outro aspecto interessante é que as candidaturas interioranas têm se mantido unificadas, enquanto as forças domiciliadas em Cuiabá e região vêm disputando entre si. Assim aconteceu, em 2002, com Antero Paes de Barros (PSDB) x Alexandre César (PT), em 2006, com o mesmo Antero contra Serys (PT) e em 2010, com Wilson Santos (PSDB) contra Mauro Mendes (PSB). Nas eleições para o Senado, o mesmo fenômeno tem sido observado.
 9. Portanto, como a liderança política do Estado, hoje, está no interior, as forças políticas da capital acabam buscando seus líderes, só que numa posição subalterna e de adesão aos projetos políticos deles. Dessa forma, o campo político em Cuiabá foi desorganizado e entre o seu vazio e a dificuldade do interior em produzir novos quadros aqui, a Capital transformou-se na chamada “terra de ninguém”, ou seja, as elites políticas de Cuiabá não perceberam ou não aprenderam a operar no novo modelo político vigente.
 10. Os efeitos de tal desorganização são sentidos em todos os níveis, a começar pela Câmara Municipal, que é a porta de entrada na carreira política. Pela primeira vez, em décadas em 2010, nenhum vereador cuiabano foi eleito deputado estadual.

17 Dados eleitorais disponíveis em Araújo, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

18 Dados eleitorais disponíveis em www.tse.gov.br.

REFERÊNCIAS

Livros

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, Américo. O Governador do Estado do Rio de Janeiro. In: SARMENTO, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1999.

MOTTA, Marly. Autonomia carioca e o município do Rio de Janeiro: os novos termos de uma velha relação. In: MOTTA, Marly. FREIRE, Américo. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: EdFGV 2004.

WEFFORT, Francisco. 2. ed. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Artigos na imprensa

Blairo Maggi diz que interior exige aplicação justa do Fethab. *Jornal O Documento* de 26/07/2002. Disponível em <<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=27060>>. Acessado em 16/05/2013.

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. “Desconstituição” do campo político cuiabano – Parte VI. Artigo publicado no *site RD News* em 09/07/2012. Disponível em <http://www.rdnews.com.br/blog/post/desconstituicao-do-campo-politico-cuiabano-parte-vi>. Acesso em 16/05/2013.

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. “Desconstituição” do campo político cuiabano – Parte IV. Artigo publicado no *site RD News* em 18/06/2012. Disponível em <http://www.rdnews.com.br/blog/post/desconstituicao-do-campo-politico-cuiabano-parte-iv>. Acesso em 16/05/2013.

Webgrafia

www.ipeadata.gov.br.

www.tse.gov.br.

<http://jaironicolau.iuperj.br>

Fontes documentais

GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. Retrospectiva das eleições em Mato Grosso: de 1945 a 1985. Cuiabá: Fundação Cândido Rondon, 1988.

Teses e dissertações

ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

Depoimentos

FIGUEIRÓ, Ruben Figueiró. Entrevista oferecida ao autor. Campo Grande, 29/09/2006.

CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO

IDENTIDAD CARTOGRAFÍAS CUIABÁ Y MATO GROSSO

Fernando Tadeu de Miranda Borges¹

RESUMO: Este ensaio ressalta alguns aspectos das cartografias identitárias de Cuiabá e Mato Grosso, na segunda metade do século XX, com fundamentos atemporais no que diz respeito ao significado de lugar, não-lugar, lugar, surgido num sopro da identidade possível das movimentações no tempo e espaço cuiabano-mato-grossense-brasileiro das décadas de 60, 70 e 80. Foi escolhida a segunda década do século XX, em decorrência da criação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 10 de dezembro de 1970, e que a partir de 1971, com a sua instalação, haver estimulado a vinda de docentes e discentes de vários lugares. Observa ainda que todo desenvolvimento que se pretenda implementar em uma determinada cidade precisa respeitar o desejo do lugar, não-lugar, lugar, hoje presente na maioria das cidades mato-grossenses, devido às transformações.

Palavras-Chave: Identidades. Cartografias. Cuiabá. Mato Grosso.

RESUMEN: Este documento pone de relieve algunos aspectos de las asignaciones de identidad y Cuiabá Mato Grosso, en la segunda mitad del siglo XX, con conceptos básicos atemporales con respecto al significado de lugar, no lugar, lugar, apareció en una nube de posible identidad de los movimientos en tiempo y espacio Cuiabá-Mato Grosso-Brasil a partir de

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós Graduação em História, do Programa de Pós Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional e do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), da Sociedade de Amigos de Rondon e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML).

los años 60, 70 y 80. la segunda década del siglo XX fue elegido debido a la creación de la Universidad Federal de Mato Grosso, el 10 de diciembre de 1970, y que desde 1971, con la instalación, se anima a los profesores y estudiantes procedentes de diversos lugares. Observa además que cualquier desarrollo que se ejecutará en una ciudad en particular debe respetar el deseo del lugar, no lugar, lugar, presente hoy en la mayoría de ciudades de Mato Grosso, debido a las transformaciones.

Palabras-clave: Identidades. Cartografías. Cuiabá. Mato Grosso.

Aos primeiros cuiabanos e mato-grossenses, cuiabanos e mato-grossenses filhos de filhos de brasileiros do Centro Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, e cuiabanos e mato-grossenses filhos de filhos de estrangeiros.

Segundo Darcy Ribeiro, “O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, eticamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da inguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira.” (RIBEIRO, 1995, p. 131). E, assim, também parece ter acontecido com a identidade étnica cuiabana, com baliza inicial no período entre a fundação da vila e a fundação da capitania de Mato Grosso (1719-1748), em seguida, com a cuiabana e a mato-grossense, de 1748 a 1835, período compreendido entre a criação da capitania de Mato Grosso e a transferência da capital, de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, para Cuiabá; depois, de 1835 a 1977, de Cuiabá como capital de Mato Grosso à segunda divisão do Estado, com a criação de Mato Grosso do Sul e, por fim, de 1977 a 2014, período de Mato Grosso dividido aos dias atuais.

Cabe ressaltar que, em 2006, compartilhei algumas inquietações em um ensaio publicado no *site* do Conselho Federal de Economia (COFECON), e que resolvi, tendo em vista atender ao convite do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), repensá-lo, tendo em conta o argumento de Darcy Ribeiro (1995, p. 12) de que um trabalho de reflexão sempre pode ser continuado, e, mesmo assim, nunca se completa, com algumas observações sobre a cartografia identitária cuiabana e mato-grossense.

Para fazer uma cartografia cuiabana e mato-grossense teria, inicialmente, que mapear os vários tempos da história econômica, social e política, constituindo-se numa tarefa de demorada execução para os

propósitos de um ensaio, e por isso a opção foi por uma argumentação a partir da segunda metade do século XX, e com fundamentos atemporais no que dissesse respeito ao significado de lugar, não-lugar, lugar, surgido num sopro da identidade possível das movimentações no tempo e espaço cuiabano-mato-grossense-brasileiro das décadas de 60, 70 e 80 do século passado.

Foi escolhido o período da segunda década do século XX, em decorrência da criação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 10 de dezembro de 1970, que a partir de 1971, com a sua implantação, trouxe um grande número de docentes e discentes para Cuiabá, e pelo fato também da presença maior, nesse período, de colonizadores de outras regiões do Brasil, que compraram terras em Mato Grosso, instalaram-se na região, e criaram novos municípios, ampliando, o mapa das cartografias identitárias do Estado.

Cabe registrar que, em 1977, Mato Grosso perdera uma parte de suas terras com a criação de Mato Grosso do Sul, pelo Presidente Ernesto Geisel, através da Lei Complementar de n. 31, e Cuiabá, na ocasião, teve de continuar com a incumbência de zelar dos 38 municípios mato-grossenses, que ficaram sob sua guarda, na condição de capital, de um total de 93 municípios. Esta, no entanto, não foi a primeira vez que Mato Grosso, na sua cartografia territorial, perdeu parte de suas terras, pois, em 1943, pelo Decreto de n. 5.812, o presidente da República Getúlio Vargas criou o Território Federal do Guaporé que, em 1956, pela Lei n. 2.731, teve o nome mudado para Território Federal de Rondônia, em homenagem ao mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon; e no ano de 1981, através da Lei Complementar n. 41, do presidente da República João Figueiredo, transformou-se no Estado de Rondônia.

Nas duas situações, a cartografia territorial de Mato Grosso sofrera grandes perdas, e ainda assim, Cuiabá, capital do Estado, com a determinação que lhe fora sempre peculiar, conseguiu superar as adversidades. No caso da divisão de Mato Grosso, ocorrida em 1977, as dificuldades vivenciadas em termos econômicos lembram as vivenciadas em 1870, no que diz respeito ao rumo cartográfico do setor produtivo.

O ano de 1870 marcou, em Mato Grosso, o fim da Guerra do Paraguai, a intensificação do comércio de importação e exportação, com a reabertura da navegação pelo Rio Paraguai, e o fortalecimento da economia provincial, depois estadual. Como resultado, novas cartografias de produção acabaram sendo estabelecidas, trazendo um alento aos ânimos dos mato-grossenses, que por conta da referida guerra,

das dificuldades de abastecimento, da carestia e das doenças precisavam ser reanimados, e nesse ponto a observação de que o governo central apoiou o governo provincial para que as dificuldades fossem superadas. No transcorrer, também o setor produtivo mato-grossense buscou suas próprias alternativas, com a exploração da borracha, da ipecacuanha, da erva-mate etc. E, com isso, pode-se deduzir que a cartografia da produção econômica mato-grossense, de 1870 a 1930, teve importância fundamental para o reerguimento de Cuiabá e de muitas cidades da província, depois estado, que passavam nesse período por sérias dificuldades.

Transcorridos cem anos, em 1970, com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá novamente encontrou alternativas para poder enfrentar as dificuldades que vieram a surgir com a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, embora, inicialmente marcada por um sentimento de “dignidade ultrajada”, segundo registrou Eugênia Coelho Paredes (1983, p. 159-161). Para o governador da época, Pedro Pedrossian (1966-1971), num discurso pronunciado em 10 de dezembro de 2010, por ocasião da comemoração de aniversário dos quarenta anos da Universidade Federal de Mato Grosso, data em que foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa*,

Voltando ao MATO GROSSO de 40 anos atrás deparamo-nos com a dura realidade: Não passávamos de meros EXPORTADORES das nossas matérias-primas, e com elas iam as nossas maiores inteligências em busca da formação universitária.

Essa EXPORTAÇÃO empobrecia o velho Mato Grosso.

Lembro-me da primeira reunião de trabalho, já como Governador, onde mandei priorizar o ENSINO, porque dele nasceriam os homens que seriam os responsáveis pelas profundas transformações em todos os setores da vida mato-grossense.

Diante dessa realidade criamos o Instituto de Ciências e Letras que, junto com a Faculdade Federal de Direito, formaram o embrião da Universidade Federal do Mato Grosso em 10/12/1970. O amigo Gabriel Novis Neves foi o primeiro Reitor.

Essa foi a semente que germinou esta UNIVERSIDADE. Ela nasceu sob o signo da criação do NOVO HOMEM sobre o qual estaria depositada a responsabilidade de multiplicar o saber por esses emissários da aurora dos novos tempos que todos sonhávamos.

Fiz essa introdução para lhes dizer que, decorridos 40, a maior

arma de qualquer revolução não pode ser outra, senão a da EDUCAÇÃO.

A UNIVERSIDADE FEDERAL foi o marco zero e DECISIVO para as mudanças que nunca mais deixaram de acontecer, até colocar este gigante em pés de igualdades em relação a todos os demais Estados brasileiros.

Gabriel, você foi o jardineiro da nossa sementinha e depois sucedido por outros Reitores entusiasmados e compromissados com a qualidade de ensino que fizeram desta Universidade uma referência nacional aos seus formandos. [...]

Fazendo um balanço sobre esses 40 anos que se passaram em nossas vidas, posso lhes garantir que, entre nossas grandes obras como as estradas que rasgaram este Estado; a energia que iluminou nossas cidades e outras grandes realizações, nenhuma foi tão importante, tão significativa e tão profunda quanto esta UNIVERSIDADE. [...]

Obrigado professora Maria Lúcia Cavalli Neder, nossa Magnífica Reitora, por ter captado o meu sonho.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, o Curso de História Natural contou nos seus anos iniciais, em 1967, com uma acadêmica muito especial, vinda do Paraná, e que aqui aportou, fixando residência no bairro Porto, no ano de 1965, a poeta Lucinda Nogueira Persona. Em 1973, Lucinda Persona tornou-se, pelos próprios méritos, docente da Universidade Federal de Mato Grosso e, em 1999, com a aposentadoria, docente da Universidade de Cuiabá.

Lucinda Persona foi quem escolhi para a homenagem a todas as pessoas que em Mato Grosso decidiram viver “por imenso gosto”, como faz questão de poetar. No poema inédito, gentilmente cedido, *Caminhando pela cidade*, Lucinda Persona, assim se expressa sobre a sua identidade com o lugar, não-lugar, lugar, “Cuiabá/chão de ouro e cascalho/sobre o qual vivo/e teço a invisível trama/dos meus passos./Jamais serão inúteis/esses passeios repetidos,/o mapeamento silencioso/daquilo que vejo e não se repete./Cuiabá/caminho de calma que percorro/numa cuidadosa viagem/de pessoa comum, aprendiz das curvas/persona desconhecida./Sigo sob a luz vigorosa do sol/entre a farta folhagem sigo/com pensamentos simples/olhando para todos os lados/resumindo ou redizendo Pessoa./O que vejo a cada instante/será sempre diferente do já visto./Vejo e sigo/ambulante desfocada e

solitária/caminhando pela cidade/como quem anda por uma cidade mesmo./”

Trago esse poema de Lucinda Persona para mostrar que Cuiabá e Mato Grosso apresentam-se na história com cartografias identitárias que transformam-se o tempo todo, vindo desse movimento a maior riqueza que possuem, e a disposição para que uma pessoa pudesse tomar a decisão de ficar num lugar, não-lugar, lugar, pelo puro prazer de ficar. E nesse sentido, Augé (1994, p. 110) parece ter razão ao expressar-se que “É no anonimato do não-lugar que se experimenta solitariamente a comunhão dos destinos humanos”, sendo preciso, portanto, registrar algo pulsante da experiência vivida por Lucinda Persona (entrevista concedida a Fernando Tadeu de Miranda Borges, em 19 de agosto de 2000) nesse lugar, não-lugar, lugar, que tornou-se o lugar para todas as pessoas que tiveram um dia que tomar essa decisão:

O tempo foi passando, várias páginas ficaram para trás, estudei, casei, mudei, voltei, trabalhei, vivi e vivi, tive um único filho que logo morreu e está enterrado em Piedade, coração do solo cuiabano, cercado por outras cinzas, cercado pela vida do lado de fora, pela vida dessa cidade, cada vez mais agitada e alargada, uma cidade cheia de forasteiros, pessoas que buscam preencher o vazio com o futuro, com mil atividades. É natural que neste fluxo, cheguem os de baixo de guerra, todas as vezes que escuto ou leio um destes pontos de vista sobre o sentimento cuiabano relembro e revendo minha chegada com imensa satisfação de ter vindo e totalmente cuiabanizada, daqui não saio, ou melhor, apenas para dar uma voltinha pelo mundo. Acredito que muitas vezes superdimensionamos nossos *locus* sem atentarmos para coisas mais relevantes ligadas ao fraterno e ao humano, creio que não é importante nascer aqui ou ali, nos polos, no Equador ou nos trópicos, importante é amar onde se vive, construindo a pátria ao redor.

Com relação ao lugar, não-lugar, lugar, em se tratando de Nova York, “Big Apple”, a presença do imigrante tem sido sempre referenciada, o que fez com que a cidade ficasse conhecida no mundo como “multicultural.” Foi mais ou menos em meados do século XIX que Nova York começou a receber grupos étnicos de todos os lugares, destacando-se, na cidade, a forte presença de italianos, alemães, irlandeses, ingleses, judeus, brasileiros, entre outros. A busca pelo sucesso profissional, por oportunidades de emprego, pela própria atração da cidade são explicações que podem justificar a presença de tanta diver-

cidade étnica. Nova York não para de exercer fascínio nas pessoas que gostam de cinema, teatro, museus, cultura etc. Nova York parece ser um caso a parte nos Estados Unidos da América pela pujança e pelo símbolo de um lugar, não-lugar, lugar, centro do mundo.

Em, tratando-se de São Paulo, pessoalmente, pude constatar o significado do imigrante para a cidade, quando ali morei durante alguns anos, por duas vezes. A presença de italianos, judeus, japoneses, sírio-libaneses, alemães, marcou a cartografia da cidade, e a migração de brasileiros de todas as regiões do país continua a impressionar. A importância do nordestino na economia de São Paulo tem um especial significado na sua cartografia econômica, social e política. Com universidades, hospitais, cinemas, museus, restaurantes do mundo inteiro, a cidade de São Paulo, em alguns momentos, pode ser comparada à cidade de Nova York. São Paulo tem o maior parque industrial do Brasil e congrega uma das maiores e mais importantes universidades da América Latina que é a Universidade de São Paulo. Na realidade, também um lugar, não-lugar, lugar, e que por si só lembra um grande laboratório comunitário, ao contemplar muito do que aborda Augé (1994, p. 98-105): “Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se. [...] Lugares e não-lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las. [...] Na coexistência dos lugares e não-lugares, o obstáculo será sempre político.”

Nova York e São Paulo são lugares, não-lugares, lugares. Logo, os lugares, não-lugares, lugares acabam transformando-se de forma permanente, e isso devido à presença de muitas cartografias identitárias. Na Cuiabá de antes da divisão de Mato Grosso, ocorrida em 1977, a defesa era a do lugar, não-lugar, lugar. Comparo nesse processo, o lugar pequeno a uma casa pequena, com a senzala, e o lugar grande a uma casa grande, com diversas senzalas, bastante identificadas, nos dois casos, pela ausência de conexão, que constitui-se no obstáculo político que Augé (1994) alerta em sua constatação. E, segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 130), “A assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático.”

Cabe, então, enfatizar, que todo desenvolvimento que se pretenda implementar em uma determinada cidade precisa respeitar o desejo do lugar, não-lugar, lugar, hoje presente na maioria das cidades mato-grossenses, devido às transformações. Mas, por que as pessoas que vivem num lugar, não-lugar, lugar, têm possibilidades de participarem

mais intensamente do processo da construção mundial? Em minha opinião, pela abertura para as diferentes cartografias identitárias. É interessante morar em lugares, não-lugares, lugares, onde as trocas culturais são maiores, e por isso a conquista do desenvolvimento aparentemente mais factível. É óbvio que nada cai do céu, e desde que o mundo é mundo toda riqueza gerada dependeu do trabalho. Só o trabalho foi capaz de gerar riquezas, portanto, não há outra saída que não seja pelo trabalho.

Alguns anos atrás, preocupado em entender por que o trem nunca chegou a Cuiabá, deparei-me com uma indagação instigante: como um lugar, não-lugar, lugar, Centro Geodésico e Geográfico da América do Sul, pode ser considerado isolado? E, após refletir sobre a questão, Alcir Lenharo (1982) parece ter fornecido algum alento a essa instigante questão ao observar que em Mato Grosso ocorreu o “reordenamento produtivo”, e que o isolamento apregoado nunca existiu, tratando-se de um “mito” criado pelas elites detentoras do poder na localidade. Deve-se, no entanto, observar que o processo de substituição de importações na economia mato-grossense não foi o mesmo imaginado por Maria da Conceição Tavares, quando abordou a primeira metade do século XX na economia brasileira. Mas, voltando ao que ficou conhecido como “mito do isolamento”, penso que seja interessante qualificar a tese lançada pelo Alcir Lenharo, pois, de acordo com a ciência econômica, a distância de um lugar consumidor em relação a um lugar produtor afetam, na maior parte das vezes, os preços finais dos produtos. No livro *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*, há o argumento de que: “A tese do isolamento, na historiografia recente, foi criticada e abandonada seja porque tal isolamento não ocorreu de forma absoluta, como pretendiam os autores tradicionais, seja porque em tais interpretações havia mais “mitos” do que fatos” (BORGES, 2010, p. 22). O tema continua sendo apreciado por vários estudiosos da historiografia econômica, com destaque para a pesquisa de Romir Conde Garcia (2003).

Retomando, então, a discussão do lugar, não-lugar, lugar, vale indagar o que tem o isolamento e o não isolamento a ver com todo esse debate? Tem que, um lugar, não-lugar, lugar, acaba por possuir a característica de não se isolar, e com isso os intercâmbios é que fornecem a cartografia das relações econômicas, sociais e políticas. E, se concordarmos que somos uns desterrados em nosso próprio lugar, como disse Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 31), no livro *Raízes do Brasil*, então o Brasil todo tem características de lugar, não-lugar,

lugar, vindo daí, talvez, esse espírito de liberdade que acabou por levar a comunhão dos mesmos espaços com cartografias identitárias, que renovam-se o tempo todo.

E, nesse sentido, tanto Cuiabá quanto Mato Grosso demonstram ao longo da história a capacidade de adaptação a diversas situações, tendo em conta a presença das várias cartografias identitárias na construção dos seus lugares, não-lugares, lugares, valendo, portanto, e muito, “esses passeios repetidos”, como cantou em prosa a poeta cuiabana-mato-grossense por adoção, Lucinda Persona. Parabéns Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso pelos seus noventa e cinco anos de participação efetiva na construção das cartografias identitárias de Cuiabá e Mato Grosso, e que venham logo as comemorações dos seus cem anos, em 2019!

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. São Paulo: Scortecci, 2010.
- _____. *Esperando o Trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- COFECON. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/>, consulta realizada em 4 de junho de 2014.
- MATO GROSSO. *Discurso pronunciado pelo ex-governador de Mato Grosso Pedro Pedrossian*, em 10 de dezembro de 1970, na Universidade Federal de Mato Grosso.
- GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do Projeto Colonial*. 2003. Tese (Doutorado em História – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá: UFMT, Imprensa da Universidade. PROEDI, 1982.
- PAREDES, Eugenia Coelho. *Parahyso Incoberto: a percepção da mudança nas condições de vida da cidade pelos habitantes da cidade*. 1983. Dissertação (Mestrado em Paisologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

PERSONA, Lucinda. *Caminhando pela Cidade*, poesia inédita cedida a Fernando Tadeu de Miranda Borges.

_____. *Entrevista concedida a Fernando Tadeu de Miranda Borges*, em 19 de agosto de 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido de Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARTOGRAFIAS DA MEMÓRIA: ACERVOS DE MATO GROSSO

CARTOGRAFÍAS DE LA MEMORIA: COLECCIONES DE MATO GROSSO

Elizabeth Madureira Siqueira¹

RESUMO: Mapear e cartografar a memória é um exercício que requer conhecimento e domínio dos espaços da memória, concebidos no presente artigo enquanto arquivos, núcleos e institutos de pesquisa. Percorrer esses espaços privilegiados, descrevendo suas potencialidades, faz do presente artigo um repertório dos principais pontos da memória de Mato Grosso. Em Cuiabá, o Arquivo Público de Mato Grosso, na UFMT, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, o Arquivo da Casa Barão de Melgaço e o Instituto Memória do Poder Legislativo; sendo que em Cáceres o Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral – Nudheo, organismos que preservam e divulgam documentos de Mato Grosso.

Palavras-chave: Mato Grosso. Arquivos. Centros de Pesquisa.

RESUMEN: Mapa y mapa de memoria es un ejercicio que requiere el conocimiento y dominio de los espacios de memoria, diseñados en este artículo como archivos, núcleos y centros de investigación. Navegar por estos espacios privilegiados, describiendo sus capacidades, este artículo hace un repertorio de los principales puntos de la memoria de Mato Grosso. En Cuiabá, el Archivo Público del Mato Grosso, en UFMT, el Centro de Documentación Histórica y de Información Regional - NDIHR Instituto Baron Melgaço Memoria Archivo House y la Legislatura; Cáceres y en el Centro de Documentación de Historia Oral y Escrita - Nudheo, las organizaciones que preservan y difunden documentos de Mato Grosso.

Palabras-clave: Mato Grosso. Archivos. Centros de Investigación.

¹ Doutora em História da Educação. Curadora da Casa Barão de Melgaço, membro do IHGMT e da AML. E-mail : bethmsiqueira@gmail.com

Mapear e cartografar os espaços de memória é, sem sombra de dúvida, um movimento prenhe de possibilidades, mas, sobretudo, um gesto de democratização de saberes, visto que durante mais de três décadas frequente esses lugares da memória de Mato Grosso, e gostaria de socializar tal experiência.

Conhecer o que foi preservado, procurando descobrir aquilo que foi descartado, torna o percurso ainda mais interessante. O historiador tem, naquilo que ficou, o seu porto seguro – os documentos – instrumentais essenciais para se reescrever eventos passados, retratados nos seus testemunhos que, segundo Alves (2011, p. 2) “[...] funcionam como um depoimento a favor de sua existência. Eles são a garantia de que a sua parcela de invenção encontra-se apoiada em dados que poderiam comprovar a ocorrência real do que descreve”.

Ignorando aquilo que foi descartado, os documentos que estão depositados nas diversas instituições constituem, nessa medida, os limites de qualquer investigação, pois são os instrumentais com os quais se vai lidar. Mas se poderia indagar: reescrever constantemente a história, para quê? Afinal, os documentos são os mesmos e continuam guardados nos arquivos e lugares de pesquisa, aguardando serem manipulados, mas, sobretudo, indagados. Nessa medida, serão as perguntas que o historiador faz aos documentos é que enseja um novo modo de contar uma história já escrita e recontada por muitos, mas que no investigar daquele pesquisador específico ganha novos contornos e suscita inovadoras indagações. Assim, é o tempo presente que nos obriga a debruçar sobre velhos documentos, num movimento que aproxima passado e presente, numa articulação prazerosa.

Marc Bloch (1965), um dos responsáveis pela importante renovação da história, na primeira metade do século XX, respondendo ao questionamento de uma criança sobre - para que serve a história? -, conclui que ela diverte. Esse pressuposto está intrinsecamente ligado ao prazer e, conseqüentemente, à diversão que ele produz no pesquisador. Segundo Alves (2011, p. 2), “Poderíamos afirmar que boa parte desse prazer está ligada ao contato com as fontes. O universo que se abre ao investigador na aproximação dos registros do passado é sempre emocionante”. São as palavras de Antoine Prost (1999, p. 385-391) que relevam esse momento mágico:

Eu duvido, o reconheço, que um historiador possa deixar de provar uma certa emoção abrindo uma pasta de arquivo ou a coleção de um velho jornal : essas folhas que dormem há tanto tempo conservam o traço de existências múltiplas, de paixões

hoje extintas, de conflitos esquecidos, de análises imprevistas, de cálculos obscuros.

Ao lado desse trabalho prazeroso, os documentos estão no aguardo dos historiadores, pois “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. (LE GOF, 1994, p. 535)

Em Mato Grosso, os acervos mais relevantes se encontram na Capital, Cuiabá, a exemplo do Arquivo Público de Mato Grosso, do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFMT e do Instituto Memória do Poder Legislativo, sendo que em Cáceres/Unemat no Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral. Esses conjuntos documentais oferecem farta e variadas fontes, servindo de apoio aos trabalhos de graduação e pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais.

A democratização dos conteúdos de tais acervos tem sido uma luta internacional, nacional e também regional. Sabemos que os trabalhos técnicos, no que concerne aos arranjos e catalogação dos conjuntos documentais, demandam tempo e devem ser realizados com metodologia apropriada, porém, esses papéis, depois de ordenados, ficam à espera do pesquisador. Com o avanço tecnológico, necessário de faz torná-los acessíveis a um número cada vez maior de estudiosos. Para isso, devem ser digitalizados e, se possível, colocados integralmente nos sites de pesquisa de cada organismo.

O princípio constitucional que prescreve o livre acesso dos cidadãos a toda e qualquer informação requer, urgentemente, esse tipo de ação, visto que pela Internet as distâncias não mais existem e o diálogo e o acesso às informações devem estar disponíveis a todos.

A riqueza documental existente em Mato Grosso é preciosa, variada em temas e problemas, porém, para se transformar de Documento em Monumento as peças documentais necessitam de ser referenciadas, como bem classificou Jacques Le Gof (1994).

Um passeio cartográfico pelos múltiplos acervos de Mato Grosso inicia a partir desse momento, vejamos:

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Sede atual do APMT



Fonte: Foto acervo APMT

Os Arquivos Públicos no Brasil foram instituídos com a criação do Arquivo Nacional (RJ), no dia 2 de janeiro de 1838, em respeito ao que indicava a primeira Constituição Brasileira de 1824. Os papéis nele contidos foram armazenados durante todo o período colonial (1500-1822), porém expressivamente aumentados a partir da vinda da Família Real para o Brasil (1808), ocasião em que volume substancial de papéis foram trasladados, da Europa para o Brasil, nessa movimentação. Aqui, foram a eles reunidos os documentos depositados em solo brasileiro. Nessa medida, foi criado, em 1838, o Arquivo Nacional, visto que o Brasil, em 1822, se tornou independente de Portugal. Nesse grande arquivo se encontram documentos produzidos desde o século XVIII até contemporaneamente.

Em Mato Grosso, a reunião dos papéis oficiais somente ocorreu após a proclamação da República, visto que criado no ano de 1896. Até então, os mesmos ficavam reunidos nos gabinetes e também na biblioteca pública, que durante muitos anos conservou um expressivo acervo documental. Assim, os espaços de leitura foram os primeiros

responsáveis pela preservação da memória, visto que neles, além de documentos escritos, eram conservados jornais, livros e um expressivo acervo de objetos e mobiliário.

Seu acervo, na atualidade, é integrado por documentos coloniais (1719-1822), imperiais (1823-1889) e republicanos (1890 até os contemporâneos). A documentação é constituída de papéis avulsos, guardados em caixas; códices (livros produzidos em diversas repartições), de uma especialíssima coleção de periódicos, com destaque para os jornais e relatórios de governantes, assim como por uma excelente seção de fotografias, em sua maioria relativas à atuação do governo estadual.

Sem sede desde sua criação, o Arquivo Público de Mato Grosso ganhou, em 18 de novembro de 2003, seu primeiro abrigo próprio, um edifício histórico construído e inaugurado pelo Interventor Júlio Strübing Müller, no ano de 1941, para sediar, originalmente, a Secretaria Geral do Estado, repartição pública que se responsabilizava por todas as instâncias da administração estadual. Majestoso, imponente e amplo, a sede atual do APMT foi tombado no ano de 2000 (Portaria nº. 007/00), pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.



Hemeroteca do APMT. Acervo APMT

Constituído de Jornais (parte microfilmada), Diários Oficiais e Justiça, encontram-se microfilmados até 2001, e também informatizados de junho/2006 aos dias atuais, facilitando os usuários.

Site para acesso aos Diários Oficiais a partir de 26 de junho de 2006:

www.iomat.mt.gov.br



Biblioteca do APMT. Acervo APMT. Fonte: Fotos Acervo APMT

Uma biblioteca específica sobre Mato Grosso ampara o trabalho de pesquisa da equipe técnica do APMT, assim como serve de auxílio aos pesquisadores. O acervo é composto de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), assim como obras publicadas pelo governo estadual e federal, assim como abriga uma expressiva produção regional.

O APMT, além da histórica documentação, mantém um laboratório microfilmagem e de digitalização, o que permite a transposição dos dados documentais para os rolos de microfilme, e deste para o CD-ROM, favorecendo a democratização das informações e, conseqüentemente, dando o cunho de acesso público ao conjunto documental gerado e produzido pelo governo de Mato Grosso, desde seus primórdios.

Mesmo sendo o guardião da memória oficial de Mato Grosso, o APMT recolhe ao longo de sua trajetória, alguns acervos privados, doados por particulares e empresas inativas.

PUBLICAÇÕES

O APMT vem, nos últimos anos, investido na publicação de obras de relevante interesse para a pesquisa e a memória histórica de Mato Grosso.



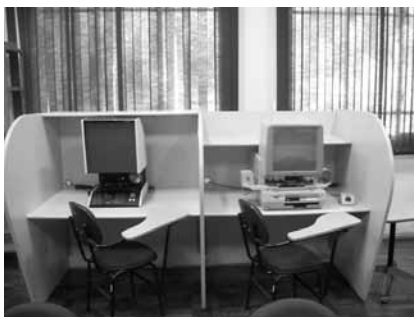
Fonte: Foto acervo APMT



Sala de Pesquisa do APMT. Foto autora.



Terminais de Consulta. Acervo APMT



Leitoras de Microfilme. Acervo APMT

Fonte: Fotos da autora

ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

Sede do Arquivo e Biblioteca da Casa Barão de Melgaço



Foto: Acervo ACBM. Fonte: Foto da autora

Sua sede é histórica, visto que datada do século XVIII, adquirida por Augusto Leverger, o Barão de Melgaço na centúria seguinte. Após o falecimento dessa personalidade, as herdeiras venderam a propriedade para o governo de Mato Grosso que, por sua vez, destinou às duas instituições culturais mais antigas no Estado, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e à Academia Mato-Grossense de Letras, no ano de 1931.

O arquivo institucional é administrado por uma Curadoria, responsável pelo conjunto documental, pela biblioteca e hemeroteca.

Graças ao Projeto Ponto de Cultura do IHGMT (2009-2010), em parceria com o IPHAN/MinC, seu acervo bibliográfico e documental foi acondicionado em prateleiras e armários fechados, contando também com aparelhos antifungo, ar condicionado, mobiliário de pesquisa e computadores disponibilizados aos consulentes. Todo acervo encontra-se organizado e se modernizou incorporando a digitalização de parte dos documentos. Hoje, o pesquisador poderá, *on-line*, ter acesso às informações da Instituição, assim como recorrer ao Catálogo Geral. Atualmente, todo acervo Biblioteca e das Publicações Avulsas através do site www//ihgmt.org.br.

ACERVOS

Biblioteca composta de cerca de 10.000 títulos que versam sobre os mais variados assuntos, com ênfase às produções sobre Mato Grosso. O acervo está catalogado e disponibilizado no site institucional: www//ihgmt.org, através da entrada pelo sobrenome do autor, seguido do título da obra, edição, local, editora, ano e o código de acesso que corresponde ao número no acervo.

Biblioteca da Casa Barão de Melgaço



Foto: Acervo ACBM. Fonte: Foto da autora.

A **Hemeroteca** é constituída de 340 títulos de jornais publicados em Mato Grosso (uno), desde o século XIX, assim como de periódicos veiculados em âmbito nacional. Muitos dos jornais hoje estão extintos, visto que de curta duração, com destaque para os estudantis e aqueles ligados a partidos políticos e sindicatos.



340 títulos de jornais. Hemeroteca da Casa Barão de Melgaço. Acervo ACBM. Fonte: Foto da autora

O ARQUIVO

Sala do Arquivo da Casa Barão de Melgaço



Foto: Acervo ACBM. Fonte: Foto autora.

O Arquivo da Casa Barão de Melgaço é constituído de acervos de duas naturezas:

1. **Acervos Institucionais:** papéis gerados e acumulados pelas seguintes instituições:
 - a) Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT
 - b) Centro/Academia Mato-Grossense de Letras – AML
 - c) Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa
 - d) Todos os documentos desses acervos já estão digitalizados, oferecendo ao pesquisador condições de desenvolver a pesquisa em sua própria residência.

2. **Acervos de Família:** constituídos dos papéis gerados e produzidos por intelectuais mato-grossenses. Podem ser destacados os seguintes acervos:
 - a) **Família Mendonça**, constituído dos papéis acumulados por dois eminentes intelectuais de Mato Grosso: Estevão de Mendonça e Rubens de Mendonça. Os documentos são constituídos de:
 - I Textos inéditos e já publicados
 - II Correspondência
 - III Recortes de jornais

- IV Dados biográficos
- V Atas e dados dos municípios de Mato Grosso
- VI Relação de obras que pertenceram a intelectuais mato-grossenses
- VII Documentos pessoais e de família
- VIII Quadros relativos ao percurso intelectual dos titulares.



Adélia Maria Badre Mendonça de Deus visitando o acervo pertencente a seu avô (Estevão) e de seu pai (Rubens de Mendonça), acompanhada da Curadora e visitantes. Foto: ACBM/IHGMT. Fonte: Foto autora.

- b. **Família Rodrigues**, constituído de documentos acumulados por Firmo José Rodrigues e sua filha Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues). O volume e a diversidade do acervo obrigou à divisão nas seguintes tipologias:
- *Biblioteca*: constituída de livros de caráter geral e obras relativas a Mato Grosso;
 - *Fotografias*: em número de 3.000, foram acumuladas pela família por, aproximadamente, três gerações;
 - *Móveis e objetos*: coleção composta de mobiliário (mesas, estantes, baús, *abajour*, relógio, cadeiras, oratórios, imagens) objetos de vestimenta e adorno pessoais (vestidos, óculos, xales, bolsas etc.), cédulas e moedas nacionais e estrangeiras etc.
 - *Documentos escritos* de cada titular, divididos, em sua classificação, em 10 grupos, ordenados em ordem cronológica:
 - documentos pessoais
 - documentos de família

- formação intelectual
- produção intelectual
- atuação profissional
- relações familiares
- relações sociais
- relações comerciais e financeiras
- universo de interesse
- sem vínculo aparente



FIRMO JOSÉ RODRIGUES

- Cuiabá, 1871 – 1944
- Militar de carreira, estudou no final do séc. XIX na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ).
- Positivista por formação, foi aluno de Benjamin Constant Botelho de Magalhães
- Professor de Matemática e Álgebra em diversas escolas secundárias de Cuiabá e também atuou como professor particular
- Diretor da Força Pública e do Arsenal de Guerra de MT
- Provedor da Santa Casa de Misericórdia
- Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras
- Seus escritos foram reunidos em livro, por sua filha Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)



MARIA BENEDITA DESCHAMPS RODRIGUES (DUNGA RODRIGUES)

- Cuiabá (MT) 1908 / Santos (SP) 2001
- Professora de Francês, Artes Domésticas e de Português em diversas escolas de Cuiabá.
- Musicista e pianista, se formou pela Escola Nacional de Música (RJ)
- Lecionou piano durante muitos anos.
- Literata, deixou escritas muitas crônicas sobre a vida social e o cotidiano de Cuiabá, reunidas em diversos livros e editadas em jornais de Cuiabá.

Fonte: Fotos acervo Família Rodrigues. ACBM

ACERVOS PRIVADOS

Além dos acervos das duas citadas Famílias, o Arquivo da Casa Barão de Melgaço guarda muitos privados, ou seja, que pertenceram a um único titular:

1. **Ramiro Noronha:** constituído de documentos escritos, plantas, mapas e muitas fotografias relativas às atividades do titular na abertura dos Postos Indígenas de Mato Grosso, trabalho desenvolvido junto ao Serviço de Proteção aos Índios, datados na primeira metade do século XX. Todo acervo já se encontra digitalizado;
2. **Amidicis Diogo Tocantins:** composto de documentos pessoais, de família, produção intelectual, originais de obras publicadas e inéditas, formação intelectual, correspondências, além de algumas fotografias. Acervo catalogado, aguardando digitalização;
3. **Corsíndio Monteiro da Silva:** composto de correspondências, originais de obras já publicadas e inéditas, correspondências, fotografias, recortes de jornais e de uma excelente biblioteca. Acervo já catalogado e aguardando digitalização;
4. **Newton Alfredo Aguiar:** composto de fotografias, textos editados e inéditos, recortes de jornais e algumas fotografias. Acervo se encontra catalogado, aguardando digitalização.
5. **Ubaldo Monteiro da Silva:** composto de textos inéditos e publicados, recortes de jornais, dados curriculares, discursos, fotografias e uma excelente biblioteca. Acervo catalogado, aguardando digitalização;
6. **Luís-Philippe Pereira Leite:** composto medalhas e outras insígnias (placas, medalhas e comendas).
7. **Aecim Tocantins:** papéis que pertenceram a membros da Família, assim como recortes de jornais.

Todos os acervos privados se encontram catalogados e aguardando digitalização, a exceção de Ramiro Noronha e da Família Mendonça, já digitalizados e cujas imagens se encontram à disposição do pesquisador no Arquivo da Casa Barão de Melgaço.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

- Catálogo Geral de todo o acervo, até 2013, em CD-ROM e no site [www//ihgmt.org](http://ihgmt.org)



NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – NDIHR/UFMT²

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), organismo vinculado à UFMT, nasceu, em 1976, sob a denominação de Centro de Documentação e Informação Histórica Regional (CDIHR, Resolução CD. 66/1976). Seu objetivo maior era se tornar um referencial de pesquisa de Mato Grosso, capaz de armazenar fontes que alimentassem as investigações nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, servindo, nessa medida, de laboratório para os cursos de graduação e pós-graduação, especialmente os voltados para a área da História.

A primeira Coordenadora do CDIHR/NDIHR foi a prof^a. Therezinha de Jesus Arruda que, tendo ao seu lado uma equipe de pesquisadores nacionais e regionais, pôde levar à frente esse importante trabalho.

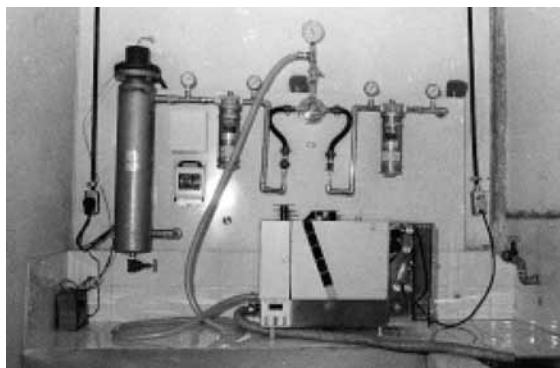


Prof^a. Therezinha de Jesus Arruda, primeira Coordenadora do NDIHR

Fonte: Foto acervo Secomm-UFMT

Não se propondo a se tornar um arquivo de documentos em papel, o NDIHR optou por adotar técnicas modernas para armazenamento das informações documentais. Assim, montou, na década de 1980, o primeiro laboratório de microfilmagem no interior da UFMT e, em 2011 adquiriu aparelhagem capaz de transpor microfimes para CD-ROM, através de um sistema de digitalização.

2 Dados repassados pelo organismo em 2013.



Laboratório de Microfilmagem Técnico-administrativo do NDIHR, no laboratório. Fonte: Foto Secomm-UFMT



Além dos documentos em microfilme e CD-ROM ou DVD, o corpo técnico-administrativo do NDIHR investiu na confecção de Instrumentos de pesquisa – Catálogo, Inventário, Arrolamento – que facilitam a busca de informações documentais, muitos deles publicados.



Fonte: Foto acervo NDIHR

ACERVO

1. ARQUIVO IBÉRICO:

Data-limite -1680-1823

Suporte – microfichas e microfilmes

Procedência dos Documentos: Arquivo Histórico Ultramarino.

Instrumentos de Pesquisa:



Fonte: Fotos acervo NDIHR

- **Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste.** V. I, II, III e IV, organizados por Maria Cecília Guerreiro de Souza. Cuiabá: Imprensa Universitária. [s.d].
- **Catálogo de Verbetes dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.**

- Edição de Fontes: Antônio Rolim de Moura – Correspondências, organizada por Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecília Guerreiro de Sousa, Nyl-Iza Valadão Freitas Jeremias. Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação e Histórica Regional. Vol. 1, 2,3 e 4. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1983.
- **Edição de Fontes:** Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). V. 1, 2, 3,4 e 5, organizada por Eliane Maria Oliveira Morgado, Nileide Souza Dourado, Otávio Canavarros e Vera Lúcia Duarte Macedo. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.
- **Edição de Fontes: Coletânea de Documentos Raros:** Notariado e Legislação de Mato Grosso no Período Colonial (1728-1744), organizada por Otávio Canavarros, Nileide Souza Dourado, Eliane Maria Oliveira Morgado e Vera Lúcia Duarte Macedo. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.
- **Inventário Analítico – Correspondência do 2.º Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, D. Pedro da Câmara,** organizado por Edivaldo de Assis e Margarida M. de A. Nogueira. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1991.

2. DOCUMENTOS FAZENDÁRIOS

Data-limite -1746-1965

Suporte – Microfilme

Natureza do Conjunto: Fundos – Tesouraria e Delegacia Fiscal

Procedência dos Documentos: Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso(1746-1965).

Instrumentos de Pesquisa:

- **Alfândega de Corumbá** – Inventário dos Fundos Tesouraria da Fazenda Nacional e Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso, organizado por Edivaldo de Assis. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1998.
- **Provedoria da Real Fazenda** – Inventário Analítico do Arquivo da Delegacia da Fazenda em Mato Grosso, organizado por Edivaldo de Assis. Brasília-DF: Ministério da Fazenda, 1986.

3. DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS

Data-limite -1756-1956

Suporte – Microfilme e Digital

Natureza do Conjunto: Fundo – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Instrumentos de Pesquisa:

- **Memória da Igreja em Mato Grosso:** Catálogo de Documentos Históricos, organizado por Maria Adenir Peraro, Elizabeth Madureira Siqueira, Sibelê de Moraes e Quelce dos Santos Yamashita. Cuiabá: Entrelinhas, 2002 (em papel) e 11 DVDs contendo a documentação na íntegra.

FOTO CATÁLOGO E TAMBÉM DVD
ENTRELINHAS TEM

4. DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Datas-limite -1756-1956

Suporte – Microfilme -

Natureza do Conjunto: Fundo – DNPM – 12º Distrito Regional
(MT)

Instrumentos de Pesquisa:

- **Catálogo da Concessão de Lavras de Minérios em Mato Grosso (1969-1986)**, organizado por Nileide Souza Dourado. Cuiabá: EdUFMT, 2009.



Fonte: Foto acervo NDIHR

5. DOCUMENTOS PARLAMENTARES

Data-limite -1835 - 1965

Suporte – Microfilme - Disponível

Procedência dos Documentos: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Instrumentos de Pesquisa:

- **Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Estado de Mato Grosso (1835-1965)**, organizado por Eliane Maria Oliveira Morgado e Sibeles de Moraes. Cuiabá: EdUFMT, 1997

6. COLEÇÃO DE PERIÓDICOS

Data-limite -1847 - 1985

Suporte – Microfilme - Disponível

Natureza do Conjunto: Coleção - Periódicos.

Procedência dos Documentos: Acervos públicos, privado e pessoal.

Instrumentos de Pesquisa:

- **Catálogo de Jornais, Revistas e Boletins de Mato Grosso (1847-1985)**, organizado por Eliane Maria Oliveira Morgado. Cuiabá: EdUFMT, 2011.



Fonte: Foto acervo NDIHR

7. BIBLIOTECA



Biblioteca do NDIHR/UFMT. Fonte: Foto acervo NDIHR

A Biblioteca do NDIHR constitui em importante espaço de pesquisa, incluindo livros raros relativos ao contexto mato-grossense, e foi constituída desde os primeiros anos de sua criação. Possui um instrumento de pesquisa: **catálogo autor/título, organizado alfabeticamente.**

8. REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO

Para dar visibilidade à produção científica sobre Mato Grosso, o NDIHR criou, em 2009, a **Revista Eletrônica Documento Monumento** que constitui um importante periódico científico no interior da UFMT. Os textos publicados são avaliados por uma Comissão Editorial e por um Conselho Consultivo. A circulação e leitura, por ser virtual, pode ser acessada via Internet www.ufmt.br/ndihr/revista. O ISSN é 2176.5804 e já está avaliada pela CAPES-QUALIS B1.

Data-limite: 2009-2013

Editores atuais: Nildeide Souza Dourado; Paulo Silva Ribeiro e Elizabeth Madureira Siqueira.



Fonte: Fotos acervo NDIHR

INSTITUTO MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO – IMPL³

O Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso é um organismo vinculado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tendo sido criado em 15 de outubro de 1987, pela Resolução n. 16. Seu objetivo é o de guardar, catalogar, divulgar e disponibilizar informações documentais geradas e produzidas pelo Poder Legislativo de Mato Grosso ao longo de sua trajetória (1835 aos dias atuais).

Se encontra também, sob sua curadoria, o acervo da Pinacoteca *Dalva de Barros*, incluindo esculturas e outras obras de arte, além de uma coletânea de obras literárias, fotográficas, de acervos pessoais e documentos de caráter histórico que remontam ao período do Brasil Império, publicadas, produzidas, adquiridas ou recebidas em doação pela Assembleia Legislativa.

Todo o acervo está assentado sob as seguintes tipologias documentais:

- documento textual: manuscritos, datilografados, tipográficos e impressos;
- documento cartográfico: mapas e plantas arquitetônicas;
- documento iconográficos: fotografias, desenhos, gravuras e cartazes;
- documento micrográfico: microfilmes;
- documento fonográfico; em suporte digital e magnética;
- documento audiovisual: em suporte digital e magnética;
- documento digital: em suporte digital e magnético.

Fotografias e fitas gravadas do IMPL



Fonte: Foto acervo IMPL



Fonte: Foto acervo IMPL

3 Dados repassados pela Secretária do Instituto Memória do Poder Legislativo, Isis Catarina Martins Brandão, em 2013.

O ACERVO

ACERVO - COLEÇÃO LEGISLAÇÃO ESTADUAL, A PARTIR DE 1835

Legislação Estadual no ordenamento jurídico do Estado, incluindo as seguintes tipologias documentais: Constituições do Estado de Mato Grosso, Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.

Sala do arquivo do IMPL



Fonte: Foto acervo IMPL

COLEÇÃO PROCESSO LEGISLATIVO, A PARTIR DE 1947

É através do Processo Legislativo que se materializa a Legislação Estadual. O Processo Legislativo tem início com a apresentação de uma propositura, seguindo o rito regimental, até a sua definição final, incluindo: pareceres das comissões permanentes, discussões, votações, suscetibilidade de emendas, e conclui com o envio do autógrafo da Mesa Diretora para manifestação do Poder Executivo.

Tipologias Documentais: Constituição do Estado – Processo Constituinte, Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Vetos, Decretos Legislativos, Resoluções e Requerimentos.

Processos legislativos. IMPL, 2013

Fonte: Foto acervo IMPL

COLEÇÃO PROPOSITURA

Acervo individualizado das proposituras levadas a plenário pelos Deputados e pelos entes competentes regimentalmente para apresenta-las. O acervo é constituído de proposituras legislativas e políticas levadas ao plenário do Parlamento Estadual, a partir de 1951.

COLEÇÃO ATAS

Registros das Sessões da Legislativa lavrados por ocasião das reuniões do parlamento, incluindo Atas das Sessões Preparatórias, das Sessões Ordinárias, Sessões Extraordinárias, das Sessões Especiais, das Sessões Solenes, das Sessões Permanentes, das Sessões Regionais, das Sessões Secretas, das Audiências Públicas e Reuniões das Comissões (Permanentes, Temporárias e Parlamentares de Inquérito)

Conteúdo: nomeação dos parlamentares presentes e ausentes às sessões; leitura das correspondências encaminhadas ao parlamento; apresentação, discussão e votação das proposituras; discursos e posicionamento dos parlamentares. Esses registros podem ser lidos em diversos suportes, de acordo com o tempo em que foram gerados ou transcritos para suportes tecnológicos.

Os registros das Sessões da Assembleia Legislativa poderão ser consultados nos suportes Textual – desde 03/07/2835; fonográfico desde 15/03/1979; Audiovisual desde 12/10/2002.

COLEÇÃO AÇÃO PROTOCOLO LEGISLATIVO

Registro ordinal das proposições apresentadas para o trâmite regimental. O lançamento é feito em ordem cronológica, numérica e sequencial, na medida em que foram apresentadas. Nesse acervo é possível vislumbrar a autoria, a emenda, tipo de legislação ou atuação política a que se destina a proposição. É possível quantificar e qualificar a produção legislativa e política da Assembleia Legislativa em um determinado período.

COLEÇÃO FOLHA DE PRESENÇA DOS PARLAMENTARES ÀS SESSÕES PLENÁRIAS

Autógrafos dos Parlamentares presentes nas Sessões da Assembleia Legislativa, registrados nos livros de ara, em páginas avulsas.

COLEÇÃO CORRESPONDÊNCIA OFICIAL EXPEDIDA E RECEBIDA
Correspondências recebidas e emitidas pela Assembleia Legislativa no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais.

COLEÇÃO DADOS BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS

Coleção composta dos dados biográficos dos Parlamentares. O acervo tem como marco inicial o ano de 1947, no entanto, encontramos brechas pontuais entre os anos de 1951, início da 2ª Legislatura, e 1978, fim da 8ª Legislatura.

Tipologias Documentais: Cadastro Parlamentar, Ficha Parlamentar, Cópia de Diplomas, Currículos e Perfil Parlamentar.

ACERVO FOTOGRÁFICO

Coleção composta das imagens fotografadas nas sessões da Assembleia Legislativa, nas reuniões das Comissões, dos parlamentares, das autoridades, personalidades e de eventos realizados pela Assembleia Legislativa e as que ela se fez representar, a partir de 1967.

HEMEROTECA

A hemeroteca do Instituto Memória é composta pelas coleções de *clipping*, a partir de 1987, Diário Oficial, a partir de 1941; Anais da Câmara dos Deputados, de 1961 a 1984 e de 1989 a 2002; Anais do Senado Federal, de 1836 a 1857 e de 1961 a 2008.

Tipologias Documentais: Clippagem, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Anais da Câmara dos Deputados e Anais do Senado Federal.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Catálogo ou Ementário – abordam especificamente unidade documentais (séries, sub-séries etc.), tratando documento por documento. Sua finalidade é agrupar, os documentos que versem sobre um mesmo assunto e ou que tenham sido produzidos num dado período de tempo, ou que digam respeito à determinada pessoa, ou a lugares específicos existentes num ou mais fundos.

Índice –Listagem sistemática e pormenorizada, de sequência cronológica, onomástica, numeral etc., permitindo uma rápida localização das unidades documentais que atendam critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos.

RECEPÇÃO AOS VISITANTES

O Instituto Memória do Poder Legislativo é visitado por diversas instituições educativas, por entidades de classe e também por pesquisadores que nessas ocasiões são recepcionados, em geral, pela Secretária da Instituição que, pessoalmente, faz questão de atender aos visitantes e discorrer sobre a relevância institucional.

Secretária do IMPL, Isis Catarina Martins Brandão recepcionando estudantes em visita ao IMPL



Fonte: Foto Acervo IMPL

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA ESCRITA E ORAL – NUDHEO⁴

O NUDHEO – Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral foi criado em 1992 no âmbito das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, com o objetivo de oferecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisas, notadamente dentro das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais, Literatura e Linguística, além de atender a pesquisadores de outras regiões do país e do exterior.

Acervo: O conjunto do acervo diz respeito à fronteira oeste do Brasil, incluindo documentos oficiais, arquivos privados e iconográficos. Possui equipamentos para a reprodução de documentos, que poderão ser disponibilizados para os pesquisadores.

1. **Arquivo Ultramarino de Lisboa (Projeto Resgate)** – São cópias em CDs, do catálogo e coleção de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso, depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e relativa ao período colonial.
2. **Archivo y Bibliotecas Nacionales de Bolívia.** Documentos das séries administración, hacienda, comandancia, iglesia, provincias, judicial-legislativo, gobierno, prefecturas, extranjeros, miscelánias, de Mojos e Chiquitos, digitalizados em CD-ROM. São 5.135 documentos relativos à economia, sociedade, política, religião, população e demografia, do Vice-Reinado do Peru. Período: 1700-1824.
3. **Anais da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1719) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752)** - Documentação manuscrita, disponibilizada em formato de livros impressos e em formato digital, a exemplo dos *Annais do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719-1830*, publicado pelo APMT, que inclui duas edições digitais: fac-similar e paleográfica. Informam a respeito de aspectos do funcionamento administrativo das vilas, de seus vereadores, passagens e percalços do viver na fronteira Oeste durante o período colonial brasileiro e americano. Período: séculos XVIII e XIX.

⁴ Dados repassados pela coordenação do organismo, em 2013.

4. **Fundo Descalvados** – referente à documentação do estabelecimento comercial denominado Descalvados, localizado na fronteira do Brasil com a Bolívia. São 134 caixas contendo informações, desde a estrutura produtiva da indústria de charques, trabalhadores, contratos comerciais, correspondências diversas, relatórios, boletins sobre o abate de animais e comercialização de gado. Período: décadas de 1940-1980.
5. **Fundo Reyes Maldonado** – Documentação impressa relativa ao Consulado da Bolívia, instalado em Cáceres-MT. Trata da documentação cedida pelo então cônsul Reyes Maldonado. São correspondências oficiais, relatórios, contratos, recortes de jornais, escritos pessoais (poesias, crônicas etc.). Período: 1940-1980.
6. **Fundo Judicial** – Neste acervo consta parte da documentação do Fórum de Cáceres-MT. São processos judiciais acondicionados em caixas, contendo pastas, com documentação de processos crimes de 1860-1919, com informações sobre conflitos pela posse da terra, terras devolutas, dívidas, heranças, inventários, hipotecas, guarda de filhos, divórcios, contra a câmara de vereadores por abandono de cargo, estupro, homicídios, roubos, com 98 processos. Período: de 1860-1919. A quantidade de documentação deste acervo deve ser ampliada com o estabelecimento de convênio, ora em tramitação com o Fórum de Cáceres, para que o NUDHEO receba toda a documentação da Comarca de Cáceres, desde a sua criação, em 1872, até o ano de 1970.
7. **Fundo Gazeta e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso** – Acervo microfilmado e em processo de digitalização referente ao período 1890-2002.
8. **Fundo Relatórios dos presidentes da Província de Mato Grosso** – O NUDHEO dispõe desta documentação em meio digital, arquivos em PDF. Período: de 1835-1888.
9. **Fundo Mensagens dos presidentes do Estado de Mato Grosso** - documentação em meio digital, arquivos em PDF. Período: 1892-1930

10. **Acervo Imagético** – trata-se de cerca de 450 fotografias da cidade e entorno de Cáceres. A maior parte proveniente dos fundos Daveron, Descalvados e fundo digitalizado de David Randle. Período: 1930-1980. Além das fotografias há materiais iconográficos, como filmes, documentários em vídeo VHS, imagens de arquivo institucionais da UNEMAT de 1990-2000.
11. **Cópias de parte do Fundo da Tesouraria Provincial de Mato Grosso** – Cópias de 58 testamentos da década de 1880 transcritos e digitados.
12. **Fundo Daveron:** Guarda a documentação datilografada e manuscrita do patologista norte-americano Alexander Solon Daveron, que viveu e desenvolveu várias atividades na cidade e arredores de Cáceres a partir de 1930, onde permaneceu até sua morte, em 1987. O acervo está organizado por caixas e temas: expedições, correspondências, negócios na Califórnia e no Brasil, e documentos financeiros e pessoais, relatórios de viagens, listas de materiais, cartões de telefônicos, telegramas. O acervo foi doado à UNEMAT pela família.
13. **Fundo Exército 2º BEFRON de Cáceres** – duas caixas de documentação relacionada a construção das moradias das vilas militares em Cáceres. Ainda não organizada, porém disponível à pesquisa. Período: década de 1960.
14. **Fundo Polícia Civil** – Fichas de ocorrências policiais na delegacia de Cáceres. Período: décadas de 1960-70.
15. **Biblioteca e Hemeroteca:** Para auxiliar as pesquisas, está disponível uma Biblioteca setorial do curso de História e uma pequena Hemeroteca composta dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, dissertações e teses.

Os acervos apresentados, tal como cartografias da memória, instigam os estudiosos e pesquisadores a fazer-lhes novas perguntas tendo o presente como inspiração, mas possibilitam indagações de diversos naipes, desde eventos regionais, até cenários e mobiliários de um Mato Grosso que clama por ser melhor compreendido e discutido, uma vez que fontes existem e estão à espera de consulta. Dar estatuto de monumento a esses documentos, depende da ação dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia Maria Costa. Os Arquivos e a Construção de Categorias de Análise na História da Educação. *Anais...* 6reuniao.anped.org.br/outros-textos/mc02claudiaalves.rtf . Acesso abril 2012

_____. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista (SP): EdUSF, 2002.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LE GOF, Jacques. *Documento/Monumento*. Lisboa: Einaud, 1994, p. 535 (Enciclopédia Einaud, v. 1)

LE GOF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: EdUnicamp, 1990. (Coleção Repertórios)

ARTIGOS

IDENTIDADES DE MATO GROSSO: OLHARES GEOGRÁFICOS

IDENTITIES OF MATO GROSSO: GEOGRAPHICAL LOOKS

Sônia Regina Romancini¹

RESUMO: O estado de Mato Grosso se caracteriza pela diversidade cultural dos habitantes de seu imenso território, onde muitas identidades são construídas e (re)construídas no desenrolar das vidas de diferentes pessoas e/ou grupos sociais. Atualmente, a população de Mato Grosso é predominantemente urbana, com 81,8% das pessoas vivendo em cidades. Esta característica justifica a escolha pelos estudos da cidade que, neste artigo, aborda a importância da construção de identidades em Mato Grosso. O artigo revela diversos olhares, especialmente dos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Novas Territorialidades (GECIT/UFMT), que desenvolvem pesquisas e contribuem para a produção do conhecimento sobre temas urbanos e as relações entre espaço e cultura em Mato Grosso. A partir do tema novas territorialidades em Mato Grosso, faz um percurso através das pesquisas realizadas em Diamantino, Rondonópolis, Sorriso, Sinop e sobre as cidades da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC).

Palavras-chave: Mato Grosso; território; cultura; identidade.

RESUMEN: El estado de Mato Grosso se caracteriza por la diversidad cultural de los habitantes de su inmenso territorio, donde muchas identidades son construidas y (re)construidas en el transcurso de la vida de las diferentes personas o grupos

¹ Doutora em Geografia pela UNESP. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Novas Territorialidades – GECIT (CNPq-UFMT). E-mail: romanci@terra.com.br

sociales. Actualmente, la población de Mato Grosso es predominantemente urbana con el 81.8% de las personas viviendo en las ciudades. Esta característica justifica la necesidad de realizar estudios de las ciudades, que, en este artículo se abordan para exponer la importancia de la construcción de la identidad en Mato Grosso. El artículo pone de manifiesto las diferentes miradas, especialmente la del Grupo de Estudios e Investigaciones sobre Ciudades y Nuevas Territorialidades (GECIT/UFMT), que desarrollan investigaciones y contribuyen a la producción de conocimiento sobre temas urbanos y las relaciones entre el espacio y la cultura en Mato Grosso. A partir del tema: Nuevas territorialidades en Mato Grosso, se hace una presentación de las investigaciones realizadas en Diamantino, Rondonópolis, Sorriso, Sinop y las ciudades de la Zona Metropolitana del Vale do Río Cuiabá (RMVRC).

Palabras clave: Mato Grosso; territorio; cultura; identidad.

PALAVRAS INICIAIS

O estado de Mato Grosso tem uma área territorial de 903.357,91 Km², tem três domínios biogeográficos: Amazônia, Cerrado e Pantanal, e o Vale do Rio Araguaia que se destaca por suas características singulares. Mato Grosso limita-se, ao norte, com os estados do Pará e Amazonas, ao sul, com o Mato Grosso do Sul, a leste, com Goiás e Tocantins e, a oeste, com Rondônia e a República da Bolívia. Apresenta uma população de 3.182.113, distribuída em 141 municípios, com densidade demográfica de 3,36 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2014).

Camargo (2011) ressalta que, em 1940, Mato Grosso possuía 192.531 habitantes e, em 2010, atingiu 3.033.991 habitantes. O período entre 1940 e 1970 foi de lento processo de crescimento populacional. O Programa Federal “Marcha para o Oeste”, no período 1930/1950, pouco contribuiu para o incremento populacional.

A construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, promoveu o processo de integração da região Centro-Oeste ao território nacional. Neste contexto, Camargo (2011) informa que, no período de 1970/1980, a população de Mato Grosso atingiu a taxa de crescimento anual de 6,62%, contra 2,48% no Brasil. No período de 1980/1991, o crescimento se manteve em 5,38%, superior ao do Brasil, que foi de 1,93%. A partir de 1991, com a diminuição dos fluxos migratórios para Mato Grosso e queda dos índices de natalidade no país, o índice de crescimento tem se mantido em torno de 2%.

Sob esse prisma, as principais mudanças na economia e no espaço urbano de Cuiabá e Mato Grosso aconteceram a partir de 1964,

quando a União, sob o comando dos governos militares, através do projeto de Integração Nacional,² cujo lema era “Amazônia - integrar para não entregar”, promoveu a incorporação da Amazônia ao processo de expansão capitalista, transformando-a em fronteira do capital, atendendo aos interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro (CORRÊA, 1987).

Objetivando a colonização da Amazônia, o Governo Federal transformou a SPEVEA, Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, em SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Entre os estudos sobre a ocupação da Amazônia, evidenciam-se os realizados por Passos (1998, p. 58), segundo o qual:

O primeiro Plano de Integração Nacional (1970) atribui uma importância central ao desenvolvimento da “Nova Amazônia”, que se faz pela delimitação de um espaço geopolítico: “Amazônia Legal”, à base de um conjunto de organismos burocráticos tais como o BASA (Banco da Amazônia), o FIDAM (Fundos de Investimentos para a Amazônia), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), a criação de estradas indispensáveis, assim como uma política de estímulo à formação de polos agrícolas e industriais.

No contexto da ocupação da Amazônia, a rede urbana foi afetada pela forte ação do capital e do Estado brasileiro, que formulou programas especiais, como PIN – Programa de Integração Nacional, PROTERRA – Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, dentre outros.

Com esses Programas foram implantados projetos de colonização, rodovias, projetos agropecuários, projetos de mineração e infraestrutura urbana. Passos (1998, p. 58) afirma que a colonização agrícola representou “para os capitalistas, a possibilidade de enriquecimento pela aquisição de grandes extensões de terras e, para os mais pobres, um meio de sobrevivência”. Os projetos de colonização foram realizados, predominantemente, por empresas particulares, conforme se observa na Tabela a seguir.

2 A política de integração das áreas periféricas considerava como “espaços vazios” as áreas ainda não integradas ao modo capitalista de produção, mesmo que ocupadas por povos indígenas e camponeses.

Tabela 01: Colonização em Mato Grosso – 1970/1992

Projeto de Colonização	Projetos	Área (Km ²)	% do Estado	Beneficiários (Famílias)
Oficial	14	10.634	1.18	10.185
Particular	87	32.463	3.60	19.558
Total	101	43.097	4.78	29.743

Fonte: Moreno (1993, p. 314). Organizado por Moura (2013, p. 34).

Através dos recursos do PIN foram pavimentadas a rodovia BR-163,³ ligando Cuiabá a Campo Grande e São Paulo, e a BR-364,⁴ ligando Mato Grosso a Goiás, ao Distrito Federal e ao Acre. Posteriormente, novas rodovias estaduais e municipais foram-se delineando no espaço mato-grossense, constituindo a malha rodoviária do estado de Mato Grosso.

Referente a esse período, merece destaque a divisão do estado de Mato Grosso, que ocorreu através da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, quando o Presidente da República, Ernesto Geisel, criou o estado de Mato Grosso do Sul, por um ato arbitrário, sem consultar o povo e as lideranças locais, próprio do regime vigente no país (PÓVOAS, 1995).

Quando se efetivou a divisão do estado de Mato Grosso, em 1979, segundo cálculos do IBGE baseados no censo de 1970, o antigo Mato Grosso possuía 2 milhões e 300 mil habitantes, distribuídos em 93 municípios. O novo estado de Mato Grosso do Sul passou a contar com uma população de 1 milhão e 400 mil habitantes, distribuídos em 55 municípios. Mato Grosso remanescente ficou com 38 municípios e uma população de 900 mil habitantes (PÓVOAS, 1995).

Atualmente, a população de Mato Grosso é predominantemente urbana, com 81,8 das pessoas vivendo em cidades. Essa característica justifica nossa preferência pelos estudos da cidade, que propiciam novas análises das relações campo-cidade e que, neste artigo, aborda a importância da construção de identidades em Mato Grosso.

Registramos, aqui, vários olhares, especialmente, dos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Novas Territorialidades (GECIT/UFMT), que desenvolvem pesquisas e contribuem para a produção do conhecimento sobre temas urbanos e as relações entre espaço e cultura em Mato Grosso.

3 O trecho da BR-163, que liga Cuiabá a Sinop, no norte mato-grossense, teve sua pavimentação concluída em 1984. Posteriormente, novos trechos foram pavimentados até a divisa de Mato Grosso com o Pará.

4 Em 1985, a BR-364 estava totalmente asfaltada.

CIDADE, CULTURA E IDENTIDADE

Segundo a teórica Jodelet (2001), a cidade oferece espaços, articula condições e as promove, para que seja vista, imaginada e representada de diferentes maneiras. Socialmente elaboradas e sempre em ação na vida social, as representações orientam e organizam condutas, comunicações e intervêm em processos como a difusão e a assimilação do conhecimento, definindo identidades sociais.

Este artigo tem como abordagem a geografia humanista que, para estudar a intencionalidade da ação humana, tendo em vista compreender o significado social do mundo vivido, centra parte de suas investigações nos laços entre os indivíduos e o meio material, expressados nos lugares, insistindo na construção social dos mesmos e tendo em conta aspectos como sua carga emotiva, estética e simbólica (GARCÍA BALLESTEROS, 1998).

A abordagem cultural foi pautada no conceito geográfico apresentado por Claval (1999, p. 63):

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é uma herança transmitida de uma geração a outra. [...] Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo.

Sob esse prisma, considerando que as culturas combinam heranças do passado e lições do presente, é importante investigar em que medida o espaço em que elas se inscrevem contribui para a transmissão de valores e para a construção de identidades.

Acerca da identidade territorial, o geógrafo Rogério Haesbaert (1999, p. 172) esclarece que:

toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] de uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

O teórico argumenta que a identidade, em primeiro lugar, pode tanto estar referida a pessoas como a objetos, coisas. Em segundo lugar, ela implica uma relação de semelhança ou de igualdade. Constitui, assim, um paradoxo: encontrar a igualdade num “objeto” ou ‘pessoa’, defini-la a partir de características que a revelem na sua totalidade, na sua “inteireza”, encontrar um significado, um sentido geral e comum. E conclui: “esta busca do igual, do idêntico, pode ser trocada pela busca do ‘verdadeiro’, do ‘autêntico’, como se a verdade fosse una e indivisível” (HAESBAERT, 1999, p.173).

Para Laborde (1998), a posição geográfica, os acontecimentos históricos, os objetos materiais, as obras estéticas, a orientação econômica, a cultura, a forma de se viver, entre outros fatores, conforme eles se combinam, constituem um sistema de símbolos próprios de cada cidade.

No olhar do mesmo autor, a identidade da cidade se manifesta em um conjunto de signos, de objetos ou de imagens que têm o poder de evocar algo. Assim, reforça a importância do sítio histórico da cidade, sua primeira manifestação perceptível. Destaca que a percepção da identidade da cidade se torna mais evidente quando ela possui um ou mais monumentos, que são autênticos emblemas. Eles são as primeiras obras a perpetuar a lembrança, como um edifício notável por seu interesse arqueológico, histórico ou estético, o monumento constitui o elemento simbólico, por excelência, de qualquer cidade (LABORDE, 1998).

O autor ressalta, entretanto, que a cidade não compreende apenas os edifícios. As velhas habitações, unidas às condições do meio local ou regional, têm um papel importante na composição da paisagem urbana, em associação com o traçado e o perfil das ruas. Os detalhes se somam: balcões, portas, janelas, revestimentos dos muros, letreiros e vitrines das lojas, bares e restaurantes onde se percebe a vida da cidade, multidão sobre as calçadas, barulhos e odores. Os espaços verdes, as árvores, os arbustos entram nessa composição urbana, criando uma variedade de formas.

A construção das identidades em Mato Grosso remete ao processo anterior à chegada dos colonizadores, pois aqui viviam numerosas populações indígenas, que resistiram à invasão de seus territórios. Nestes confrontos ocorreu o extermínio e/ou a escravidão de inúmeros grupos. As comunidades indígenas, colocadas à margem da história oficial, resistiram e hoje se destacam como portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos por ambientes preservados (SILVA; SATO, 2012).

Na obra “*Mapa social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso*”, Silva e Sato (2012, p. 23) evidenciam um rico mosaico das identidades que aqui se expressam: povos indígenas, povos quilombolas, povos pantaneiros, povos morroquianos, grupos de siriri, cururu e dança do congo, grupos com expressões ligados a espiritualidade (benzedeiros, rezadeiras, candomblecistas, umbandistas CIMI, CPT, a Pastoral da Juventude Rural (PJR) Comunidades Eclesiais de Base (CEB) – Centro Burnier de Fé e Justiça), povos ciganos, retireiros do Araguaia, seringueiros, povos extrativistas, agricultores familiares, artesãos, povos ribeirinhos, atingidos por barragens (MAB), assentados, acampados, articuladores e apoiadores, alguns movimentos: ecologista, hippie, artistas pela natureza, indigenistas, movimento negro e das mulheres negras.

Conforme análise realizada por Corrêa (2009), pautado em Azaryahu e Golan, tomando como base a denominação dos lugares, tanto em tempos remotos como nos dias recentes, a toponímia não é apenas um traço identitário, mas também um importante meio pelo qual articulam-se linguagem, poder e território. A nomeação da natureza e dos lugares é um exercício de autoridade e evidência de poder, sendo ainda instrumento de identidade de um grupo ou instituição e autenticação da apropriação territorial.

A respeito da toponímia no estado de Mato Grosso, o destacado escritor João Carlos Vicente Ferreira (2012), através da obra “*MATTO-GROSSO Etmologia toponímica*”, apresenta interessante pesquisa que propicia a leitura das identidades dos habitantes do Estado através da denominação dos municípios, das localidades, dos acidentes geográficos, entre outros aspectos (FERREIRA, 2012).

Para a compreensão do espaço sagrado nas cidades, Rosendahl (2002, p. 40) afirma que ao “falar de cidade e religião situamos o templo como atributo forte de conexão entre o urbano e o sagrado.” Como aconteceu em todas as formações das cidades, o espaço sagrado é o primeiro a ser implantado na produção do espaço urbano. A presença do espaço sagrado é evidenciada em diferentes formas por todo o território mato-grossense.

No estado de Mato Grosso, o município de Vila Bela da Santíssima Trindade se sobressai pela identidade que remete à etnia negra, desde a sua fundação até hoje. As pessoas da cidade organizam um lindo tríduo sagrado em homenagem a São Benedito, santo negro, o que reforça os aspectos religiosos com a identidade étnica. Essas características são influenciadas desde o período da escravidão, em que os negros cultuavam a fé para suportar os maus tratos dos sinhozinhos (BANDEIRA, 1988).

A população negra de Vila Bela mantém forte tradição religiosa, manifestada nas festividades que acontecem no mês de julho, em homenagem ao Glorioso São Benedito, e à festa do Divino Espírito Santo, com as manifestações culturais da dança do Congo e do Chorado.

Nos estudos sobre o sagrado em Cuiabá, merece destaque a dissertação de mestrado em Geografia, realizada pelo historiador Marcos Amaral Mendes, que tem como tema “*Identidade e território: estudo sobre a devoção a São Benedito em Cuiabá-MT*”. O autor percorre caminhos que comprovam que a festa de São Benedito constitui a maior festa do catolicismo popular em Mato Grosso.

Em Chapada dos Guimarães, a geógrafa Geisa Maria de Albuquerque Picolli analisou “*O sagrado e o profano na festa de Nossa Senhora de Santana em Chapada dos Guimarães*”. A autora destaca o sentimento de pertencimento das pessoas ao lugar, e a importância do espaço simbólico da igreja para a construção da identidade.

AS NOVAS TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, a partir da década de 1970 verifica-se a implantação do modelo de modernização da agricultura, mediante as políticas de desenvolvimento econômico orientadas pelo Estado. O intenso fluxo migratório dirigido ao Estado levou ao processo de urbanização, resultando na criação de cidades, como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Itaúba, Alta Floresta, Juína, Comodoro, Sapezal, Querência, entre outras, e promovendo mudanças em muitas das já existentes, a exemplo de Cáceres, que se destaca na integração sul-americana e exerce influência nos municípios bolivianos localizados na fronteira com Mato Grosso, Diamantino e Rondonópolis.

As cidades modificaram-se para atender às demandas do campo (consumo produtivo), e, simultaneamente, tornaram-se o *locus* da instalação dos novos produtores e grupos sociais que se dirigiram para estas áreas em função da dinâmica econômica da agricultura (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Ao analisarem a dinâmica do espaço urbano-regional, Romancini e Martins (2007) afirmam que, em relação às empresas instaladas na região norte mato-grossense, verifica-se que atualmente se estabelece a integração da cadeia carne/grãos, pois a produção de soja, além de ser processada e transformada em produtos, como o óleo e o farelo, vem sendo utilizada também na produção de rações para a alimentação de bovinos, suínos e aves. A paisagem dos municípios sob a influência da BR-163, por sua vez, revela a presença das principais *tradings* que estabelecem a conexão entre o local e o global: Bunge,

Cargill, a Archer Daniel Midlands (ADM), a Coinbra e a Amaggi, esta última nacional.

DIAMANTINO E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

Na temática novas territorialidades em Mato Grosso, interessante pesquisa foi realizada pela geógrafa Rosângela Alves Sobrinho, que apresentou a dissertação de mestrado em Geografia sob o título “*Novas Territorialidades advindas da expansão da Soja no Médio Norte Mato-grossense - O Município de Diamantino/MT*”. A obra revela que o antigo município de Diamantino, território de várias nações indígenas, estendia-se até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires, abrangendo extenso território. Depois da decadência da mineração e da borracha, Diamantino viveu um longo período de estagnação, ressurgindo na década de 1960, quando começou a receber intenso fluxo migratório (SOBRINHO, 2009).

A autora explica que à medida que crescia a migração, criavam-se núcleos de colonização que cresciam e, depois de um tempo, se emancipavam. Em decorrência deste processo, nos últimos anos o município de Diamantino perdeu a maior parte de seu antigo território, com a emancipação de 15 novos municípios: Alto Paraguai, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Juara, Lucas do Rio Verde, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Mutum, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Tabaporã e Tapurah.

A origem desses municípios se deve aos projetos de colonização, com exceção de Alto Paraguai, que surgiu do garimpo de diamante, e Campo Novo do Parecis, originado no entorno das grandes fazendas de soja (BARROZO, 2002).

Outra estudiosa que tem se dedicado ao tema é a professora Zuleika Alves de Arruda, com pesquisas de mestrado e doutorado em Geografia. No capítulo de livro “*As ‘agrocidades’ e as interfaces entre mundo rural e urbano: repercussões socioespaciais do agronegócio no território mato-grossense*”, a autora coloca em discussão o papel desempenhado em importantes cidades situadas em áreas do agronegócio, como Campo Novo do Parecis e Sapezal (ARRUDA, 2009).

RONDONÓPOLIS – ESPETINHO É ELEITO SÍMBOLO DA GASTRONOMIA LOCAL

Ao se realizar pesquisa de campo em Rondonópolis, em maio de 2014, constatou-se algo curioso: em 2012, o município realizou um concurso para escolher o prato que representasse a cultura local. As-

sim, foi escolhido o espetinho rondonopolitano, inspiração de Paula Adriana Duarte, vencedora do concurso para a escolha do prato típico de Rondonópolis. O evento culinário foi idealizado pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis, através do Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a proposta de criar, por meio de uma competição gastronômica, um prato típico que representasse Rondonópolis em seus 60 anos de emancipação política administrativa.

As criações tinham como base carnes, peixes, massas e saladas e principalmente elementos ligados à cozinha local, levando em conta o contexto histórico da cidade. O prato vencedor, “Roobife no palito”, é elaborado com filé mignon e tem como guarnições farinha de soja e purê de abóbora (PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, 2014).

Para o geógrafo Josenilton Balbino de Melo, o olhar para Rondonópolis se dá através da verticalização que, a exemplo das demais cidades brasileiras, configura os espaços de moradia das classes privilegiadas. O resultado desta pesquisa resultou na dissertação de mestrado “*A verticalização em cidades médias: uma análise da cidade de Rondonópolis-MT*”, apresentada e aprovada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2013.

A verticalização em Rondonópolis está em consonância com o crescimento econômico e urbano que a cidade passou no decorrer dos últimos anos. Esse crescimento de forma mais acentuada se dá a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola, pois nesse período a economia do município se baseava principalmente na pecuária extensiva e na cultura de grãos. A partir de meados da década de 1980, esse crescimento tem por base a monocultura da soja, com o avanço e modernização da agricultura e da produção, após a instalação de diversas agroindústrias no município (MELO; ROMANCINI, 2013).

SORRISO – CIDADE FUNDADA EM 1975 PELA COLONIZADORA FELIZ S.A.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos sobre Sorriso, elegemos o realizado por (de) Jorge Maroneze, que focou “*A territorialidade sulista na cidade de Sorriso-MT*”. O autor analisa as relações entre espaço e cultura através do “Centro de Tradições Gaúchas Recordando os Pagos”, um CTG bastante premiado em Mato Grosso.

Maroneze (2005) aborda importantes aspectos da paisagem em Sorriso: uma casa que vende produtos do Sul, as rodas de chimarrão, as bandas sulistas contratadas para os eventos no CTG, os estilistas, também do Sul, responsáveis pelo figurino das prendas e dos peões. Destaca, ainda, a Semana Farroupilha, que é o evento de maior expressão para os sulistas que se confraternizam no CTG.

A professora Zenilda Lopes Ribeiro realiza sua análise da paisagem urbana de Sorriso através da representação da Praça da Juventude. Nas palavras da pesquisadora, a escolha pela localidade ocorreu ao constatar que esta praça, como palco e cenário da vida, ainda mantém suas funções sociais e toda simbologia que o espaço representa. A Praça da Juventude constitui um microcosmo, tradição, símbolo, ícone, palco de manifestações da história local, demarca a centralidade da vida urbana, funciona como espaço de lazer e encontro da população (RIBEIRO, 2009).

Em agosto de 2004 ocorreu a inserção, na praça, de duas esculturas que estão expostas ao ar livre: a escultura “Tributo à Capoeira”, do artista de Sorriso Jackson Douglas, localizada na entrada principal da praça, faz menção à área de lazer esportivo e representa o grupo de capoeira do município. A outra escultura, da artista plástica de Sorriso, Lucimar Martins, refere-se ao “Nordestino” e simboliza os migrantes nordestinos que vivem na região norte de Mato Grosso. Além dessas esculturas, a praça tem o monumento que representa o sagrado, uma placa de mármore onde estão escritos os dez mandamentos (RIBEIRO, 2009).

SINOP - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DO NOROESTE DO PARANÁ

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre Sinop, tem papel relevante a realizada por Rodrigues (2007) que, na dissertação do mestrado em Geografia, aborda “*As novas territorialidades em Sinop-MT*”. A autora menciona que a cidade de Sinop é exemplo de um espaço urbano decorrente da expansão da fronteira capitalista do Estado, que o viabilizou como projeto originário de colonização particular. O município de Sinop tem a origem de seu nome na sigla que representa a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – Sinop, que adquiriu a gleba Celeste e fundou diversas cidades.

A análise da autora foi pautada nas transformações ocorridas no contexto socioeconômico e político das novas configurações territoriais do norte de Mato Grosso nas últimas décadas, evidenciando que as redes de transporte, energia e comunicação possibilitaram a Sinop

tornar-se uma espacialidade urbana-regional⁵ no norte do estado de Mato Grosso (RODRIGUES, 2007).

No tocante às relações entre espaço e cultura, o geógrafo Edenilson Dutra de Moura pesquisou as “*Reflexões urbana1 e culturais sobre a cidade de Sinop (MT)*”. O autor destaca que a predominância de aspectos da ordem cultural que remetem à cultura sulista, em Sinop, é justificada pela forte migração da Região Sul do Brasil, desde a época da colonização até os dias atuais (MOURA, 2013).

Pautado em dados do IBGE, o autor ressalta que entre os municípios mato-grossenses, Sinop é o que apresenta o maior número de habitantes advindos da região Sul do Brasil para o estado de Mato Grosso, conforme se visualiza na Tabela a seguir.

Tabela 02: Maiores Populações Sulistas em MT

Cidade	População (Habitantes)
Sinop	35.520
Cuiabá	30.028
Sorriso	22.432
Várzea Grande	16.957
Lucas do Rio Verde	15.438

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Organizado por Edenilson Moura, 2013.

Para compreender a espacialidade das manifestações culturais do Sul em Sinop, especialmente da cultura gaúcha, Moura (2013) realizou entrevistas com moradores, as quais subsidiam o presente artigo.

O entrevistado C.A.A.S. (34 anos), representante do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), é natural da cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul. Possui ensino médio completo. Trabalha em Sinop como instrutor de danças regionais do estado do Rio Grande Sul, no “*Centro de Tradições Gaúchas - Estância da Amizade*”, que possui cerca de 300 associados.

O entrevistado, que reside em Sinop há 13 anos, antes de se mudar para Mato Grosso, morou em Santa Cruz do Sul e Rio Claro, ambas cidades no seu estado de origem, Rio Grande do Sul.

5 Unidade concentradora de população, relevância econômico-social e infraestrutura científico-tecnológica.

O que o entrevistado mais gosta em Sinop é a diversidade cultural e o respeito por todos no município, principalmente pela cultura gaúcha, que é expressiva. Sobre os aspectos culturais perguntados, C.A.A.S. mantém e tenta transmitir às novas gerações a sua tradição do Estado de origem, tomando o chimarrão, fazendo pratos da culinária gaúcha, como o arroz carreteiro, o churrasco nos fins de semana, mas também nas diferentes formas de expressões, como danças, poesias, músicas e indumentárias, a exemplo do chapéu, lenço, bota e bombacha.

Moura (2013) salienta que o CTG assume importante papel, pois, além dos ensinamentos da cultura gaúcha para formar tradicionalistas, segundo o instrutor de danças da casa, ele serve também como uma forma de levar o nome da cidade mato-grossense em nível nacional. Os integrantes do CTG participam de encontros e competições nacionais, sendo este conhecido nacionalmente por cumprir seu papel de manter a tradição cultural de um povo. Além de frequentador assíduo do CTG de Sinop, C.A.A.S., é o instrutor de danças, principalmente para crianças e adolescentes, no centro de tradições gaúchas, ensinando sobre os diferentes aspectos da cultura do Rio Grande do Sul, sobre artes e ofícios, como artesanatos em couro, músicas e danças regionais: como bugio, vanerão, chimarrita, pau de fitas e tirana.

VALE DO ARAGUAIA

Muitas discussões poderiam ser tecidas sobre as territorialidades no Vale do Araguaia. Para enaltecer alguns aspectos locais, chamamos a atenção para a rica diversidade cultural dos povos indígenas e centramos a análise no Circuito Regional de Quadrilha do Araguaia, o Cirquaia, e nas Pastorinhas.

O Cirquaia acontece entre os meses de junho e julho, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura (SEC-MT) em parceria com as prefeituras dos municípios da região do Araguaia. Paulino (2014) informa que o Cirquaia tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos participantes, além de promover a interação familiar por meio da manifestação desta cultura popular e degustação da gastronomia tradicional, típica das festas juninas.

Neste ano, 17 grupos da região do Araguaia participaram da grande final da 4ª edição do Circuito Regional de Quadrilha do Araguaia (Cirquaia) que aconteceu em Nova Xavantina (localizada a aproximadamente 600 km de Cuiabá). Entre os participantes, três grupos foram campeões na categoria “Acesso” e outros três na categoria “Iniciação”. No grupo de

Acesso ficou em 1º lugar o grupo “Flor do Sertão”, de Porto Alegre do Norte, em 2º o grupo “Coração Caipira”, de Porto Alegre do Norte e em 3º o grupo “Paixão Junina”, de Querência. Na categoria de Iniciação, a colocação foi a seguinte: em 1º lugar o grupo “Beija Flor”, de Confresa, em 2º o grupo “Explosão Caipira”, de São Felix do Araguaia e em 3º “Matutos do Xingu”, de Santa Cruz do Xingu. Os quesitos avaliados foram: quadrilha junina, casal de noivos, animador e barraca típica (PAULINO, 2014).

As manifestações culturais denominadas de Pastorinhas ocorrem em Barra do Garças e em outros municípios do Vale do Araguaia. Segundo informações do Portal Mato Grosso (2014), trata-se de pequena representação dramática, composta de várias cenas (jornadas), durante as quais se sucedem cantos, danças, partes declamadas e louvações que se realizam diante de presépios, entre os dias de Natal (25 de dezembro) e o de Santos Reis (6 de janeiro), para festejar o nascimento do Menino Jesus.

IDENTIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVC)

A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVC), criada pela Lei Complementar nº 359/09, de 27 de maio de 2009, é formada por Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger e, em seu entorno, pelos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste. Sua população é superior a um milhão de habitantes, concentrando muitas atividades econômicas, transformando-se em um centro de serviços especializados, financeiros e industriais.

Diversos estudos pautam suas análises no tema metrópole/cotidiano urbano. O professor doutor Cornélio Silvano Vilarinho Neto aponta que Cuiabá constitui uma metrópole regional face ao alcance de seus serviços, notadamente nas áreas de saúde e educação (VILARINHO NETO, 2009).

A professora e geógrafa Sandra Magali Amorim, em 2003, com a pesquisa “*Praças de Cuiabá: República, Alencastro, Ipiranga*”, enfatizou que as praças constituem importantes lugares da memória para a cidade e sua população.

Por sua vez, a geógrafa Iracema Alves da Silva, em 2010, com o trabalho “*Uma abordagem da relação do migrante rural e a cidade: o caso do bairro Pedra 90 em Cuiabá (MT)*”, demonstrou como os migrantes de origem rural reconstróem sua identidade no espaço urbano.

Outros trabalhos apontam para a dinâmica territorial de Cuiabá e região: a professora Eledir da Cruz Martins, em 2005, analisou a “*A natureza na cidade: verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia em Cuiabá/MT*”.

Na mesma ótica, a mestre em Geografia Rejane Cristina da Silva Barros, em 2013, concluiu a pesquisa “*A natureza nos empreendimentos imobiliários em Cuiabá-MT: o entorno do Parque Massairo Okamura*”. Ambos os estudos revelam que o homem urbano perdeu o sentimento de pertencimento à natureza, tornando-se ela algo que está fora dele, que pode ser apreciada e conferir valor aos empreendimentos imobiliários.

A professora Elídia de Abreu, em 2005, abordou o “*Shopping 3 Américas: um estudo sobre a (re)estruturação urbana do bairro Jardim das Américas, Cuiabá – MT*”, importante espaço no contexto urbano de Cuiabá.

A geógrafa Maria Lúcia Coradini, em 2006, analisou “*A paisagem simbólica de Bom Sucesso e Limpo Grande em Várzea Grande-MT*”. A autora alerta que as redes não constituem apenas beleza cênica e constata a importância econômica da atividade para os moradores da comunidade, apesar da falta de organização das tecelãs e o fato de que muitas delas estão trocando a tecelagem pela segurança do emprego assalariado. Com isso, a tendência é a redução dessa atividade importante para a identidade cultural de Várzea Grande e também de Mato Grosso, uma vez que o alto custo da produção artesanal dos produtos, a falta de organização das tecelãs e a busca de segurança no trabalho assalariado são ameaças à atividade (CORADINI; ROMANCINI, 2013).

O arquiteto e mestre em Geografia, João Pedro Figueiró D’Ornellas, em 2006, demonstrou que os “*Movimentos de luta e estratégias de vida em uma área segregada da cidade de Cuiabá: o bairro Novo Horizonte*” são movimentos sociais que produzem novas territorialidades urbanas.

A professora Mariselma Lopes Fonseca de Amorim, em 2007, estudou o “*Excursionismo eco-rural em Água Fria – Distrito de Chapada dos Guimarães*”. A autora aborda o bucólico distrito e destaca o grupo de siriri Flor do Cambambe. O roteiro realizado pelos guias de turismo em Água Fria, geralmente, é o seguinte: horta comunitária, próxima à Escola Municipal Profa. Elba Xavier, onde os estudantes da escola plantam e usufruem dos produtos. O segundo ponto é a farinheira, de propriedade da senhora Carmelita, local onde o turista aprende o processo de produção da farinha. Em seguida, o antigo garimpo

de propriedade do senhor Salvador, local em que o turista conhece a história do garimpo, aliada aos fatos, lendas e causos narrados, de maneira até dramática, pelo próprio senhor Salvador, além da observação da paisagem do antigo garimpo; e, finalizando, o conhecimento da comunidade de Pingador, especificamente a cachoeira de mesmo nome (AMORIM, 2009).

A arquiteta e mestre em Geografia, Patrícia Aparecida Matos de Oliveira Alberton, em 2006, centrou sua análise no tema “*O bairro popular nos imaginários urbanos*”, demonstrando que a identidade da cidade também se encontra na representação da vida noturna em Cuiabá.

A geógrafa Chênia Castilho Reis, em 2008, com a dissertação de mestrado em Geografia intitulada “*Pantanal Shopping: um novo espaço de comércio em Cuiabá-MT*” destaca que a “cultura de consumo” se caracteriza por criar “necessidades” para os indivíduos, que passam a ser reconhecidos e identificados como integrantes de um determinado grupo social. Isso leva as pessoas a acreditar que o único meio de se construir uma identidade é através do consumo de bens materiais (REIS, 2009).

A professora e geógrafa Adriana Queiroz do Nascimento, em 2009, trouxe a lume “*Um estudo sobre a cidade ilegal em Cuiabá (MT)*”, mostrando que a identidade de parte da população da periferia social é construída na luta pelo direito à cidade.

Por sua vez, a mestre em geografia, Maria Garcia Villaça, em 2009, com o estudo “*Envelhecimento populacional e a Gestão da Cidade: um estudo sobre Cuiabá-MT*”, analisa os espaços necessários, criados na cidade, para o desenvolvimento pleno da vida, especialmente na terceira idade.

Mestre em Geografia, Josemara Brito Souza, em 2011, com a pesquisa denominada “*A influência de instituições de ensino superior – (ies) na dinâmica do mercado imobiliário de Cuiabá-MT*”, aborda a importância da criação da Universidade Federal de Mato Grosso e as novas territorialidades advindas da expansão do ensino superior em Cuiabá.

Para finalizar, a economista Silvana Maria dos Anjos, em 2014, com o trabalho de mestrado em Geografia sobre “*A produção do espaço no contexto do comércio varejista 24 horas em Cuiabá-MT*”, evidencia que a cidade de Cuiabá está inserida na nova morfologia urbana de cidades que oferecem serviços noturnos. Segundo a autora, duas são as razões para a cidade ter se evolvido: facultar novas articulações espaço-tempo e reprodução do espaço urbano, e gerar diferentes técnicas e modos de venda no espaço urbano, em razão da singular competição estabelecida pelos agentes produtores no comércio da capital mato-grossense (ANJOS, 2014).

PALAVRAS FINAIS

O estado de Mato Grosso se caracteriza pela diversidade cultural dos habitantes de seu imenso território, portanto, muitas identidades são construídas e (re)construídas no desenrolar das vidas de diferentes pessoas e/ou grupos sociais.

De acordo com os estudos realizados, a identificação com o lugar se traduz, “tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais”, segundo a afirmativa de Bossé (2004, p. 161).

Esse olhar para a paisagem de Mato Grosso remete à afirmativa de Berque (1998), de que ela é simultaneamente marca e matriz. Marca, porque o grupo contribui para modificar o espaço que utiliza e gravar nele os sinais de sua atividade e os símbolos de sua identidade. A paisagem é também uma matriz, visto que a organização e as formas que a estruturam contribuem para transmitir usos e significações de uma geração à outra.

Em relação à contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso para o tema “*A construção de identidades em Mato Grosso*”, vale ressaltar que há nove décadas o Instituto vem acompanhando o desenvolvimento da ciência e hoje, juntamente com a Academia Mato-grossense de Letras, através do acervo do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, é importante referência para as pesquisas de estudantes de todos os níveis de ensino. Além disso, contribui com a publicação de conceituada revista científica, que demonstra o nível intelectual dos membros que pertencem à instituição e também de seus colaboradores.

Ressalta-se, ainda, a interiorização do IHGMT com a criação dos Institutos Históricos e Geográfico Municipais, estendendo sua atuação pelo território mato-grossense.

Contudo, registra-se que falta o apoio do Governo de Mato Grosso para estudos referentes às diferentes áreas culturais que compõem este imenso e diversificado território.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Mariselma Fonseca. Excursionismo eco-rural em Água Fria – Distrito de Chapada dos Guimarães-MT. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 116-135.
- ANJOS, Silvana Maria. *A produção do espaço no contexto do comércio varejista 24 horas em Cuiabá-MT*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- ARRUDA, Zuleika Alves. As “agrocidades” e as interfaces entre mundo rural e urbano: repercussões socioespaciais do agronegócio no território mato-grossense. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 175-198.
- BANDEIRA, Maria de Lurdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARROZO, João Carlos. *Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna*. Colaboração de Gisélia Silva Rocha, Odair Gonçalves de Matos, Renato Schaeffer e Marissol Néspoli – Cuiabá: NERU/CNPq/SEMEC de Diamantino, 2002.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-5.
- BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagens, textos e identidade* (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 179 p. p. 157-179.
- CAMARGO, Lígia. (Org.). *Atlas de Mato Grosso – Abordagem socioeconômico-ecológica*. Cuiabá: Entrelinhas / SEPLAN – MT, 2011.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margaret C. A. Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- CORADINI, Maria Lúcia; ROMANCINI, Sônia Regina. Entre fios e lavrados: estudo sobre a atividade das tecelãs na comunidade de Limpo Grande (MT). *Anais... V Colóquio Nacional do Núcleo de Pesquisas em Espaço e Representações (NEER)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. CD-ROM ISBN 1981 6820
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre a geografia cultural*. Rio de Janeiro: NEPEC, 2009. (Mimeo)
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 3, jul./set. 1987, p. 39-68.

- FERREIRA, João Carlos Vicente. *MATTO-GROSSO Etmologia toponímica*. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2012.
- GARCÍA BALLESTEROS, Aurora. (Coord.) *Métodos y técnicas cualitativas en geografía social*. Barcelona: Oikos-tau, 1998.
- HASBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.
- IBGE, Mato Grosso.
- Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt> Acesso em 11 jun. 2014.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Tradução de Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LABORDE, Pierre. L'identité: valeur du futur de la ville? Coimbra: *Cadernos de Geografia*, n.17, n.191-193, 1998.
- MARONEZE, Jorge. *A territorialidade sulista na cidade de Sorriso-MT*. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso. Sorriso, 2005.
- MELO, Josenilton Balbino de; ROMANCINI, Sônia Regina. Rondonópolis (MT): intensificação do processo de verticalização em bairro nobre. *Anais... V Colóquio Nacional do Núcleo de Pesquisas em Espaço e Representações (NEER)*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. CD-ROM ISBN 1981 6820
- MENDES, Marcos Amaral. *Identidade e território: estudo sobre a devoção a São Benedito em Cuiabá-MT*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFMT, Cuiabá, 2010.
- MOURA, Edenilson Dutra de. *Reflexões urbanas e culturais da cidade de Sinop (MT)*. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.
- PASSOS, Messias Modesto dos. *Amazônia: teledetecção e colonização*. São Paulo: Fundação EdUNESP, 1998. (Prismas)
- PAULINO, Camila. *O encerramento do Cirquaia em Nova Xavantina foi sucesso de público*. Disponível em: <http://www.cultura.mt.gov.br/noticias/o-encerramento-do-cirquaia-em-nova-xavantina-foi-sucesso-de-publico/114605>. Acesso em: 13 jul. 2014.
- PICOLLI, Geisa Maria de Albuquerque. *O sagrado e o profano na festa de Nossa Senhora de Santana em Chapada dos Guimarães*. Monografia (Curso Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.

PORTAL MATO GROSSO. *As Pastorinhas*. Disponível em: <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=358&cid=16945>. Acesso em: 15 jun. 2014.

PÓVOAS, Lenine Campos. *História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*, vol. 1. Cuiabá: L. C. Póvoas, 1995.

REIS, Chênia Castilho. Pantanal Shopping: um novo espaço de comércio em Cuiabá-MT. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá, EdUFMT, 2009. p. 77-95.

RIBEIRO, Zenilda Lopes. A representação da Praça da Juventude na paisagem urbana de Sorriso-MT. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá, EdUFMT, 2009. p. 239-254.

RODRIGUES, Cleire Oliveira. *As novas territorialidades em Sinop – MT*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

ROMANCINI, Sônia Regina; MARTINS, Eledir da Cruz. Sinop-MT: uma abordagem sobre a dinâmica do espaço urbano-regional. In: Gilda Tomasini Maitelli; Cleusa A. G. P. Zamparoni. (Orgs.). *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-grossense - impactos socioambientais*. 1 ed. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2007, v. 1. p. 171-191.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Josiane Rosa; JESUS, Maria Sobrinha S.; CHRISTAN, Patrícia; RITTER, Sibeli; ROMANCINI, Sônia R. Os festejos do Senhor Divino Espírito Santo e São Benedito em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. v. 63, p. 79-94, 2005.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. *Mapa social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil*. Cuiabá: UFMT, 2012.

SOBRINHO, Rosângela. Dinâmica territorial, agronegócio e re-territorialização: o Município de Diamantino/MT. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 175-198.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *A Metropolização regional: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ESCOLAS E MESTRES EM CAMPO GRANDE NA HISTORIOGRAFIA MEMORIALÍSTICA DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES

SCHOOLS AND TEACHERS IN THE LARGE FIELD
MAPPING OF HISTORIOGRAPHY MEMOIRS OF
JOSÉ BARBOSA RODRIGUES

Daniela Felisberto da Silva¹

Jacira Helena do Valle Pereira²

RESUMO: Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso que teve como objeto de estudo mestres e escolas em fontes da historiografia memorialística de José Barbosa Rodrigues. A utilização de fontes que trazem memórias permite a superação do historicismo e a percepção de elementos não diretamente citados pelo memorialista, porém inscritos nas entrelinhas dos relatos. O embasamento teórico-metodológico está pautado nas contribuições de autores como: Alves (2003, 2005); Centeno (2006) e Oliveira e Rodrigues (2009). Após as leituras na historiografia memorialística de José Barbosa Rodrigues encontramos escritos confirmados e contrapostos pela historiografia acadêmica. Compreendemos que a pesquisa em educação pode encontrar nas fontes memorialísticas, elementos indispensáveis na compreensão do processo histórico educacional.

Palavras-chave: Mestres e escolas. Fontes memorialísticas. José Barbosa Rodrigues.

1 Curso de Mestrado/PPGEdu/UFMS. E-mail: danifsonline@gmail.com

2 PPGEdU/UFMS. E-mail: jpereira.dou@terra.com.br

Abstract: This article results from the coursework which had as its object of study the teachers and schools in sources of José Barbosa Rodrigues's memorialistic historiography. The use of sources that bring memories allows the overcoming of historicism and the perception of elements not directly cited by the memorialista but registered between the lines of the records. The theoretical and methodological base are the contributions of authors like: Alves (2003, 2005); Centeno (2006) and Oliveira and Rodrigues (2009). After the readings in José Barbosa Rodrigues's memorialistic historiography we found confirmed and opposed writings by the academic historiography. We understand that education research can find, in the memorialistics sources, essential elements to understanding the historical process of education.

Keywords: Teachers and schools. Memorialistics sources. José Barbosa Rodrigues.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um exercício analítico com as fontes da historiografia memorialística de José Barbosa Rodrigues e tem como objeto mestres e escolas da história campo-grandense. A escolha da metodologia em questão surgiu por se considerar que os escritos de memorialistas contribuem com os estudos historiográficos, pois enfatizam elementos que complementam os dados apresentados nas demais fontes.

Ao descrever os fatos ocorridos, o memorialista não deixa de ser parte integrante da história apresentada, uma vez que, sentindo-se à vontade para discorrer sobre o que considera pertinente, traz também sua experiência frente ao que relata.

A utilização de fontes memorialísticas - quando feita de modo cuidadoso e com referenciais teóricos que deem suporte às análises do pesquisador – permite a superação do historicismo e a percepção de elementos não diretamente citados pelo memorialista, porém inscritos nas entrelinhas dos relatos. Desse modo, tais obras são uma fonte de pesquisa instigante, pois retratam momentos históricos pela voz dos sujeitos que presenciaram os fatos relatados:

Parece-nos relevante [...] destacar a importância da literatura regional como fonte de informações sobre as diferentes temáticas e problemáticas educacionais nas diversas partes de nosso vasto território nacional. Essa questão vem sendo apenas recentemente tematizada na historiografia da educação brasileira, que tendeu a centrar-se nas regiões hegemônicas do país, de onde se irradiam as novas ideias e os modelos culturais. (XAVIER, 2008, p. 238).

Ou seja, a partir da análise científica das fontes, o pesquisador consegue captar informações não presentes nas produções historiográficas oficiais, pois o memorialista, ao relatar as experiências vividas, escreve por diletantismo e tem interesses ideológicos de registrar feitos e personalidades que considera relevantes em sua época:

[...] os memorialistas, envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. (CENTENO, 2007, p. 33).

Nesse aspecto, busca-se evidenciar as fontes memorialísticas como materiais complementares ao que trazem outras fontes documentais, uma vez que são obras de pessoas que vivenciaram o período investigado. Em contrapartida, reconhece-se a análise com fontes memorialísticas como algo desafiador, sendo necessário o conhecimento do contexto histórico e social a ser pesquisado:

Sayad desmistifica o uso das biografias, das histórias de vida, método que ele considera importante, mas que não se deve tomar de forma incauta. Mostra que histórias de vida, biografias constituem uma fonte – um artifício – para superar a indigência resultante da falta de arquivos, documentos, dados sociais que permitam comparações. Além disso, não basta ao analista simplesmente explicar o significado de uma ou outra palavra mas situar a biografia no conjunto das condições históricas e sociais das quais ela emerge. (BLAY, 2000, p. 3).

Torna-se evidente, nesse contexto, que a utilização de fontes memorialísticas – desde que feita com suporte teórico devido e permeada pela criticidade –, é uma técnica relevante, uma vez que o memorialista é também um retrato da sociedade na qual está imerso e, portanto, pode evidenciar em seus escritos fatos que complementam dados da historiografia acadêmica.

Com os esclarecimentos iniciais, este artigo tem como objetivo responder às seguintes indagações: qual a diferença entre memorialista e historiador? Quem foi José Barbosa Rodrigues e qual sua participação na história da educação campo-grandense? Como são retratados os professores e escolas em Campo Grande/MS nas obras do memorialista?

O artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro tópico são trazidas as definições de “memorialista” e “historiografia”, no segundo

é feita análise das obras do memorialista José Barbosa Rodrigues e nas considerações finais é retomada a discussão sobre as contribuições fornecidas por fontes memorialísticas analisadas por uma perspectiva histórico-social.

Para tanto, o embasamento teórico-metodológico está pautado nas contribuições de autores, como Alves (2003; 2005), Centeno (2007), Oliveira e Rodriguez (2009), entre outros.

“MEMORIALISTA”, “HISTORIOGRAFIA” E AS SIGNIFICAÇÕES PARA ESTUDOS CIENTÍFICOS

Este tópico objetiva conceituar “memorialista” e “historiografia”, a fim de esclarecer os papéis fundamentais de ambos em investigações científicas. Compreender tais conceitos é o ponto de partida para o pesquisador que pretende realizar um estudo com fontes memorialísticas, que, uma vez analisadas à luz da historiografia acadêmica, tornam-se importantes materiais que complementam as informações trazidas (contidas) nos documentos oficiais.

Memorialistas se baseiam no senso comum, e suas obras não são simples escritos e lembranças, pois retratam representações de grupo e podem, inclusive, desempenhar o papel de construtores de uma identidade regional. Nesse aspecto, são autores que:

[...] envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. Geralmente, escreveram sob a forma de crônicas e consultaram, sobretudo, fontes orais. Não revelaram rigor nas citações de suas fontes ou omitiram-nas inteiramente, o que não significa desinformação nem ausência de consultas, inclusive, às fontes escritas. (CENTENO, 2007, p. 33).

As contribuições de Centeno (2007) fazem perceber que o fato de trazerem óticas do senso comum, sem pretensões acadêmicas, não desvaloriza a fonte memorialística como material de relevante contribuição para pesquisas científicas, pois, mesmo o senso comum carrega aspectos da identidade de um povo:

Embora o senso comum seja a base do preconceito e apresente superficialmente a realidade, nem por isso ele é de todo falso ou sem valor algum. No dizer de Gramsci, “em todo senso comum há sempre algo de bom senso”. No entanto, este senso comum

precisa ser reconstruído, analisado, refletido aos olhos do conhecimento científico. O conhecimento empírico não é desprezado pelo conhecimento científico, mas, sim, analisado de outra forma. (DALAROSA, 2000, p. 98).

Acrescenta-se, ainda, que Alves os define como “historiadores diletantes”, sendo intelectuais externos ao universo acadêmico, o que, porém, não os impede de produzir obras de cunho histórico ao escreverem suas memórias pelo prazer de relatá-las:

[...] historiadores diletantes, que se entregam à tarefa de registrar os eventos mais marcantes das regiões onde vivem. Já há quem tenha denominado esses estudiosos de historiadores municipais. Suas obras incluem importantes registros sobre a educação, em especial os referentes às primeiras escolas, aos primeiros professores, a festas escolares etc. [...]. (ALVES, 2003, p. 37).

O excerto permite compreender que os memorialistas não focam seus escritos apenas no individual, mas também no coletivo. Ainda com relação às caracterizações de fontes memorialísticas, Olmi (2006, p. 2) contribui ao discutir o papel do gênero memorialista nas pesquisas:

[...] nas duas últimas décadas, o projeto autobiográfico veio absorvendo uma surpreendente variedade de interesses, demonstrando que a leitura de uma autobiografia, associada ao escrutínio crítico do contexto no qual foi produzida, pode fornecer uma visão ampla não somente do autobiógrafo, mas também das condições sociais, culturais, políticas e psicológicas que gravitam ao redor de quem escreve a seu respeito.

Nesse aspecto, se o pesquisador ler as obras sem o suporte de fontes historiográficas acadêmicas corre o risco de desenvolver uma percepção superficial ou equivocada do que é retratado pelo memorialista e, conseqüentemente, não captar os elementos relevantes para seus estudos de forma crítica e reflexiva:

O documento não fala por si só [...]. O certo é que a teoria faz o documento falar. E, às vezes, o pesquisador enfrenta a necessidade de abandonar as falsas pistas dos documentos para fiar-se em indícios esparsos, em ruínas informativas que resistiram à ação das figuras ligadas ao poder, ávidas por apagar os registros de um passado que não querem olhar de frente. Documentos já

foram produzidos, inclusive, para induzir uma visão falsa sobre acontecimentos importantes. Portanto, que a importância do documento não seja escamoteada, mas que seja, também, colocada no seu devido lugar e que o pesquisador tenha o domínio teórico para se situar no ‘lodaçal’ documental; para separar o joio do trigo e para realizar a interpretação científica consequente com os pressupostos da matriz epistemológica que preside a sua análise. (ALVES, 2005, p. 21-22).

Após tais esclarecimentos, aborda-se sobre do que se tratam fontes historiográficas. José Claudinei Lombardi, na conferência *História e historiografia da educação no Brasil*, proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, discute, entre outros pontos, o conceito de historiografia:

[...] a historiografia implica e pressupõe o uso de métodos e teorias que alicerçam o processo e o resultado da construção do conhecimento historiográfico. Em linhas gerais, acho que existem no âmbito da pesquisa historiográfica as mesmas concepções e tendências que incidem no fazer científico do historiador, ou sejam: positivistas; [...] fenomenológicas; [...] dialéticas [...]. (LOMBARDI, 2003, p. 8-9).

A partir das considerações do autor, pode-se extrair que as fontes historiográficas são produções que apresentam a História como ciência, ou seja, são um conhecimento científico que:

[...] possui características bem distintas do **senso comum** por ser “certo na medida que explica os motivos de sua certeza” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 8). É reflexivo, sistemático, analítico, lógico. As explicações do conhecimento científico, embora não apresentem a verdade absoluta e eterna, vão muito além das construídas pelo senso comum, desqualificam os preconceitos e reconstrói a realidade com um novo olhar. (DALAROSA, 2000, p. 99).

Centeno (2007, p. 33) também conceitua os estudiosos da área historiográfica. De acordo com a autora, esses “[...] elegeram temáticas mais precisas ou se propuseram a escrever a história cronologicamente, procurando relatar os fatos de forma objetiva e retratando os acontecimentos desde o período de ocupação e colonização”.

Em síntese, o historiador organiza seus estudos pautando-se em uma metodologia criteriosa, que o permite analisar tempos passados de maneira crítica e reflexiva.

JOSÉ BARBOSA RODRIGUES: BIOGRAFIA E CAMINHO PERCORRIDO EM CAMPO GRANDE

Nascido em 30 de junho de 1916, em Poços de Caldas, Minas Gerais, José Barbosa Rodrigues foi um jornalista e professor que firmou raízes em Mato Grosso do Sul. Para conhecer sua biografia foi consultada a obra de Maria da Glória Sá Rosa, *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*, que traz elementos sobre diversas personalidades da capital sul-mato-grossense.



José Barbosa Rodrigues. Fonte: Portal “Fundação Barbosa Rodrigues”

A autora explica que o memorialista teve origem humilde, pois o pai era carpinteiro e a mãe lavadeira. Destaca-se, ainda, que ele:

[...] Só **começou a frequentar uma escola aos sete anos. Antes disso, o pai pagava cinco mil réis a um professor particular para alfabetizá-lo.** Conta ele, com muito senso de humor, que os pais lhe ensinaram todo o serviço doméstico: lavar, passar, cozinhar, além de obrigá-lo a cuidar dos irmãos menores, tarefas essas que lhe temperaram o caráter e ajudaram-no a enfrentar qualquer tipo de trabalho. (ROSA, 1999, p. 96, grifo nosso).

Sobre o fato de os pais ensinarem-lhe, desde cedo, os serviços domésticos, bem como a cuidar dos irmãos mais novos, e a partir da conclusão de José Barbosa Rodrigues de que esses encaminhamentos contribuíram em sua constituição pessoal, pode-se remeter à teoria do *habitus*, de Pierre Bourdieu (2004, p. 158):

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e

apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência [...] produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas [...]. as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social.

Nesse aspecto, o *habitus* incorporado fez com que o memorialista atribuísse um valor simbólico às práticas domésticas e, além disso, se sentisse apto a “enfrentar qualquer tipo de trabalho”, uma vez que o fato de realizar essas tarefas desde cedo o fez conceber os compromissos cotidianos com naturalidade.

Quanto ao trecho destacado, no que tange à sua educação escolar, nota-se que, mesmo “humilde”, como relata Rosa (1999), o pai não mediu esforços para que o filho se alfabetizasse. Nesse aspecto, pagar um professor particular antes do ingresso na escola caracterizou-se como uma estratégia de escolarização.

Gonçalves e Gonçalves (2010, p. 56), interlocutores de Bourdieu, explicam de modo prático e claro como esta é definida na teoria do sociólogo. Trata-se de “[...] investimentos para formação de agentes dignos ou preparados para receber, conduzir, manter ou expandir sua herança [...]”. Há que se destacar que a escolarização de José Barbosa Rodrigues foi bem sucedida, pois ao concluir o ginásio estudou Filosofia, tendo uma longevidade escolar.

No que tange à relação com Campo Grande, José Barbosa Rodrigues mudou-se para a referida cidade em 1943, junto com esposa e um filho mais velho:

Com uma carta do governador de **Ponta Porá**, a cujo território se destinava, chegou a **Campo Grande** em 1943, em companhia da esposa e de um filho. Quando descobriu que não havia trem para aquela cidade, perguntou a si mesmo: o que vou fazer num lugar sem vias de comunicação? Tomou então a decisão de estabelecer-se em **Campo Grande**, um município com trinta e poucos mil habitantes, que o encantou pelas ruas largas e pela receptividade do povo. Para isso, precisava antes de mais nada arranjar um emprego para a esposa. (ROSA, 1999, p. 97, grifos da autora).

A oportunidade de trabalho para D. Henedina, esposa do memorialista, não tardou a aparecer. Com diploma de normalista, um anúncio no jornal deu início ao primeiro vínculo profissional do casal em Campo Grande:



Henedina Hugo Rodrigues. Fonte: Portal “Fundação Barbosa Rodrigues”

A esposa [...] tinha diploma de normalista de primeiro e segundo graus, o que a habilitava a ensinar em qualquer escola, em que houvesse vagas. Foi então que descobriu um anúncio no jornal, procurando uma professora para lecionar na Escola Boa Vista, da Mata do Ceroula, mantida pelos japoneses. No Café Rincão, por indicação do anúncio, encontrou **Oshiro Takimore**, diretor da escola, que a contratou. No dia seguinte, uma carroça transportou o casal até a Mata do Ceroula, onde iniciaram a vida profissional. (ROSA, 1999, p. 97, grifo da autora).

Como se pode observar, a docência do memorialista não teve início de imediato, porém, mais uma vez a oportunidade bateu à porta daquela família. Rosa (1999, p. 97-8) explana a história relatada pelo amigo e registra mais um ponto do trajeto percorrido por José Barbosa Rodrigues.

Durante um ano, diz ele, ficou sendo o marido da professora. No ano seguinte, substituiu a professora **Joelina de Almeida Xavier**, que resolvera deixar o estabelecimento, incorporando-se assim ao corpo docente de uma escola onde cada professor era dono da sua sala de aula. As questões relativas ao ensino eram resolvidas

pelos inspetores **Euripiádes da Costa Lima** e **Diomedes Rosa Pires**. Desde que a disciplina fosse observada e os professores cumprissem suas obrigações, tudo estava bem. (grifos da autora).

Em 1946, dois anos após o início de sua docência em Campo Grande, surgiram duas novas possibilidades de trabalho e José Barbosa Rodrigues finalizou sua docência na Escola Boa Vista: “[...] Pouco depois de escrever dois ou três artigos, foi convidado para trabalhar no Jornal do Comércio, o que determinou a vinda para Campo Grande, onde exerceu também o cargo de inspetor da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”. (ROSA, 1999, p. 98-9).

O trabalho no jornal começou em uma função simples, porém, escrever artigos sobre os fatos que ocorriam na época lhe rendeu a promoção de cargo. Segundo José Barbosa Rodrigues, a decisão por mudar o ramo de trabalho se deu em razão do baixo salário destinado aos professores, naquela época, o que fez surgir uma preocupação, já que possuía família para sustentar.

Trabalhar na redação do *Jornal do Comércio* o impulsionou a continuar na área de comunicação e, anos mais tarde, ele adquiriu o próprio veículo de imprensa: *Correio do Estado*, o qual, fundado em 1954, foi vendido pelos antigos empresários. José Barbosa Rodrigues construiu ainda os seguintes patrimônios: TV Campo Grande, Rádio 94 FM e Cultura AM. Além disso,

Muito ligado ao processo cultural do Estado, [...] é sócio fundador da Academia Sul-mato-grossense de Letras de que foi presidente. Pertence ao Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, onde também exerceu a presidência e foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura. Pertence ainda ao Instituto Nacional. (ROSA, 1999, p. 107).

Em Campo Grande, não apenas traçou sua trajetória pessoal, mas também participou da constituição histórica da cidade. Rosa (1999, p. 104-5) destaca que:

A principal campanha em que se envolveu foi a da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, para a qual contribuíram os artigos de Oclécio Barbosa e Paulo Coelho Machado. Outra foi a criação da Universidade Federal, na qual destaca a visão de futuro do ex-governador Pedro Pedrossian, que lançou as principais obras do Estado e criou duas universidades uma em Cuiabá outra em Campo Grande. Lembra José Barbosa Rodrigues que as primeiras

publicações sobre a necessidade da abertura de cursos superiores em Campo Grande saíram no Correio do Estado. Até mesmo depois de criadas as faculdades, noticiava todas as viagens de Dr. João Pereira Rosa a Brasília, a Cuiabá e ao Rio de Janeiro no trabalho em prol do ensino superior em Mato Grosso do Sul.

Em relação às suas obras, o memorialista preocupou-se em deixar registrados elementos históricos de Mato Grosso do Sul. O quadro abaixo expõe os livros publicados:

Obras de José Barbosa Rodrigues

OBRA	ANO	ASSUNTO
Palavras de um professor (discursos)	1949	-
Campo Grande, meu amor (didático)	1978 e 1981 (2ª edição)	Campo Grande, MS – História
Isto é Mato Grosso do Sul	1978	Mato Grosso do Sul – História
História de Campo Grande	1980	Campo Grande, MS – História
Histórias da Terra Mato-Grossense	1983	Mato Grosso – História
História de Mato Grosso do Sul	1985	Mato Grosso do Sul – História
Meus haicais (poemetos japoneses)	1987	-
Glossário Mato-Grossense	1987	Língua portuguesa - Regionalismos - Mato Grosso do Sul – Dicionários
Primeiro jornal de Campo Grande	1989	Jornalismo - Mato Grosso do Sul Mato Grosso do Sul – História
Pedras lascadas (poemetos nipo-brasileiros)	1998	Poesia brasileira – Mato Grosso do Sul

Fonte: Portal Biblioteca Central UFMS e Portal Correio do Estado. Organização: SILVA, 2012.

Como se pode observar, dos 10 (dez) livros publicados, 6 (seis) têm como assunto a história do Estado. Durante a pesquisa, constatou-se na obra *Meus haicais* e *Pedras lascadas* o resultado da boa relação que o autor construiu com a comunidade japonesa residente na capital, uma vez lembrando que seu primeiro trabalho foi na Escola Boa Vista, da Comunidade Mata do Ceroula. Quanto ao interesse em escrever sobre a capital e o estado pode-se destacar o que ele traz na apresentação do livro “História de Campo Grande”:

O volume que o leitor tem em mãos é o resultado de mais de vinte anos de pesquisas. Durante todo esse tempo, aproveitando as horas das madrugadas, procurei ler e anotar tudo que outros escreveram sobre Campo Grande. [...] Não acredito que esta “História” seja definitiva, mas procurei, separando o verdadeiro do fantasioso, ser

o mais fiel possível, baseado na tradição oral e escrita que consegui colher. Além dos livros consultados, a pesquisa abrangeu muitas centenas de antigos jornais e revistas. [...]. O maior repositório dos primeiros dias da cidade, era a Biblioteca Municipal. A cada reforma feita, tudo o que era considerado “velho” foi incinerado. Por duas ou três vezes as chamas inquisitoriais da ignorância devoraram aquilo que seria hoje documentário histórico. Graças a esses incendiários, Campo Grande será para sempre uma cidade sem passado, sem história. Esse desprezo pelo passado fez com que os possuidores de alguns documentos os guardem avaramente, enquanto vivem. Os seus descendentes, certamente os queimarão como papéis velhos... Este livro é, portanto, uma tentativa de preservar o pouco que consegui reunir até agora. (RODRIGUES, 1980, p. 11-12).

O trecho revela que o fato de o autor decidir escrever por conta própria não o impediu de buscar dados em fontes diversas. Não se conhece qual o critério utilizado para separar “o verdadeiro do fantástico”, mas não se pode negar que vinte anos de pesquisa é um tempo considerável, uma vez que podem ser colhidos diversos aspectos da história regional.

Ainda destaca-se a preocupação do autor em deixar registrada essa história a partir do momento em que o “velho” foi anteriormente desvalorizado. As palavras de José Barbosa Rodrigues destacam uma das características dos memorialistas: contribuir para deixar uma época registrada em tempos futuros, partindo de sua percepção sobre o que considera pertinente.

Por fim, após ser abordada parte da biografia e as obras publicadas, o tópico a seguir tem como foco os mestres e escolas retratados nos livros “Palavras de um professor” (1949); “História de Campo Grande” (1980) e “Campo Grande, meu amor” (1981).

ESCOLAS E MESTRES NA OBRA DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES SOB UMA ANÁLISE CRÍTICA

Nesse tópico são apresentadas as escolas e os mestres que José Barbosa Rodrigues trouxe nas obras supramencionadas, ao mesmo tempo em que se busca fazer uma interlocução com o que traz a historiografia acadêmica. Por ordem cronológica, iniciam-se as discussões a partir dos relatos trazidos no livro *Palavras de um professor* (1949). A obra é uma coletânea de três discursos do memorialista em diferentes momentos, na função docente.

De acordo com o memorialista, o primeiro discurso é de 1946, ocasião em que, escolhido pela comunidade da Mata do Ceroula, saudava a visita do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo durante comemoração do 20º aniversário da colônia. Dentre outros pontos, explanou sobre a Escola Boa Vista, na qual lecionava junto com a esposa, D. Henedina, e retratou qual o objetivo da educação em sua perspectiva:

[...] é esta escola, modesta da sua construção, mas agigantada no número de crianças alfabetizadas e instruídas, através dos vários anos de sua existência. Bastaria esta casa para motivar grande e nobre orgulho, pois aqui se tem plasmado o espírito de centenas de **jovens, que irão construir o Brasil do futuro** [...]. (RODRIGUES, 1949, p. 6, grifo nosso).

Infelizmente, não foram encontradas fontes da historiografia acadêmica que trouxessem elementos da referida escola, o que instiga a, futuramente, pesquisar como ocorria o ensino e quem eram os professores da instituição, pois não se pode ignorar o fato de que os imigrantes japoneses fizeram e fazem parte da história campo-grandense.

O segundo discurso foi proferido na inauguração do curso intensivo da Escola Normal Joaquim Murinho, em 3 de abril de 1948. José Barbosa Rodrigues foi designado, pelo diretor Múcio Teixeira Júnior, a pronunciar-se em nome do corpo docente da escola:

Sempre é motivo de alegria e de contentamento a abertura de uma nova escola, seja ela a mais humilde possível, pois tal conhecimento trará, mais tarde, grandes benefícios à humanidade. Se essa escola é secundária ou superior, maior é o júbilo que invade nossos corações amantes da instrução e do progresso. Porém, se essa casa de Ensino é uma **Escola Normal**, então a alegria, o contentamento e a satisfação atingem o máximo do que é capaz o coração humano, pois dela sairão os plasmadores das gerações futuras, os forjadores dos caracteres dos cidadãos do porvir, **os construtores da Pátria de amanhã**. (RODRIGUES, 1949, p. 10, grifo nosso).

O trecho mostra a importância que o memorialista atribuía à escola, demonstrando um grande valor à profissão docente. Nesse aspecto, ao mesmo tempo em que conhecia a relevância social da Escola Normal, contribuiu para a formação de novos profissionais da área de educação.

Quanto à personalidade Múcio Teixeira Júnior, também citada pelo memorialista, destaca-se uma breve biografia até sua chegada à Escola Normal Joaquim Murtinho. A revista *Campo Grande – Personalidades* (2002) publicou um artigo escrito por Maria da Glória Sá Rosa na obra *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*, em que a autora fala sobre o professor.

Ele lecionou nos colégios Dom Bosco e Osvaldo Cruz e foi diretor da Escola Normal Modelo Anexa (1930 a 1932), fundou o Ateneu Rui Barbosa (ensinos primário e secundário até 1952) e foi examinador das provas de vestibular da primeira Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo Grande. Por fim, foi diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho, entre 1930 e 1932; 1935 e 1940; e de 1948 a 1951.

Sobre o surgimento das escolas normais, Oliveira e Rodríguez (2009) explanam que o antigo sul de Mato Grosso passou por uma transformação econômica e social a partir de 1914, quando a expansão ferroviária e rodoviária fez com que a região se tornasse um centro de transações comerciais. Esse novo cenário impulsionou o processo de imigração, não só de diferentes povos para o estado (árabes, japoneses, italianos, etc.), mas também de fazendeiros e comerciantes em geral:

Essas transformações incentivaram durante os anos de 1920 e 1930 a expansão da rede escolar, especificamente grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas distritais, escolas isoladas rurais e algumas Escolas Normais, instaladas nas principais cidades do sul do estado (Campo Grande, Aquidauana e Corumbá). (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p. 106).

No caso, o colégio Joaquim Murtinho, relatado tanto por José Barbosa Rodrigues, quanto por Múcio Teixeira Júnior, foi o primeiro grupo escolar de Campo Grande, sendo instalado em 13 de junho de 1922. O nome, porém, só foi determinado em 5 de junho de 1924, por meio do Decreto n. 669.

Ainda de acordo com Oliveira e Rodríguez (2009), foi em 21 de abril de 1930 que Aníbal de Toledo assinou a instalação da Escola Normal de Campo Grande junto ao referido colégio, tornando-se, então, a primeira instituição sul-mato-grossense a oferecer essa modalidade de ensino.

Em outro discurso da obra, datado de 8 de abril de 1948, então 1º aniversário do governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, o memorialista evidencia as medidas tomadas pelo político para melhorar o salário do professorado estadual, bem como as condições de ensino da instrução pública:

Em todos os recantos do estado, tanto nos mais civilizados, como nos mais incultos e atrasados, erguem-se inúmeras escolas primárias que, difundindo as luzes do alfabeto, e preparando as gerações futuras, lá estão a atestar o zêlo, o carinho e o amor que o atual Governo vem dispensando à instrução do nosso povo. (RODRIGUES, 1949, p. 14).

Ainda que o discurso traga esse olhar com relação à gestão de Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950), Oliveira e Rodríguez (2009) expõem que o governador seguinte, Fernando Corrêa da Costa (1951-1956), fez rigorosa crítica ao anterior para com o setor educacional:

O orçamento para 1950 consignou ao serviço do ensino verba bem superior á quota de 20% das rendas tributárias do Estado, fixada na Constituição. A esse dispêndio, entretanto, não corresponde o resultado que se está obtendo. O nosso serviço de instrução, nos seus diversos graus, está requerendo imediata reestruturação, pela decadência em que jaz, especialmente pela ausência de diretrizes pedagógicas. O corpo de professores muito deixa a desejar, pela deficiência que apresenta na sua preparação pedagógica e mesmo intelectual. [...]. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1951 *apud* OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p. 118).

Nesse aspecto, a partir dessa contribuição, a pesquisa das autoras é relevante, uma vez que ao mesmo tempo em que complementa, contrapõe as informações trazidas na obra do memorialista.

Por último, sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho, evidencia-se o que o memorialista explanou em seu discurso na reabertura da instituição, para, em seguida, realizar-se um novo diálogo com a historiografia acadêmica:

Meus senhores: uma Escola Normal, pelo menos uma em todo o Estado, era a aspiração máxima da gente mato-grossense. Era com bastante pesar que víamos, dia a dia, aumentar o número de matrículas, nos nossos grupos e nas nossas escolas primárias, de crianças que clamavam pela sua educação, enquanto que as mestras e os mestres improvisados, apenas conduzidos pelo bom senso, ascendiam à cátedra para exercerem a difícil e espinhosa missão do magistério. [...] Não condeno [...] a boa vontade, a abnegação e o heroísmo dessas professoras que, sem preparo necessário, tomaram sobre seus ombros tão difícil empreendimento. Louvo-as,

aplaudo-as, cumprimento-as, mas condeno o gesto dos governos passados que, sob a desculpa de reformarem o ensino normal no Estado, fecharam as escolas existentes, com grande prejuízo para a nossa infância, para os nossos filhos. (RODRIGUES, 1949, p. 11).

O trecho acima traz uma grande carga de “encantamento” por parte de José Barbosa Rodrigues, especialmente porque enaltece Arnaldo Estevão de Figueiredo como um governador atento às questões educacionais da época. “Esse chefe de governo que vem amparando tão carinhosamente o nosso ensino, deve, mais uma vez, ser lembrado nesta solenidade [...]”. (RODRIGUES, 1949, p. 11).

De acordo com Oliveira e Rodríguez (2009), o governador Fernando Corrêa da Costa apresentou à Assembleia Legislativa, no ano de 1953, um relatório que trazia os investimentos feitos em prédios escolares desde 1946, o qual apresentava dados que iam contra o discurso de José Barbosa Rodrigues com relação aos direcionamentos de Arnaldo Estevão de Figueiredo, para um ensino de qualidade, uma vez que, de acordo com o documento, este não havia investido o necessário na educação.

Após essas breves discussões, fica evidente o motivo pelo qual é indispensável a análise crítica das narrativas de memorialistas. Por mais que esses autores sejam também personagens das histórias que deixam registradas, podem ter seu discurso e concepções influenciados por ideologias políticas, as quais nem sempre apresentam a realidade integral dos fatos retratados.

No livro “*História de Campo Grande*” (1980), o único relato sobre a educação aparece no subtítulo “O primeiro mestre”, em que o memorialista apresenta a história de José Rodrigues Benfica que, de acordo com a obra,

[...] cumpria satisfatoriamente a sua missão [...] possuía, segundo um de seus alunos que com ele aprendera as primeiras letras, coração magnânimo e uma alma boa, apesar da severidade dos seus traços fisionômicos que infundiam respeito e veneração. [...] os mais destacados cidadãos da Freguesia resolveram, por meio de um abaixo assinado promover uma subscrição para que José Rodrigues Benfica aqui permanecesse. [...] No final desse documento, [...] vinham as seguintes assinaturas: **Manoel Joaquim de Carvalho**, [...] **Bernardo F. Baís**, [...] **Manoel da Costa Lima**, [...] Graças a depoimento de **João Evangelista de Almeida**, que fora seu aluno, José Rodrigues Benfica, [...] faleceu a 4 de setembro de 1905, na

fazenda “Correntes”, [...] sendo sepultado, a seu próprio pedido, às margens do riacho do mesmo nome. [...] Mais tarde, o então prefeito municipal Dr. Wilson Barbosa Martins, tendo construído moderno estabelecimento de ensino primário, localizado à Rua dos Barbosas, fez de Benfica o seu patrono [...]. (RODRIGUES, 1980, p. 63-65, grifo nosso).

Considera-se pertinente trazer esse excerto, pois José Barbosa Rodrigues evidencia, na introdução, que a obra foi resultado de mais de vinte anos de pesquisas em diversas fontes e registros, a fim de recuperar partes da história campo-grandense, perdidas ao longo do tempo e das reformas na Biblioteca Municipal.

Os nomes destacados revelam personalidades que conheceram e aprovaram a postura pessoal e profissional de José Rodrigues Benfica e sua relevância como primeiro alfabetizador da capital sul-mato-grossense. Muitos desses nomes são reconhecidos como importantes personalidades em Campo Grande.

Essas pessoas, inegavelmente, atribuíam ao mestre em questão reconhecimento e gratidão por sua tarefa de alfabetizar seus filhos, o que pode ser percebido pela iniciativa do abaixo-assinado. Isto retrata, ainda, o valor que era atribuído ao papel do professor na época.

Por fim, o último relato de José Barbosa Rodrigues sobre escolas, infelizmente, aparece de forma breve. É um tópico quantitativo, em que ele apresenta números de alunos matriculados em cursos preparatórios, estabelecimentos de ensino, entre outros. O título da última obra analisada é “*Campo Grande, meu amor – resumo histórico e geográfico do município*”.

Na primeira edição, impressa em 1979, e na segunda, de 1981, o autor explana dados mais exatos, sendo uma espécie de propaganda da cidade. Não há uma abordagem detalhada sobre os mestres e escolas, objeto do presente estudo:

Campo Grande é considerado como um dos Municípios mais alfabetizados do interior do Brasil. [...] Além de escolas particulares, isoladas e rurais, vários estabelecimentos escolares municipais e estaduais integram a rede de ensino de 1º e 2º graus. Aproximadamente 25.000 alunos frequentam os cursos preparatórios. O ensino médio é ministrado em 22 estabelecimentos particulares e públicos, estes mantidos ou pelo Estado ou pelo Município. O ensino normal conta com 4 escolas. O ensino superior é ministrado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS),

pelas Faculdades Unidades Católicas de Mato Grosso (FUCMT) e pelo Centro de Ensino Superior (CESUP), com um total de 17 Faculdades frequentadas por mais de 4.000 acadêmicos. A supervisão do ensino está afeta às Secretarias de Educação e Cultura do Estado e do Município. Escolas profissionais e especializadas são representadas pelas do SENAI, SESC-SENAC, SESI e Escola Profissional 26 de agosto, além de estabelecimentos particulares de corte e costura, pintura, balet, judô, etc. (RODRIGUES, 1981, p. 29).

Como se pode observar, o capítulo intitulado “*Educação*” é bastante breve e traz a situação da capital, na época, em relação aos aspectos gerais desse campo. Portanto, a última obra analisada diferencia-se das anteriores na linguagem apresentada.

Nesse aspecto, no que tange aos registros de José Barbosa Rodrigues, ao produzir obras caracterizadas por um discurso memorialista e com grande carga de impressões pessoais e fatos históricos vivenciados, ele também se preocupou em enfatizar características gerais de Campo Grande, no intuito de destacar os motivos por admirar a cidade que o acolheu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com fontes da historiografia memorialística é um desafio que deve ser cumprido com grande cautela e suporte científico, especialmente porque precisam ser lidas à luz da historiografia acadêmica. Com relação às obras de José Barbosa Rodrigues - ainda que o memorialista não tenha como foco mestres e escolas - mostraram-se uma relevante fonte de informações.

A Escola Normal Joaquim Murinho é focalizada não apenas pela memorialística, mas também na produção acadêmica, especialmente em Oliveira e Rodrigues (2009), quando detalharam um panorama da realidade social e política do período em que o memorialista lecionou na instituição, trazendo, inclusive, discursos de documentos oficiais.

Com relação às análises feitas nas obras de José Barbosa Rodrigues, estas se mostraram fontes de contribuições, especialmente com relação a José Rodrigues Benfica, que não aparece na historiografia acadêmica.

Após as leituras na historiografia memorialística de José Barbosa Rodrigues, captaram-se elementos confirmados e contrapostos pela historiografia acadêmica. Constatou-se, nesse aspecto, que, ao mesmo tempo em que os memorialistas trazem relatos enriquecedores, também são influenciados por percepções pessoais e que, portanto, a

historiografia acadêmica tem como função permitir a análise crítica do pesquisador sobre as obras em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. *A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso (1870-1929)*. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Abdelmalek Sayad: imigração ou os paradoxos da alteridade. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. p. ____.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CENTENO, Carla Vilarmina. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DALAROSA, Adair Ângelo. Ciência, pesquisa e metodologia na universidade. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, 2000.

GONÇALVES, N. G.; GONÇALVES, S. A. *Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação no Brasil. In: Colóquio do Museu Pedagógico 3, 2003. Vitória da Conquista. *Anais...* Vitória da Conquista, 2003. Disponível em: <<http://www.cytron.org/pedagogia/Historia%20Ed/historia%20e%20historiografia.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. A escola normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950). In: FERRO, Olga Maria dos Reis. *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): História, historiografia, instituições escolares e fontes*. Campo Grande: UFMS, 2009.

OLMI, Alba. *Memória e Memórias*. Dimensões e perspectivas da Literatura Memorialista. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

RODRIGUES, José Barbosa. *Palavras de um professor*. Campo Grande: Livraria Rui Barbosa, 1949.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. Campo Grande, 1980.

RODRIGUES, José Barbosa. *Campo Grande, meu amor*. 2 ed. Campo Grande: Tip. Alvorada, 1981.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*. Campo Grande, MS: FUNCESP, 1999.

ROSA, Maria da Glória Sá. “Múcio Teixeira Junior: o mestre que chegou aos cem anos com a sabedoria dos que constroem a história”. 2002. *Personalidades – Série Campo Grande*, ano 4, Campo Grande: 41-55.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *A educação na literatura do século XIX*. Campinas/SP: Alínea, 2008.

CARTOGRAFIAS DE FAZERES HISTÓRICOS: AS REVISTAS O ARCHIVO (1904-1906) E DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO (1919-2010)

CARTOGRAPHIES FROM DOING HISTORICAL:
THE MAGAZINES THE ARCHIVE (1904-1906) AND
INSTITUTE OF HISTORY GROSSO (1919-2010)

João Antonio Botelho Lucidio¹

RESUMO: As trajetórias das diferentes experiências de produção de conhecimento histórico sobre o Mato Grosso é um tema pouco discutido entre historiadores. Quase nunca paramos para refletir sobre o nosso fazer. Cremos que muitos temem ferir suscetibilidades. Precisamos romper também com este (pré) conceito. Neste artigo propomos uma espécie de cartografia das ideias sobre os conhecimentos históricos publicados nas páginas de dois importantes veículos formadores de opinião e referência obrigatória para quem escreve sobre a nossa história. Para tanto, apresentamos uma reflexão crítica sobre a *Revista o Arquivo (1904-1906)* e a *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919-2010)*.

Palavras Chave: Historiografia. Mato Grosso. Revistas. Reflexão. crítica.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, doutor em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: jblucidio@hotmail.com

SUMMARY: The trajectories of the different experiences of production of historical knowledge about the Mato Grosso is a little discussed topic among historians. Almost never stop to reflect on our doing. We believe that many fear hurt feelings. We also need to break this (pre) concept. In this paper we propose a kind of mapping of ideas about historical knowledge published in the pages of two major vehicles of opinion formers and mandatory for anyone who writes about our history reference. Therefore, we present a critical reflection on the Magazine Archive (1904-1906) and the Journal of the Historical Institute of Mato Grosso (1919-2010).

Keywords: Historiography. Mato Grosso. Magazines. Reflection. Critique.

No estado de Mato Grosso, em temporalidades distintas, três instituições tomaram para si o encargo de guardar documentos da sua história: o Arquivo Público do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico e a Universidade Federal. Cada uma delas criou instrumentos para divulgar suas ações através da publicação de documentos. É bem verdade que, na maioria das vezes, não explicitaram sobre a origem do documento, não informaram se o mesmo já havia sido editado em outra ocasião e por investigadores com orientações teóricas e metodológicas distintas, finalmente, não justificavam os motivos de suas escolhas. Fazer a crítica interna e externa do documento também não foi usual.

Neste artigo pretendemos apresentar uma reflexão sobre a *Revista o Arquivo e a Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, dois periódicos onde se publicaram textos e fontes históricas sobre o Mato Grosso. De modo geral, as análises históricas que se têm feito sobre o Mato Grosso não discutem os limites dos documentos veiculados em tais periódicos. Os quais são usados, sem questionamentos, como fontes fidedignas.

Ao procedermos a uma leitura dos documentos publicados naquelas duas Revistas desconfiamos da existência de um conjunto documental que, ao longo do tempo, foram repetidamente (re) editados e que acabaram referenciados por quase todos os historiadores, o que levou por cristalizar muitas das leituras sobre o Mato Grosso do século XVIII. Queremos também discutir as escolhas do grupo de historiadores que se congregou a partir do Instituto Histórico de Mato Grosso, mesmo antes de sua fundação.

No âmbito local, a primeira experiência de divulgação de documentos referenciados como sendo da história mato-grossense apareceu em *O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos*

geographicos e históricos do Estado de Matto-Grosso, publicada sob os auspícios do governo estadual entre 1904 e 1906².

Dirigida por Estêvão de Mendonça e pelo então secretário do Presidente do Estado, Antonio Fernandes de Souza, a Revista *O Arquivo* contava com a colaboração de historiógrafos radicados em Cuiabá, muitos com passagens em cargos de direção pelo Arquivo Público. Anos depois da extinção da publicação da revista, grande parte daqueles homens encontrava-se entre os intelectuais que fundaram o Instituto Histórico de Mato Grosso. Aqui se aponta para uma continuidade das ações de um mesmo grupo ligado tanto ao Arquivo Público, como ao Instituto Histórico.

Na passagem do século XIX para o XX, face um novo projeto político, o regime republicano, o estado de Mato Grosso, vivenciava um momento de acentuada violência partidária em que grupos da elite local disputavam a hegemonia pelo poder³.

De um lado estava o usineiro Antonio (Totó) Paes de Barros e do outro o comerciante Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Enquanto o primeiro defendia as ideias modernizantes, tão em voga no do início do século XX, o segundo representava as forças mais conservadoras. Antonio Paes de Barros governou o Mato Grosso de 1903 a maio de 1906 quando, após resistir ao sítio da cidade de Cuiabá, por 15 dias, foi morto por seus adversários. Apesar de ser apresentado pelos seus oponentes como violento, seu governo, mostrou-se disposto a projetar uma visão positiva do Mato Grosso tanto para o Brasil, como para outros países na América e Europa⁴.

Num quadro de extrema violência política, qual o sentido de um governo, ainda que local, patrocinar uma revista destinada à divulgação documentos geográficos e históricos? Resta-nos indagar: até que ponto o fato de o Presidente do Estado patrocinar a Revista e, somado a isto, o fato de, após seu assassinato, seus adversários terem mandado vasculhar as casas, recolhido e queimando⁵, em praça pública, todos os exemplares

2 Vale lembrar que no âmbito mais geral a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) publicou artigos e documentos sobre a então província de Mato Grosso desde seu primeiro número datado de 1839. Assim, no seu volume inaugural, Tomo I, nº, 1 às páginas 21 a 44, se publicou o texto escrito do *Real Presídio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado, no ano de 1793*, intitulado: *História dos Índios Cavaleiros ou da nação Guaycurú*.

3 Sobre este período da conturbada historia política em Mato Grosso ver (PORTELA, 2009).

4 Em 1903 o Presidente do Estado (Antonio Paes de Barros) contratou e mandou vir do Rio Grande do Sul os fotógrafos Carlos e Rafael Ferrari para que fizessem um “Álbum Fotográfico” que seria uma espécie de cartão postal da capital dos mato-grossenses e que seria exibido na Exposição Internacional de Saint Louis – Louisiana – EUA em 1904. Ver (LUCÍDIO, 2008, p. 202).

5 Felizmente, de todos os números foram remetidos exemplares para o Rio de Janeiro e assim este importante trabalho não se perdeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem sob sua guarda uma coleção com 06 dos 07 números publicados e a Biblioteca Nacional – RJ possui o último volume de abril de 1906. Na década de 1990 foi feita uma edição fac-similar da mesma em um único volume intitulada: *REVISTA O ARQUIVO* (Coleção Fac-similar completa 1904-1906). Várzea Grande, Fundação Júlio Campos, 1993.

de *O Arquivo* encontrados em Cuiabá, não confere aos documentos ali publicados um caráter bastante ideológico. Queremos ainda registrar a ‘coincidência’ de, após o afastamento do grupo político conservador do poder, e da volta do grupo liberal que editava *O Arquivo*, se tenha criado o Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919.

Em novembro de 1904 veio a lume o primeiro número de *O Arquivo* e no seu artigo de abertura um dos editores, Antonio Fernandes de Souza, defendia a necessidade de se criar em Mato Grosso um Instituto Histórico e Geográfico e indicava com clareza qual seria a finalidade da revista que se inaugurava:

Com o fim especial de publicar todos e quaisquer documentos relativos à geographia e história de nosso Esttado, como sejam memorias, chronicas, relatórios, roteiros e mais documentos deixados pelos nossos antepassados, offerecendo assim, valiosa contribuição para a reconstituição da história de nosso paiz. (SOUZA, Anno I, volume I, 1904).

A revista circulou entre novembro de 1904 e abril de 1906 e foram editados 07 números.

Começamos, então, pela leitura dos artigos e dos documentos publicados em *O Arquivo*. De saída, podemos afirmar que as temáticas ali abordadas não diferiam muito daquelas que se publicava em revistas congêneres, como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por exemplo. Com relação aos documentos, os temas que receberam maior destaque foram as fronteiras externas, a guerra com o Paraguai, a administração da Província no regime imperial, referências aos indígenas, além de relatórios e diários de expedições aos rios Xingu e Araguaia, áreas até então pouco conhecidas dos sertões de Mato Grosso.

Quanto à transcrição de documentos do período colonial, a escolha recaiu sobre um dos *Livros da Governadoria*, à época intitulado *Livro de Registros e Cartas Régias do Arquivo da Secretaria de Governo*. Hoje, este documento continua sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso sob a seguinte referência: *Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registro de Instruções e Cartas Recebidas - Governo D. Antonio Rollim de Moura. Livro C-18. Estante-01*⁶.

6 Ao atribuir esse Livro ao governo de Antonio Rolim de Moura o responsável pela reorganização e catalogação do mesmo no Arquivo Público de Mato Grosso parece não ter entendido o teor dos documentos que constam nesse Livro. Na verdade os primeiros documentos ali copiados tratam de uma série de Instruções passadas ao primeiro governador da capitania D. Antonio Rolim de Moura (1748/1764) e reproduzidas por ordem do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro para orientar a administração do quarto governador Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772/1788). Os demais documentos que ali constam pertencem a administração do último governante.

A opção foi publicar os documentos do governo Luiz de Albuquerque e se começou pela “Instrução com que Sua Mag.^c mandou passar à Capitania de Matto Grosso o Il^{mo} e Ex^{mo} Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Cap^m. General della’ que ele recebeu do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro”. As Instruções vieram acompanhadas de cópias de 15 cartas endereçadas aos governadores Rolim de Moura e João Pedro da Câmara e seriam uma espécie de guia de todas as instruções que aqueles governantes teriam recebido de Sebastião José de Carvalho e Mello, mais conhecido como o Marquês de Pombal⁷.

Nas palavras do Secretário de Estado de Ultramar, Martinho de Mello e Castro:

[...] nas diferentes Cartas de Officio que lhes foram dirigidas desde o anno de 1757 por diante: E como nellas seacha estabelecido o Systema fundamental, que hojeforma o Governo Politico, Militar, e Civil de toda a America Portugueza, aplicado acada huma das Capitancias daquelle continente, segundo asituaçao, ecircunstancia de cada huma dellas; será todo oobjecto destas Instrucçoens, substanciar o queha demais importante nas referidas Cartas e Officios, que contém Negocios publicos; e juntar aqui por copias cada huma das mesmas Cartas, e seus Documentos.⁸

Todas as cartas e ofícios acima referidos tratavam de duas temáticas expressas no perigo representado pelos espanhóis na fronteira a ser definida ao longo dos rios Guaporé e Madeira, tanto pelo governo civil como o religioso, ainda a cargo dos jesuítas.

Por que a preferência por esse Livro e não outro? Afinal, existem mais de 70 Livros onde se registraram as ações de governadores e capitães-generais das capitânicas de São Paulo e depois do Mato Grosso que poderiam ser publicados? Os editores da Revista não explicitaram suas escolhas por este ou aquele documento. Partícipes de uma concepção de história em que a necessidade de se elucidar as origens da ocupação não indígena do Cuiabá era tão presente por que se começar publicando fontes que remontam ao ano de 1771 e não aquelas que recuperariam os primeiros anos da capital dos mato-grossenses?

7 Outros historiadores têm o mesmo entendimento sobre tal conjunto documental ver: (ARAÚJO, 2012, p. 63 e sgs.).

8 Carta escrita pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro ao Governador da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 13 de Agosto de 1771. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro C-18. Estante-01.

A hipótese que levantamos é que a escolha teve a ver com questões relacionadas à delimitação das fronteiras brasileira, em litígio desde o período colonial, mas só definidas na primeira década do século XX.

A leitura dos documentos publicados deixa claro que se quis dar a conhecer a discussão sobre as fronteiras com a vizinha república da Bolívia – com quem o Brasil travava, à época, mais um litígio na demarcação das fronteiras, que culminou com a anexação do território do Acre e a cedência de uma mínima fração do território mato-grossense à Bolívia⁹. Ao mesmo tempo, publicar a documentação referente aos jesuítas pode ser uma forma de demonstrar que, no século XVIII, o embate maior teria sido entre a coroa portuguesa e os missionários da Companhia de Jesus, e menos com o governo de Espanha ou com as forças civis militares das províncias do Paraguai, Mochos e Chiquitos – principal faixa linceira entre e a Bolívia e o Brasil.

No caso específico das relações entre Brasil e Bolívia, foram dois os tratados assinados na segunda metade do século XIX, mas somente em 17 de Novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, a questão foi definida. Se no plano nacional o citado Tratado, negociado pelo Barão do Rio Branco, foi muito celebrado, porém, no âmbito do estado de Mato Grosso isto não aconteceu.

Muito inspirado no Tratado de Limites de 1750, o Tratado de Petrópolis fundamentava-se em dois argumentos o do *uti possidetis* e da *troca de territórios equivalentes*. Ao final das contas, a Bolívia cedeu para o Brasil 191.008 km², que deu origem ao atual estado do Acre; e o Brasil cedeu à Bolívia 3.163,5 km², dos quais, 867,5 km² saíram de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1926, p. 148 e sgs).¹⁰

Nessa conjuntura, talvez, não seja por acaso que os documentos sobre as fronteiras no período colonial, publicados em *O Arquivo*, refiram-se às ações dos governadores Antonio Rolim de Moura (1748-1764) e Luiz de Albuquerque (1772-1788), épocas de vigência dos Tratados de Limites de 1750 (Madri) e de Santo Ildefonso, de 1777. Inconformados em perder uma porção de seu solo os mato-grossenses sentiram-se desrespeitados pelo governo federal e defendiam que se mantivessem os limites definidos no século XVIII.

9 A questão das fronteiras externas do espaço territorial que viria a ser o Brasil começara a ser definida pelo Tratado de Limites de 1750 (Tratado de Madrid), se arrastou por todo o período colonial e Imperial e só teve termo na primeira década do século XX, já sob a égide do regime republicano.

10 Do que se lê o autor continuava a reclamar, passados mais de vinte anos, que o seu estado havia sido lesado pelo Tratado de Petrópolis e que não tinha recebido qualquer compensação financeira – sequer a ferrovia prometida havia chegado a capital Cuiabá. Em 1930 Corrêa Filho ainda escreveria uma série de artigos sobre este tema para o *Jornal do Comercio do Rio de Janeiro* e que depois foram publicados sob o título: *Tratados com a Bolívia*.

Na *Revista O Arquivo*, duas outras temáticas foram muito ilustradas pela divulgação de documentos: a Rusga e a Guerra com o Paraguai, ambos episódios ocorridos no regime imperial. A Rusga foi um movimento político sucedido em 1834 e foi apropriado pela historiografia local como o marco de tomada do poder, pelos cuiabanos, aos portugueses¹¹. Por sua vez, a Guerra com o Paraguai representaria mais um grande momento de sofrimento e heroicidade dos cuiabanos que, com seus esforços, abnegações e mortes, conseguiram assegurar e preservar a integridade do território nacional brasileiro. Além disso, se publicou ali relatos de várias das expedições de reconhecimento dos sertões de Mato Grosso ocorridas no século XIX.

Após o fim do governo de Antonio (Totó) Paes de Barros e da queima dos exemplares de *O Arquivo*, se passaria mais de uma década até que uma nova instituição fosse organizada para ser porta-voz da história em Mato Grosso.

O Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) foi fundado no dia primeiro de Janeiro de 1919 e, segundo consta na ‘Ata de Fundação’, tal acontecimento fazia parte do conjunto de ações preparadas para abrilhantar as comemorações dos 200 anos de Cuiabá. Politicamente, o momento era auspicioso e o próprio Presidente do Estado, que também era o Bispo da capital, foi eleito seu primeiro presidente. Desde então, caberia aos presidentes/governadores do Estado o lugar de Presidente de Honra do IHMT.

O advogado Estevão de Mendonça foi quem redigiu o Estatuto da nova instituição que se criava e também participou da sua primeira diretoria como 2º Vice-presidente, cabendo o cargo de 2º Secretário a Antonio Fernandes de Souza, ambos haviam sido diretores da *Revista O Arquivo* (1904-06)¹².

A festa de instalação do IHMT, entretanto, só ocorreria a 08 de Abril, data que se comemorava o bicentenário da cidade, e contou com a presença de todas as autoridades civis, eclesiásticas e militares do Estado. Na sessão inaugural foi, também, lançado o primeiro número da sua Revista.

11 Uma reflexão crítica bastante elaborada sobre as diferentes versões dada ao movimento político denominado de Rusga foi realizada por Siqueira (1992). Durante a primeira metade do século XX prevaleceu a versão que apresentava a Rusga como o marco de tomada de poder dos cuiabanos aos portugueses radicados na capital da província de Mato Grosso. Ou seja, o momento da independência do povo mato-grossense do jugo colonial português.

12 *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. ‘Acta de fundação do Instituto Histórico de Matto Grosso’, Ano I, Tomo I, 1919, pp. 5 a 7. O artigo primeiro dos “Estatutos do Instituto” reza que: “O Instituto Histórico de Matto Grosso tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes à história, geographia e archeologia de Mato Grosso, bem como à ethonografia dos seus indígenas e a biographia de seus homens ilustres”.

A *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso* foi publicada ininterruptamente de 1919 a 1955. Deixou de circular por vinte anos, entre 1955 e 1975, sendo retomada naquele ano e, com regularidade peculiar, continua a ser editada até os dias atuais (2014). Interessa-nos, em particular, a fase de 1919 a 1955, quando fazia parte de sua linha editorial a publicação de “documentos históricos”.

No artigo que abre seu primeiro número, intitulado *A Revista*, o presidente do Instituto Histórico, Dom Aquino Corrêa, indica de modo bastante claro o que seria veiculado em suas páginas:

Está a Revista, fadada a ser arquivo e escrínio da história, da geographia, da ethnographia, da archeologia do Estado... local para a publicação dos Anaes do Senado da Câmara do Cuyabá e as interessantes chronicas primevas... os valiosos estudos das várias comissões científicas, sob a chefia de um Ricardo Franco, de um Barão de Maracajú, de Alexandre Rodrigues Ferreira, Luiz D’Alincourt, de Augusto Leverger, que bem personificam a sciência. Lembrem-se por fim, as numerosas expedições de sábios estrangeiros que nos tem visitado... Surja, pois, esta Revista como a arca salvadora de todas as preciosidades da nossa civilização. Seja esta Revista um como sacrário, em que vivam e nos falem as tradições gloriosas do nosso povo. (*Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, 1919, p. 2 e 3).

Apesar da fala de seu presidente citar um conjunto significativo de possibilidades de fontes, a *Revista* publicou um número bastante limitado delas. Duas temáticas foram especialmente perseguidas: a projeção de Cuiabá como o polo mais importante de Mato Grosso desde os tempos coloniais e, portanto, o lugar de onde se deveria emanar o poder, e a questão das fronteiras internas, em especial com o vizinho estado de Goiás.

O esforço de construção de uma imagem positiva de Cuiabá e de sua elite política e econômica no “bronze da história” pode ser visualizado na publicação dos *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá* e do *Roteiro da navegação do Rio Paraguai desde a foz do rio Sipotuba até a do São Lourenço*, pelo Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial Augusto Leverger, que ocuparam as páginas de vários números da *Revista*¹³.

13 Os *Annaes do Cuyabá (1719-1830)*, ao contrário dos *Annaes de Vila Bela da Santíssima Trindade*, foram escritos somente a partir de 1786 e conforme reza na sua segunda página foi utilizado para o período anterior a 1765 o texto escrito pelo advogado José Barbosa de Sá intitulado ‘Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos’ e, para os anos entre 1766 e 1786 foram usadas as memórias dos moradores antigos e a escritura do texto se deve ao vereador Joaquim da Costa Siqueira. Depois, nos anos subsequentes, escreveram outros segundos vereadores. Vale ressaltar ainda que estes *Anais do Cuyabá*, foram impressos parcialmente pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, 1898-1899, pp.4-217, com uma apresentação de Antonio Piza e recebeu o título de *Cronicas do Cuiabá*.

Outro dado que denota a preferência em ressaltar a hegemonia cuiabana é a prevalência de documentos do período imperial – quando Cuiabá substituiu Vila Bela como capital da Província – sendo os episódios mais divulgados a Rusga e a Guerra com o Paraguai, tendência já verificada em *O Arquivo*. Sobre o período colonial, optou-se pela fase em que os governadores moraram em Cuiabá, ainda que Vila Bela fosse a capital, o que aconteceu a partir dos anos de 1800. Ao mesmo tempo um grupo de intelectuais cuidava de elaborar genealogias e biografias de suas famílias e homens ilustres.

Do grande volume de documentos que existe sobre o Mato Grosso no período colonial, apenas foram publicados os que tratam das fronteiras com Goiás¹⁴. O segundo volume da *Revista* foi quase todo ele dedicado a tal tema. A preocupação em resolver tais pendências estava vinculada a um pedido do governo da União que solicitou aos estados federados do Brasil que, em face da aproximação das comemorações do centenário do 7 de Setembro de 1822, se definissem as questões de limites entre os estados.

Do conjunto de comemorações previstas, estava a publicação da *Carta Geral do Brazil* e a resolução das questões sobre os limites entre estados litigantes, como forma de se passar para ao exterior a imagem de uma nação coesa e forte. Com esse espírito, em Setembro de 1919, ocorreu em Belo Horizonte (MG), o *Sexto Congresso Brasileiro de Geografia*. Fórum onde seriam sanados, de forma pacífica e definitiva, os assuntos referentes às fronteiras no âmbito dos estados federados do Brasil.

Para enfrentar “pacificamente” a questão com Goiás, o Presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa, nomeou uma comissão composta pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, o advogado Dr. João Barbosa de Faria e o Senador da República Antonio F. de Azeredo. No ofício que instruía o Senador Azeredo a respeito do tema, foram destacados três tópicos essenciais: “I) Os limites entre Mato Grosso e Goiás nunca foram legalmente fixados; II) Mato Grosso tem mantido a posse mansa, pacífica e ininterrupta em toda a região pretendida por Goiás; e III) A sobredita posse mantida, pelo estado de Mato Grosso, constituía um legítimo *Uti Possidetis*, que firma o seu direito em toda a região ocupada” (CORRÊA, 1919, p. 13-25).

14 Já no primeiro número da Revista encontramos sobre o tema o seguinte artigo CORRÊA, Philogônio de Paula. “Limites de Matto-Grosso com Goiaz. (Artigos escriptos pelo Professor Philogônio Corrêa, de accordo com os dados colhidos no trabalho do General F.R. de Mello Rego – Limites de Goiaz com Matto-Grosso, no Relatório apresentado à Assembleia de Matto-Grosso pelo Presidente Dr. João José Pedrosa, em 1879 e em muitos officios e mensagens de Governadores e Presidentes d’este Estado, leis goianas, etc.)”. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Anno I, Tomo I – 1919, p. 77-87. Nos anos e números seguintes (1920 a 1925) foram publicados uma série de artigos por João Barbosa de Faria intitulados: *Limites Orientaes de Matto-Grosso*, ao todo sua reflexão soma cerca de 290 páginas sobre o tema.

Na sequência são transcritos/publicados cinquenta e sete documentos que tratam do tema, cobrindo o período de 1748 a 1919, dos quais apenas nove documentos são do século XVIII, mas é importante frisar que os mesmos foram apresentados como uma forma de ressaltar a incapacidade dos capitães-generais de equacionar o problema.

Interessa-nos averiguar a hipótese dos documentos selecionados apontarem para uma leitura negativa do período em que o governo da capitania de Mato Grosso estava na Vila Bela e não no Cuiabá. Acreditamos que foi a partir dessas escolhas que se decidiu preterir da história de Mato Grosso personagens como os governadores e capitães gerais João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Souza Coutinho. Talvez não seja acaso que, da vastíssima documentação do primeiro governador da capitania, Dom Antonio Rolim de Moura, apenas dois documentos tenham sido publicados na Revista¹⁵.

Ainda sobre a Revista (o periódico), gostaríamos de chamar a atenção para duas ausências. Em 1948, a capitania de Mato Grosso completou 200 anos de criação e, bem ao estilo do pensamento que norteava as ações da casa, era de se esperar que o Instituto Histórico comemorasse aquela data, o que de fato não aconteceu. No número de 1948, alusivo ao tema, apenas se publicou o *Discurso pelo Instituto Histórico de Mato-Grosso na Sessão Solene que comemorou o bi-centenário da Capitania de Mato-Grosso*, proferido por Philogonio de Paula Corrêa e um pequeníssimo artigo, de seis páginas, de Gervásio Leite, intitulado *Criação da Capitania de Mato Grosso*.

Para coroar as ausências, resta comentar que em 1752, ano do bi-centenário de fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a *Revista* publicou apenas um artigo sobre a primeira capital de Mato Grosso, de autor que sequer era mato-grossense (MELLO, 1951 e 1952, p. 97-113). No mesmo volume, talvez não por coincidência, Rubens de Mendonça, um dos próceres da ideia da cuiabania¹⁶, com um

15 Os documentos que nos referimos foram: "PATENTE de D. Antonio Rolim de Moura e Instrução ao mesmo Governador. Documentação Histórica". In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Anos XVIII e XIX, Tomos XXXV-XXXVIII – 1936-1937, p. 175-195. Vale ressaltar que esses mesmos documentos já haviam sido já publicados: "INSTRUCÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, ANO, p. 381 – 390; "INSTRUCÇÕES para o Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, ANO, p. 391-393; PATENTE de D. Antonio Rolim de Moura de Governador e Capitão-General de Mato-Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, ANO, p. 395 – 398. Vale lembrar que os Governadores e Capitães Gerais João Pedro da Câmara e Luiz Pinto de Sousa Coutinho e mesmo Luís de Albuquerque são praticamente esquecidos nas páginas da Revista do IHMT.

16 A partir dos anos da década de 1970 o estado de Mato Grosso passou pela mais espetacular experiência de migrações internas que o Brasil vivenciou. Em pouco mais de dez anos sua população pulou da cifra dos milhares para a dos milhões. Em cerca de vinte anos a população de Cuiabá que era de 50 mil alcançou os 500 mil habitantes. Atemorizados e ávidos pelo poder a elite política e intelectual de Cuiabá lançou mão de vários expedientes para se manter no centro das decisões. Uma das estratégias para enfrentar os migrantes foi recuperar no passado um conjunto de manifestações que, somadas, dariam identidade aos moradores de Cuiabá. Este movimento de busca e releitura de algumas manifestações e divulgação das chamadas *tradições populares* se autodenominou de *Cuiabania*.

texto que ocupava sessenta e sete páginas, lançava o *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá*.

O que estamos defendendo é que a Revista publicada pelo Instituto Histórico de Mato Grosso é um veículo bastante importante para se acompanhar de que modo o primeiro colégio de historiógrafos, que se congregou no estado, construiu uma versão da história que colocava Cuiabá e seus moradores mais abastados como seus protagonistas. A estratégia utilizada foi a de esquecer e não de enfrentar. Enquanto os acontecimentos ocorridos tendo Cuiabá por epicentro foram valorizados, as demais áreas da capitania/província e depois estado de Mato Grosso, foram ‘negligenciados’.

Nas páginas da *Revista* não encontramos uma única matéria sobre as muitas experiências de ocupação do território mato-grossense. Na *Revista* há pouco espaço seja para aqueles que se estabeleceram na sua parte sul¹⁷ – que na década de 1970 deu origem ao estado do Mato Grosso do Sul; seja para os moradores de sua porção oeste – os antigos arraiais de mineração – e Vila Bela, sua primeira capital.

Nas páginas da *Revista* não localizamos tensões ou conflitos entre os diversos grupos que habitaram o Mato Grosso. A estratégia de negar a existência de um “outro” interno, além das dissensões entre a elite, foi muito perversa, pois alijou completamente da história índios, negros e homens pobres livres¹⁸. Por sua vez, o outro, o “inimigo” externo escolhido foi o vizinho estado de Goiás e não os países fronteiriços – Paraguai e Bolívia. Deste modo, é preciso ler com muito cuidado não só os artigos, como também os documentos que foram ali publicados ao longo do tempo.

Como já foi dito, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicada de 1919 aos dias atuais, teve dois momentos. O primeiro deles foi de 1919 a 1955 – essa fase pode ser considerada como a de construção, consolidação e hegemonia de uma versão da

17 Sobre a ocupação do planalto sul mato-grossense por populações de origem não indígena ver (LUCIDIO, 1993). Desde a última década do século XIX e ao longo da primeira metade da centúria seguinte os homens radicados no sul do estado começaram os questionamentos sobre a autoridade emanada de Cuiabá. Apesar desse fato, foram publicadas apenas três referências sobre o sul de Mato Grosso na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Um documento e um artigo sobre Sant’Ana do Paranaíba – área disputada com Goiás, portanto, uma forma de comprovar a ocupação do espaço; e um artigo sobre Ponta Porã – região onde na década de 1940 o governo da União criou um Território Federal autônomo o que, mais uma vez, ameaçava a integridade física do território mato-grossense.

18 Também se negou nas páginas da *Revista* os processos de migração ocorridos no Mato Grosso. Desde que a *Revista* começou a ser editada o estado vivenciava uma nova experiência migratória com a descoberta e exploração de riquíssimas jazidas de diamantes, cerca 300 km a leste de Cuiabá – a ocupação por mineiros, goianos, baianos e maranhenses das terras dos vales do São Lourenço (rio Vermelho) do rio Araguaia (rio Garças). Apesar desta territorialidade também ser de litígio com Goiás, não há um único texto ou documento publicado na *Revista* sobre os acontecimentos ali ocorridos. Talvez os cuiabanos não quisessem aguçar a cobiça dos goianos sobre os diamantes. Um excelente trabalho sobre a ocupação daquele espaço é o de Guimarães Neto (2006).

história de Mato Grosso que colocava Cuiabá e sua elite como os protagonistas da história, e, portanto, era natural que o poder emanasse daquele espaço.

Durante vinte anos (1955 a 1975) a Revista deixou de ser publicada.

O segundo momento iniciou-se na década de 1970, quando o poder emanado de Cuiabá e de sua elite foram dura e violentamente atacados, a ponto de se dividir o estado em 1977. Diante da ameaça trazida pelos novos e modernos tempos, em 1975, a Revista voltou a ser editada com um discurso mais permissivo e também de cunho saudosista. As “tradições cuiabanas” passaram a ser vistas como ameaçadas pelas levas de milhares e milhares de migrantes. As alianças foram refeitas e o povo e sua cultura, antes tidos como *bárbaros* e sem *civilidade*, passaram a ser valorizados e/ou folclorizados.

A nova fase da *Revista*, fosse por uma opção editorial, fosse um sinal de outros tempos, deixou de privilegiar a publicação de documentos. Assim, no final dos anos de 1990, por iniciativa de alguns associados, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso lançou a Coleção Publicações Avulsas¹⁹, Coletânea que contemplava desde textos atuais sobre aspectos da história de Mato Grosso, a reedição de livros esgotados de antigos dos sócios do Instituto, reedições de documentos e edição de documentos inéditos – no sentido de ainda não publicados. Ao todo, entre 1997 e 2006, foram editados 68 volumes e destes, alguns, contém várias obras raras como é o caso das *Monografias Cuiabanas* de Virgílio Corrêa Filho, com alguns títulos esgotados desde a década de 1920²⁰.

A Coleção Publicações Avulsas teve entre seus méritos, o de trazer a lume documentos do século XVIII ao XX e, na medida do possível, contemplou as diferentes experiências de ocupação que o Mato Grosso vivenciou ao longo do tempo. No caso do período colonial, que nos interessa mais de perto, se publicou vinte e seis volumes, e a novidade

19 Vale ressaltar que entre 1996 e 2002 foi retomada a prática de se continuar a publicar documentos sobre aspectos da história em Mato Grosso. Entretanto, de 2003 a 2008 a Revista não mais contemplou tal iniciativa. Deve-se se esclarecer ainda que à época do retorno das publicações de documentos os sócios efetivos Paulo Pitaluga Costa e Silva e Elizabeth Madureira Siqueira estava à frente da Revista, da Coleção Publicações Avulsas, como também faziam parte da Diretoria do Instituto Histórico de Mato Grosso.

20 A série *Monografias Cuiabanas* é composta por sete obras escritas durante a fase em que o autor vivia em Cuiabá e desempenhava a função de Secretário Geral do Estado e os títulos das obras são: *Questões de ensino* (1925); *Evolução do erário* (1925); *À cata de ouro e de diamantes* (1926); *À sombra dos hervaes mato-grossenses* (1926); *Indústrias mato-grossenses* (1945); *A propósito do boi pantaneiro* (1926); *Considerações acerca da peste de cadeiras* (1927).

está nos oito volumes²¹ apenas de transcrição de documentos e outros seis de análises históricas que contemplam a região do Guaporé e Vila Bela. É bem verdade que a maioria dos documentos já havia sido veiculada²² em periódicos fora de Mato Grosso, mas, de qualquer modo, a sua reedição facilita o acesso aos mesmos no âmbito regional.

Entretanto, há algumas limitações e sempre é bom chamarmos a atenção para elas.

A primeira e mais importante reside na falta de informações sobre os documentos publicados. Para exemplificar, tomemos o caso da obra ‘Compêndio Histórico Cronológico das Notícias do Cuiabá’, de Joaquim da Costa Siqueira²³. Esse documento havia sido publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1850 – a partir de um manuscrito ofertado pelo sócio correspondente Francisco Adolpho Varnhagen²⁴.

Pois bem, ao se ler a edição de 2002, supramencionada, um problema grave é a falta de informação ao leitor sobre a história e a trajetória do documento até aquela data. Segundo Joaquim da Costa Siqueira, “O que escrevi neste Compendio foi unicamente o que pude colher dos Annaes das memorias chronologicas da câmara d’esta villa”²⁵. Ou seja, o autor afirma que se apropriou das informações de um documento oficial produzido a partir de uma ordem real e

21 Destes oito volumes uns trazem apenas um documento e em outros se transcreveu mais de um documento. Por exemplo, PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as Primeiras Expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 39), nos brinda com três diferentes documentos sobre o mesmo tema. Já em FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 22) publica-se apenas um documento.

22 Do que conhecemos podemos afirmar que apenas dois volumes trazem documentos sobre os quais não temos notícias de publicação em outros periódicos e são eles: INSTRUÇÕES AOS CAPITÃES-GERAIS. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 27); e MELLO, Francisco Pedro de. *Diário da Diligência...* que por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de destruir vários quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 24).

23 SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio Histórico Cronológico das Notícias do Cuiabá*. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 54).

24 Esta cópia manuscrita encontra-se hoje sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com as seguintes anotações: Título – *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde o principio do ano de 1778, extraído dos anais da comarca desta vila*; 131p. Consta na lombada: *Documentos históricos, 1773-1817*. Possui o carimbo da Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Cópia oferecida ao IHGB pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen. – Catálogo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional – RJ.

25 SIQUEIRA, Joaquim da Costa. “Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde o principio do ano de 1778 até o fim do anno de 1817”. In: *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série, Tomo VI, Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1850, pp. 5 a 124. Este texto voltou a ser publicado na segunda edição da Revista Trimestral datada de 1872, pp. 5 a 135. Considerando que ele foi extraído do texto dos *Annaes da Vila do Cuiabá*, aprovado pelo Senado da Câmara daquela vila, ele deveria também ser cotejado com a edição dos *Annaes* feita pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, 1898-1899, pp.4-217, com um terceiro pré-título: *Cronicas do Cuiaba*. Ou ainda com os manuscritos dos *Annaes do Senado da Câmara*, cujo título original é: “*Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento*” – documento sob a guarda o Arquivo Público de Mato Grosso.

tal informação não é ressaltada e sequer comentada pelos editores²⁶. Quanto à atualização ortográfica, foi corrompida por muitos erros de impressão.

Na Coleção se publicou ainda *Cronicas do Cuiabá*, de Joaquim da Costa Siqueira, que é, também, um texto “adaptado” dos *Annaes do Senado da Camara do Cuiabá*²⁷. Dado importante que foi esquecido de ser comentado na edição das Publicações Avulsas é o fato de Joaquim da Costa Siqueira ser, à época em que se deu início à escritura dos *Annaes* (1786), o segundo vereador e, portanto, ele era o responsável, legalmente constituído, por redigir o texto dos *Annaes do Senado da Camara do Cuiabá*, que seria depois apreciado e aprovado pelos vereadores. Faz-se necessário esclarecer que ele aproveitou os escritos de Barbosa de Sá até o ano de 1765 e que dessa data para frente deve ter escrito a parte referente aos anos 1765 a 1786²⁸. É pena que documentos republicados em data tão recente não informe o leitor, já na apresentação da obra, que existe uma proximidade muito grande entre: os *Annaes do Senado da Camara do Cuiabá*, e os textos *Compêndio Histórico Cronológico das Noticias do Cuiabá* e *Cronicas do Cuiabá* de Joaquim da Costa Siqueira. Claro deve estar que tal ausência de

26 Provisão Régia expedida pelo Conselho Ultramarino em 20 de Julho de 1782. Ver cópia desta Provisão em: www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/benstombados/File/BIBLIOGRAFIA.

27 Vale ressaltar ainda que os *Annaes do Cuyabá* foram impressos parcialmente pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, 1898-1899, pp.4-217, com uma apresentação de Antonio Piza e recebeu o título de *Cronicas do Cuiabá*. Por sua vez os *Annaes do Senado da Camara do Cuiabá* foram publicados com este título em duas ocasiões: na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso do Tomo I aos Tomos XXXV-XXXVIII, correspondendo aos anos de 1919 a 1937; e pelo Arquivo Publico de Mato Grosso em 2007.

28 José Barbosa de Sá chegou à vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em fins da década de 1720 e, mesmo não sendo bacharel em Direito, conseguiu licença para advogar. Entretanto, ficou mais conhecido pelos escritos que deixou dos quais ficaram cópias os seguintes: “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até presentes tempos” (1765) e “Diálogos geográficos, políticos, cronológicos, naturais escritos nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá” (1769). O manuscrito primeiro dos *Dialogos Geograficos...*, possui 926 páginas e encontra-se sob a guarda da Biblioteca Pública do Porto (Portugal). No século XIX Francisco Adolfo Varnhagen mandou tirar dele uma cópia que foi condensada em 436 fôlios e que continua depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ). Esta última obra foi objeto de uma dissertação de mestrado na cidade do Porto/Portugal ver (GUIMARÃES, 2013) e a autora transcreveu o documento na íntegra. Já a primeira obra Barbosa de Sá foi apropriada com várias modificações e passou a constituir parte significativa da *Relação Cronologica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento* mais conhecido como *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá*; sendo publicada nos *Annaes da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro em 1901 e pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso em 1975. Quanto aos manuscritos da *Relação das povoações...* a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui as seguintes cópias: 1) SÁ, José Barbosa de. “Relação das povoações dos Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios the os presentes tempos” Memória sobre Mato Grosso. 1775, 134 fl.; Fundo/Coleção: Mato Grosso. [Cópia - Manuscrito Publicado nos Anais da Biblioteca Nacional]. II-36, 17, 11; 2) SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso desde seus princípios até os presentes tempos. [S.l.], 1775. 92 fl. Manuscrito. Consta notas: “Este escrito foi corrigido e ampliado pelo Dr. Juiz de Fora, Diogo de Toledo Lara Ordonhes, até 1787”; e “Copiado do original pelo Dr. Severiano da Fonseca”. Informações retiradas do C.E.H.B. Cóp. Ms. I-31, 19, 015; e 3) [SÁ, José Barbosa de]. RELAÇÃO DO descobrimento das terras e princípio das povoações de Cuiabá e Mato Grosso, e do que nelas aconteceu de mais memorável até os presentes tempos (1775). [Mato Grosso] [1775], 81fl.; Fundo/Coleção: Carvalho. I-31, 20, 018.

informações não diminui em nada a louvável iniciativa de reedição de tão importantes documentos.

Apesar de todas as considerações, queremos afirmar que louvamos e defendemos a necessidade e a importância das instituições organizarem seus arquivos e produzirem seus instrumentos de pesquisa. Ainda que com pequenas falhas, eles são guias e, portanto, um ponto de começo. Caberá aos investigadores atenção para detectar os possíveis equívocos. Finalmente, queremos deixar claro, que o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é a mais antiga instituição de caráter privado a preservar a memória e história do estado e merece nossa consideração e respeito, em que pese algumas das críticas que fizemos.

REFERÊNCIAS

FONTES

ANNAES do Senado da Camara, cujo título original é: *Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento* – documento sob a guarda o Arquivo Público de Mato Grosso.

ANNAES do Senado da Camara do Cuiabá, in: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso do Tomo I-XXXV-XXXVIII, correspondendo aos anos de 1919 a 1937.

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830 [transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

INSTRUÇÕES para o Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, Ano, p. 391-393;

“INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, Ano, p. 381-390;

“PATENTE de D. Antonio Rolim de Moura e Instrução ao mesmo Governador. Documentação Histórica”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Anos XVIII e XIX, Tomos XXXV-XXXVIII – 1936-1937, p. 175-195.

PATENTE de D. Antonio Rolim de Moura de Governador e Capitão-General de Mato-Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1ª Parte – Tomo LV, Ano, p. 395-398.

PRADO, Francisco Rodrigues do, “História dos Índios Cavaleiros ou da nação Guaycurú”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I, Ano I, Rio de Janeiro, 1839, p. 21-44.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. “Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do anno de 1817”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série, Tomo VI, Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1850, p. 5-124.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. “Cronicas do Cuiabá.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IV, 1898-1899, p.4-217, apresentação de Antonio Piza.

SÁ, José Barbosa de. “Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento”, In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. XXIII, 1904.

SÁ, José Barbosa de. *Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975.

SÁ, José Barbosa de. “Relação das povoações dos Cuiabá e Mato Grosso de seos principios the os prezentes tempos” Memória sobre Mato Grosso. 1775, 134 f.; Fundo/Coleção: Mato Grosso. [Cópia. Manuscrito Publicado nos Anais da Bibliotheca Nacional]. Biblioteca Nacional – RJ, Secção de Manuscritos: II-36, 17, 11.

SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso desde seus princípios até os presentes tempos. [S.l.], 1775. 92 f. – Manuscrito. Consta notas: “Este escrito foi corrigido e ampliado pelo Dr. Juiz de Fora, Diogo de Toledo Lara Ordonhes, até 1787”; e “Copiado do original pelo Dr. Severiano da Fonseca”. Informações retiradas do C.E.H.B. Cóp. Ms. Biblioteca Nacional – RJ, Secção de Manuscritos: I-31, 19, 015.

[SÁ, José Barbosa de]. RELAÇÃO do descobrimento das terras e princípio das povoações de Cuiabá e Mato Grosso, e do que nelas aconteceu de mais memorável até os presentes tempos (1775). [Mato Grosso] [1775], 81f.; Fundo/Coleção: Carvalho. Biblioteca Nacional – RJ, Secção de Manuscritos: I-31, 20, 018.

O Arquivo: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno I, Vol. I, Cuyabá, Novembro, 1904.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno I, Edição Comemorativa do 25º aniversário do passamento do inolvidável Barão de Melgaço, Cuyabá, Janeiro, 1905.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno I, Vol. II, Cuyabá, Fevereiro, 1905.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno I, Vol. III, Cuyabá, Maio, 1905.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno I, Vol. IV, Cuyabá, Agosto, 1905.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno II, Vol. I, Cuyabá, Dezembro, 1905.

O ARQUIVO: Revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato-Grosso, Anno II, Vol. II, abril de 1906.

REVISTA O Arquivo (Edição Fac-similar completa 1904–1906). Várzea Grande, Fundação Júlio Campos, 1993.

Documentos editados na Coleção Publicações Avulsas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 20).

BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Cuiabá, IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 28).

CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícias Práticas das Minas do Cuiabá*. Cuiabá, IHGMT, 2002. (Publicações Avulsas, 48).

DEMONSTRAÇÃO dos Diversos Caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para o Cuiabá. Cuiabá, IHGMT, 2002. (Publicações Avulsas, 56).

FOLHETINS Monçoeiros Mato-grossenses do Século XVIII. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 60).

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 22).

INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 27).

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 19).

MELLO, Francisco Pedro de. *Diário da Diligência... que por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de destruírem vários quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 24).

PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as Primeiras Expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 39).

REIS, Artur César Ferreira. *João Pedro da Câmara, um Fronteiro Olvidado*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 46).

ROTEIROS Vários às Minas dos Martírios. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 40).

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 57).

SILVEIRA, João Godoi Pinto da. *Informações sobre o sertão que medeia as Minas de Goiás para o Cuiabá no ano de 1791*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 45).

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio Histórico Cronológico das Notícias do Cuiabá*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 54).

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 53).

TAUNAY, Afonso de. *Paulistas em Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 42).

TAUNAY, Alfredo d'Escagnole. *A Cidade do Ouro e das Ruínas*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 21).

TRATADOS de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 61).

Artigos da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso de 1919 a 1954.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno I, Tomo I – 1919, p. 49-65.

CORRÊA, Philogônio de Paula. “Limites de Matto-Grosso com Goiaz”. (Artigos escriptos pelo Professor Philogônio Corrêa, de accordo com os dados colhidos no trabalho do General F. R. de Mello Rego – Limites de Goiaz com Matto-Grosso, no Relatório apresentado à Assembleia de Matto-Grosso pelo Presidente Dr. João José Pedrosa, em 1879 e em muitos officios e mensagens de Governadores e Presidentes d’este Estado, leis goianas, etc.). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno I, Tomo I – 1919, p. 77-87.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. “A fronteira “Matto-Grosso – Goiaz”. Officio dirigido ao Senador Antonio F. de Azeredo, Presidente da Delegação Matto-grossense ao SEXTO Congresso de Geographia, em Bello Horizonte. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno I, Tomo II – 1919, p. 13-25.

DOCUMENTOS – 1ª Série – Tentativa de Fixação de Limites. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno I, Tomo II – 1919, p. 25-94.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno I, Tomo II – 1919, p. 145-151.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno II, Tomo III – 1920, p. 42-68.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno II, Tomo III – 1920, p. 69-76.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno II, Tomo IV – 1920, p. 1-21.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno II, Tomo IV – 1920, p. 31.

LIMITES Matto-Grosso – Goyaz. Laudo proferido pelo Juiz Arbitral. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno III, Tomos V-VI – 1921, p. 1-20.

CORRÊA, Philogônio de Paula. “Limites Matto-Grosso – Goyaz”, Discurso do Sr. Americano do Brazil. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano III, Tomos V-VI– 1921, p. 85-95.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano III, Tomos V-VI– 1921, p. 110-119.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano III, Tomos V-VI– 1921, p. 120-135.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno III, Tomo VII – 1922, p. 4-18.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno III, Tomo VII – 1922, p. 105-112.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IV, Tomo VIII – 1922, p. 1-46.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IV, Tomo VIII – 1922, p. 125-126.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IV, Tomos IX-X – 1923, p. 1-80.

RESENDE, Astolpho Vieira de. “Matto-Grosso versus Goyaz”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IV, Tomos IX-X – 1923, p. 81-101.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IV, Tomos IX-X – 1923, p. 137-146.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VI, Tomos XI-XII– 1924, p. 1-59.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VI, Tomos XI-XII–1924, p. 123-128.

FARIA, João Barbosa de. “Limites Orientaes de Matto-Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VII, Tomo XIII – 1925, p. 1-27.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VII, Tomo XIII – 1925, p. 146-149.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VII, Tomo XIV – 1925, p. 86-118.

FARIA, João Barbosa de. “Conquista do Território Mattogrossense”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno VIII, Tomo XV – 1926, p. 29-44.

INVENTÁRIO dos bens do Licenciado José Barbosa de Sá (procedida perante o Juiz de Orphãos de Cuiabá, no anno de 1776) – Documentação Histórica. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IX, Tomos XVII-XVIII – 1927, p. 45-57.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno IX, Tomos XVII-XVIII – 1927, p. 93-97.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno X, Tomos XIX-XX–1928, p. 154-155.

CARTA e resposta sobre o testamento de Fernão Dias Falcão (1753-1755) – Documentação Histórica. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno XIII e XIV, Tomos XXV-XXVIII – 1931-1932, p. 137-138.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno XVI, Tomos XXXI-XXXII – 1934, p. 181-188.

CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anno XVII, Tomos XXXIII-XXXIV – 1935, p. 215-219.

PATENTE de D. Antonio Rolim de Moura e Instrução ao mesmo Governador. Documentação Histórica. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Annos XVIII e XIX, Tomos XXXV-XXXVIII – 1936-1937, p. 175-195.

CHRONICAS do Cuiabá (Dos Annaes do Senado da Câmara). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Annos XVIII e XIX, Tomos XXXV-XXXVIII – 1936-1937, p. 197-201.

MESQUITA, José Barnabé de. “Os Jesuítas em Mato Grosso” (trabalho lido na sessão comemorativa do Centenário da Companhia de Jesus, promovido pelo Instituto Histórico de Mato Grosso). In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano XXII, Tomos XLIII-XLIV – 1940, p. 85-90.

CORRÊA FILHO, Virgílio Alves. “João de Souza Azevedo”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXIII e XXIV, Tomos XLV-XLVIII – 1941-1942, p. 39-60.

CARVALHO, José Ribeiro de Sá. “O grande bandeirante Antonio Pires de Campos (1716-1756)”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXVII e XXVIII, Tomos LIII-LVI – 1945-1946, p. 89-96.

LEITE, Gervásio. “Caminho das monções”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXVII e XXVIII, Tomos LIII-LVI – 1945-1946, p. 97-107.

MESQUITA, José Barnabé de. “Gente e coisas de Antanho: Período Colonial”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXIX e XXX, Tomos LVII-LX – 1947-1948, p. 11-38.

LEITE, Gervásio. Criação da Capitania de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXIX e XXX, Tomos LVII-LX – 1947-1948, p. 107-111.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. “O Tratado de Madrid”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXI e XXXII, Tomos LXI a LXIV – 1949 e 1950, p. 136-140.

MELLO, Raul Silveira de. “A protetora do Forte de Coimbra”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXI e XXXII, Tomos LXI a LXIV – 1949 e 1950, p. 141-149.

SOUZA, Antonio Fernandes de. “A fundação de Cuiabá”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXI e XXXII, Tomos LXI a LXIV – 1949 e 1950, p. 119-123

MELLO, Raul Silveira de. “Vila Bela de Mato Grosso e seu Bicentenário”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXIII e XXXIV, Tomos LV a LVIII – 1951 e 1952, p. 97-113.

MENDONÇA, Rubens de. Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXIII e XXXIV, Tomos LV a LVIII – 1951 e 1952, p. 29-96.

MESQUITA, José Barnabé de. “Gente e Coisas de Antanho”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXIII e XXXIV, Tomos LV a LVIII – 1951 e 1952, p. 6-28.

MELLO, Raul Silveira de. “Dois ensaios sobre a História de Mato-Grosso: Porque e quando Costa Siqueira escreveu O Compêndio Histórico? e Onde estaria o celebre Porto de Candelária no Rio Paraguai?” In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXV e XXXVI, Tomos LIX a LXII – 1953 e 1954, p. 45-53.

MESQUITA, José Barnabé de. “Gente e Coisas de Antanho”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXV e XXXVI, Tomos LIX a LXII – 1953 e 1954, p. 13-42.

SELVAGGI, João Batista. “Diamantino no século XVIII”. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, Anos XXXV e XXXVI, Tomos LIX a LXII – 1953 e 1954, p. 57-69.

Bibliografia

ARAÚJO, Renata Malcher. “A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Sér. v. 20. n. 1. p. 41-76. jan-jun 2012.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, 59).

CORRÊA FILHO, Virgílio. *As Raias de Mato Grosso – Fronteira Ocidental*, volume IV, São Paulo, Secção de Obras de O Estado de São Paulo (jornal), 1926.

DORIGUELLO JÚNIOR. César Augusto, *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888-1873)*, Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UNESP, Assis/SP, 2008.

FRANCO, Gilmar H. *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/ UFGD, 2007.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, EdUFMT, 2012.

GUIMARÃES, Maria Gabriela de Araújo. *A América Portuguesa vista de Mato Grosso: Os Diálogos de José Barbosa de Sá (2ª metade do século XVIII)*. Universidade Portucalense, Departamento de História, Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana), Porto – Portugal, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Nos confins do império: um deserto de homens povoado por bois (a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993:

LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e Arte: Fotógrafos e fotografia em Mato Grosso (1860-1960)*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2008.

MENDES, Luis Cesar Castrillon. *Publicar ou arquivar? A revista do IHGB e a escrita da história geral do Brasil (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/ICHS/UFMT, Cuiabá-MT, 2011.

PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), – PPGHIS/Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

RIBEIRO, Renilson Rosa, “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império, Tese (Doutorado em História) – PPGHIS/UNICAMP, Campinas/SP, 2009.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *História da Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998. (Publicações Avulsas, 17).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). *Catálogos da Casa Barão de Melgaço: Coleção de Documentos do Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2000/01. (Publicações Avulsas, 30 e 31).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de. *A Rusga em Mato Grosso: Edição crítica de documentos históricos*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

TRINDADE, Vilma Eliza, *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*, Campo Grande: EdUFMS, 2001.

ZORZATO, Oswaldo, *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

O QUINTAL DO BARÃO

THE HOUSE OF BARON

Benedito Pedro Dorileo¹

RESUMO: O Barão de Melgaço nasceu na França, em 1802. Naturalizando-se brasileiro, ingressa em nossa Marinha, vindo servir em Mato Grosso, em 1830, como militar e cientista. Governou o Estado. Em 1930, sua antiga residência, em Cuiabá, foi desapropriada e doada ao condomínio: IHGMT e AML. Em 1961, o governo realiza desapropriação da sua área descoberta para favorecer a Faculdade de Direito, que nela construiu sua sede. Em 1971, esta deixa o prédio e instala-se no campus da UFMT. O Estado ocupa o espaço. A Casa Barão de Melgaço suscita esbulho e requer anexação do imóvel ao seu patrimônio, conseguindo atendimento liminar do governo do Estado, mediante comodato.

Palavras-chave: Casa do Barão. Barão de Melgaço. Patrimônio histórico mato-grossense.

ABSTRACT: Melgaço Baron was born in France in 1802. He became a naturalized Brazilian, joined the Navy and lived in Cuiabá, State of Mato Grosso. In 1830, as a military man and scientist, he governed the State. This paper shows that his former residence in Cuiabá, in 1930, was expropriated and given to the condominium MTHGI – Mato Grosso’s Historic and Geographic Institute and MAL – Mato Grosso’s Academy of Letters. In 1961, the government conducts expropriation of their extra area to promote the Law School’s base until 1971, when it was transferred to Federal University of Mato Grosso’s *campus*. The MTHGI and MAL request dispossession of the government and require annexation of property to its assets through lending.

Keywords: The House of Baron. Melgaço Baron. Historical patrimony.

¹ Advogado, membro do IHGMT e da AML e ex-reitor da UFMT. E-mail: pdorileo10@hotmail.com

Augusto João Manoel Leverger, feito Barão de Melgaço por ato de bravura reconhecido pelo imperador Dom Pedro II, nasceu na França em 1802. Chega em 1819 e naturaliza-se para ingressar na marinha do Brasil. Em 1830 passa a servir em Mato Grosso como militar, cientista, historiador e político. Por três vezes governou o Estado, ultimando em 1870, e faleceu em 1880.

Na rua do Campo, em Cuiabá, por volta de 1777 foi edificado o casarão, um dos primeiros, o qual mais tarde se tornou a sua morada, quando ainda tenente da Armada nacional. Depois nele funcionou a secretaria de Estado no governo de Mário Corrêa da Costa. Em 1930, o presidente da província, Antonino Mena Gonçalves, após desapropriá-lo, fez doação ao condomínio formado pelo Instituto Histórico e Geográfico e o Centro Mato-Grossense de Letras (Academia em 1932). A posse somente foi havida cinco anos mais tarde, quando esses Colegiados reuniam-se em espaços cedidos, como no Seminário da Conceição.

A área inteira do imóvel Casa Barão de Melgaço, tal como o diligente levantamento em boa parte do acadêmico José de Freitas, não continha a especificação de medida de área, na expressão jurídica *ad corpus*. Somente os limites para o nascente, fundos para a rua comandante Costa, ao norte com a travessa Voluntários da Pátria e ao sul com a herança de Antônio Cesário de Figueiredo. O solar da rua Barão de Melgaço ocupou área de esquina, sobrando imenso quintal, onde se situava a estrebaria, por certo estavam as carroças, o coche, os muares, os cavalos e as vacas leiteiras no sombrio das mangueiras, tamarindeiros e tarumazeiros.

O seu destino nobre agasalhou a cultura. Tanto no IHGMT como na AML havia membros em maioria de juristas e parte relevante no magistério da Faculdade de Direito de 1934 (no Palácio da Instrução), quando não prevaleceu, ou em 1956 no Liceu Cuiabano, onde ficou por longos anos, em cujo anfiteatro colou grau a primeira turma em 1961. Sucede que o governador Fernando Corrêa da Costa em dezembro desse ano efetiva doação da área descoberta do imóvel para edificação da sede da primeira instituição de ensino superior em Cuiabá. Evidente a desrazão do ato, o imóvel em seu todo pertencia às duas instituições, ainda que a intenção fora magnânima. Nada consta de reação contrária, concordaram, plenificaram.

O quintal umbrífero do Barão deixou de existir. O prédio foi levantado – Faculdade de Direito – com frente para a rua Comandante Costa. Com o advento da esperada Universidade Federal, através da lei nº 5647 de 10 de dezembro de 1970, na organização do seu patrimô-

nio, por força legal foi incluído o referido bem imóvel da Faculdade, já federalizada em 1961. O estatuto da fundação universidade de outubro de 1971 consagrou a escritura pública da sua constituição.

Instalado o *campus* em janeiro de 1971, o curso de Direito transfere-se e ocupa o bloco C da UFMT. O prédio e instalações foram esvaziados. O Estado ocupa o espaço e não cede a posse à Universidade, com órgãos como Conselho Estadual de Educação; salvo o Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Planejamento Energético – NIEPE –, que ficou até 2012, sendo também obrigado a transferir-se.

Havia promessa antiga da administração superior da UFMT em acomodar a Faculdade em instalações condignas - aquela que no passado possuía suntuosa sede. Em fevereiro de 2004, o Conselho Diretor da FUFMT autorizou o reitor a alienar o imóvel da rua Comandante Costa. Decreto da presidência da República de 11 de março de 2003 já antecipara esta autorização, fixando que “o produto será utilizado integralmente no *campus*”. Com o recurso arrecadado, a universidade construiu a sua sede definitiva. Beneficiou-se da operação em 2006 a adquirente Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT. A reivindicação da Casa Barão de Melgaço busca recuperar a complementação do seu patrimônio, a área esbulhada, para ainda favorecer-se da posse do prédio nela construído, encerrando todas as edificações existentes. Tanto o IHGMT quanto a AML requerem espaço amplo para operacionalizar trabalhos e expedientes, em atenção aos associados em suas atividades intelectuais, inviáveis no antigo casarão. A AML elegeu nova diretoria, tendo o acadêmico Eduardo Mahon na presidência, que representa o anseio perante o Estado, cuja solução constou de contrato de cessão de uso – o comodato, firmado no dia 4 de dezembro de 2013. Compôs esta ação o historiador Vinicius de Carvalho Araújo, presidente do IHGMT. Mato Grosso vive momentos de conquista de progresso, quando o governador, aquiescendo, fixa decisão histórica. E a Casa Barão de Melgaço tem compensado, liminarmente, o seu patrimônio.

DISCURSO

DISCURSO DE FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES NO LANÇAMENTO DO LIVRO TEMPOS IDOS, TEMPOS VIVIDOS, DE AUTORIA DO CORONEL OCTAYDE JORGE DA SILVA

(Cuiabá / SESC-Arsenal 11/10/2013)

SPEECH BY FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES BOOK LAUNCH TIMES GONE, TIME EXPERIENCED, AUTHORIZING DO OCTAYDE COLONEL JORGE DA SILVA

(Cuiabá / SESC-Arsenal 11/10/2013)

Fernando Tadeu de Miranda Borges¹

CONVITE PARA O LANÇAMENTO DO LIVRO TEMPOS IDOS TEMPOS VIVIDOS



Arte Entrelinhas Editora. Fonte: Pintura Marcelo Velasco.
Acervo da Família do Cel. Octayde Jorge da Silva

¹ Docente da Faculdade de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML). E-mail: ferbormi@uol.com.br

Nas crônicas, louvava sempre a Cuiabá dos tempos idos e vividos. Tinha uma memória que chegava a impressionar, expressa na sensibilidade do dia-a-dia. Os juízos de valores registrados na escrita realizada deram lugar à busca incessante pela manutenção da tradição, talvez como forma de luta com vistas à preservação da identidade cuiabana. Tocava piano, gostava de carnaval e da vida. Esquecimento sempre lhe pareceu algo pecaminoso, pois, como pude constatar, guardava as datas, os acontecimentos, as paisagens e os sons. Coronel Octayde Jorge da Silva assistiu, da sua rede e cadeira de balanço – camarotes cuiabanos – aos acontecimentos mundiais da época em que viveu. Ao cultivar a memória, abordou o tempo na história, de forma fracionada e ampliada.

Mentor intelectual da minha geração, Coronel Octayde Jorge da Silva, quando chefe de ensino, vice-diretor e diretor (interino) da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, realizou um marcante trabalho pela educação no território mato-grossense. Acreditava na construção de um país melhor, mais humano, solidário e cidadão. Admirava pessoas esforçadas e possuidoras de algum ideal de conquista, e creio que por isso ajudava a quem o procurava, sem medir esforços para que os sonhos sonhados pudessem um dia vir a serem concretizados. Formou uma rede de pessoas conectadas com o mundo, muito antes da rede do computador. Foi um grande cuiabano e excelente pai de família, no sentido estrito dos termos. Além de filho atencioso, cuidava da mãe com carinho, e, de marido dedicado, zelou dos quatro filhos e dos netos, com afeição.

Coronel Octayde Jorge da Silva escrevia crônicas para os jornais “*O Estado de Mato Grosso*” e “*Diário de Cuiabá*”, e no papel de animador cultural da cidade e do Estado abordou temas palpitantes referentes ao passado, às transformações vividas, ao progresso e ao cotidiano cidadão. No Jornal “*Diário de Cuiabá*” participou do saudoso “*Cantinho Cuiabano*”. Aos domingos tínhamos um compromisso: ler as crônicas do Coronel Octayde Jorge da Silva. Após as leituras, sempre o gosto de quero um pouquinho mais, e em seguida vinha a segunda-feira, com todas as feiras restantes, para depois descansar num outro próximo domingo, quando uma nova crônica brindava-nos com um novo término da semana.

A minha convivência com o Coronel Octayde Jorge da Silva começou nos idos dos anos , na Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT), quando nesse colégio ingressei para fazer o Ginásio Industrial, tendo aprendido o ofício de sapateiro, de tipógrafo e de ceramista, no curso de Artes Industriais. Era interessante a proximidade

estabelecida entre trabalho intelectual e trabalho manual na ETFMT. Talvez por isso valorize todo tipo de trabalho, e tenha disposição para enfrentar os mais variados desafios.

Como amigo da família, tive o prazer de desfrutar da vida privada de Coronel Octayde Jorge da Silva. Gostava de dormir em rede, acordava cedo, tomava guaraná de ralar, comia de tudo, fazia exercícios físicos, nadava, molhava plantas, cuidava do cachorro, lavava o carro, lia jornal, ajudava a lavar a louça do almoço e do jantar, nas ocasiões necessárias, e participava, ainda que de longe, dos campeonatos de pingue-pongue, de vôlei, de basquete, e, de perto, das orientações escolares, das festas de São João, dos aniversários e da feitura de um lindo e original presépio com pitombas, na sala da biblioteca, próximo do piano.

O presépio, hoje, na minha concepção, era a forma que o Coronel Octayde Jorge da Silva encontrou de manter vivo nas pessoas, a partir do cristianismo, o cultivo da família. Em Cuiabá, acreditava-se que quem fizesse num ano presépio, deveria manter a tradição por toda a vida. Percorrer os presépios era considerado o evento do mês de dezembro. Presépios do Porto e Presépios da “Cidade” (Centro).

Cuiabá tem algo de lugar eterno, que não pode desaparecer, sob pena de perder o encanto dos sentidos, aparentemente sem sentidos. Uma cidade realmente encantada? Uma cidade realmente encantada que desencantou, mas que ainda encanta, apesar do desencanto. Logo, um desencanto encantado em meio a mitos e lendas.

Coronel Octayde Jorge da Silva acreditava no liberalismo econômico do *laissez-faire*, *laissez-passer*, pregado por aquele que foi considerado o criador do Estudo da Economia, Adam Smith, autor do livro “*Riqueza das Nações*”, publicado em 1776, e talvez por isso estimulasse tanto a competição, premiando os estudantes que conseguissem o melhor coeficiente durante o ano letivo, com medalhas, prêmios etc. As condecorações eram entregues no Dia das Mães, em evento festivo, com escola e comunidade reunidas para aplaudir os agraciados.

Além de tudo isso, acreditava, o Coronel Octayde Jorge da Silva, na manutenção da disciplina como forma de conquista da produção acadêmica, ou seja, do trabalho sério e bem elaborado, com vistas ao alcance de resultados. Nutria nas pessoas o desejo da leitura, do ousar, de ir ao encontro do desconhecido, da insatisfação diante do comodismo, do ser útil, de ajudar ao próximo. Defendia a boa oratória em público, a formação proativa e dedicava todas as segundas-feiras, na ETFMT, ao canto do Hino Nacional Brasileiro.

Morador da rua Barão de Melgaço, que numa das crônicas chamou de Wall Street cuiabana, bem de frente à casa do saudoso Rubens de Mendonça, o Coronel Octayde Jorge da Silva gostava de sentar-se debaixo das mangueiras e do tamarineiro, para ler alguma obra de literatura. Parecia ter um mundo à parte, distante das pessoas de carne e osso, contudo, apenas na aparência, porque, na verdade, estava ligado a tudo que girava ao seu redor.

Filho de Octário Cassiano da Silva e Alayde Jorge da Silva, o Coronel Octayde Jorge da Silva casou-se com Lília Cuiabano Lino da Silva, com quem teve quatro filhos: Clara Maria Lino Jorge da Silva (Clarita), Edson Luís Lino Jorge da Silva (Edson Luís), Ana Luísa Lino Jorge da Silva (Quita) e Lúcia Maria Lino Jorge da Silva (Téte). Clarita casou-se com Marcelo Augusto Portocarrero, com quem tem dois filhos, Bruno Afonso Portocarrero e Tiago Augusto Portocarrero. Quita casou-se com Roberto Cardoso Machado, com quem tem um casal de filhos, Ana Carolina Cardoso e Roberto Cardoso Machado Filho. E Edson Luís casou-se com Rita de Cássia Vasco de Toledo Silva.

Coronel Octayde Jorge da Silva nasceu no dia 3 de fevereiro de 1926 e faleceu no dia 18 de janeiro de 1991, deixando para as gerações futuras, de presente, um pouco da Cuiabá de sua época, em crônicas e publicações.

Em 2005 fui convidado pela família do Coronel Octayde Jorge da Silva para organizar um livro que trouxesse algumas de suas crônicas, selecionadas pelos seus familiares mais próximos. Muito honrado pelo convite, o trabalho teve início numa bonita e radiante tarde de domingo, regada a bolos e doces cuiabanos, com a presença dos familiares e de duas convidadas minhas: Prof^a. Dr^a. Nanci Leonzo (professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da FFLCH-USP) e a advogada Leila Francisca de Souza. Comecei a organização do livro separando as crônicas por ano. Terminada a etapa da separação do material, sugeri que fossem incluídos, na publicação, depoimentos de pessoas da convivência do Coronel Octayde Jorge da Silva, no que fui acatado, e tudo providenciado pela família, com esmero e dedicação. Um ano de trabalho na organização do material acabou sendo despendido. As fotografias, escolhidas por todos, numa tarde inteira de pesquisa, são do acervo fotográfico privado da família. O título da publicação passou pela votação dos familiares, devido aos muitos outros nomes sugeridos para apreciação. Foram horas de leitura e visita ao Arquivo Público de Mato Grosso para algumas conferências. A digitação coube aos competentes Hélio Arruda de

Jesus (*in memoriam*) e Victor Hugo Pacheco de Jesus. E foi assim que nasceu o livro: *Tempos idos. Tempos vividos: Crônicas do Cel. Octayde Jorge da Silva*.



Coronel Octayde Jorge da Silva. Acervo da Família.

OCTAYDE JORGE DA SILVA

Não aprecio os monossílabos. Meu relacionamento com eles não é bom. Ou melhor, eles não me deixam à vontade. São do tipo extrafamiliar.

*Explico-me. Acho o **SIM**, presunçoso. A mim, o **SIM** cheira a falsidade; tem ar de suspeita e petulância. Sempre o **SIM** me pareceu “talvez”. O **NÃO** é aterrador, como já dissera o poeta. Sepulta as esperanças. O **BEM** sempre esteve acima de minhas posses entendê-lo. Parece-me mais feito para ser vendido do que para ser apreciado. E o **MAL**? Este... anda criando um artesanato moderno, onde violência, sequestro e outros mais, são seus artigos para exposição e comércio. A **FÉ**, esta sempre me pareceu duvidosa. Superficialmente bela, a disfarçar uma “multinacional” de interesses e contradições.*

*A **DOR** está sempre a inspirar-me medo. A cadeira do dentista e os bisturis sempre fora para mim instrumentos de tortura. Isto, sem contar os aviões... O **PÃO**, esse mesmo, “o pão nosso de cada dia”, sempre me trouxe preocupação: a de tê-lo hoje e arranjá-lo amanhã. Ele conforta e preocupa ao mesmo tempo.*

*O **MAS**, é o “porém” de todas as vidas. Quando tudo vai bem, aparece sempre um **MAS**, que entristece, desilude... e muda o colorido róseo, afogueado da euforia da surpresa, que começa agradando, para depois, com a advertência que o **MAS** propõe, deixar, a todos, amargurados, amarelos.*

*E por falar em róseo e no amarelo, a **COR** também é um monossílabico. Nas suas nuances de luz e de sentidos, a **COR** traz fantasias, ilusões: diz*

que o verde é a esperança; o azul, serenidade; o branco, pureza; o vermelho, agitação, o roxo, paixão; o amarelo, desespero... Conversa!... **COR** é moda. E se vai bem com as pessoas, vai também com a época.

O **GOL** era alegria. Hoje é violência. Antes, era recebido com aplausos. Hoje, com gritos, vaias, assobios, pontapés, até homicídios!... A **LEI**, ora a **LEI**, causa mais medo que alvissaras, o seu aparecimento. Nunca está presente, quando se precisa da sua proteção. Tem-se de procurá-la a duras penas. Mas aparece hostil e inopinadamente, quando vem submeter alguém ao seu jugo.

Até o **SOL**, que era um monossílabo a derramar luz e vida, por onde passava... anda sumido, nervoso, sem equilíbrio, meio desmoralizado... E agora dizem que vai esquentar a terra, crescer os mares. E o **MAR** uma imensidão geográfica, que separa os homens e os torna solitários.

O **SÓ**, a solidão, o desamor, o desafeto. O **AR**, quando falta, asfixia, mata. E anda tão poluído.

O **FIM** põe termo a qualquer aspiração.

E a **PAZ**? Começa que ela é uma decorrência. Ela não gera. É gerada. Não é causa. É consequência. À **PAZ**, aspira-se quando se está em guerra. Mas, quando se está em paz, ninguém dela se dá conta. Passa despercebida e, às vezes, é até insultada, pois, de quando em vez, ouve-se um mal-intencionado, a confundir paz com indolência.

Eu chego até a suspeitar de que a paz é passiva, estática, inoperante e monótona. Quem dinamiza, tumultua... quem cria, inova, inventa... quem produz e acelera o progresso é a guerra! Ou o medo dela!... Ou será a paz, uma necessidade espiritual, em face do medo, psicose, da síndrome da guerra?

Durante a paz, os sentimentos se esgarçam, o instinto se alarga, a solidariedade se deliqua, o afeto perde força, a fibra moral amolece. Na guerra, não. Os homens se enternecem na brutalidade dos atos, e se abraçam no vandalismo dos gestos. Mas, enrijam-se. Há fibra... Todos encontram, na procura da sobrevivência de cada um, a solidariedade, já que o medo reúne a todos, a coragem é inspirada pela causa, a força, trazida pelas mensagens, o mérito se engrandece e a dignidade passa a ser companheira e musa.

A **PAZ** é, a meu ver, mais um dos monossilábicos ternos, fruto da ilusão. E só!... Na minha infância, os quartéis tinham à entrada o "Si vis pacem para bellum" e os presépios traziam, acima das manjedouras, o anjo que guardava o "Menino", em que se pedia "glória a Deus", mas **PAZ**, somente "aos homens de boa vontade". E havia mais: o tumulto dos cemitérios, nos dias de enterros e de finados, é que davam vida ao "Requiescat in Pacem" de seus portões.

Talvez, isso me tenha marcado, em termos de paz. Pois se ela só se obtém pelas guerras, se o próprio Deus-Menino a restringiu aos homens de boa vontade, e se os cemitérios e os quartéis são seus guardiões, a paz não é um todo, é uma parte, a paz não é uma realidade, é um sonho, a paz não é certeza, é promessa, a paz não é recompensa, é esperança.

A PAZ não se ganha, conquista-se. Logo, temos de lutar por ela. A PAZ é mais objetiva do que subjetiva.

E é por isso, que, cada vez mais, gosto da PAZ, ainda que, no fundo, eu tenha medo dela. Porque, não falta por aí, um desses “desmancha prazeres”, a pregar que só a morte nos dá a eternidade da paz. E o que eu quero mesmo é o tumulto e a preocupação da vida, em paz. Fora da vida, não há paz. Há o silêncio das coisas paradas. E paz, hoje, é agitação. É por ordem na desordem.

Por isso, nos dias de Finados, a PAZ vira guerra!

*E os vivos, ao perturbarem nesse dia, a paz dos **mortos**, com aquele “mercado persa” de vozes, flores, velas, coroas, algazarras e vaivéns, o que estão fazendo, sem sabê-lo, é dar-lhes vida.*

Então, repito: PAZ é presença, não é ausência. PAZ não é o branco, não é a luz do luar, silenciosa, clara, que inspira, mas não aciona.

PAZ é o arco-íris, enorme, policrômico, misterioso, mas harmônico.

PAZ é a harmonia no desentendimento

NOTÍCIAS

RUBENS DE MENDONÇA

UMA JUSTA HOMENAGEM EM SEU CENTENÁRIO



Fonte: IHGMT

Nasceu em Cuiabá-MT, aos 27 de julho de 1915, descendendo de Estevão de Mendonça e de Etelvina Caldas de Mendonça.

Seus estudos iniciais foram realizados junto ao Grupo Escolar Barão de Melgaço, tendo como primeira professora Tereza Lobo de Queiroz, educadora de escol.

Foi um dos grandes expoentes da literatura e poesia modernas, colaborando de forma expressiva para a historiografia mato-grossense.

Como jornalista, contribuiu nos periódicos: *Correio da Semana*, *A Batalha*, *O Social Democrata*, *O Estado de Mato Grosso*, *Correio da Imprensa*, *Equipe* e o *Diário de Cuiabá*. Nesse último, escreveu, por longos anos, artigos na coluna *Sermão aos Peixes*, sobre os costumes e personalidades regionais.

Publicou quase meia centena de títulos, dos quais destacamos: *A Espada que Unificou a Pátria* (1966); *A História do Comércio de Mato Grosso* (1974); *A Presença de Estevão de Mendonça* (1959); *Álbum Comemorativo do 1º Congresso Eucarístico de Cuiabá* (1952); *Álvares*

de Azevedo, o romântico satanista (1941); *Antologia Borôro* (1946); *Bibliografia Mato-Grossense* (1975); *Bilac - O Poeta da Pátria* (1965); *Cascalhos da Ilusão* (1944); *Dicionário Biográfico Mato-grossense* (1953); *Discurso de Posse do Acadêmico Rubens de Mendonça* (1946); *Dom Por do Sol* (1954); *Estórias que o povo conta: folclore mato-grossense* (1967); *Evolução do Ensino em Mato Grosso* (1977); *Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça* (1949); *História da Literatura Mato-Grossense* (1970); *História de Mato Grosso* (1981); *História do Jornalismo em Mato Grosso* (1963); *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. v. 1 e 2 (1967); *História das Revoluções em Mato Grosso* (1970); *Igrejas e Sobrados de Cuiabá* (1978); *Nos Bastidores da História Mato-Grossense* (1983); *O Humorismo na Política Mato-Grossense* (1976); *O Tigre de Cuiabá* (1966); *Os Mendonças de Mato Grosso* (1945); *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá* (1975); *Ruas de Cuiabá* (1972); *Sagas e Crendices de Minha Terra Natal* (1969); *Sátira na Política de Mato Grosso* (1978), além de muitas outras.

Pertenceu à Academia Mato-Grossense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, instituição que lhe concedeu o título *de Secretário Perpétuo*, graças a sua brilhante atuação, à Associação Mato-grossense de Imprensa, onde foi Secretário, dentre muitas outras instituições. Seu nome foi atribuído a uma das mais importantes vias públicas de Cuiabá, que demanda ao Centro Político Administrativo, que passou a intitular *Avenida Historiador Rubens de Mendonça*.

Após seu falecimento, aos 3 de abril de 1983, a família doou, ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço, papéis, escritos e fotografias acumulados por Rubens de Mendonça e por seu pai Estevão de Mendonça. Nesse dossiê foram encontrados títulos inéditos que oportunamente serão publicados, com o consentimento da família.

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE RUBENS DE MENDONÇA

De julho de 2014 a julho de 2015, serão realizadas as comemorações do Centenário de Rubens de Mendonça. O evento está sendo organizado por sua filha, Adélia Badre Mendonça de Deus, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras. O calendário teve início no dia 24 de julho de 2014, sendo que o encerramento data de 27 de julho de 2015. Diversas facetas da personalidade são apresentadas durante os eventos, vejamos:

<p>24/07/2014</p>	<p>Abertura das comemorações do centenário de Rubens de Mendonça Casa Barão de Melgaço – 19h30 - Sessão de abertura do centenário de nascimento de Rubens de Mendonça - Sarau lítero-musical com a participação dos jornalistas: Adelino Praieiro, Pedro Rocha Jucá e Weller Marcos da Silva, músicas e poesias</p>
<p>25/09/2014</p>	<p>Rubens de Mendonça, o historiador Casa Barão de Melgaço, 19h30 - Falas de historiadores regionais sobre a vasta produção historiográfica de Rubens de Mendonça Sarau lítero-musical</p>
<p>27/11/2014</p>	<p>Rubens de Mendonça, o literato Salão nobre do Palácio da Instrução – Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, 19h30 - Obliteração do Selo comemorativo do centenário de Rubens de Mendonça - Lançamento no site da Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça as obras completas de Rubens de Mendonça - Falas de literatos sobre a produção literária de Rubens de Mendonça - Sarau lítero-musical</p>
<p>25/02/2015</p>	<p>Rubens de Mendonça, o sátiro Casa Barão de Melgaço, 19h30 - Sarau lítero-musical com apresentação das trovas de autoria de Rubens de Mendonça</p>
<p>24/04/2015</p>	<p>Rubens de Mendonça, o pai Casa Barão de Melgaço, 19h30 - Sarau lítero-musical com a participação da única filha, Adélia Maria Badre Mendonça de Deus</p>
<p>27/07/2015</p>	<p>Encerramento: Rubens de Mendonça, o memorialista UFMT, 19h30 - Lançamento de obras inéditas de Rubens de Mendonça - Sarau lítero-musical tipicamente regional</p>

Paralelamente à programação, será desenvolvido um **Projeto Pedagógico**, junto:

1. Às escolas estaduais e federais, públicas e privadas, objetivando a socialização da memória de Rubens de Mendonça, levando ao público alvo sua vida e obra através de palestras, vídeos e concurso literário.

2. Encenação, em Praça Pública, de peças alusivas à produção de Rubens de Mendonça.

Anote em sua agenda e participe, será uma honra para a Família Mendonça.

Elizabeth Madureira Siqueira

VISITA AO MUSEU CASA MARECHAL DEODORO

Em abril de 2012 visitei o Museu Casa Marechal Deodoro, na cidade de Deodoro, vizinha a Maceió, Capital de Alagoas. Na oportunidade, prometi enviar ao diretor do tradicional museu da terra natal do proclamador da República, Rosenildo Silva de Lima, uma transcrição completa da certidão de casamento do Marechal Deodoro da Fonseca na Matriz de Cuiabá. Perdi o endereço eletrônico dele e voltei ao Museu em 24/10/2013 para lhe fazer a entrega pessoalmente da citada transcrição:

16/04/1860: Foi realizado na Matriz de Cuiabá o casamento do capitão Manoel Deodoro da Fonseca, 33 anos, com a carioca Mariana Cecília de Souza Meireles. A 15/11/1889, ele proclamou a República e foi o primeiro presidente republicano, depois de ser o chefe do governo provisório. Esta é a íntegra da sua certidão de casamento, em Cuiabá:

“Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins, escrivão interino da Câmara e do Auditório Eclesiástico, por S. Excia. Revem^a que Deus guarde, etc... Certifico que o Livro Quinto de Assentos de Casamento da Paróquia da Sé do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nele às folhas cinquenta e um encontrei o assento pedido na petição retro, cujo teor de “verbo ad verbum” é pela forma e maneira seguinte – Aos dezesseis dias de abril de mil oitocentos e sessenta, no Palácio de Sua Excelência Reverendíssima, pelas sete horas da noite, com dispensa dos proclamas, e em presença do mesmo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano, Dom José Antônio dos Reis e das testemunhas, o Excelentíssimo Senhor Presidente Pedro de Alencastro e o Coronel Inocêncio Eustáquio Ferreira de d’Araújo, se recebeu em Santo Matrimônio, com palavras de presente, o Capitão Manoel Deodoro da Fonseca, de trinta e três anos, filho legítimo do finado tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca e Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, e

natural da Província das Alagoas, com Dona Mariana Cecília de Souza Meireles, de trinta e quatro anos, filha legítima do finado Capitão Feliciano de Souza Meireles e Dona Henriqueta Júlia de Souza Meireles e natural da Corte do Rio de Janeiro. Ambos os contraentes são fregueses desta Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e receberam as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano; e para constar fiz este termo que assinei. – Cura, José Jacinto da Costa e Silva. – Antônio Pedro de Alencastro. – Inocência Eustáquio Ferreira d’Araújo”.

Pedro Rocha Jucá

(Jornalista, membro do IHGMT e da AML)

MEMBROS DO IHGMT PARTICIPAM DO V NEER

Entre os dias 26 e 30 de novembro de 2013 aconteceu, na Universidade Federal de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, o “V COLÓQUIO NACIONAL DO NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representações) - **As Representações Culturais no Espaço: Perspectivas Contemporâneas em Geografia**”, uma realização do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia desta universidade.

Os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso tiveram destaque na organização do evento, a exemplo das congreiras Sônia Romancini, Onélia Carmem Rossetto e Suíse Monteiro Leon Bordest; na participação em mesa redonda realizada pelo confrade João Carlos Vicente Ferreira e pela congreira Elizabeth Madureira Siqueira e no lançamento da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - Dossiê Identidades, n. 72-73, 2013, pelo Presidente do IHGMT - Vinicius de Carvalho Araújo.

Para propiciar o debate sobre o tema do Colóquio, foram organizadas duas mesas de discussão:

Mesa redonda: **As representações culturais no espaço**, coordenada pela professora Salete Kozel (UFPR), teve palestrantes de renome nacional e internacional: Jorn Seemann (URCA), Angelo Serpa (UFBA), Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR) e Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC-MG);

Mesa redonda: **As representações na leitura de pesquisadores mato-grossenses**, coordenada pelo professor Benhur Pinós da Costa (UFMS), destacou as pesquisas realizadas em Mato Grosso e contou com os seguintes palestrantes: Aloir Pacini (UFMT), Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT/UFMT) e João Carlos Vicente Ferreira (SEC/MT/IHGMT).

A apresentação de trabalhos foi pautada em quatro eixos de análise, com oito grupos de trabalho. Foram também organizados dois trabalhos de campo: Chapada dos Guimarães, sob a responsabilidade do professor Hugo José Scheuer Werle, e Nossa Senhora do Livramento, sob a responsabilidade da professora Sônia Romancini.

O evento contou ainda com um mostra fotográfica, com o tema **Represente Nossa Cultura**, organizada pelo mestrando Edenilson Dutra de Moura e pela professora Sílvia Fernanda Cantóia, e com uma sessão de lançamento de livros e revistas.

Foram inscritos no evento um total de 85 trabalhos, sendo 77 para apresentação oral e 8 para apresentação em painéis. Esses trabalhos expressam os resultados das pesquisas realizadas por professores e estudantes de pós-graduação e de graduação de diversas universidades brasileiras.

Contou ainda com a apresentação de um painel divulgando os objetivos e ações do Instituto Memória do Poder Legislativo.

Com o objetivo de integrar a discussão dos trabalhos apresentados no Colóquio, os grupos de trabalho foram unidos em eixos temáticos, com a seguinte configuração:

1. Análise e criação de linguagens

“Linguagens, imagens e ritmos”

Coordenadores: Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFCE), Salete Kozel (UFPR), Maria Geralda de Almeida (UFGO)

“Representações do espaço e ensino”

Coordenadores: Amélia Regina Batista Nogueira (UFAM), Roberto Filizola (UFPR), Nelson Rego (UFRGS), Marcia Ajala Almeida (UFMT)

2. Escolhas existenciais

“Mundos da Religião e Religiões no Mundo”

Coordenadores: Dario Lima (FURG), Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR)

“Corpo, Gênero e Sexualidades”

Coordenadores: Joseli Maria da Silva (UEPG), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), Benhur Pinós da Costa (UFSM), Moisés Lopes (UFMT)

3. Identidades territoriais

“Populações Tradicionais”

Coordenadores: Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS), Josué da Costa Silva (UNIR), Alexandre Diniz (PUC-MG), Onélia Carmem Rossetto (UFMT)

“A tensão fabricação-autenticidade”

Coordenadores: Álvaro Heidrich (UFRGS), Gilmar Mascarenhas (UERJ), Rosselvelt José Santos (UFU)

4. Territorialidades, representações, gestões

“Gestão Espacial: Horizontalidades e/ou Verticalidades?”

Coordenadores: Claudia Luiza Zeferino Pires (UFRGS), Jean Carlos Rodrigues (UFTO), Sônia Regina Romancini (UFMT)

“Representações da Cidade e do Urbano”

Coordenadores: Angelo Serpa (UFBA), Janio Roque Barros de Castro (UNEB), Marcio Oliveira Piñon (UFF), Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC-MG)

A realização do V NEER na Universidade Federal de Mato Grosso foi possível graças ao apoio institucional de seus dirigentes, aos aportes financeiros concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), além do apoio da Prefeitura Municipal de Cuiabá, da AGB-Cuiabá, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), dos grupos de pesquisa e dos professores e alunos do Departamento de Geografia/UFMT. Externa-se, nessa medida, os agradecimentos às instituições e às pessoas que se dedicaram para o bom êxito do evento.

Sônia Regina Romancini

Organizadora do V NEER

DIGITALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AUTORES MATO-GROSSENSES

No final do ano de 2012, foi firmada uma parceria entre a Casa Barão de Melgaço (IHGMT e AML), através da sua Curadoria, e a Secretaria de Estado de Cultura, através da Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas/BPEEM, dirigido por Salime Marques, para digitalização de textos (artigos e livros) escritos por autores de Mato Grosso.

Considerando que a citada Secretaria adquiriu uma máquina de digitalização, importada da França, durante a gestão do Secretário Paulo Pitaluga Costa e Silva, esse moderno e preciso aparelho ficou, no entanto, sem uso durante mais de três anos.

A Curadora da Casa Barão de Melgaço, profa. Elizabeth Madureira Siqueira, apresentou à Secretaria de Estado de Cultura/Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas /BPEEM, em 2013, um projeto para digitalização dos escritos dos autores mato-grossenses, fossem em livros ou periódicos. Analisado pela citada Secretaria, ele foi aprovado e vige contemporaneamente. O trabalho de preparação das obras, conferência e digitalização conta com a participação de dois historiadores da citada Secretaria, Fernanda Quixabeira e Luciwaldo Pires de Ávila, que semanalmente se reúnem com a profa. Elizabeth Madureira Siqueira para discussão de procedimentos, conferência e repasse do material digitalizado para que as imagens sejam devidamente conferidas e aprovadas pela última. Jhomara Alves, servidora da Secretaria de Estado de Cultura que auxilia nesse trabalho de separação e preparação das obras a serem digitalizadas.

A Curadora se propôs a reunir, tendo por base a obra *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnografia de Mato Grosso*, organizado por Paulo Pitaluga Costa e Silva e Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, a produção intelectual dos autores que escrevem sobre Mato Grosso, tendo por base três importantes bibliotecas: a da Casa Barão de Melgaço, a da Biblioteca Pública Estevão de Mendonça

e a da Biblioteca Amidicis Tocantins (UFMT), incumbindo-se de levantar os títulos e solicitar empréstimo para a realização do trabalho. Além desses acervos, outros, de cunho particular, foram e estão sendo sondados para complementação dos títulos.

O trabalho foi iniciado em abril de 2013 e já digitalizou toda a produção de Estevão de Mendonça e Rubens de Mendonça, trabalho que contou com valiosa colaboração de Adélia Maria Badre Mendonça de Deus, neta e filha, respectivamente, no oferecimento das diversas edições das obras, hoje esgotadas.

No momento, o projeto avançou e está digitalizando toda produção intelectual de Virgílio Corrêa Filho, extensa em gênero e diversidade tipológica. Finalizado o acervo desse autor, o projeto prosseguirá na digitalização dos escritos de outros autores.

A Casa Barão de Melgaço já tem digitalizadas todas as revistas do IHGMT e da AML, o Album Graphico do Estado de Matto-Grosso, e também a coleção, não completa, da Revista *A Violeta*, o que está facilitando, sobremaneira, a separação dos artigos escritos pelos escritores, dispensando nova digitalização.

Antes de efetuar a digitalização, as famílias são contatadas, informadas e decidirão, após a leitura do projeto, se concordam ou não com a veiculação, via Internet, do conjunto da produção. Em caso positivo, deverão efetuar a assinatura do Termo de Cessão de Direitos, tendo por base um documento, confeccionado pelo setor jurídico da Secretaria de Estado de Cultura. Somente após esse processo, a produção é digitalizada.

Esse trabalho, que se insere na era digital, visa a democratização da produção dos autores que escreveram sobre Mato Grosso, colocando as obras na página da Secretaria de Estado de Cultura/Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, e disponibilizando seu acesso a um número infinito de pesquisadores e leitores. Acreditamos que com isso haverá maior facilidade de acesso à produção sobre Mato Grosso, tornando-a mais conhecida. O projeto se reveste também de um caráter didático, visto que os professores poderão solicitar a diversos alunos a leitura desses autores, dispensando a ida dos alunos às bibliotecas, uma vez que acessam os conteúdos via Internet.

NOTA DE PESAR

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso manifesta sua indignação pela forma com que Cláudio Koos Conte foi morto em Canarana-MT. Convidado que foi para ingressar nos quadros de nossa Instituição, declinou da honra porque ia residir fora de Cuiabá, quando assumiu a Funai no interior do Estado. Sua ausência no seio da comunidade científica representará um grande vácuo, mas sua produção científica e as ações em prol do patrimônio histórico de Mato Grosso não vão se calar, pois seu contributo, da maior significação, servirá de exemplo às novas gerações e, às suas contemporâneas, o orgulho de ter convivido com tão nobre personalidade. Saudade. IHGMT.

Cuiabá, abril de 2014.

Assinado: Vinicius de Carvalho Araújo, em nome de todos os associados.

NORMAS DA REVISTA DO IHGMT

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso está dividida nas seguintes seções: Dossiê, Artigos, Discursos e Notícias, podendo ainda incluir resenhas e transcrição de documentos. Os textos aceitos para a publicação deverão versar sobre o contexto regional ou nacional, previamente aprovados pelo Conselho Editorial da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudos de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT ou a instituições públicas ou privadas.
- Normas de apresentação dos textos:
- Digitados em *Word for Windows*, fonte *Times New Roman tamanho 12*, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4;
- *Dimensão mínima* de 15 e *máxima* de 35 laudas para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para os discursos e notícias essa margem de páginas é livre.
- *A revisão pelas normas da ABNT*, ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, sob a forma de pagamento por página.
- Expressões em *língua estrangeira*, títulos de obras e trechos de entrevistas devem ser digitados em *itálico*, evitando-se o uso do negrito.
- As *ilustrações* devem apresentar título e fonte, na parte inferior da imagem.
- As *referências documentais* de corpo do texto devem ser enunciadas entre parênteses (autor, data, página), com o nome do autor em caixa alta, seguido do ano e da página. Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387).
- As *citações no corpo do texto*, até 4 linhas, devem estar grafadas em fonte 12, entre aspas e sem grifo (itálico). Com mais linhas,

- devem apresentar-se em recuo de 2 cm da margem esquerda, grafadas em fonte normal, Times New Roman tamanho 11, com espaçamento entre linhas simples e alinhamento justificado.
- As *imagens* devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI.
 - As *notas de rodapé* deverão ser sempre de natureza explicativa.
 - As *Referências finais* deverão vir no final, em ordem alfabética (conforme normas da ABNT), podendo incluir bibliografia e documentação.
 - Para *notícia/discurso* não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:
 - * Título, nome do autor alinhado à esquerda;
 - * Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*.
 - Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor.
 - Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial, membros do Conselho Consultivo da Revista ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração.

Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via e-mail para o seguinte endereço: bethmsiqueira@gmail.com ou romanci@terra.com.br, em arquivo, anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente.

O periódico está cadastrado no IBICT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897.